# Contrato n. 38/2019



Contrato para aquisição de solução inteligência cibernética.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

# Sumário

**Documento de oficialização de demanda** ..... **1**
**Termo de referência** ..... **6**
**Estudos preliminares** ..... **51**
**Pregão Eletrônico** ..... **89**
**Sistema de cadastramento unificado de fornecedores** ..... **181**
**Termo de adjudicação** ..... **251**
**Termo de homologação** ..... **252**
**Contrato** ..... **255**
**Primeiro termo aditivo** ..... **270**
**Análise de viabilidade** ..... **275**
**Segundo termo aditivo** ..... **343**
**Análise de viabilidade** ..... **346**

Poder Judiciário

**Conselho Nacional de Justiça**

# DOCUMENTO de OFICIALIZAÇÃO da DEMANDA de STIC

## 1 IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA

### *1.1 Título:*

Provimento de solução de segurança de inteligência cibernética.

### *1.2 Unidade Demandante:*

Departamento de Tecnologia da Informação

### *1.3 Responsável pela Unidade Demandante:*

Nome: Lúcio Melre da Silva

Matrícula: 1993

Telefone: 61 2326-5318

E-mail: lucio.melre@cnj.jus.br

## 2 CONTEXTO DE NEGÓCIO

### *2.1 Situação Atual:*

As ameaças cibernéticas contra sistemas informatizados é uma realidade latente em diversos órgãos. Em especial, no ano de 2017 houve incidentes cibernéticos que atingiram diversos tribunais, afetando de maneira significativa a prestação de serviços aos jurisdicionados.

O CNJ coleta e armazena uma grande quantidade de eventos de segurança gerados por diversos sistemas computacionais tais como de autenticação, de firewall, de antivírus, de auditoria, de intrusão, entre outros. A excessiva quantidade de dados, o processamento isolado em cada solução de segurança e o armazenamento distribuído desses eventos acabam por dificultar o reconhecimento e análise de eventuais ameaças cibernéticas que tenham comprometido a confidencialidade e integridade dos dados custodiados nas aplicações sob sua responsabilidade.

Ademais, o CNJ não dispõe de mecanismos computacionais capazes de armazenar, indexar e analisar o tráfego de rede, identificado padrões comportamentais de indícios de incidentes cibernéticos em tempo real, o que faz com que a equipe de resposta a incidentes atue basicamente de maneira reativa e com base apenas nas evidências armazenadas estaticamente nos dispositivos de segurança da informação.

### *2.2 Descrição da Oportunidade ou do Problema:*

Como a quantidade de eventos de segurança e outras informações relacionadas dificultam a identificação manual e análise dos incidentes de segurança, o desafio, neste caso, concentra-se na necessidade de centralizar os eventos de segurança independente da solução que os gerou e correlacioná-los para facilitar o trabalho do analista de segurança, possibilitando um monitoramento contínuo e resposta em tempo real.

Nesse cenário difuso, uma forma de mitigar essa atuação reativa transformando-a em proativa, bem como centralizar as informações de eventos e tráfego num único repositório, seria contemplada por meio da aquisição de uma solução de segurança cibernética capaz de prover inteligência na detecção, armazenamento, triagem, análise e resposta a incidentes de segurança da informação, aumentando a eficiência e eficácia da equipe de resposta a incidentes do CNJ.

### *2.3 Motivação da Demanda:*

Necessidade de implementação de uma solução de segurança de inteligência cibernética para acesso em tempo real e centralizado do tráfego de rede e dos eventos de segurança provenientes de diversas soluções de segurança, permitindo a detecção e análise de ocorrências suspeitas e rápida resposta a incidentes de segurança.

### *2.4 Resultados Pretendidos:*

a) Monitoramento contínuo e visibilidade em tempo real;
b) Rápida resposta aos incidentes de segurança;
c) Correlação de eventos de segurança de diferentes soluções de modo a transformar os dados em informação útil;
d) Correlação de eventos de tráfego de rede com os eventos de segurança de maneira a ampliar a visibilidade e entendimento da dinâmica de incidente de segurança da informação;
e) Aumento da consciência situacional do ambiente computacional o CNJ;
f) Diminuição das taxas de falsos positivo, decorrente das análises isoladas pelas soluções, as quais não possuem visão de todo do sistema.

### *2.5 Alinhamento Estratégico:*

A presente contratação encontra consonância com Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação – ENTIC (Resolução 211/2015);

Objetivo 8 – Aprimorar a segurança da informação;

Art. 12 - II – Macroprocesso de segurança da informação (Incidentes de Segurança).

### *2.6 Preço estimado por equipamento*

O valor estimado da solução é de R$ 900.000,00 (novecentos mil reais).

## 3 CONTEXTO DA DEMANDA

### *3.1 Ciclo de Vida da Demanda.*

*3.1.1 Qual a expectativa de tempo de utilização ou validade da solução objeto da demanda?*

[ ] Menos de 1 ano [ ] De 1 a 3 anos [X ] Mais de 3 anos

*3.1.2 Trata-se de uma demanda com caráter definitivo ou temporário? Há algum fato já conhecido que poderá implicar a descontinuidade da demanda ou a sua substituição?*

No momento, não há informações que indicam a descontinuidade ou substituição da demanda.

### *3.2 Clientes que farão uso da solução (objeto da demanda) ou serão beneficiados.*

*3.2.1 Demanda de âmbito Interno ao CNJ:*

[ ] Até 1 Unidade [ ] 2 ou 3 Unidades [x ] 4 ou mais Unidades do CNJ
Todas as áreas do CNJ.

*3.2.2 Demanda de âmbito Externo ao CNJ:*

[ ] Até 1 Tribunal [ ] 2 ou 3 Tribunais [x ] 4 ou mais Tribunais
Todos os usuários que utilizam sistemas críticos disponibilizados pelo CNJ

### *3.3 Expectativa de entrega da solução.*

Último trimestre de 2018

### *3.4 Integrante técnico:*

Nome: Emerson Dilamar Vendruscolo
Matrícula: 1783
Telefone: 61 2326-5443
E-mail: emerson.vendruscolo@cnj.jus.br

## 4 ANEXOS

Não se aplica

## 5 AUTORIZAÇÃO

*De acordo, encaminhe-se ao DTI.*

_____

*Titular da Unidade Demandante*

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

# PORTARIA DIRETORIA-GERAL N. 60 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018

Institui equipe de Planejamento de Contratação com vistas à contratação de solução de segurança de inteligência cibernética.

**A DIRETORA-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições, com fundamento no artigo 12, parágrafo 7º, Inciso IV da Resolução CNJ nº 182, de 17 de outubro de 2013, e tendo em vista o que consta do Processo SEI nº 00414/2018,

**RESOLVE:**

Art. 1º Instituir a Equipe de Planejamento de Contratação composta pelos servidores **Lúcio Melre da Silva**, matrícula 1993, **Emerson Dilamar Vendruscolo**, matrícula nº 1783, e **Marco Antônio Carvalho Lima Ribeiro**, matrícula nº 1817, para elaborar os Estudos Preliminares e o Termo de Referência, tendo por objeto a contratação de solução de segurança de inteligência cibernética.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

**Julhiana Miranda Melloh Almeida**

Diretora-Geral

---

Documento assinado eletronicamente por **JULHIANA MIRANDA MELLOH ALMEIDA**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 08/02/2018, às 15:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **0409570** e o código CRC **6205B3A9**.

---

Poder Judiciário

**Conselho Nacional de Justiça**

**Departamento de Tecnologia da Informação**

# Termo de Referência

*Solução de Inteligência Cibernética*

## SUMÁRIO

1. DO OBJETO ..... 4
1.1. Definição do objeto (Art. 18, § 3º, I) ..... 4
Descrição detalhada do objeto ..... 4
2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, § 3º, II) ..... 4
2.1. Motivação (Art. 18, § 3º, II, a) ..... 4
2.2. Alinhamento Estratégico (Art. 18, § 3º, II, d) ..... 6
2.3. Objetivos (Art. 18, § 3º, II, b) ..... 6
2.4. Referência aos Estudos Preliminares (Art. 18, § 3º, II, e) ..... 6
2.5. Análise de Mercado de TIC (Art. 18, § 3º, II, g) ..... 7
2.6. Benefícios (Art. 18, § 3º, II, c); ..... 8
2.7. Relação entre a Demanda Prevista e a Contratada (Art. 18, § 3º, II, f) ..... 8
2.8. Impacto ambiental (Art. 18, § 3º, II, k) ..... 9
2.9. Conformidade Técnica e Legal (Art. 18, § 3º, II, l) ..... 9
3. DA LICITAÇÃO ..... 10
3.1. Da Pretensão da Contratação ..... 10
3.2. Da Natureza do Objeto da Contratação (Art. 18, § 3º, II, h) ..... 10
3.3. Do Parcelamento e Adjudicação (Art. 18, § 3º, II, i) ..... 10
3.4. Modalidade e Tipo de Licitação (Art. 18, § 3º, II, j) ..... 11
3.5. Critérios de Habilitação (Art. 18, § 3º, II, j) ..... 12
3.6. Critérios de aceitação técnica da proposta ..... 13
4. DA EXECUÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO (Art. 18, § 3º, III) ..... 13
4.1. Papéis desempenhados na contratação (Art. 18, § 3º, III, a, 1) ..... 13
4.2. Formas de comunicação/acompanhamento da execução do contrato (Art. 18, § 3º, III, a, 5) 14
4.3. Dinâmica da Execução do contrato (Art. 18, § 3º, III, a, 2) ..... 15
4.4. Instrumentos formais de solicitação do objeto (Art. 18, § 3º, III, a, 3) ..... 17
4.5. Níveis de Serviços Exigidos (NSE) (Art. 18, § 3º, III, a, 4) ..... 18
4.6. Qualificação Técnica dos Profissionais (Art. 18, § 3º, III, a, 10) ..... 18

4.7. Forma de recebimento provisório/definitivo e qualidade (Art. 18, § 3º, III, a, 6) . 18
4.8. Forma de Pagamento (Art. 18, § 3º, III, a, 7) ..... 19
4.9. Transferência de Conhecimento (Art. 18, § 3º, III, a, 8) ..... 20
4.10. Direitos de Propriedade Intelectual (Art. 18, § 3º, III, a, 9) ..... 20
4.11. Obrigações do Contratante (Art. 18, § 3º, II, m) ..... 20
4.12. Obrigações da Contratada (Art. 18, § 3º, II, m) ..... 21
4.13. Sanções Administrativas (Art. 18, § 3º, III, a, 11) ..... 23
5. REQUISITOS TÉCNICOS (Art. 18, § 3º, IV) ..... 25
5.1. ITEM 1: Equipamentos de inteligência cibernética ..... 25
5.2. ITEM 2: Manutenção e conservação ..... 29
5.3. ITEM 3: Suporte técnico especializado ..... 30
5.4. ITEM 4: Instalação personalizada ..... 31
5.5. ITEM 4: Treinamento ..... 31
5.6. Central de atendimento para ocorrências (itens 2 e 3) ..... 32
ANEXO A – TABELA SÍNTESE RELATÓRIO GERENCIAL DE SERVIÇO ..... 34
ANEXO B – FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DO TREINAMENTO ..... 35
ANEXO C – NÍVEIS DE SERVIÇO EXIGIDOS (NSE) ..... 37
ANEXO D –TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO ..... 39
ANEXO E –PLANILHA DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS TÉCNICOS ..... 45

# 1. DO OBJETO

## 1.1. Definição do objeto (Art. 18, § 3º, I)

1.1.1. Aquisição de solução de inteligência cibernética incluindo equipamentos, manutenção e conservação, suporte técnico especializado, instalação personalizada e treinamento, nas condições estabelecidas nesse Termo de Referência.

### Descrição detalhada do objeto

1.1.2. Os itens listados na Tabela 1 abaixo irão compor o objeto desta licitação e deverão atender às especificações detalhadas definidas no título 5 (Requisitos Técnicos) deste Termo de Referência, de acordo com os quantitativos abaixo:

| Grupo | Item | Descrição | Unidade | Quantidade |
|---|---|---|---|---|
| 1 | *1* | *Equipamentos de inteligência cibernética, de acordo com o item 5.1* | *Conjunto* | *1* |
| | *2* | *Manutenção e conservação, de acordo com o item 5.2* | *Mês* | *20* |
| | *3* | *Suporte Técnico especializado, de acordo com o item 5.3* | *Mês* | *20* |
| | *4* | *Instalação personalizada, de acordo com o item 5.4* | *Conjunto* | *1* |
| | *5* | *Treinamento, de acordo com o item 5.5* | *Instruendo* | *3* |

***Tabela 1** - Objeto detalhado*

# 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, § 3º, II)

## 2.1. Motivação (Art. 18, § 3º, II, a)

2.1.1. Atualmente os ataques cibernéticos são uma realidade latente e têm afetado diversos órgãos governamentais, ocasionando grandes prejuízos tais como: parada na prestação de serviços ao cidadão e roubo de informações protegidas por sigilo legal. Exemplo disso foi o ataque do ransomware “Wanna Cry” que afetou, de maneira significativa, a operação de sistemas de informação do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), sendo este incidente amplamente divulgado na mídia.

2.1.2. Neste diapasão, faz-se mister lembrar que o CNJ dispõe de plataformas digitais de suma importância para a sociedade e que possuem alcance

nacional. Desta forma, podemos citar o Banco Nacional de Monitoramento Prisional (BNMP), que na sua versão 2.0 tem por objetivo fazer um levantamento preciso da situação da população carcerária no país. Um ataque cibernético bem-sucedido contra esse sistema poderia gerar efeitos adversos, como mudança da situação prisional de um custodiado de "privação de liberdade" para "liberdade" e vice-versa.

2.1.3. Com o fito de gerar evidências para fins de investigação de incidentes cibernéticos, o CNJ coleta e armazena uma grande quantidade de eventos/logs de segurança gerados por diversos sistemas computacionais tais como de autenticação, de firewall, de antivírus, de auditoria, de intrusão, entre outros. A excessiva quantidade de dados, o processamento isolado em cada solução e o armazenamento distribuído desses eventos acabam por dificultar o reconhecimento e análise de eventuais ameaças cibernéticas que tenham comprometido a confidencialidade e integridade dos dados gerenciados por este Conselho.

2.1.4. Ademais, o CNJ não dispõe de mecanismos computacionais capazes de armazenar, indexar e analisar o tráfego de pacotes de rede, identificando padrões comportamentais de indícios de incidentes cibernéticos em tempo real, o que faz com que a equipe de resposta a incidentes atue basicamente de maneira reativa e com fonte, apenas, nas evidências armazenadas estaticamente nos dispositivos de segurança da informação.

2.1.5. Como a quantidade de eventos/logs/flows de segurança e outras informações relacionadas dificultam a identificação manual e análise dos incidentes de segurança, o desafio, neste caso, concentra-se na necessidade de centralizar os eventos/logs/flows de segurança e tráfego independente da solução que os gerou, relacionando-os e provendo inteligência, a fim de facilitar o trabalho do analista de segurança, possibilitando um monitoramento contínuo e resposta ao incidente em tempo hábil.

2.1.6. Nesse cenário difuso, uma forma de mitigar essa atuação reativa transformando-a em proativa, bem como centralizar as informações de eventos/logs/flows e tráfego de pacotes em repositórios centralizados, seria adotando uma solução de segurança cibernética capazes de prover inteligência no processo de gestão de incidentes de segurança da informação, aumentando a eficiência e eficácia da Equipe de Resposta a Incidentes do CNJ (ETIR-CNJ).

## 2.2. Alinhamento Estratégico (Art. 18, § 3º, II, d)

2.2.1. No que diz respeito ao planejamento estratégico, a solução indicada nos Estudos Preliminares está alinhada ao objetivo estratégico "VIII – garantir a infraestrutura adequada ao funcionamento do CNJ" do Plano Estratégico do Conselho Nacional de Justiça para o período de 2015-2020, instituído por meio da Portaria n° 167 de 15/12/2015[1].

2.2.2. Está alinhada também à Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD), instituída por meio da Resolução CNJ n° 211/2015, de 15 de dezembro de 2015[2], por meio do "Objetivo 8: Aprimorar a segurança da informação".

2.2.3. Por fim, a solução está alinhada ao Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação do CNJ para o período de 2016-2020, instituído por meio da Portaria n° 85, de 8/7/2016[3], por meio do "Objetivo 3: aperfeiçoar a Gestão da Segurança da Informação e Comunicação".

## 2.3. Objetivos (Art. 18, § 3º, II, b)

2.3.1. Pretende-se, com a solução, operacionalizar a Gestão de Incidentes de Segurança da Informação, de acordo com o preconizado na Seção V da Portaria SG n° 47, de 29/11/2017[4] que Instituiu a Política de Segurança da Informação do Conselho Nacional de Justiça.

2.3.2. Ademais, tem como objetivo operacional dispor de meios tecnológicos eficientes para a atuação da Equipe de Tratamento de Incidentes de Redes (ETIR-CNJ) deste Conselho.

## 2.4. Referência aos Estudos Preliminares (Art. 18, § 3º, II, e)

2.4.1. Este Termo de Referência foi elaborado considerando o Documento de Oficialização da Demanda (DOD) encaminhado pelo Departamento de Tecnologia da Informação (DTI) e os Estudos Preliminares constantes do Processo SEI n° 00414/2018.

[1] Disponível em:<http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3048>. Acessado em: 19 jul. 2019.
[2] Disponível em:<http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3052>. Acessado em: 19 jul. 2019.
[3] Disponível em:<http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3166>. Acessado em: 19 jul. 2019.
[4] Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/atos-normativos?documento=2487>. Acessado em: 19 jul.2019.

## 2.5. Análise de Mercado de TIC (Art. 18, § 3º, II, g)

2.5.1. Considerando as necessidades e requisitos da demanda descritos no item 1.2 dos Estudos Preliminares, visualizou-se no mercado de TIC 2 (duas) alternativas de solução:

a) Solução 1: Serviço continuado de inteligência cibernética, incluindo acesso ilimitado ao console preferencialmente único para investigação e análise de incidentes cibernéticos, suporte técnico, instalação e treinamento; e

b) Solução 2: Aquisição de solução de inteligência cibernética incluindo equipamentos, manutenção e conservação, suporte técnico especializado, instalação personalizada e treinamento.

2.5.2. Dessa forma, foi efetuada análise de custos totais da demanda com objetivo de identificar contratações similares efetuadas por órgãos públicos federais ou instituições públicas. Assim, foram encontrados os seguintes processos de aquisição cuja informações estão incluídas no Anexo "Contratações Públicas Similares" dos Estudos Preliminares:

a. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) – Pregão Eletrônico n° 09/2017;

b. Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) – Pregão Eletrônico n° 46/2014;

c. Telecomunicações Brasileiras S/A (TELEBRAS) - Pregão Eletrônico n° 20/2016;

d. Caixa Econômica Federal (CEF) – Pregão Eletrônico n° 007/7066-2015; e

e. IBAMA – Pregão Eletrônico n° 5/2018.

2.5.3. Conforme item 1.5 dos Estudos Preliminares, constatou-se que a solução 1 viola o disposto no § 1° do art. 13 da Lei 12.965/2014[5], restando por optar pela escolha da solução 2.

2.5.4. O item 1.5.6 dos Estudos Preliminares traz o orçamento estimado total para essa contratação.

[5] Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm>. Acessado em: 19 jul. 2019.

## 2.6. Benefícios (Art. 18, § 3º, II, c);

2.6.1. A escolha da aquisição de solução de inteligência cibernética incluindo equipamentos, manutenção e conservação, suporte técnico especializado, instalação personalizada e treinamento visa manter a ETIR-CNJ com os recursos tecnológicos necessários de forma a garantir que o processo de Gestão de Incidentes de Segurança da Informação será operacionalizado de maneira adequada. Com isso, os benefícios esperados deverão ser analisados à luz do art. 14, inciso IV, c da resolução CNJ n° 182 de 17/10/2013[6] e são:

a. Eficiência: A solução escolhida irá concentrar todos os insumos necessários para que o processo de investigação de incidentes de segurança a informação transcorra com o melhor rendimento possível e com a minimização de erros ou imperícias;

b. Eficácia: Com a solução, a identificação das causas raízes dos incidentes será mais clara, fazendo com que a ETIR-CNJ atue de forma a propor a resolução definitiva para os problemas de segurança da informação;

c. Economicidade: A solução irá tornar a atuação do servidor mais eficiente e eficaz, contribuindo significativamente para a diminuição dos custos de operação no que tange ao aproveitamento da métrica homem-hora dos integrantes da ETIR-CNJ;

d. Padronização: A solução irá proporcionar uma padronização na detecção, identificação e análise dos incidentes de segurança da informação reportados para a ETIR-CNJ.

## 2.7. Relação entre a Demanda Prevista e a Contratada (Art. 18, § 3º, II, f)

2.7.1. A demanda prevista no Estudos Preliminares está de acordo com a tabela 2 abaixo e representa exatamente o quantitativo que se pretende contratar:

[6] Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=2496> . Acessado em: 19 jul. 2019.

| Item | Descrição | Unidade | Quantitativo |
|---|---|---|---|
| *1* | *Equipamentos de inteligência cibernética, de acordo com o item 5.1* | *Conjunto* | *1* |
| *2* | *Manutenção e conservação, de acordo com o item 5.2* | *Mês* | *20* |
| *3* | *Suporte Técnico especializado, de acordo com o item 5.3* | *Mês* | *20* |
| *4* | *Instalação personalizada, de acordo com o item 5.4* | *Conjunto* | *1* |
| *5* | *Treinamento, de acordo com o item 5.5* | *Instruendo* | *3* |

***Tabela 2**- Relação entre a demanda prevista e a contratada*

## 2.8. Impacto ambiental (Art. 18, § 3º, II, k)

2.8.1. O(s) equipamentos(s) deverão atender ao disposto no Plano de Logística Sustentável do CNJ[7], no que tange a possibilidade de ser configurado em modo de economia de energia.

2.8.2. O desfazimento do(s) equipamento(s) deverá ser feito segundo os procedimentos definidos na Instrução Normativa CNJ Nº 45 de 13/09/2018[8].

## 2.9. Conformidade Técnica e Legal (Art. 18, § 3º, II, l)

2.9.1. Deve proporcionar a execução do processo de Gestão de Incidentes de Segurança da Informação, conforme descrito na Portaria SG n° 47, de 29/11/2017[9] que Instituiu a Política de Segurança da Informação do Conselho Nacional de Justiça.

2.9.2. Deverá ser respeitada as orientações emanadas pela Lei n° 12.305, de 2 de Agosto de 2010[10] e seu regulamento, quanto a logística reversa para descarte de peças e produtos eletrônicos.

2.9.3. Deve garantir os mecanismos de retenção e guarda de registros de conexão, nos termos da Lei 12.965/2014 que estabeleceu os princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.

[7] Disponível em: < http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2017/06/46b1ce9d9857eb583df9e11d09de3068.pdf>. Acessado em: 19 jul. 2019.
[8] Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/atos-normativos?documento=2767>. Acessado em: 19 jul. 2019.
[9] Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/atos-normativos?documento=2487>. Acessado em: 19 jul.2019.
[10] Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acessado em: 19 jul. 2019.

# 3. DA LICITAÇÃO

## 3.1. Da Pretensão da Contratação

3.1.1. Solução de inteligência cibernética incluindo equipamentos, manutenção e conservação, suporte técnico especializado, instalação personalizada e treinamento, nas condições estabelecidas nesse Termo de Referência.

## 3.2. Da Natureza do Objeto da Contratação (Art. 18, § 3º, II, h)

3.2.1. Da descrição da pretensão da contratação, percebe-se que a solução é composta por uma primeira parte relacionada a aquisição de equipamentos, o que caracteriza uma parcela cujo natureza é de despesa de capital. Por outro lado, observa-se que a segunda parte diz respeito à manutenção e conservação, ao suporte técnico especializado, à instalação personalizada e ao treinamento cujos elementos são eminentemente de natureza de despesa de custeio.

3.2.2. Ademais, conforme disposto no item 2.1.2 a solução em tela é essencial para garantir a identificação e prevenção de ataques cibernéticos. Além disso, o item 2.1.6 demonstra a existência de um processo de gestão de incidentes de segurança da informação, cuja as atividades realçam o caráter habitual e permanente que serão suportadas pela solução. Dessa forma, as parcelas de "manutenção e conservação" bem como do "suporte técnico especializado" ganham uma conotação de serviço de natureza continuada, nos termos do art. 57, inciso II da Lei n° 8.666/1993[11]

## 3.3. Do Parcelamento e Adjudicação (Art. 18, § 3º, II, i)

3.3.1. Considerando o disposto no item 3.2.1, percebe-se que existem as seguintes parcelas que integram a solução, respeitando o disposto no art. 23 § 1° da Lei n° 8.666/1993:

a. Item 1: aquisição de equipamento;

b. Item 2: manutenção e conservação;

c. Item 3: suporte técnico especializado;

[11] Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8666cons.htm >. Acessado em: 19 jul. 2019.

d. Item 4: Instalação personalizada; e

e. Item 5: Treinamento.

3.3.2. Ademais, para fins de agrupamento, o Acórdão n° 1914/2009 – TCU - Plenário orienta que:

a. "*17. Nesse ponto, calha trazer à baila o escólio de Marçal Justen Filho: "**O fracionamento em lotes deve respeitar a integridade qualitativa do objeto a ser executado.** Não é possível desnaturar um certo objeto, fragmentando-o em contratações diversas e que importam o risco de impossibilidade de execução satisfatória. " (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 10. ed. São Paulo: Dialética, 2004. p. 209).* "(negrito nosso)

3.3.3. Dessa forma, considerando os requisitos técnicos constantes no título 5 deste Termo de Referência, a necessidade de respeitar a integridade qualitativa do objeto e não sendo possível prever qual será o modelo/fabricante dos equipamentos que integram o item 1, o agrupamento mais recomendado é o indicado abaixo:

a. Grupo 1: item 1, item 2, item 3, item 4 e item 5.

3.3.4. Por fim, em virtude do agrupamento, a adjudicação deverá ser feita a um único licitante.

## 3.4. Modalidade e Tipo de Licitação (Art. 18, § 3º, II, j)

3.4.1. Para fins de classificação da modalidade de licitação, verifica-se que os itens que compõem o objeto possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos no título 5 deste Termo de Referência, portanto são classificados como bens e serviços comuns.

3.4.2. Neste diapasão, a modalidade de licitação mais adequada é o pregão nos termos do art. 1°, parágrafo único da Lei n° 10.520/02[12]. Ademais, não existe nenhuma restrição que impeça a realização do pregão por meios eletrônicos. Desta forma, a escolha da modalidade pregão por meios eletrônicos vincula o tipo de licitação a de "menor preço", conforme art. 2°

[12] Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10520.htm >. Acesso em: 19 jul. 2019.

caput do Decreto n° 5.450/05[13] que regulamenta o art 2° § 1° da Lei de Pregões.

## 3.5. Critérios de Habilitação (Art. 18, § 3º, II, j)

3.5.1. As licitantes deverão comprovar documentação para habilitação jurídica, nos termos do art. 28 da Lei n° 8.666/1993, conforme abaixo:

a. registro comercial, no caso de empresa individual;

b. ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

3.5.2. As licitantes deverão comprovar documentação de qualificação econômico-financeira, nos termos do art. 31 da Lei n° 8.666/1993, conforme abaixo:

a. certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

3.5.3. As licitantes deverão comprovar documentação de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 29 da Lei n° 8.666/1993, conforme abaixo:

a. Certidão de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

b. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante;

c. prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;

d. prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais; e

e. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.

3.5.4. As licitantes deverão apresentar declaração de cumprimento ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988.

[13] Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5450.htm >. Acesso em: 19 jul. 2019.

3.5.5. Os Estudos Preliminares não apontaram a necessidade de apresentação de algum instrumento de qualificação técnica, nos termos do art. 30 da Lei n° 8.666/1993.

### 3.6. Critérios de aceitação técnica da proposta

3.6.1. Especificação clara, completa e minuciosa do produto cotado, informando a marca, o modelo e o fabricante, bem como a indicação precisa da comprovação de cada característica constante nas especificações técnicas deste Termo de Referência conforme modelo de planilha constante no Anexo E;

a. Entende-se por documento (s) a documentação técnica oficial do fabricante do equipamento ofertado, seja em meio eletrônico ou materializada em papel;

b. Não serão aceitas declarações ou cartas de conformidade ou adequação ao solicitado e especificado no termo de referência em substituição ou complementação da documentação técnica oficial e original.

## 4. DA EXECUÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO (Art. 18, § 3º, III)

### 4.1. Papéis desempenhados na contratação (Art. 18, § 3º, III, a, 1)

4.1.1. Para a execução do contrato, é mandatório que os seguintes papéis e responsabilidades sejam definidos:

a. Autoridade competente: Titular da Diretoria-Geral ou autoridade delegada, responsável pela assinatura do Contrato e pela publicação da equipe de fiscalização;

b. Gestor do Contrato: Servidor com atribuições gerenciais, técnicas ou operacionais relacionadas ao processo de gestão do contrato, indicado por autoridade competente do órgão;

c. Fiscal Técnico do Contrato: Servidor representante da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação, indicado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o contrato quanto aos aspectos técnicos da solução;

d. Preposto: funcionário representante da empresa contratada, responsável por acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto ao órgão contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual; e

e. Representante da Contratada: Responsável legal da contratada para assinatura do contrato, caso tal poder não tenha sido delegado para o preposto.

f. Comissão de recebimento: Comissão de servidores designada pela autoridade competente com a finalidade de proceder o recebimento de bens e serviços inerentes a esta contratação.

g. Instruendos: Servidores indicados pelo DTI para realização do treinamento.

## 4.2. Formas de comunicação/acompanhamento da execução do contrato (Art. 18, § 3º, III, a, 5)

4.2.1. Serão utilizados os seguintes canais de comunicação e acompanhamento da execução do contrato:

a. Correio eletrônico (e-mail); e

b. Processo administrativo eletrônico no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do CNJ.

4.2.2. Plano de instalação e relatório final de instalação, conforme parâmetros definidos no tópico 5.4 deste Termo de Referência.

4.2.3. Relatório Gerencial de Serviço (RGS) deverá conter as seguintes informações:

a. Tabela síntese com as principais informações das ocorrências do mês, agrupados por item, conforme modelo definido no ANEXO A deste Termo de Referência;

b. As informações, na íntegra, de cada chamado técnico realizado no mês; e

c. Recomendações gerais de boas práticas do fabricante e gestão de continuidade da solução.

4.2.4. Ficha de avaliação de treinamento, conforme ANEXO B

## 4.3. Dinâmica da Execução do contrato (Art. 18, § 3º, III, a, 2)

4.3.1. A tabela 3 abaixo foi elaborada com os principais marcos e eventos relevantes que ocorrerão durante a execução do contrato:

| ETAPA | DESCRIÇÃO | PRAZO | ATORES | ARTEFATO | CANAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | Assinatura do contrato<br>Assinatura do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo (Anexo D) | Até 5 dias úteis da convocação para a assinatura do contrato | DG/Preposto ou Representante da contratada | Contrato assinado<br>Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo assinado | Sistema Eletrônico de Informações (SEI) |
| 2 | Publicação da Equipe de Fiscalização/Comissão de recebimento | Após a assinatura do contrato | DG | Portaria de designação | Sistema Eletrônico de Informações (SEI) |
| 3 | Entrega do item 1 | Até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato | Preposto | Não há | |
| 4 | Verificação do item 1 | Até 5 (cinco) dias úteis após a entrega do item 1 | Comissão de recebimento | Termo de Recebimento Provisório do item 1 | Sistema Eletrônico de Informações (SEI) |
| 5 | Entrega do item 4 | Até 5 (cinco) dias após a assinatura do Termo de Recebimento Provisório do item 1 | Preposto | Plano de Instalação | Correio Eletrônico (e-mail) |
| 6 | Verificação do item 4 | Até 5 (cinco) dias úteis após a entrega do Plano de Instalação | Comissão de recebimento | Termo de Recebimento Provisório do item 4 | Sistema Eletrônico de Informações (SEI) |
| 7 | Execução do Plano de Instalação | Até 15 (quinze) dias após a assinatura do Termo de Recebimento Provisório do item 4 | Preposto | Relatório final de instalação | Correio Eletrônico (e-mail) |

| ETAPA | DESCRIÇÃO | PRAZO | ATORES | ARTEFATO | CANAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 8 | Aceite do item 1 e do item 4 | Até 5 (cinco) dias úteis após a entrega do Relatório final de instalação | Comissão de recebimento | Termo de Recebimento definitivo do item 1 e do item 4 | Sistema Eletrônico de Informações (SEI) |
| 9 | Realização do treinamento (item 5) | Até 30 (trinta) dias após a emissão do Termo de Recebimento definitivo do item 1 e do item 4 | Instruendos | Material didático do treinamento | |
| | | | Comissão de Recebimento | Termo de Recebimento Provisório do item 5 | Sistema Eletrônico de Informações (SEI) |
| 10 | Avaliação do item 5 | Até 10 (dez) dias após a realização do treinamento | Preposto | Certificado de treinamento oficial | Correio Eletrônico (e-mail) |
| | | | Instruendos | Formulário de avaliação de treinamento | Sistema Eletrônico de Informações (SEI) |
| 11 | Aceite do item 5 | Até 10 (dez) dias após a realização do treinamento | Comissão de Recebimento | Termo de recebimento definitivo do item 5 | Sistema Eletrônico de Informações (SEI) |
| 12 | Início da vigência do item 2 e do item 3 | A partir da assinatura do Termo de Recebimento Definitivo do item 1 e do item 4 | Preposto | | |
| 13 | Entrega do Relatório Gerencial de Serviço (RGS). | Até o 3º (terceiro) dia útil do mês posterior à prestação da manutenção e conservação | Preposto | Relatório Gerencial de Serviço (RGS). | Correio Eletrônico (e-mail) |
| 14 | Análise do Relatório Gerencial de Serviço (RGS) | Em até 2 (dois) dias úteis após o recebimento do Relatório Gerencial de Serviço (RGS) | Gestor do contrato / Fiscal Técnico | Notificação de avaliação do Relatório Gerencial de Serviço (RGS) | Correio Eletrônico (e-mail) |

| ETAPA | DESCRIÇÃO | PRAZO | ATORES | ARTEFATO | CANAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 15 | Envio da nota fiscal | Em até 2 (dois) dias úteis após a notificação de avaliação do RGS | Preposto | Nota fiscal | Sistema Eletrônico de Informações (SEI) |
| 16 | Atesto da nota fiscal | Até 5 (cinco) dias uteis após a apresentação da nota fiscal pela contratada | Gestor do contrato / Fiscal Técnico | Despacho de atesto da nota fiscal | Sistema Eletrônico de Informações (SEI) |

***Tabela 3***– *Principais marcos e eventos do Contrato*

4.3.2. O local de execução do contrato será na SEPN Quadra 514 Norte, Lote 9, Bloco B.

4.3.3. O contrato terá vigência de 20 meses a contar da emissão do Termo de recebimento definitivo do item 1 e do item 4, podendo ser renovado nos termos do art. 57, inciso II da Lei n° 8.666/93, no caso dos itens 2 e 3.

4.3.4. Será realizada mensalmente as atividades previstas nas etapas 13, 14, 15 e 16 da tabela 3 deste Termo de Referência, durante a vigência do contrato.

## 4.4. Instrumentos formais de solicitação do objeto (Art. 18, § 3º, III, a, 3)

4.4.1. Serão utilizados os seguintes instrumentos formais para registro de ocorrências:

a. Chamado Técnico de forma eletrônica, por meio de Central de Atendimento; e

b. Chamado Técnico, por meio telefônico, para Central de Atendimento.

4.4.2. Deverá existir Central de Atendimento para realização e acompanhamento de chamados técnicos, com acesso permanente para os técnicos do CNJ, contemplando no mínimo, sítio eletrônico e telefone 0800 (gratuito) ou telefone local em Brasília.

4.4.3. O registro de ocorrências deverá ser feito exclusivamente por meio de chamado técnico, contendo as seguintes informações: número de identificação exclusivo; data e hora do início da ocorrência; descrição da ocorrência; nível de severidade; providências adotadas para o diagnóstico; indicação de solução provisória e/ou solução definitiva; data e hora do término da ocorrência, com solução definitiva; identificação do técnico do CNJ que solicitou e validou o chamado técnico; identificação do técnico da contratada responsável pela execução do chamado técnico, bem como outras informações pertinentes.

## 4.5. Níveis de Serviços Exigidos (NSE) (Art. 18, § 3º, III, a, 4)

4.5.1. Os Níveis de Serviço Exigidos será apurado conforme disposto no ANEXO C deste Termo de Referência.

## 4.6. Qualificação Técnica dos Profissionais (Art. 18, § 3º, III, a, 10)

4.6.1. Os Estudos Preliminares não apontaram a necessidade de apresentação de algum instrumento de qualificação técnica, nos termos do art. 30 da Lei n° 8.666/1993.

## 4.7. Forma de recebimento provisório/definitivo e qualidade (Art. 18, § 3º, III, a, 6)

4.7.1. Do recebimento provisório:

a. O recebimento provisório do item 1 (um) será feito em até 5 (cinco) dias uteis após sua entrega;

b. O recebimento provisório do item 4 (quatro) será feito em até 5 (cinco) dias uteis após o recebimento provisório do item 1;

c. O recebimento provisório do item 5 (cinco) será realizado em até 30 (trinta) dias após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos itens 1 (um) e 4 (quatro) e da análise dos Formulários de Avaliação e identificação de que o curso alcançou os níveis de qualidade esperados pelo CNJ;.

4.7.2. Do recebimento definitivo:

a. O recebimento definitivo dos itens 1 (um) e 4 (quatro) será realizado em até 5 (cinco) dias úteis após a entrega final do Relatório final de instalação;

b. O recebimento definitivo do item 5 (cinco) será realizado em até 10 (dez) dias após a realização do treinamento;

c. Mensalmente para os itens 2 (dois) e 3 (três), mediante despacho de atesto da nota fiscal, após a avaliação do Relatório Gerencial de Serviço (RGS) e verificação de atendimento aos Níveis de Serviço Exigidos (NSE), conforme disposto no ANEXO C deste Termo de Referência.

4.7.3. Da avaliação de qualidade:

a. Para os itens 2 (dois) e 3 (três), será realizada com base nas informações contidas no Relatório Gerencial de Serviço (RGS), bem como na apuração nos Níveis de Serviço Exigidos (NSE) contidos no ANEXO C deste Termo de Referência.

## 4.8. Forma de Pagamento (Art. 18, § 3º, III, a, 7)

4.8.1. O pagamento será realizado de acordo com a Tabela 4 a seguir:

| Item | Descrição | Prazo |
|---|---|---|
| *1* | *Equipamentos de inteligência cibernética, de acordo com o item 5.1* | *Parcela única, no prazo disposto nos artigos 5º, § 3º ou 40, XIV, "a", da Lei n. 8.666/93, conforme o caso, após a emissão do Termo de Recebimento definitivo do item 1* |
| *2* | *Manutenção e conservação, de acordo com o item 5.2* | *Mensalmente, no prazo disposto nos artigos 5º, § 3º ou 40, XIV, "a", da Lei n. 8.666/93, conforme o caso, após o Despacho de atesto da nota fiscal* |
| *3* | *Suporte Técnico especializado, de acordo com o item 5.3* | *Mensalmente, no prazo disposto nos artigos 5º, § 3º ou 40, XIV, "a", da Lei n. 8.666/93, conforme o caso, após o Despacho de atesto da nota fiscal* |
| *4* | *Instalação personalizada, de acordo com o item 5.4* | *Parcela única, no prazo disposto nos artigos 5º, § 3º ou 40, XIV, "a", da Lei n. 8.666/93, conforme o caso, após a emissão do Termo de Recebimento definitivo do item 4* |
| *5* | *Treinamento, de acordo com o item 5.5* | *Parcela única, no prazo disposto nos artigos 5º, § 3º ou 40, XIV, "a", da Lei n. 8.666/93, conforme o caso, após a emissão do Termo de Recebimento definitivo do item 5* |

***Tabela 4**- Desembolso Financeiro*

4.8.2. O pagamento está condicionado ao atendimento das seguintes exigências:

a. Para os itens 1, 4 e 5 após a emissão do respectivo Termo de Recebimento Definitivo;
b. Para os itens 2 e 3, após apuração do Relatório Gerencial de Serviço (RGS), com base nas métricas definidas no ANEXO C, bem como no despacho de atesto da nota fiscal;
c. Apresentação de nota fiscal, acompanhada de Certidão Negativa de Débito – CND, comprovando regularidade com o INSS, Certificado de Regularidade do FGTS- CRF, comprovando regularidade com o FGTS, Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal, e Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – CNDT, expedida pela justiça do Trabalho;
d. Inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a contratada.

## 4.9. Transferência de Conhecimento (Art. 18, § 3º, III, a, 8)

4.9.1. A transferência de conhecimento será feita mediante a prestação de informações contidas nos Relatório Gerencial de Serviço (RGS).

4.9.2. Os conhecimentos técnicos repassados para a equipe do Departamento de Tecnologia da Informação serão utilizados em casos de interrupção, transição e encerramento contratual, de modo a minimizar impactos e permitir que as necessidades do CNJ não sejam prejudicadas ou interrompidas.

## 4.10. Direitos de Propriedade Intelectual (Art. 18, § 3º, III, a, 9)

4.10.1. Os conhecimentos produzidos no Relatório Gerencial de Serviço (RGS) serão de propriedade intelectual do CNJ.

## 4.11. Obrigações do Contratante (Art. 18, § 3º, II, m)

4.11.1. Prestar, por meio de seu gestor do contrato, as informações e os esclarecimentos pertinentes ao objeto contratado que venham a ser solicitados pela contratada, utilizando-se das formas de comunicação estabelecidas neste Termo de Referência.

4.11.2. Efetuar o pagamento devido nos prazos estipulados em cada etapa da execução e gestão do contrato, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências contratuais, bem com as deste Termo de Referência.

4.11.3. Proporcionar os recursos técnicos e logísticos necessários para que a contratada possa executar os serviços conforme as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

4.11.4. Exercer permanente fiscalização na execução do objeto, registrando ocorrências relacionadas a falhas no cumprimento do contrato, determinando ao preposto ou ao representante da contratada as medidas necessárias à sua regularização.

4.11.5. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais, inclusive permitir acesso aos profissionais ou representantes da contratada às suas dependências com controle e supervisão das áreas técnicas do CNJ.

4.11.6. O CNJ reserva-se o direito de proceder quaisquer configurações no equipamento, desde que tal iniciativa não implique em danos lógicos nem físicos, sem que isto possa ser usado como pretexto pela contratada para se desobrigar da manutenção e conservação.

4.11.7. Aplicar as penalidades previstas no contrato, de acordo com as regras estabelecidas no Termo de Referência, assegurando à contratada o contraditório e a ampla defesa.

## 4.12. Obrigações da Contratada (Art. 18, § 3º, II, m)

4.12.1. Aceitar todos os termos e condições previstas no edital de licitação e seus anexos, conforme art. 55, inciso XI da Lei n° 8.666/1993.

4.12.2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme preconiza o art. 55, inciso XIII da Lei n° 8.666/1993.

4.12.3. Não está prevista subcontratação parcial de outra empresa para a execução do objeto desta contratação, devido características técnicas do objeto.

4.12.4. Indicar preposto, conforme art. 68 da Lei n° 8.666/1993, e cuidar para que esse mantenha permanente contato com o gestor do contrato na coordenação dos trabalhos concernentes a execução do objeto.

4.12.5. O preposto indicado pela contratada deverá reportar formal e imediatamente ao gestor do contrato quaisquer problemas, anormalidades, erros e irregularidades que possam comprometer a execução do objeto, utilizando-se das formas de comunicação estabelecidas neste Termo de Referência.

4.12.6. Manter seus profissionais nas dependências do CNJ adequadamente trajados e identificados com uso permanente de crachá, com foto e nome visível, de acordo com a regras estabelecidas na Instrução Normativa CNJ n° 20, de 08/08/2013.[14]

4.12.7. Seguir as instruções e observações efetuadas pelo gestor do contrato, bem como reparar, corrigir ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, os itens que constituem o objeto quando se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, conforme ampara o art. 69 da Lei 8.666/1993.

4.12.8. Responder integralmente por quaisquer perdas ou danos causados ao CNJ ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus profissionais em razão da execução do objeto, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeito, conforme preconiza o art. 70 da Lei 8.666/1993.

4.12.9. Assinar Termo de compromisso de manutenção de sigilo (ANEXO D), sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do contrato, respeitando todos os critérios de sigilo, segurança e inviolabilidade, aplicáveis aos dados, informações, regras de negócio, documentos, entre outros.

4.12.10. Substituir por outro profissional de qualificação igual ou superior qualquer um dos seus profissionais cuja qualificação, atuação, permanência ou comportamento decorrentes da execução do objeto forem julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina do órgão ou ao interesse do serviço público, sempre que exigido pelo Gestor do Contrato do CNJ.

[14] Disponível em: < http://www.cnj.jus.br/atos-normativos?documento=1814> Acessado em: 19 jul. 2019.

4.12.11. A entrega do Relatório Gerencial de Serviço (RGS) deverá ser feita no prazo definido na etapa 13 do item 4.3.1 deste Termo de Referência, no endereço eletrônico secao.protocolo@cnj.jus.br ou diretamente no protocolo do CNJ.

4.12.12. A entrega da nota fiscal bem como os demais documentos que a acompanham, deverá ser feita no prazo definido na etapa 8 do item 4.3.1 deste Termo de Referência, no endereço eletrônico secao.protocolo@cnj.jus.br ou diretamente no protocolo do CNJ.

4.12.13. Apresentar os dados referentes a Central de Atendimento.

4.12.14. Na eventualidade de substituição permanente por outro equipamento de capacidade igual ou superior ao substituído, a contratada deverá:

a. Apresentar a nota fiscal que relacione o modelo e o número de série do equipamento;
b. Apresentar certidão comprovando a origem do bem e a quitação dos tributos.

4.12.15. No caso de prorrogação contratual, para fins de reajuste, deverá ser considerado o Índice de Custos de Tecnologia da Informação (ICTI), conforme Portaria nº 6.432, de 11 de julho de 2018[15] do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

## 4.13. Sanções Administrativas (Art. 18, § 3º, III, a, 11)

4.13.1. Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e, subsidiariamente, nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a Contratada ficará sujeita às sanções previstas em contrato no caso de descumprimento das obrigações pactuadas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, e assegurada a prévia e ampla defesa. As sanções administrativas a seguir poderão ser aplicadas cumulativamente:

a. Advertência;

i. A Contratada será notificada formalmente pelo CNJ em caso de descumprimento de obrigação contratual e terá que apresentar as devidas justificativas em um prazo de até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da notificação;

[15] Disponível em: < http://www.imprensanacional.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/29895375/do1-2018-07-13-portaria-n-6-432-de-11-de-julho-de-2018-29895365>. Acessado em: 19 jul. 2019.

ii. Caso não haja manifestação dentro desse prazo ou o CNJ entenda serem improcedentes as justificativas apresentadas, a Contratada será advertida.

b. Multa de:

i. 0,3% por dia, calculada sobre o valor total do contrato, no caso de descumprimento do prazo de entrega estabelecido na etapa 3 do item 4.3.1, limitada a incidência a 30 (trinta) dias corridos de atraso;
   a. No caso de atraso injustificado na entrega por prazo superior a 30 (trinta) dias corridos, com a aceitação do objeto pela Administração, será aplicada multa de 10% sobre o valor do contrato;
   b. No caso de atraso injustificado na entrega por prazo superior a 30 (trinta) dias corridos, com a não aceitação do objeto pela Administração, caracterizando-se nesta hipótese a inexecução total da obrigação, será aplicada a penalidade prevista no inciso v do item 4.13.1 alínea a.

ii. 10% sobre o valor total do contrato, no caso do "Índice de atendimento de chamados técnicos de severidade alta (NS01)" ser menor que 80%.

iii. 5% sobre o valor total do contrato, no caso do "Índice de atendimento de chamados técnicos de severidade média (NS02)" ser menor que 80%.

iv. 5% sobre o valor total do contrato, a cada 3 (três) advertências durante a execução, sem prejuízo de aplicação de outras penalidades previstas;

v. No caso de inexecução total das obrigações assumidas:
   a. Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e descredenciamento do SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais sanções previstas em edital e contrato;

# 5. REQUISITOS TÉCNICOS (Art. 18, § 3º, IV)

## 5.1. ITEM 1: Equipamentos de inteligência cibernética

5.1.1. A solução deverá ser composta por equipamentos do tipo *appliance (hardware e firmware/software)*, do mesmo fabricante, capazes de prover de maneira integrada a análise forense de pacotes de tráfego de rede bem como eventos/*logs*/*flows.*

5.1.2. A solução deverá ser capaz de reter, por pelo menos 15 (quinze) dias, informações de dados brutos de pacotes, considerando um volume médio de tráfego de rede de 250 Mbps.

5.1.3. A solução deverá ser capaz de reter, por pelo menos 6 (seis) meses, informações de dados brutos de eventos/*logs*/*flows*, considerando um valor de 30GB/dia e de 3.000 flows/s.

5.1.4. A solução deverá ser capaz de reter. Informações de metadados de pacotes e eventos/*logs*/*flows* por pelo menos 12 (doze) meses.

5.1.5. A solução deverá ser capaz de, ao final de cada período de retenção informado nos itens. 5.1.2, 5.1.3 e 5.1.4, proceder a compactação e o arquivamento das informações de dados e metadados em área de armazenamento CIFS/NFS disponibilizada pelo CNJ.

5.1.6. Os equipamentos deverão possuir, no mínimo, 02 (duas) interfaces de rede 10GB e 02 (duas) interfaces 1GB, sendo as interfaces 10GB do tipo SFP+.

5.1.7. A solução deve permitir a administração, configuração, investigação, análise e resposta, de forma centralizada e em uma única console, dos recursos para captura de pacotes e eventos/*logs*/*flows*.

5.1.8. A console deverá ser acessada via protocolos *web (http;https)*, mandatoriamente a partir de qualquer navegador, sem a necessidade de instalação de *plug-ins* ou recursos adicionais.

5.1.9. A solução deve permitir, via console, a configuração de papéis /perfis de acesso ao conteúdo de dados e metadados de pacotes e eventos/*logs*/*flows*, auditoria de operação e administração da solução, além de se integrar com os recursos de autenticação e autorização disponíveis no CNJ, suportando no mínimo, *Active Directory* (*Microsoft*) e *Pluggable Authentication Module* (PAM).

5.1.10. A solução deve possuir, via console, relatórios de captura de pacotes e eventos/*logs*/*flows* pré-configurados, além de permitir a criação e customização de outros tipos de relatórios, sendo a geração de forma manual e/ou automática, com o recurso de envio desses relatórios por e-mail.

5.1.11. : A solução deverá permitir a investigação e a análise de incidentes de segurança da informação a partir de dados provenientes da captura de pacotes e eventos/*logs*/*flows*, relacionando-os de tal forma que a partir da captura de pacotes seja possível visualizar os eventos/*logs* relacionados a mesma e vice-versa, tudo através da console.

5.1.12. A solução deve possuir regras pré-configuradas de captura de pacotes e eventos/*logs* para a geração de alertas de ameaças cibernéticas de forma automática, além de permitir a criação e customização, via console, de novas regras de alertas, com o recurso de envio desses alertas por e-mail.

5.1.13. A solução deve ser capaz de criar e configurar painéis contendo informações relevantes referentes a captura de pacotes e eventos/*logs*/*flows*, de forma centralizada e em uma única console.

5.1.14. A solução deve permitir buscas, via console, utilizando filtros, expressões regulares e palavras-chave em todo o conteúdo de dados/metadados armazenados, seja ele pacotes ou eventos/*logs*/*flows*.

5.1.15. A solução deve ser capaz de gerenciar, via console, as informações de dados/metadados de pacotes e eventos/*logs*/*flows* arquivados em área de armazenamento disponibilizado pelo CNJ, podendo resgatar quaisquer informações em períodos a serem especificados pela equipe de tratamento de incidentes de rede do CNJ (ETIR-CNJ), para fins de realização de novas investigações.

5.1.16. : A solução deve ser capaz de visualizar, via console, as informações de saúde e desempenho de todo o ambiente da solução, incluído softwares e equipamentos.

5.1.17. A solução deve possuir, via console, um ambiente que ofereça um mecanismo de testes (debug), visando à redução de erros de lógica e sintaxe na criação e customização de regras

5.1.18. A solução deve ser capaz de capturar, processar e armazenar todos os pacotes (IPv4 e IPv6) de um ou mais segmentos de rede, no seu formato

bruto e de forma passiva, sem introduzir latência nos segmentos de rede inspecionados e sem perda de pacotes.

5.1.19. A solução deve ser capaz de criar, armazenar e indexar uma estrutura otimizada de dados (metadados) proveniente dos pacotes capturados em formato bruto, extraindo informações comuns a todos eles.

5.1.20. A solução deve possuir mecanismos computacionais capazes de identificar tráfego anômalo e/ou malicioso, gerando alertas tanto no console quanto os enviando por e-mail.

5.1.21. A solução deve possuir capacidade de remontar sessões, em diversos protocolos (FTP, HTTP, HTTPS, IMAP, MAIL (RFC822), NETBIOS, POP3, RDP, SIP, SMB, SMTP, SNMP, SSH, DNS, TORRENT), com base nos pacotes armazenados.

5.1.22. A solução deve permitir a análise de dados na camada de aplicação do modelo TCP/IP, a partir de parâmetros pré-definidos e/ou customizados

5.1.23. A solução deve ser capaz de consultar, em periodicidade a ser determinada pela Equipe de Tratamento de Incidentes de Rede do CNJ (ETIR-CNJ), bases de conhecimento e inteligência de ameaças, tanto em fontes abertas quanto fechadas, de forma a alimentar seus mecanismos com identificação de tráfego anômalo e/ou malicioso.

5.1.24. A solução deve ser capaz de possuir mecanismos que assegurem que os pacotes capturados não sofreram violação de integridade e sigilo.

5.1.25. A solução deve ser capaz de exportar e importar arquivos contendo pacotes de tráfego de rede em seu formato bruto, com possibilidade de gerar e verificar a informação de integridade desses arquivos.

5.1.26. : A solução deve ser capaz de permitir o download de arquivos presentes em qualquer sessão de tráfego de pacotes de rede.

5.1.27. A solução deve ser capaz de identificar a troca de extensão de arquivos em qualquer sessão de tráfego de pacotes de rede.

5.1.28. A solução deve possuir a capacidade de identificação de protocolo pelo conteúdo das sessões de tráfego de pacotes de rede, independente da porta utilizada de comunicação.

5.1.29. A solução deve possuir capacidade nativa de descriptografar uma sessão de rede criptografada em qualquer protocolo da camada de aplicação da pilha

TCP/IP, tendo conhecimento da chave privada de criptografia utilizada na transmissão, sem requerer o uso de soluções externas.

5.1.30. A solução deve ser capaz de capturar, processar e armazenar os eventos/logs/*flows* nativos, de todos os ativos de informação inventariados no CNJ, em seu formato bruto, de forma passiva (SYSLOG, SNMP, Microsoft Windows Event Logging API, etc) e sem a necessidade de utilizar um formato pré-definido.

5.1.31. A solução deve possuir agente de coleta capaz de capturar as informações e enviar para a solução, no caso de os ativos de informação não suportar nenhum método de envio de eventos/logs/*flows.*

5.1.32. A solução deve ser capaz de criar, armazenar e indexar uma estrutura otimizada de dados (metadados) proveniente dos eventos/*logs* em formato bruto, extraindo informações comuns a todos eles.

5.1.33. A solução deve ser capaz de realizar o correlacionamento de eventos/logs em tempo real.

5.1.34. A solução deve possuir mecanismos computacionais capazes de identificar potenciais problemas ou comportamentos anômalos, baseado em múltiplos eventos/*logs*, gerando alertas tanto no console centralizado quanto os enviando por e-mail.

5.1.35. A solução deve ser capaz de possuir mecanismos que assegurem que os eventos/*logs*/*flows* capturados não sofreram violação de integridade.

5.1.36. A solução deve ser capaz de permitir que os eventos/logs sejam enriquecidos com informações adicionais a estrutura otimizada de dados (metadados), a serem definidas pela Equipe de Tratamento de Incidentes de Redes do CNJ (ETIR-CNJ).

5.1.37. A solução deve ser capaz de gerar alertas, via e-mail ou console, caso algum ativo de informação monitorado pare de enviar eventos/*logs*/*flows*.

5.1.38. A solução deve suportar o recebimento de eventos/*logs* no formato Common Event Format (CEF).

5.1.39. A solução deve suportar o recebimento de eventos/*logs* oriundos de um relay de syslog.

5.1.40. A solução deve ser capaz de exportar arquivos de eventos/*logs* em seu formato bruto, com possibilidade de gerar e verificar a informação de integridade desses arquivos.

5.1.41. A solução deve ser capaz de consultar, em periodicidade a ser determinada pela equipe de tratamento de incidentes de rede do CNJ (ETIR-CNJ), bases de conhecimento e inteligência de ameaças tanto em fontes abertas quanto fechadas, de forma a alimentar seus mecanismos, baseado em múltiplos eventos/*logs*, com identificação de potenciais problemas ou comportamentos anômalos.

## 5.2. ITEM 2: Manutenção e conservação

5.2.1. A manutenção e conservação de todos os equipamentos deverá ser prestada, com supervisão e autorização do fabricante da solução, sob demanda, de forma ininterrupta, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive feriados.

5.2.2. As peças/equipamentos substituídos bem como as versões de *firmware*/*software* instaladas deverão estar de acordo com os termos de garantia limitada da fabricante.

5.2.3. Os níveis de severidade e prazos de atendimento das ocorrências deverão ser classificados conforme tabela abaixo:

| Severidade | Descrição | Prazo para solução |
|---|---|---|
| Alta | Ocorrências que fazem com que o(s) equipamento(s) esteja(m) indisponível(eis) para uso. | 8 (oito) horas, contadas a partir do registro da ocorrência, caso não seja necessária reposição de peças/equipamentos ou caso haja necessidade de reposição de peças/equipamentos, o tempo máximo será de 24 (vinte e quatro) horas para solução definitiva. |
| Média | Ocorrências que afetam o funcionamento adequado do(s) equipamento(s), mas que não chegam a causar sua(s) indisponibilidade(s). | 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir do registro da ocorrência, caso não seja necessária reposição de peças/equipamentos ou caso haja necessidade de reposição de peças/equipamentos, o tempo máximo será de 48 (quarenta e oito) horas para solução definitiva. |
| Baixa | Ocorrências que não afetam o desempenho ou a disponibilidade do(s) equipamento(s). | 5(cinco) dias úteis para solução definitiva. |

***Tabela 5**- Níveis de severidade e prazos de atendimento*

5.2.4. Entende-se por solução definitiva aquela que venham subtrair defeitos e vícios ou substituir peças/equipamentos defeituosos ou atualizar *firmware*/*software*.

5.2.5. Caso a solução apresentada pela contratada não atenda as expectativas definidas nos níveis de severidade ou não seja definitiva, o chamado técnico será reaberto pelo Gestor do Contrato/Fiscal Técnico, e o prazo de atendimento continuará a contar a partir de sua interrupção para fins de aplicação de penalidades.

5.2.6. As atualizações e correções (*patches*) do *software* deverão estar disponibilizados via WEB ou fornecidas em mídia (CD ou DVD), quando desta forma forem solicitadas, sem quaisquer custos adicionais para o CNJ.

5.2.7. O acesso a base de conhecimento do fabricante deverá estar disponível via WEB, sem quaisquer custos adicionais para o CNJ.

## 5.3. ITEM 3: Suporte técnico especializado

5.3.1. A solução deverá possuir suporte técnico com atendimento remoto/presencial para solução de quaisquer problemas que impeçam o funcionamento adequado da solução;

5.3.2. Deverá existir mecanismo adequado para abertura e acompanhamento de chamados de suporte técnico durante a garantia, 24 h por dia, 7 dias por semana;

5.3.3. Os chamados de suporte técnico durante a garantia deverão ter seu atendimento iniciado no prazo máximo de 2 h, após sua abertura.

5.3.4. Os níveis de severidade e prazos de atendimento das ocorrências deverão ser classificados conforme tabela abaixo:

| Severidade | Descrição | Prazo para solução |
|---|---|---|
| Alta | Ocorrências que fazem com que o(s) equipamento(s) esteja(m) indisponível(eis) para uso. | 8 (oito) horas, contadas a partir do registro da ocorrência para solução definitiva. |
| Média | Ocorrências que afetam o funcionamento adequado do(s) equipamento(s), mas que não chegam a causar sua(s) indisponibilidade(s). | 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir do registro da ocorrência para solução definitiva. |
| Baixa | Ocorrências que não afetam o desempenho ou a disponibilidade do(s) equipamento(s). | 5(cinco) dias úteis para solução definitiva. |

***Tabela 6**- Níveis de severidade e prazos de atendimento*

5.3.5. Entende-se por solução definitiva aquela que atenda as expectativas definidas nos níveis de criticidade.

5.3.6. Caso a solução apresentada pela contratada não atenda as expectativas definidas nos níveis de severidade ou não seja definitiva, o chamado técnico será reaberto pelo Gestor do Contrato/Fiscal Técnico, e o prazo de atendimento continuará a contar a partir de sua interrupção para fins de aplicação de penalidades.

5.3.7. O CNJ reserva-se o direito de proceder quaisquer configurações ou, instalações, desde que tal iniciativa não implique em danos lógicos à

solução, sem que isto possa ser usado como pretexto pela contratada para se desobrigar do suporte técnico presencial.

## 5.4. ITEM 4: Instalação personalizada

5.4.1. A solução deve ser instalada, preferencialmente, nas dependências do CNJ;

5.4.2. A solução deve ser configurada para receber flow de pelo menos 02 (dois) dispositivos de rede apontados pela Equipe de Tratamento de Incidentes de Rede do CNJ (ETIR-CNJ);

5.4.3. A solução deve ser configurada para receber informações de eventos/logs de pelo 10 (dez) dispositivos apontados pela Equipe de Tratamento de Incidentes de Rede do CNJ (ETIR-CNJ);

5.4.4. A solução deve ser configurada para receber informações de tráfego de pacotes de pelo menos 2 (dois) segmentos de rede apontados pela Equipe de Tratamento de Incidentes de Rede do CNJ (ETIR-CNJ);

5.4.5. Deverá ser apresentada documentação técnica detalhada contendo todas informações referentes a instalação e a configuração de todos os itens da solução.

## 5.5. ITEM 5: Treinamento

5.5.1. Deverá ser fornecido treinamento oficial, com carga horária mínima de 40 horas semanais, abarcando o conteúdo necessário para a perfeita compreensão e operação de todos os requisitos da solução.

5.5.2. O treinamento deverá ser fornecido para 3 servidores, detentores de cargos efetivos, do CNJ.

5.5.3. Ao final do treinamento, deverá ser fornecido um certificado de conclusão, contendo as seguintes informações mínimas: nome do curso, nome do instruendo, carga horária total e ementa do treinamento;

5.5.4. A Contratada deverá aplicar o Formulário de Avaliação, conforme modelo constante no Anexo B deste Termo de Referência;

a. No questionário, será utilizada escala de até 5 (cinco) pontos para cada quesito. No mínimo 70% dos participantes deverão atribuir grau igual ou superior a 3 (três), para o item avaliado ser considerado proveitoso;

b. O resultado da Avaliação será utilizado como critério de aceitação do treinamento, devendo ser considerado pela amostra de participantes como "proveitoso" para no mínimo 70% (setenta por cento) dos itens avaliados;

c. Caso o resultado da Avaliação de Instrutor seja considerado "não proveitoso", o treinamento fornecido será considerado não aceito.

5.5.5. Na hipótese de não aceitação, a Contratada deve oferecer outro treinamento, com a mesma carga horária, com outro instrutor, sem qualquer ônus para o CNJ;

5.5.6. O novo treinamento deverá ser realizado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da não aceitação do CNJ, considerando-se os critérios estabelecidos;

5.5.7. Na hipótese de o resultado do segundo treinamento ser "não proveitoso", o objeto será considerado não aceito, caracterizando inexecução total da obrigação, aplicando-se as sanções previstas contratualmente.

### 5.6. Central de atendimento para ocorrências (itens 2 e 3)

5.6.1. O registro de ocorrências de suporte técnico presencial e de manutenção e conservação serão feitas exclusivamente por meio de chamado técnico, que deverá conter as seguintes informações: número de identificação exclusivo; data e hora do início da ocorrência; descrição da ocorrência; nível de criticidade; providências adotadas para o diagnóstico; indicação de solução provisória e/ou solução definitiva; data e hora do término da ocorrência, com solução definitiva; identificação do técnico do CNJ que solicitou e validou o chamado técnico; identificação do técnico da contratada responsável pela execução do chamado técnico, bem como outras informações pertinentes.

5.6.2. Deverá existir canal de atendimento para realização e acompanhamento de chamados técnicos, com acesso permanente para os técnicos do CNJ, contemplando no mínimo, sítio eletrônico e telefone 0800 (gratuito) ou telefone local em Brasília.

5.6.3. O Relatório Gerencial dos Ocorrência (RGS) deverá conter as seguintes informações:

a. As informações, na íntegra, do chamado técnico realizado;

b. Recomendações de boas práticas do fabricante e gestão de continuidade da solução.

5.6.4. Deverão ser providas informações, assistência e orientação para diagnósticos, avaliações e resolução de problemas, características dos produtos e demais atividades relacionadas à correta operação e funcionamento da solução.

5.6.5. Quando o suporte técnico presencial ou a manutenção e conservação for solicitada, o atendimento deverá ser iniciado imediatamente, independente do meio utilizado para a abertura do chamado técnico.

5.6.6. Na abertura do chamado técnico, o técnico do CNJ definirá um nível de criticidade.

## ANEXO A – TABELA SÍNTESE RELATÓRIO GERENCIAL DE SERVIÇO

ITEM 2: MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

| Número do Chamado | Data/Hora registro da ocorrência | Descrição da ocorrência | Nível de Severidade | Data/Hora da solução Definitiva | Prazo transcorrido | Responsável contratada | Responsável contratante |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | |

ITEM 3: SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO

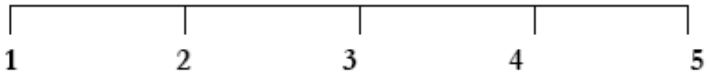
| Número do Chamado | Data/Hora registro da ocorrência | Descrição da ocorrência | Nível de Severidade | Data/Hora da solução Definitiva | Prazo transcorrido | Responsável contratada | Responsável contratante |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | |

## ANEXO B – FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DO TREINAMENTO

Caro participante,

Este instrumento de avaliação objetiva conhecer o seu **grau de satisfação em relação ao curso** de que acaba de participar. A sua opinião é fundamental para que possamos melhorar cada vez mais a qualidade dos eventos oferecidos.

Solicitamos que responda às questões a seguir, utilizando a escala abaixo. Não é necessário se identificar.




Discordo Totalmente — Concordo Totalmente

I - Quanto ao INSTRUTOR:

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 1. Domínio do assunto | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 2. Clareza e objetividade na exposição do assunto | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 3. Utilização de exemplos práticos aplicáveis ao CNJ | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 4. Administração do tempo previsto | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 5. Estímulo à participação do grupo | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 6. Flexibilidade nas discussões | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 7. Presteza e clareza no atendimento às dúvidas | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 8. Organização e didática utilizada | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 9. Capacidade de administrar situações imprevistas | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 10. Cumprimento do conteúdo proposto | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |

II- Quanto ao DESEMPENHO PESSOAL:

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 1. Motivação | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 2. Nível de comprometimento | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 3. Pontualidade | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |

III- Quanto ao CONTEÚDO DO EVENTO:

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 1. Aquisição de novos conhecimentos | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 2. Aplicabilidade às atividades desenvolvidas no CNJ | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 3. Desenvolvimento do conteúdo | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |

IV- Quanto à ORGANIZAÇÃO DO EVENTO:

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 1. Divulgação do curso | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 2. Horário de realização | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 3. Local de realização | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 4. Material didático (apostila, textos, etc.) | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 5. Recursos audiovisuais | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 6. Equipe de apoio | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |

V- Quanto à AVALIAÇÃO GERAL:

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 1. Aproveitamento do curso | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 2. Atendimento às expectativas | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 3. Coerência entre o proposto e o realizado | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 4. Adequação do curso em relação às demandas do trabalho | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |

Comente sobre o curso:

_____

Apresente suas sugestões, elogios e/ou críticas:

_____

# ANEXO C – NÍVEIS DE SERVIÇO EXIGIDOS (NSE)

| **NS01 - Índice de atendimento de chamados técnicos de severidade alta** | |
|---|---|
| **Item** | **Descrição** |
| Finalidade | Minimizar os efeitos de indisponibilidade do equipamento. |
| Metas a cumprir | Solução definitiva de cada chamado técnico |
| Instrumento de medição | Chamados Técnicos |
| Forma de acompanhamento | Relatório Gerencial de Serviço – RGS |
| Periodicidade | Mensal |
| Mecanismo de Cálculo | Porcentagem de chamados técnicos com solução definitiva |
| Início da Vigência | Termo de Recebimento Definitivo item 1 e item 4 |
| Faixas de ajustes no pagamento | Maior que 90% - 100% da parcela mensal<br>Entre 80% e 90% - 75% da parcela mensal<br>Menor que 80% - 50% da parcela mensal |
| Sanções | Menor que 80% - Multa de 10% do valor global do contrato |

***Tabela B.1*** *– Níveis de Serviço Exigidos para os chamados de severidade alta*

| **NS 02 - Índice de atendimento de chamados técnicos de severidade média** | |
|---|---|
| **Item** | **Descrição** |
| Finalidade | Minimizar os efeitos das falhas ocorridas no equipamento. |
| Metas a cumprir | Solução definitiva de cada chamado técnico |
| Instrumento de medição | Chamados Técnicos |
| Forma de acompanhamento | Relatório Gerencial de Serviço – RGS |
| Periodicidade | Mensal |
| Mecanismo de Cálculo | Porcentagem de chamados com solução definitiva |
| Início da Vigência | Termo de Recebimento Definitivo item 1 e item 4 |
| Faixas de ajustes no pagamento | Maior que 90% - 100% da parcela mensal<br>Entre 80% e 90% - 75% da parcela mensal<br>Menor que 80% - 50% da parcela mensal |
| Sanções | Menor que 80% - Multa de 5% do valor global do contrato |

***Tabela B.2*** *– Níveis de Serviço Exigidos para os chamados de severidade média*

| **NS03 - Índice de atendimento de chamados técnicos de severidade baixa** | |
|---|---|
| **Item** | **Descrição** |
| Finalidade | Garantir que os chamados técnicos que não requeiram atendimento imediato sejam realizados dentro do prazo estabelecido. |
| Metas a cumprir | Solução definitiva de cada chamado técnico |
| Instrumento de medição | Chamados Técnicos |
| Forma de acompanhamento | Relatório Gerencial de Serviço – RGS |
| Periodicidade | Mensal |
| Mecanismo de Cálculo | Porcentagem de chamados com solução definitiva |
| Início da Vigência | Termo de Recebimento Definitivo item 1 e item 4 |
| Faixas de ajustes no pagamento | Maior que 90% - 100% da parcela mensal<br>Entre 80% e 90% - 75% da parcela mensal<br>Menor que 80% - 50% da parcela mensal |
| Sanções | Menor que 80% - Advertência |

***Tabela B.3*** *– Níveis de Serviço Exigidos para os chamados de severidade baixa.*

# ANEXO D –TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

O Conselho Nacional de Justiça, sediado em SEPN Quadra 514 norte, lote 9, Bloco D, em Brasília – Distrito Federal, CNPJ n.° 07.421.906/0001-29 doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a <NOME DA EMPRESA>, sediada em <ENDEREÇO> , CNPJ n.° <CNPJ>, doravante denominada CONTRATADA;

CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO N.º XX/20XX doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação do CONTRATANTE;

Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições

**Cláusula Primeira – DO OBJETO**

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sensíveis e sigilosas, disponibilizadas pelo CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõe o Decreto n. 7.845/2012- Salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado.

**Cláusula Segunda – DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES**

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

Informação: é o conjunto de dados organizados de acordo com procedimentos executados por meios eletrônicos ou não, que possibilitam a realização de atividades específicas e/ou tomada de decisão.

Informação Pública ou Ostensiva: são aquelas cujo acesso é irrestrito, obtida por divulgação pública ou por meio de canais autorizados pelo CONTRATANTE.

Informações Sensíveis: são todos os conhecimentos estratégicos que, em função de seu potencial no aproveitamento de oportunidades ou desenvolvimento nos ramos econômicos, político, científico, tecnológico, militar e social, possam beneficiar a Sociedade e o Estado brasileiros.

Informações Sigilosas: são aquelas cujo conhecimento irrestrito ou divulgações possam acarretar qualquer risco à segurança da sociedade e do Estado, bem como aquelas necessárias ao resguardo da inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.

**Cláusula Terceira – DAS INFORMAÇÕES SIGILOSAS**

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação escrita ou oral, revelada a outra parte, contendo ou não a expressão confidencial e/ou reservada. O TERMO informação abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades do CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

**Parágrafo Primeiro** – Comprometem-se, as partes, a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas informações, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

**Parágrafo Segundo** – As partes deverão cuidar para que as informações sigilosas fiquem restritas ao conhecimento das pessoas que estejam diretamente envolvidas nas atividades relacionadas à execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL.

**Parágrafo Terceiro** – As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

I – Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação;

II – Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;

III – Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis

**Cláusula Quarta – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES**

As partes se comprometem e se obrigam a utilizar a informação sigilosa revelada pela outra parte exclusivamente para os propósitos da execução do CONTRATO PRINCIPAL, em conformidade com o disposto neste TERMO.

**Parágrafo Primeiro** – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio do CONTRATANTE.

**Parágrafo Segundo** – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência ao CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

**Parágrafo Terceiro** – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa do CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo CONTRATANTE.

**Parágrafo Quarto** – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as informações deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

**Parágrafo Quinto** – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

**Parágrafo Sexto** - A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das informações, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das Informações Proprietárias por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III – Comunicar ao CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das informações, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

**Cláusula Quinta – DA VIGÊNCIA**

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

**Cláusula Sexta – DAS PENALIDADES**

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das informações, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

**Cláusula Sétima – DISPOSIÇÕES GERAIS**

Este TERMO é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL. **Parágrafo Primeiro** – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações deles decorrentes, ou se constatando casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

**Parágrafo Segundo** – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

**Parágrafo Terceiro** – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I – O CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pelo CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentações brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar Informações Sigilosas para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

**Cláusula Oitava – DO FORO**

O CONTRATANTE elege o foro da <CIDADE DO CONTRATANTE>, onde está localizada a sede do CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes na forma eletrônica, nos termos da Lei n. 11.419/2006 e da Instrução Normativa CNJ n. 67/2015.

_____, _____ de _____ de 20____

<ASSINATURA DO CONTRANTANTE> - Nome/Matricula

<ASSINATURA DO CONTRATADA> - nome/identificação

## ANEXO E –PLANILHA DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS TÉCNICOS

| | | | |
|---|---|---|---|
| Marca: | | | |
| Modelo: | | | |
| Fabricante | | | |
| Item | Documento | Página | Localização |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |

Poder Judiciário

**Conselho Nacional de Justiça**

# Estudos Preliminares

## *Inteligência Cibernética*

# SUMÁRIO

1 VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (Art. 14) ..... 4
1.1 Contextualização ..... 4
1.2 Definição e Especificação dos Requisitos da Demanda (Art. 14, I) ..... 5
1.2.1 Necessidade 1: Console de administração, configuração, investigação, análise e resposta 5
*1.2.2 Necessidade 2: Capacidade de capturar, tratar, armazenar e analisar pacotes de tráfego de rede* ..... 6
*1.2.3 Necessidade 3: Capacidade de capturar, tratar, armazenar e analisar eventos/logs/flow* ..... 7
*1.2.4 Necessidade 4: Capacidade de reter informações de pacotes e eventos/logs/flow* 9
*1.2.5 Necessidade 5: Garantia da solução* ..... 9
*1.2.6 Necessidade 6: Suporte técnico da solução* ..... 9
*1.2.7 Necessidade 7: Treinamento para uso da solução* ..... 10
1.2.8 *Necessidade 8: Manutenção do Sigilo das informações.* ..... 10
*1.2.9 Necessidade 9: Instalação* ..... 10
1.3 Soluções Disponíveis no Mercado de TIC (Art. 14, I, a) ..... 11
1.3.1 Soluções de TIC (Art. 14, I, a) ..... 11
1.3.2 Contratações Públicas Similares (Art. 14, I, b) ..... 12
1.3.3 Outras Soluções Disponíveis (Art. 14, II, a) ..... 13
1.3.4 Portal do Software Público Brasileiro (Art. 14, II, b) ..... 13
1.3.5 Alternativa no Mercado de TIC (Art. 14, II, c) ..... 13
1.3.6 Modelo Nacional de Interoperabilidade – MNI (Art. 14, II, d) ..... 13
1.3.7 Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil (Art. 14, II, e) ..... 13
1.3.8 Modelo de Requisitos Moreq-Jus (Art. 14, II, f) ..... 13
1.4 Análise dos Custos Totais da Demanda (Art. 14, III) ..... 13
1.5 Escolha e Justificativa da Solução (Art. 14, IV) ..... 15
1.5.1 Descrição da Solução (Art. 14, IV, a) ..... 16
1.5.2 Alinhamento da Solução (Art. 14, IV, b) ..... 16
1.5.3 Benefícios Esperados (Art. 14, IV, c) ..... 17

1.5.4 Relação entre a Demanda Prevista e a Contratada (Art. 14, IV, d) ..... 17
1.5.5 Adequação do Ambiente do Órgão (Art. 14, V, a, b, c, d, e, f) ..... 18
Não serão necessários ajustes do ambiente computacional do CNJ que venha a gerar algum impacto financeiro ou de pessoal. ..... 18
1.5.6 Orçamento Estimado (Art. 14, II, g) ..... 18
2 SUSTENTAÇÃO DO CONTRATO (Art. 15) ..... 18
2.1 Recursos Materiais e Humanos (Art. 15, I) ..... 18
2.2 Descontinuidade do Fornecimento (Art. 15, II) ..... 18
2.3 Transição Contratual (Art. 15, III, a, b, c, d, e) ..... 18
2.4 Estratégia de Independência Tecnológica (Art. 15, IV, a, b) ..... 19
3 ESTRATÉGIA PARA A CONTRATAÇÃO (Art. 16) ..... 19
3.1 Natureza do Objeto (Art. 16, I) ..... 19
3.2 Parcelamento do Objeto (Art. 16, II) ..... 19
3.3 Adjudicação do Objeto (Art. 16, III) ..... 20
3.4 Modalidade e Tipo de Licitação (Art. 16, IV) ..... 20
3.5 Classificação e Indicação Orçamentária (Art. 16, V) ..... 20
3.6 Vigência da Prestação de Serviço (Art. 16, VI) ..... 21
3.7 Equipe de Apoio à Contratação (Art. 16, VII) ..... 21
3.8 Equipe de Gestão da Contratação (Art. 16, VIII) ..... 21
4 ANÁLISE DE RISCOS ..... 22
Anexo A ..... 24
Lista de Potenciais Fornecedores ..... 24
Anexo B ..... 25
Contratações Públicas Similares ..... 25
Anexo C ..... 35
Detalhamento das Estimativas de Custo ..... 35

# 1 VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (ART. 14)

## 1.1 Contextualização

Atualmente os ataques cibernéticos são uma realidade latente e têm afetado diversos órgãos governamentais, ocasionando grandes prejuízos tais como: parada na prestação de serviços ao cidadão e roubo de informações protegidas por sigilo legal. Exemplo disso foi o ataque do *ransomware* "*Wanna Cry*" que afetou, de maneira significativa, a operação de sistemas de informação do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), sendo este incidente amplamente divulgado na mídia.

Neste diapasão, faz-se mister lembrar que o CNJ dispõe de plataformas digitais de suma importância para a sociedade e que possuem alcance nacional. Desta forma, podemos citar o Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP), que na sua versão 2.0 tem por objetivo fazer um levantamento preciso da situação da população carcerária no país. Um ataque cibernético bem-sucedido contra esse sistema poderia gerar efeitos adversos, como mudança da situação prisional de um custodiado de "privação de liberdade" para "liberdade" e vice-versa.

Com o fito de gerar evidências para fins de investigação de incidentes cibernéticos, o CNJ coleta e armazena uma grande quantidade de eventos/*logs* de segurança gerados por diversos sistemas computacionais tais como de autenticação, de *firewall*, de antivírus, de auditoria, de intrusão, entre outros. A excessiva quantidade de dados, o processamento isolado em cada solução e o armazenamento distribuído desses eventos acabam por dificultar o reconhecimento e análise de eventuais ameaças cibernéticas que tenham comprometido a confidencialidade e integridade dos dados gerenciados por este Conselho.

Ademais, o CNJ não dispõe de mecanismos computacionais capazes de armazenar, indexar e analisar o tráfego de pacotes de rede, identificado padrões comportamentais de indícios de incidentes cibernéticos em tempo real, o que faz com que a equipe de resposta a incidentes atue basicamente de maneira reativa e com fonte, apenas, nas evidências armazenadas estaticamente nos dispositivos de segurança da informação.

Como a quantidade de eventos/*logs*/*flows* de segurança e outras informações relacionadas dificultam a identificação manual e análise dos incidentes de segurança, o desafio, neste caso, concentra-se na necessidade de centralizar os eventos/*logs*/*flows* de segurança e tráfego independente da solução que os gerou, relacionando-os e provendo inteligência, a fim de facilitar o trabalho do analista de segurança, possibilitando um monitoramento contínuo e resposta ao incidente em tempo hábil.

Nesse cenário difuso, uma forma de mitigar essa atuação reativa transformando-a em proativa, bem como centralizar as informações de eventos/*logs*/*flows* e tráfego de pacotes em repositórios centralizados, seria buscando no mercado de TIC soluções de segurança cibernética capaz de prover inteligência no processo de investigação de

incidentes de segurança da informação, aumentando a eficiência e eficácia da equipe de resposta a incidentes do CNJ.

## 1.2 Definição e Especificação dos Requisitos da Demanda (Art. 14, I)

Com esse instrumento pretende-se dispor de uma solução capaz de criar uma consciência situacional acerca da dinâmica dos incidentes cibernéticos no âmbito dos ativos computacionais do CNJ, considerando as seguintes necessidades que materializam a demanda:

### 1.2.1 Necessidade 1: Console de administração, configuração, investigação, análise e resposta

***1.2.1.1*** ***Requisito 1.1:*** A solução deve permitir a administração, configuração, investigação, análise e resposta, de forma centralizada e, preferencialmente, em um único console, dos recursos para captura de pacotes e eventos/*logs*/*flows*.

***1.2.1.2*** ***Requisito 1.2:*** O console deve ser acessado via protocolos *web*, mandatoriamente a partir de qualquer navegador, sem a necessidade de instalação de *plug-ins* ou recursos adicionais.

***1.2.1.3*** ***Requisito 1.3:*** A solução deve permitir, via console, a configuração de papéis /perfis de acesso ao conteúdo de dados e metadados de pacotes e eventos/*logs*/*flows*, auditoria de operação e administração da solução, além de se integrar com os recursos de autenticação e autorização disponíveis no CNJ.

***1.2.1.4*** ***Requisito 1.4:*** A solução deve possuir, via console, relatórios de captura de pacotes e eventos/*logs*/*flows* pré-configurados, além de permitir a criação e customização de outros tipos de relatórios, sendo a geração de forma manual e/ou automática, com o recurso de envio desses relatórios por e-mail.

***1.2.1.5*** ***Requisito 1.5:*** A solução deve permitir a investigação e a análise de incidentes de segurança da informação a partir de dados provenientes da captura de pacotes e eventos/*logs*/*flows*, relacionando-os de tal forma que a partir da captura de pacotes seja possível visualizar os eventos/*logs* relacionados a mesma e vice-versa, tudo através do console.

**1.2.1.6** ***Requisito 1.6:*** A solução deve possuir regras pré-configuradas de captura de pacotes e eventos/logs para a geração de alertas de ameaças cibernéticas de forma automática, além de permitir a criação e customização, via console, de novas regras de alertas, com o recurso de envio desses alertas por e-mail.

*1.2.1.7* ***Requisito 1.7:*** A solução deve ser capaz de criar e configurar painéis contendo informações relevantes referentes a captura de pacotes e eventos/*logs*/*flows*, de forma centralizada e, preferencialmente, em um único console.

*1.2.1.8* ***Requisito 1.8:*** A solução deve permitir buscas, via console, utilizando filtros, expressões regulares e palavras-chave em todo o conteúdo de dados/metadados armazenados, seja ele pacotes ou eventos/*logs*/*flows*.

1.2.1.9 ***Requisito 1.9:*** A solução deve permitir a criação e customização de interpretadores capazes de reconhecer diversos protocolos/aplicações presentes nos dados constantes nos pacotes e eventos/*logs*/*flows*, incluindo padrões abertos, proprietários e/ou não estruturados em RFC (Request for comments), de forma centralizada e, preferencialmente, em um único console.

*1.2.1.10* ***Requisito 1.10:*** A solução deve possuir, via console, um ambiente que ofereça um mecanismo de testes (debug), visando à redução de erros de lógica e sintaxe na criação e customização de interpretadores.

*1.2.1.11* ***Requisito 1.11:*** A solução deve ser capaz de gerenciar, via console, as informações de dados/metadados de pacotes e eventos/*logs*/*flows* arquivados em área de armazenamento disponibilizado pelo CNJ, podendo resgatar quaisquer informações em períodos a serem especificados pela equipe de tratamento de incidentes de rede do CNJ (ETIR-CNJ), para fins de realização de novas investigações.

*1.2.1.12* ***Requisito 1.12:*** A solução deve ser capaz de visualizar, via console, as informações de saúde e desempenho de todo o ambiente da solução, incluído *softwares* e equipamentos.

### *1.2.2 Necessidade 2: Capacidade de capturar, tratar, armazenar e analisar pacotes de tráfego de rede*

*1.2.2.1* ***Requisito 2.1:*** A solução deve ser capaz de capturar, processar e armazenar todos os pacotes (IPv4 e IPv6) de um ou mais segmentos de rede, no seu formato bruto e de forma passiva, sem introduzir latência nos segmentos de rede inspecionados e sem perda de pacotes.

*1.2.2.2* ***Requisito 2.2:*** A solução deve ser capaz de criar, armazenar e indexar uma estrutura otimizada de dados (metadados) proveniente dos pacotes capturados em formato bruto, extraindo informações comuns a todos eles.

*1.2.2.3* ***Requisito 2.3:*** A solução deve possuir mecanismos computacionais capazes de identificar tráfego anômalo e/ou malicioso, gerando alertas tanto no console quanto os enviando por e-mail.

*1.2.2.4* ***Requisito 2.4:*** A solução deve possuir capacidade de remontar sessões, em diversos protocolos, com base nos pacotes armazenados.

*1.2.2.5* ***Requisito 2.5:*** A solução deve permitir a análise de dados na camada de aplicação do modelo TCP/IP, a partir de parâmetros pré-definidos e/ou customizados.

*1.2.2.6* ***Requisito 2.6:*** A solução deve ser capaz de consultar, em periodicidade a ser determinada pela Equipe de Tratamento de Incidentes de Rede do CNJ (ETIR-CNJ), bases de conhecimento e inteligência de ameaças, tanto em fontes abertas quanto fechadas, de forma a alimentar seus mecanismos com identificação de tráfego anômalo e/ou malicioso.

*1.2.2.7* ***Requisito 2.7:*** A solução deve ser capaz de possuir mecanismos que assegurem que os pacotes capturados não sofreram violação de integridade e sigilo.

*1.2.2.8* ***Requisito 2.8:*** A solução deve ser capaz de exportar e importar arquivos contendo pacotes de tráfego de rede em seu formato bruto, com possibilidade de gerar e verificar a informação de integridade desses arquivos.

*1.2.2.9* ***Requisito 2.9:*** A solução deve ser capaz de permitir o download de arquivos presentes em qualquer sessão de tráfego de pacotes de rede.

*1.2.2.10* ***Requisito 2.10:*** A solução deve ser capaz de identificar a troca de extensão de arquivos em qualquer sessão de tráfego de pacotes de rede.

*1.2.2.11* ***Requisito 2.11:*** A solução deve possuir a capacidade de identificação de protocolo pelo conteúdo das sessões de tráfego de pacotes de rede, independente da porta utilizada de comunicação.

*1.2.2.12* ***Requisito 2.12:*** A solução deve possuir capacidade nativa de descriptografar uma sessão de rede criptografada em qualquer protocolo da camada de aplicação da pilha TCP/IP, tendo conhecimento da chave privada de criptografia utilizada na transmissão, sem requerer o uso de soluções externas.

*1.2.2.13* ***Requisito 2.13:*** A solução deve possuir capacidade de suportar a captura de um volume de tráfego de 500 Mbps, a partir do espelhamento de interfaces de rede a 1Gbps ou 10Gbps disponibilizadas pelo CNJ.

### *1.2.3 Necessidade 3: Capacidade de capturar, tratar, armazenar e analisar eventos/logs/flow*

*1.2.3.1* ***Requisito 3.1:*** A solução deve ser capaz de capturar, processar e armazenar os eventos/*logs*/*flows* nativos, de todos os ativos de informação inventariados no

CNJ, em seu formato bruto, de forma passiva e sem a necessidade de utilizar um tipo de formato pré-definido ou de agente de coleta.

1.2.3.2 ***Requisito3.2:*** A solução deve ser capaz de criar, armazenar e indexar uma estrutura otimizada de dados (metadados) proveniente dos eventos/logs em formato bruto, extraindo informações comuns a todos eles.

1.2.3.3 ***Requisito 3.3:*** A solução deve ser capaz de realizar o correlacionamento de eventos/logs em tempo real.

1.2.3.4 ***Requisito3.4:*** A solução deve possuir mecanismos computacionais capazes de identificar potenciais problemas ou comportamentos anômalos, baseado em múltiplos eventos/*logs*, gerando alertas tanto no console centralizado quanto os enviando por e-mail.

1.2.3.5 ***Requisito 3.5:*** A solução deve ser capaz de possuir mecanismos que assegurem que os eventos/*logs*/*flows* capturados não sofreram violação de integridade.

1.2.3.6 ***Requisito 3.6:*** A solução deve ser capaz de permitir que os eventos/*logs* sejam enriquecidos com informações adicionais a estrutura otimizada de dados (metadados), a serem definidas pela Equipe de Tratamento de Incidentes de Redes do CNJ (ETIR-CNJ).

1.2.3.7 ***Requisito 3.7:*** A solução deve ser capaz de gerar alertas, via e-mail ou console, caso algum ativo de informação monitorado pare de enviar eventos/*logs*/*flows*.

1.2.3.8 ***Requisito 3.8:*** A solução deve suportar o recebimento de eventos/*logs* no formato Common Event Format (CEF).

1.2.3.9 ***Requisito 3.9:*** A solução deve suportar o recebimento de eventos/logs oriundos de um *relay* de *syslogs*.

1.2.3.10 ***Requisito 3.10:*** A solução deve suportar nativamente a coleta de 80.000 *flows por segundo.*

1.2.3.11 ***Requisito 3.11:*** A solução deve ser capaz de exportar arquivos de eventos/logs em seu formato bruto, com possibilidade de gerar e verificar a informação de integridade desses arquivos.

1.2.3.12 ***Requisito 3.12:*** A solução deve ser capaz de consultar, em periodicidade a ser determinada pela equipe de tratamento de incidentes de rede do CNJ (ETIR-CNJ), bases de conhecimento e inteligência de ameaças tanto em fontes abertas quanto fechadas, de forma a alimentar seus mecanismos, baseado em múltiplos

eventos/*logs*, com identificação de potenciais problemas ou comportamentos anômalos.

1.2.3.13 ***Requisito 3.13:*** A solução deve possuir capacidade de suportar a captura de um volume de eventos/*log*s de 30GB/dia, oriundos de ativos de informação do CNJ.

### *1.2.4 Necessidade 4: Capacidade de reter informações de pacotes e eventos/logs/flow*

1.2.4.1 ***Requisito 4.1:*** A solução deve ser capaz de reter, por pelo menos 15 (quinze) dias, informações de dados brutos de pacotes, considerando o volume de tráfego de rede inspecionado 250 Mbps.

1.2.4.2 ***Requisito 4.2:*** A solução deve ser capaz de reter, por pelo menos 6 (seis) meses, informações de dados brutos, considerando o volume de 30 GB/dia de eventos/*logs* e 3.000 *flows*/s.

1.2.4.3 ***Requisito 4.3:*** A solução deve ser capaz de reter informações de metadados de pacotes e eventos/*logs*/*flows* por pelo menos 12 (doze) meses.

1.2.4.4 ***Requisito 4.4:*** A solução deve ser capaz de, ao final de cada período de retenção informado nos itens 1.2.4.1, 1.2.4.2 e 1.2.4.3, proceder a compactação e o arquivamento das informações de dados e metadados em área de armazenamento preferencialmente a ser disponibilizada pelo CNJ.

### *1.2.5 Necessidade 5: Garantia da solução*

1.2.5.1 ***Requisito 5.1:*** A solução deverá ter garantia por 20 (vinte) meses, incluído: funcionamento adequado do software/firmware, atualizações de software/firmware, substituição de peças ou equipamentos, além de atualizações das bases de conhecimento.

### *1.2.6 Necessidade 6: Suporte técnico da solução*

1.2.6.1 ***Requisito 6.1:*** A solução deverá possuir suporte técnico com atendimento remoto/presencial para solução de quaisquer problemas que impeçam o funcionamento adequado da solução.

1.2.6.2 ***Requisito 6.2:*** Deverá existir mecanismo adequado para abertura e acompanhamento de chamados de suporte técnico durante a garantia , 24 h por dia, 7 dias por semana.

1.2.6.3 ***Requisito 6.3:*** Os chamados de suporte técnico durante a garantia deverão ter seu atendimento iniciado no prazo máximo de 2 h, após sua abertura.

*1.2.6.4* ***Requisito 6.4:*** Todos os chamados de suporte técnico durante a garantia deverão ser resolvidos, com solução definitiva, nos prazos máximos definidos de acordo com a gravidade do problema, uma vez iniciado seu atendimento.

### *1.2.7 Necessidade 7: Treinamento para uso da solução*

*1.2.7.1* ***Requisito 7.1:*** Deverá ser fornecido treinamento oficial, com carga horária mínima de 40 h semanais, abarcando o conteúdo necessário para a perfeita compreensão e operação de todos os requisitos da solução.

*1.2.7.2* ***Requisito 7.2:*** O treinamento deverá ser fornecido para 3 (três) servidores, detentores de cargos efetivos, do CNJ.

*1.2.7.3* ***Requisito 7.3:*** Ao final do treinamento, deverá ser fornecido um certificado de conclusão, contendo as seguintes informações mínimas: nome do curso, nome do instruendo, carga horária total e ementa do treinamento.

### 1.2.8 *Necessidade 8: Manutenção do Sigilo das informações.*

*1.2.8.1* ***Requisito 8.1:*** As informações de dados/metadados de pacotes e eventos/*logs*/*flows* deverão ser mantidas sob sigilo, em ambiente controlado e de segurança, e com acesso exclusivo para servidores, detentores de cargo efetivo, do CNJ.

### *1.2.9 Necessidade 9: Instalação*

*1.2.9.1* ***Requisito 9.1:*** A solução deve ser instalada, preferencialmente, nas dependências do CNJ.

*1.2.9.2* ***Requisito 9.2:*** A solução deve ser configurada para receber *flow* de pelo menos 02 (dois) dispositivos de rede apontados pela Equipe de Tratamento de Incidentes de Rede do CNJ (ETIR-CNJ).

*1.2.9.3* ***Requisito 9.3:*** A solução deve ser configurada para receber informações de eventos/*logs* de pelo 10 (dez) dispositivos apontados pela Equipe de Tratamento de Incidentes de Rede do CNJ (ETIR-CNJ).

*1.2.9.4* ***Requisito 9.4:*** A solução deve ser configurada para receber informações de tráfego de pacotes de pelo menos 2 (dois) segmentos de rede apontados pela Equipe de Tratamento de Incidentes de Rede do CNJ (ETIR-CNJ).

*1.2.9.5* ***Requisito 9.5:*** Deverá ser apresentada documentação técnica detalhada contendo todas informações referentes a instalação e a configuração de todos os itens da solução.

## 1.3 Soluções Disponíveis no Mercado de TIC (Art. 14, I, a)

### 1.3.1 Soluções de TIC (Art. 14, I, a)

Considerando as necessidades e os requisitos que materializam essa demanda, vislumbra-se no mercado de TIC as seguintes possibilidades de solução:

- Solução 1: Serviço continuado de inteligência cibernética, incluindo acesso ilimitado ao console preferencialmente único para investigação e analise de incidentes cibernéticos, suporte técnico, instalação e treinamento.
- Solução 2: Aquisição de solução de inteligência cibernética, incluindo licenças de *software*, equipamentos, garantia , suporte, instalação e treinamento.

#### *1.3.1.1 Solução 1: Serviço continuado de inteligência cibernética, incluindo acesso ilimitado ao console preferencialmente único para investigação e análise de incidentes cibernéticos, suporte técnico, instalação e treinamento.*

Nessa alternativa de solução, a contratação estaria pautada em empresa especializada capaz de fornecer, de maneira continuada e como serviço, toda a infraestrutura necessária para realizar a coleta, armazenamento, tratamento e análise de dados oriundos da captura de pacotes e de eventos/*logs*/*flows* produzidos pelos ativos de informação do CNJ.

A equipe de tratamento de incidentes de rede do CNJ (ETIR-CNJ), teria acesso ilimitado ao console, preferencialmente único, atendendo completamente as necessidades e requisitos elencados no item 1.2 deste Estudos Técnico Preliminar, para a realização de investigação e análise de incidentes cibernéticos e suporte técnico por um período continuado de 20 (vinte) meses.

#### *1.3.1.2 Solução 2: Aquisição de solução de inteligência cibernética incluindo licenças de uso de software, equipamentos, garantia , suporte, instalação e treinamento.*

Já para essa alternativa de solução, a empresa especializada deverá fornecer ao CNJ licenças de uso de software e equipamentos que atendam completamente todas as necessidades e requisitos elencados no item 1.2 deste Estudo Preliminar, além de garantia , suporte técnico, instalação e treinamento.

As licenças de uso de software e os equipamentos integrarão o patrimônio do CNJ. Ademais, a garantia e suporte técnico serão prestados, sob demanda, durante 20 (vinte) meses.

### 1.3.2 Contratações Públicas Similares (Art. 14, I, b)

Os seguintes órgãos realizaram contratações cujo objeto apresentam similaridades quanto as alternativas de solução propostas neste Estudo Preliminar, sendo as evidências dos processos licitatórios disponíveis no anexo B:

#### *1.3.2.1 Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)*

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), por meio do edital de Pregão Eletrônico n° 09/2017, realizou a contratação de solução similar a alternativa apresentada no item 1.3.1.1 deste Estudo Preliminar, porém abrangeu um rol de serviços adicionais que vão além dos demandados pelo CNJ.

#### *1.3.2.2 Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)*

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), por meio do edital de Pregão Eletrônico n° 46/2014, realizou a contratação de solução similar a alternativa apresentada no item 1.3.1.2 deste Estudo Preliminar, diferenciando-se basicamente características de volumetria e tempo de retenção dos dados.

#### *1.3.2.3 Telecomunicações Brasileiras S/A – (TELEBRAS)*

A Telecomunicações Brasileiras S/A – (TELEBRAS), por meio do Pregão Eletrônico n° 20/2016, realizou a contratação de solução similar e atende em parte a alternativa apresentada no item 1.3.1.2 deste Estudo Preliminar, diferenciando-se basicamente características de volumetria e tempo de retenção dos dados.

#### *1.3.2.4 Caixa Econômica Federal – (CEF)*

A Caixa Econômica Federal – (CEF), por meio do Pregão Eletrônico n° 007/7066-2015 – GILOG/BR, realizou a contratação de solução similar a alternativa apresentada no item 1.3.1.2 deste Estudo Preliminar. Vale ressaltar que, além das diferenças de volumetria e tempo de retenção dos dados, a.solução contratada pela Caixa Econômica Fedral (CEF) não prevê a parte de captura e correlação de logs.

Devido as diferenças verificadas, e por se tratar de um projeto maior que o pretendido neste Estudo Preliminar, os valores máximos adminitos não foram utilizado para composição da estimativa de preços.

#### *1.3.2.5 Ministério da Defesa – Comando da Aeronáutica*

O Comando da Aeronáutica, por meio do Pregão Eletrônico n° 063/GAP-BR/2015, realizou a contratação de solução similar a alternativa apresentada no item 1.3.1.2 deste Estudo Preliminar. diferenciando-se basicamente características de volumetria e tempo de retenção dos dados.

Devido as diferenças verificadas, e por se tratar de um projeto maior que o pretendido neste Estudo Preliminar, os valores máximos adminitos não foram utilizado para composição da estimativa de preços.

### 1.3.3 Outras Soluções Disponíveis (Art. 14, II, a)

Em virtude da natureza da demanda, ou seja, criar uma consciência situacional acerca da dinâmica dos incidentes cibernéticos no âmbito das ativos computacionais do CNJ, não se vislumbra outras soluções disponíveis no mercado além das apresentadas no item 1.3.1 deste Estudo Preliminar.

### 1.3.4 Portal do Software Público Brasileiro (Art. 14, II, b)

Não existem soluções no Portal do Software Público Brasileiro capazes de satisfazer plenamente as necessidades e requisitos desta contratação.

### 1.3.5 Alternativa no Mercado de TIC (Art. 14, II, c)

Dada a natureza da demanda, não existem soluções de software livre ou software público capazes de satisfazer plenamente as necessidades e requisitos desta contratação.

### 1.3.6 Modelo Nacional de Interoperabilidade – MNI (Art. 14, II, d)

Não se aplica por tratar de uma solução que não possui o requisito para intercâmbio de informações de processos judiciais e assemelhados entre os diversos órgãos de administração de justiça, nem tampouco servir de base para implementação das funcionalidades pertinentes no âmbito do sistema processual, nos termos tratados pela Resolução Conjunta CNJ/CNMP nº 3 de 16/04/2013.

### 1.3.7 Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil (Art. 14, II, e)

As alternativas de solução levantadas são capazes de fazer uso dos recursos tecnológicos disponíveis em certificados digitais, estando alinhadas à Infraestrutura de Chaves Públicas – ICP Brasil e em conformidade com a MP nº 2.200-2 – de 24 de agosto de 2001 - e demais arcabouços normativos aplicáveis a solução, instituídos pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI).

### 1.3.8 Modelo de Requisitos Moreq-Jus (Art. 14, II, f)

Não se aplica por tratar de uma solução que não possui o requisito de gestão de processos e documentos, nos termos tratados pela Resolução CNJ nº 91 de 29/09/2009.

## 1.4 Análise dos Custos Totais da Demanda (Art. 14, III)

Com base nos exemplos de contratação similares, a alternativa de solução 1 foi adquirida de acordo com os seguintes valores de contratações similares anteriores:

| Item | Serviço | Quantidade | Estimativa Unitário (R$) | Estimativa Custo Total (R$) |
|---|---|---|---|---|
| 1 | Solução Integrada de Serviços Gerenciados de Segurança: envolvendo prestação de serviços de segurança, consolidação e visibilidade de eventos de segurança, administração, operação, monitoramento e respostas a incidentes de segurança da informação. Os serviços requeridos são de natureza continuada, em regime 24x7x365 | 12 | R$ 340.900,00 | R$ 4.090.800,00 |
| 2 | SERVIÇOS TÉCNICOS EVOLUTIVOS Os Serviços Gerenciados de Segurança devem englobar a prestação de serviços técnicos evolutivos em segurança da informação, sob demanda, em um total de 2.000 (duas mil) horas; Os serviços devem ser baseados em horas de serviço, envolvendo atividades a serem demandadas por meio de celebração prévia de ordens de serviço, de comum acordo entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, cujo pagamento será efetivado após a entrega dos serviços e relatório de execução. | 2000 | R$ 217,00 | R$ 434.000,00 |
| **TOTAL** | | | | **R$ 4.524.800,00** |

***Tabela* 1** – *Análise de Custos Solução 1*

Já para a alternativa de solução 2, obtivemos os seguintes valores baseados em contratações similares anteriores:

| Item | Produto/Serviço | Quantidade | Estimativa Unitário (R$) | Estimativa Custo Total (R$) |
|---|---|---|---|---|
| 1 | Licença de uso de *softwares* e equipamentos | 1 | R$ 1.119.999,50 | R$ 1.119.999,50 |
| 2 | Treinamento para 5 pessoas | 5 | R$ 6.687,40 | R$ 33.437,00 |
| 3 | Garantia e suporte técnicos durante 36 meses | 1 | R$ 31.312,00 | R$ 31.312,00 |
| **TOTAL** | | | | **R$ 1.184.748,50** |

***Tabela* 2 –** *Análise de Custos Solução 2*

Cabe ressaltar que essas estimativas são baseadas nos serviços, volumetria e tempos de retenção pretendidos por cada órgão, não sendo exatamente o que foi quantificado pelo CNJ.

Desta forma, para se ter uma estimativa de custos mais efetiva e de acordo as necessidades e requisitos listados no item 1.2 deste Estudo Preliminar, é mandatório que sejam feitas consultas a potenciais fornecedores para composição final de preços, após a escolha da solução indicada pela equipe de planejamento da contratação ter sido aprovada pela autoridade competente.

O detalhamento da estimativa preliminar de custos está presente no Anexo C.

## 1.5 Escolha e Justificativa da Solução (Art. 14, IV)

A Lei n° 12.965 de 23 de abril de 2014, conhecida como Marco Civil da *Internet*, estabelece obrigações para entidades que são administradoras de sistemas autônomos. O art. 13 § 1° é taxativo:

> *"Art. 13. Na provisão de conexão à internet,* ***cabe ao administrador de sistema autônomo*** *respectivo o dever de* ***manter os registros de conexão, sob sigilo, em ambiente controlado e de segurança****, pelo prazo de 1 (um) ano, nos termos do regulamento.*
>
> *§ 1º A responsabilidade pela* ***manutenção dos registros de conexão não poderá ser transferida a terceiros****." (Grifo nosso)*

O CNJ, como pessoa jurídica de direito público, é administrador do sistema autônomo cuja numeração é 264468 e a faixa de endereços IPs gerenciada é 201.49.152.0/23, conforme informações disponíveis no Registro.BR, entidade responsável pelo registro de endereços de *Internet* no Brasil. Desta forma, resta claro a obrigação deste Conselho de atender o disposto no dispositivo acima mencionado.

Como os registros de conexão dizem respeito aos dados/metadados de pacotes e eventos/*logs* que serão capturados, tratados e armazenados pela solução de inteligência cibernética, a escolha da alternativa de solução deve considerar que a manutenção desses registros não pode ser transferida a terceiros. Ademais, a entidade administradora do sistema autônomo deve garantir que as informações armazenadas estão sob sigilo e em ambiente seguro e controlado, ou seja, apenas pessoas autorizadas devem ter acesso aos dados logica e fisicamente.

Dentro desse contexto, o DTI é a unidade técnica do CNJ responsável pela administração do sistema autônomo cabendo aos seus servidores, principalmente os titulares de cargo efetivo, a responsabilidade pela manutenção dos registros de conexão, nos termos do Marco Civil da *Internet*.

Considerando a alternativa de solução descrita no item 1.3.1.1 deste Estudo Preliminar, ou seja, contratação da solução como serviço continuado, a guarda e operação dos registros de conexão podem ocorrer de duas formas:

a) Nas dependências da Contratada, o que neste caso fere o caput do art. 13 da Lei n° 12.965/2014, por ser inviável manter fisicamente um servidor do CNJ com acesso permanente ao ambiente controlado onde os registros de conexão estariam armazenados; ou

b) Nas dependências da Contratante, atendendo ao caput do art. 13 do Marco Civil da *Internet*.

Ao se considerar que o serviço seja prestado nas dependências da Contratante, a Contratada continuaria sendo detentora de todos os meios computacionais para a

manutenção e armazenamento dos registros de conexão, e portanto, sendo materializado a transferência de responsabilidade para terceiros, o que é vetado pelo no § 1° do art. 13 da Lei 12.965/2014. Desse modo, a solução prospectada no item 1.3.1.1 apesar de ser tecnicamente viável, se torna preterida por não atender a requisitos legais.

Por outro lado, a alternativa de solução levantada no item 1.3.1.2, ou seja, a aquisição da solução de inteligência cibernética incluindo licenças de uso de software, equipamentos, garantia e suporte técnico atenderia as exigências do Marco Civil da *Internet,* considerando que:

a) Os equipamentos e softwares seriam de titularidade do CNJ, afastando assim a hipótese de transferência de responsabilidade para terceiros da manutenção dos registros de conexão; e

b) Os equipamentos e softwares estariam hospedados nas dependências da sala-cofre do CNJ, ou seja, num ambiente seguro e controlado, acessível apenas aos servidores lotados no DTI.

Portanto, salvo melhor juízo, a equipe de planejamento da contratação recomenda que seja adotada o item 1.3.1.2 como alternativa de solução que atenderá plenamente a demanda listada no item 1.2 deste Estudo Preliminar. No anexo A são apresentados potencias fornecedores, em termos de fabricantes, capazes de entregar as soluções de TIC levantadas diretamente ou por meio de suas revendas autorizadas.

### 1.5.1 Descrição da Solução (Art. 14, IV, a)

Aquisição de solução de inteligência cibernética incluindo licenças de uso de software, equipamentos, garantia, suporte técnico, instalação e treinamento, nos termos dos requisitos listados item 1.2 deste Estudo Preliminar.

### 1.5.2 Alinhamento da Solução (Art. 14, IV, b)

A presente contratação encontra consonância com Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação – ENTIC (Resolução CNJ n° 211/2015):

- Art. 3°, IV, b: Processos Internos: Objetivo 8 – Aprimorar a segurança da informação; e
- Art. 12, II, b: Macroprocesso de segurança da informação - Incidentes de Segurança.

A contratação em tela também atende ao Objetivo Estratégico 3 – Aperfeiçoar a Gestão da Segurança da Informação e das Comunicações, conforme Portaria Presidência n° 85 de 8 de julho de 2016 - que instituiu o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação do Conselho Nacional de Justiça para o período de 2016-2020.

Além disso, a contratação encontra-se alinhada ao ambiente computacional do CNJ pois sua implantação depende apenas de conexões de redes e local seguro seguro para sua instalação (Sala-cofre), ambos disponiveis na atual infraestrutura tecnológica do CNJ.

### 1.5.3 Benefícios Esperados (Art. 14, IV, c)

Com a contratação da solução escolhida pretende-se alcançar os seguintes benefícios:

a) Monitoramento contínuo e visibilidade em tempo real de possível ameaça;

b) Rápida resposta aos incidentes de segurança;

c) Correlação de eventos de segurança de diferentes soluções de modo a transformar os dados em informação útil;

d) Correlação de eventos de tráfego de rede com os eventos de segurança de maneira a ampliar a visibilidade e entendimento da dinâmica de incidente de segurança da informação;

e) Aumento da consciência situacional do ambiente computacional o CNJ; e

f) Diminuição das taxas de falsos positivo, decorrente das análises isoladas pelas soluções, as quais não possuem visão de todo do sistema.

### 1.5.4 Relação entre a Demanda Prevista e a Contratada (Art. 14, IV, d)

A demanda contratada deverá atender aos parâmetros listados abaixo:

a) As licenças de uso de softwares e suas funcionalidades, bem como os equipamentos deverão ser dimensionados para atender ao que está determinado nos itens 1.2.1, 1.2.2, 1.2.3 e 1.2.4 deste Estudo Preliminar;

b) A garantia deverá ser prestada sob demanda por um período de 20 (vinte) meses, nos termos do que foi especificado no item 1.2.5 deste Estudo Preliminar;

c) O suporte técnico deverá ser prestado sob demanda, por um período de 20 (vinte) meses, nos termos do que foi especificado no item 1.2.6 deste Estudo Preliminar;

d) Treinamento para 3 (três) servidores do CNJ, conforme descrito no item 1.2.7 deste Estudo Preliminar; e

e) Instalação da solução nas dependências do CNJ, de acordo com o especificado no item 1.2.9 deste Estudo Preliminar.

### 1.5.5 Adequação do Ambiente do Órgão (Art. 14, V, a, b, c, d, e, f)

Não serão necessários ajustes do ambiente computacional do CNJ que venha a gerar algum impacto financeiro ou de pessoal.

### 1.5.6 Orçamento Estimado (Art. 14, II, g)

Com base na análise de custos totais da demanda, presente na Tabela 2 constante do item 1.4, chegou-se à estimativa de orçamento totais:

| Descrição da solução | Orçamento estimado (R$) |
|---|---|
| Aquisição de solução de inteligência cibernética incluindo licenças de uso de software, equipamentos, garantia , suporte técnico, instalação e treinamento, nos termos dos requisitos listados item 1.2 deste Estudo Preliminar | R$ 1.184.748,50 |

***Tabela 3 –*** *Orçamento estimado para o CNJ*

Cabe ressaltar que desse montante, R$ 1.119.999,50 são referentes a despesas de investimento e R$ 64.749,00 referentes a despesas de custeio.

# 2 SUSTENTAÇÃO DO CONTRATO (ART. 15)

## 2.1 Recursos Materiais e Humanos (Art. 15, I)

Em relação aos recursos humanos, o objeto a ser contratado não impõe necessidades especiais de pessoal, além dos já disponíveis no CNJ.

Os recursos materiais necessários para o pleno funcionamento da solução pretendida deverão ser fornecidos pela Contratada, conforme item 1.2 deste Estudo Preliminar.

## 2.2 Descontinuidade do Fornecimento (Art. 15, II)

Caso o fornecedor contratado entregue parcialmente ou não consiga entregar a solução completa pretendida, o CNJ poderá proceder com a negociação com a segunda colocada para que esta assuma a execução do contrato nos mesmos valores ou proceda uma nova contratação.

Em caso de descontinuidade da prestação do serviço durante a vigência da garantia , poder-se-á aplicar as cláusulas de penalidade estipuladas para este caso, e proceder com nova contratação junto a outro fornecedor.

## 2.3 Transição Contratual (Art. 15, III, a, b, c, d, e)

Não existe necessidade de previsão de transição contratual, uma vez que não há impacto de operação da solução instalada após o término da garantia contratada. O fiscal

técnico deverá proceder a atualização de toda solução 30 (trinta) dias antes do encerramento da garantia.

Poderá ser procedida nova contratação, com foco em atualização tecnológica ou renovação dos serviços de garantia e suporte técnico da solução já instalada. A decisão deverá ser tomada, após conclusão de um novo Estudo Preliminar a ser realizado 180 (cento e oitenta) dias antes do fim da garantia da solução adquirida.

### 2.4 Estratégia de Independência Tecnológica (Art. 15, IV, a, b)

Com essa contratação, o CNJ irá adquirir licenças de uso perpétuo dos *softwares* que compõe a solução, não sendo detentor de propriedade intelectual dos mesmos. Ressalte-se que os direitos autorais dos fabricantes dos *softwares* utilizados na solução são resguardados e garantidos por legislação nacional e internacional.

## 3 ESTRATÉGIA PARA A CONTRATAÇÃO (ART. 16)

### 3.1 Natureza do Objeto (Art. 16, I)

O objeto a ser contratado possui características comuns e usuais encontradas atualmente no mercado de TIC, cujos padrões de desempenho e de qualidade podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência.

A garantia e o suporte técnico, além dos serviços de instalação e treinamento serão custeados em um único exercício financeiro, na forma estabelecida no Termo de Referência.

### 3.2 Parcelamento do Objeto (Art. 16, II)

No contexto da solução apontada pela equipe de planejamento da contratação e de acordo com as necessidades e requisitos levantados no item 1.2 deste Estudo Preliminar, recomenda-se que o objeto seja dividido nos itens a seguir:

a) Item 1: As licenças de uso de softwares e suas funcionalidades, bem como os equipamentos deverão ser dimensionados para atender ao que está determinado nos itens 1.2.1, 1.2.2, 1.2.3 e 1.2.4 deste Estudo Preliminar;

b) Item 2: A garantia deverá ser prestada sob demanda por um período de 20 (vinte) meses, nos termos do que foi especificado no item 1.2.5 deste Estudo Preliminar;

c) Item 3: O suporte técnico deverá ser prestado sob demanda, por um período de 20 (vinte) meses, nos termos do que foi especificado no item 1.2.6 deste Estudo Preliminar;

d) Item 4: Treinamento para 3 (três) servidores do CNJ, conforme descrito no item 1.2.7 deste Estudo Preliminar; e

e) Item 5: Instalação da solução nas dependências do CNJ, de acordo com o especificado no item 1.2.9 deste Estudo Preliminar.

Assim, fica clara a correspondência dos itens do objeto com as necessidades e requisitos listados no tópico 1.2 deste Estudo Preliminar. Cabe ressaltar, ainda, que a quantidade de licenças de *softwares* e equipamentos variam de fabricante para fabricante, não sendo possível desmembrar o item 1 do objeto em partes menores sem que se determine previamente o fabricante. Exemplo disso são as contratações feitas pelo CNMP (1.3.2.2) e pela TELEBRAS (1.3.2.3) que procederam da mesma forma.

## 3.3 Adjudicação do Objeto (Art. 16, III)

Ainda no contexto da solução recomendada, como todos os itens do objeto se relacionam de maneira intrínseca, ou seja, não é possível dissocia-los sem causar risco ao perfeito funcionamento da solução, recomenda-se que todos os itens sejam agrupados em um único Grupo 1 (itens 1, 2, 3, 4 e 5) e adjudicados a um único fornecedor.

| Grupo | Item | Produto/serviço |
|---|---|---|
| | 1 | Licenças de uso de softwares e suas funcionalidades, bem como equipamentos |
| | 2 | Garantia |
| 1 | 3 | Suporte Técnico |
| | 4 | Treinamento |
| | 5 | Instalação |

***Tabela 4 –*** *Agrupamento do objeto*

## 3.4 Modalidade e Tipo de Licitação (Art. 16, IV)

O artigo 1° da Lei 10.520 (Pregão) regulamenta que para aquisição de bens e serviços comuns poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão.

Verifica-se que os bens e serviços pretendidos são oferecidos por alguns fabricantes no mercado de TIC, e apresentam características padronizadas e usuais. Assim, pode-se concluir que o objeto é comum e, portanto, apresenta-se como melhor opção a utilização da modalidade “Pregão” sendo, preferencialmente, em sua forma eletrônica e do tipo “Menor Preço”.

## 3.5 Classificação e Indicação Orçamentária (Art. 16, V)

Entende-se que a classificação do objeto se insere em despesas capital de investimento (R$ 1.119.999,50), no tocante a aquisição de licenças de software e equipamentos. Além disso, parte da solução deve se classificar em despesas correntes de custeio (R$ 64.749,00), incluindo garantia, suporte técnico, instalação e treinamento.

Os recursos orçamentários para a cobertura desta proposta de contratação, no âmbito do CNJ, foram previstos na "Ação AJPDA: Ações de Informática - Despesas de Capital, Item 3" do Orçamento de 2018.

## 3.6 Vigência da Prestação de Serviço (Art. 16, VI)

A garantia e o suporte técnico deverão ser prestados por um período de 20 (vinte) meses, respectivamente nos termos dos itens 1.2.5 e 1.2.6 deste Estudo Preliminar.

## 3.7 Equipe de Apoio à Contratação (Art. 16, VII)

Para a composição da Equipe de Apoio a Contratação, o DTI indica os seguintes servidores para prestar suporte à Comissão Permanente de Licitação:

| **Equipe de Apoio à Contratação** | |
|---|---|
| **Nome:** | Emerson Dilamar Vendruscolo |
| **E-mail:** | emerson.vendruscolo@cnj.jus.br |
| **Telefone:** | (61) 2326-5443 |
| **Nome:** | Claudio Marcelo Albuquerque Nascimento Silva |
| **E-mail:** | claudio.albuquerque@cnj.jus.br |
| **Telefone:** | (61) 2326-5446 |

***Tabela 5 –*** *Equipe de Apoio à Contratação*

## 3.8 Equipe de Gestão da Contratação (Art. 16, VIII)

Para a composição da Equipe de Gestão da Contratação, o DTI faz as seguintes indicações:

| **Equipe de Gestão da Contratação** | |
|---|---|
| **Gestor do Contrato:** | |
| **Nome:** | Emerson Dilamar Vendruscolo |
| **E-mail:** | emerson.vendruscolo@cnj.jus.br |
| **Telefone:** | (61) 2326-5443 |
| **Fiscal Técnico:** | |
| **Nome:** | Claudio Marcelo Albuquerque Nascimento Silva |
| **E-mail:** | claudio.albuquerque@cnj.jus.br |
| **Telefone:** | (61) 2326-5446 |

***Tabela 6 –*** *Equipe de Gestão da Contratação*

## 4 ANÁLISE DE RISCOS

Considerando o histórico de contratações do Departamento de Tecnologia da Informação, mais especificamente o histórico da Coordenadoria de Atendimento e Infraestrutura, foi possível identificar os riscos abaixo:

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Risco 1** | **Risco:** | **Empresa contratada falha com a execução, implicando inexecução parcial ou total.** | | |
| | **Probabilidade:** | **Id** | **Dano** | **Impacto** |
| | Baixa | 1 | Não realização das atividades de investigação de incidentes cibernéticos. | Alto |
| | **Id** | **Ação de Mitigação e Contingência** | | **Responsável** |
| | 1 | Realizar nova contratação. | | SAD |
| | 2 | Aplicar as sanções adequadas. | | Gestor do Contrato/Fiscal técnico |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Risco 2** | **Risco:** | **Má qualidade na prestação do serviço de suporte técnico** | | |
| | **Probabilidade:** | **Id** | **Dano** | **Impacto** |
| | Média | 1 | Empresa não atende os chamados de suporte técnico de acordo com o especificado. | Médio |
| | **Id** | **Ação de Mitigação e Contingência** | | **Responsável** |
| | 1 | Aplicar as sanções adequadas. | | Gestor do Contrato/Fiscal técnico |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Risco 3** | **Risco:** | **Falta de recurso orçamentário para a concretização da licitação.** | | |
| | **Probabilidade:** | **Id** | **Dano** | **Impacto** |
| | Baixa | 1 | Não realização das atividades de investigação de incidentes cibernéticos. | Alto |
| | **Id** | **Ação de Mitigação e Contingência** | | **Responsável** |
| | 1 | Atuar junto ao CGTIC e ao CGSI ressaltando a importância da contratação. | | DTI |
| | 2 | Realizar Pregão no próximo período Orçamentário. | | SAD |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Risco 4** | **Risco:** | **Não concretização da licitação por impugnação do Edital** | | |
| | **Probabilidade:** | **Id** | **Dano** | **Impacto** |
| | Baixa | 1 | Não realização das atividades de investigação de incidentes cibernéticos. | Alto |
| | **Id** | **Ação de Mitigação e Contingência** | | **Responsável** |
| | 1 | Realizar as correções no Termo de Referência. | | Equipe de planejamento da contratação |
| | 2 | Realizar novo pregão | | SAD |

## Anexo A

### Lista de Potenciais Fornecedores

*Inteligência Cibernética*

| | FORNECEDOR |
|---|---|
| | |
| 1 | **Nome:** RSA<br>**Sítio:** http://www.rsa.com<br>**Telefone:** +55 61 992643785 |
| 2 | **Nome:** IBM<br>**Sítio:** https://www.ibm.com/br-pt/<br>**Telefone:** +55 61 999081387 |
| 3 | **Nome:** McAffe<br>**Sítio**: https://www.mcafee.com/br/index.html<br>**Telefone:** +55 61 999398800 |
| 4 | **Nome:** Niksun<br>**Sítio:** https://www.niksun.com/<br>**Telefone:** +1.609.936.9999 |
| 5 | **Nome:** Symantec<br>**Sítio:** https://www.symantec.com/pt/br<br>**Telefone:** +55 61 996745635 |
| 6 | **Nome:** MicroFocus<br>**Sítio:** https://www.microfocus.com/pt-br/<br>**Telefone:** +55 61 992146937 |

## Anexo B

## Contratações Públicas Similares

*Inteligência Cibernética*

09/02/2018 COMPRASNET - O SITE DE COMPRAS DO GOVERNO

PREGÃO ELETRÔNICO

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

**Termo de Homologação do Pregão Eletrônico**
Nº 00009/2017 (SRP)

Às 16:56 horas do dia 19 de junho de 2017, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Sr. EUNICE DE OLIVEIRA FERREIRA SANTOS, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 23036001606201715, Pregão nº 00009/2017.

**Resultado da Homologação**

**GRUPO 1**
**Tratamento Diferenciado:** -
**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não
**Valor estimado: R$** 5.334.450,0000 **Situação:** Homologado

**Adjudicado para:** ISH TECNOLOGIA S/A **, pelo melhor lance de** R$ 4.524.800,0000 .

**Itens do grupo:**
- 1 - Informática - Segurança Rede
- 2 - Informática - Segurança Rede

**Item: 1 - GRUPO 1**
**Descrição:** Informática - Segurança Rede
**Descrição Complementar:** Solução Integrada de Serviços Gerenciados de Segurança: envolvendo prestação de serviços de segurança, consolidação e visibilidade de eventos de segurança, administração, operação, monitoramento e respostas a incidentes de segurança da informação. Os serviços requeridos são de natureza continuada, em regime 24x7x365;
**Tratamento Diferenciado:** -
**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não
**Quantidade:** 12 **Unidade de fornecimento:** meses
**Valor estimado: R$** 356.987,5000 **Situação:** Homologado

**Adjudicado para:** ISH TECNOLOGIA S/A **, pelo melhor lance de** R$ 340.900,0000 **e a quantidade de** 12 **meses** .

**Eventos do Item**

| Evento | Data | Nome | Observações |
|---|---|---|---|
| Adjudicado | 16/06/2017 15:35:01 | - | Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:ISH TECNOLOGIA S/A, CNPJ/CPF:01.707.536/0001-04, Melhor lance : R$ 340.900,0000 |
| Homologado | 19/06/2017 16:55:59 | EUNICE DE OLIVEIRA FERREIRA SANTOS | |

**Item: 2 - GRUPO 1**
**Descrição:** Informática - Segurança Rede
**Descrição Complementar:** SERVIÇOS TÉCNICOS EVOLUTIVOS Os Serviços Gerenciados de Segurança devem englobar a prestação de serviços técnicos evolutivos em segurança da informação, sob demanda, em um total de 2.000 (duas mil) horas; Os serviços devem ser baseados em horas de serviço, envolvendo atividades a serem demandadas por meio de celebração prévia de ordens de serviço, de comum acordo entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, cujo pagamento será efetivado após a entrega dos serviços e relatório de execução;
**Tratamento Diferenciado:** -
**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não
**Quantidade:** 2.000 **Unidade de fornecimento:** horas
**Valor estimado: R$** 525,3000 **Situação:** Homologado

**Adjudicado para:** ISH TECNOLOGIA S/A **, pelo melhor lance de** R$ 217,0000 **e a quantidade de** 2.000 **horas** .

**Eventos do Item**

| Evento | Data | Nome | Observações |
|---|---|---|---|

http://comprasnet.gov.br/livre/pregao/termoHom.asp?prgCod=668027&tipo=t 1/2

| | | | |
|---|---|---|---|
| Adjudicado | 16/06/2017 15:35:01 | - | Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:ISH TECNOLOGIA S/A, CNPJ/CPF:01.707.536/0001-04, Melhor lance : R$ 217,0000 |
| Homologado | 19/06/2017 16:56:15 | EUNICE DE OLIVEIRA FERREIRA SANTOS | |

**Fim do documento**

PREGÃO ELETRÔNICO

Conselho Nacional do Ministério Público

**Termo de Homologação do Pregão Eletrônico**
Nº 00046/2014

Às 19:45 horas do dia 23 de dezembro de 2014, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Sr. ROBERTO FUINA VERSIANI, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 00595/2014-97, Pregão nº 00046/2014.

**Resultado da Homologação**

**GRUPO 1**
**Tratamento Diferenciado:** -
**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não
**Valor estimado: R$** 1.099.499,0000 **Situação:** Homologado

**Adjudicado para:** ATA COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA **, pelo melhor lance de** R$ 1.099.497,0000 .

**Itens do grupo:**

- 1 - SISTEMA ( EQUIPAMENTO / SOFTWARE ) GERENCIAMENTO
- 2 - Treinamento Informática - Sistema / Software
- 3 - Consultoria e Assessoria - Tecnologia Informação

**Item: 1 - GRUPO 1**
**Descrição:** SISTEMA ( EQUIPAMENTO / SOFTWARE ) GERENCIAMENTO
**Descrição Complementar:** SOLUÇÃO DE ANÁLISE, CORRELACIONAMENTO E GERENCIAMENTO DE EVENTOS E TRÁFEGO DE REDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL.
**Tratamento Diferenciado:** -
**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não
**Quantidade:** 1 **Unidade de fornecimento:** UNIDADE
**Valor estimado: R$** 1.040.000,0000 **Situação:** Homologado

**Adjudicado para:** ATA COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA **, pelo melhor lance de** R$ 1.039.999,0000 .

**Eventos do Item**

| Evento | Data | Nome | Observações |
|---|---|---|---|
| Adjudicado | 23/12/2014 17:40:46 | - | Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:ATA COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA, CNPJ/CPF:09.571.988/0001-13, Melhor lance : R$ 1.039.999,0000 |
| Homologado | 23/12/2014 19:45:04 | ROBERTO FUINA VERSIANI | |

**Item: 2 - GRUPO 1**
**Descrição:** Treinamento Informática - Sistema / Software
**Descrição Complementar:** CAPACITAÇÃO INICIAL (participantes, CONFORME CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL.
**Tratamento Diferenciado:** -
**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não
**Quantidade:** 5 **Unidade de fornecimento:** UNIDADE
**Valor estimado: R$** 16.875,0000 **Situação:** Homologado

**Adjudicado para:** ATA COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA **, pelo melhor lance de** R$ 16.874,0000 .

**Eventos do Item**

| Evento | Data | Nome | Observações |
|---|---|---|---|
| Adjudicado | 23/12/2014 17:40:46 | - | Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:ATA COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA, CNPJ/CPF:09.571.988/0001-13, Melhor lance : R$ 16.874,0000 |

| | | |
|---|---|---|
| Homologado | 23/12/2014 19:45:04 | ROBERTO FUINA VERSIANI |

**Item: 3 - GRUPO 1**
**Descrição:** Consultoria e Assessoria - Tecnologia Informação
**Descrição Complementar:** ORIENTAÇÃO TÉCNICA (horas sob demanda, CONFORME CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL.
**Tratamento Diferenciado:** -
**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não
**Quantidade:** 288 **Unidade de fornecimento:** UNIDADE
**Valor estimado: R$** 42.624,0000 **Situação:** Homologado

**Adjudicado para:** ATA COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA **, pelo melhor lance de** R$ 42.624,0000 .

**Eventos do Item**

| Evento | Data | Nome | Observações |
|---|---|---|---|
| Adjudicado | 23/12/2014 17:40:46 | - | Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:ATA COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA, CNPJ/CPF:09.571.988/0001-13, Melhor lance : R$ 42.624,0000 |
| Homologado | 23/12/2014 19:45:04 | ROBERTO FUINA VERSIANI | |

**Fim do documento**

PREGÃO ELETRÔNICO

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Telecomunicações Brasileira S.A.

**Termo de Homologação do Pregão Eletrônico**
Nº 00020/2016

Às 14:28 horas do dia 24 de maio de 2016, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Sr. FLAVIO LUIZ LAMMEL, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 296/2015, Pregão nº 00020/2016.

**Resultado da Homologação**

**GRUPO 1**
**Tratamento Diferenciado:** -
**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não
**Valor estimado: R$** 2.300.000,0000 **Situação:** Homologado

**Adjudicado para:** ALSAR TECNOLOGIA EM REDES LTDA. **, pelo melhor lance de** R$ 1.270.000,0000 .

**Itens do grupo:**

- 1 - SOFTWARE
- 2 - Informática - Suporte Técnico ( Software / Equipamentos )
- 3 - Informática - Suporte Técnico ( Software / Equipamentos )

**Item: 1 - GRUPO 1**
**Descrição:** SOFTWARE
**Descrição Complementar:** Solução de Gerenciamento de Eventos e Informações de Segurança ? Hardware/Software, licenciada para 15.000 EPS, sendo 10.000 EPS sustentados (média), 15000 fluxos por segundo (Netflow v. 9), 40 Tb, conforme Requisitos Funcionais ? Anexo I, com suporte integral por 36 meses - tipo Appliance, conforme condições constantes do Edital e seus anexos.
**Tratamento Diferenciado:** -
**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não
**Quantidade:** 1 **Unidade de fornecimento:** um
**Valor estimado: R$** 1.980.000,0000 **Situação:** Homologado

**Adjudicado para:** ALSAR TECNOLOGIA EM REDES LTDA. **, pelo melhor lance de** R$ 1.200.000,0000 .

**Eventos do Item**

| Evento | Data | Nome | Observações |
|---|---|---|---|
| Adjudicado | 24/05/2016 14:27:52 | - | Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:ALSAR TECNOLOGIA EM REDES LTDA., CNPJ/CPF:04.799.835/0001-04, Melhor lance : R$ 1.200.000,0000 |
| Homologado | 24/05/2016 14:28:20 | FLAVIO LUIZ LAMMEL | |

**Item: 2 - GRUPO 1**
**Descrição:** Informática - Suporte Técnico ( Software / Equipamentos )
**Descrição Complementar:** Serviços de instalação, configuração e adequação da Solução, conforme condições constantes do Edital e seus anexos.
**Tratamento Diferenciado:** -
**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não
**Quantidade:** 1 **Unidade de fornecimento:** um
**Valor estimado: R$** 220.000,0000 **Situação:** Homologado

**Adjudicado para:** ALSAR TECNOLOGIA EM REDES LTDA. **, pelo melhor lance de** R$ 20.000,0000 .

**Eventos do Item**

| Evento | Data | Nome | Observações |
|---|---|---|---|

| | | | |
|---|---|---|---|
| Adjudicado | 24/05/2016 14:27:52 | - | Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:ALSAR TECNOLOGIA EM REDES LTDA., CNPJ/CPF:04.799.835/0001-04, Melhor lance : R$ 20.000,0000 |
| Homologado | 24/05/2016 14:28:20 | FLAVIO LUIZ LAMMEL | |

**Item: 3 - GRUPO 1**
**Descrição:** Informática - Suporte Técnico ( Software / Equipamentos )
**Descrição Complementar:** Treinamento oficial, conforme condições constantes do Edital e seus anexos.
**Tratamento Diferenciado:** -
**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não
**Quantidade:** 5 **Unidade de fornecimento:** pessoa
**Valor estimado: R$** 100.000,0000 **Situação:** Homologado

**Adjudicado para:** ALSAR TECNOLOGIA EM REDES LTDA. **, pelo melhor lance de** R$ 50.000,0000 .

**Eventos do Item**

| Evento | Data | Nome | Observações |
|---|---|---|---|
| Adjudicado | 24/05/2016 14:27:52 | - | Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:ALSAR TECNOLOGIA EM REDES LTDA., CNPJ/CPF:04.799.835/0001-04, Melhor lance : R$ 50.000,0000 |
| Homologado | 24/05/2016 14:28:20 | FLAVIO LUIZ LAMMEL | |

**Fim do documento**

**RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL**

A CAIXA está orientada para gerir seus negócios com base nos princípios da Responsabilidade Social, de forma a gerar resultados sustentáveis ao longo do tempo.

Para o aprofundamento das práticas de Responsabilidade Social, a CAIXA estabeleceu as seguintes premissas para a gestão de seus negócios:

✓ Estimular o monitoramento e cumprimento dos valores e princípios do Código de Ética no ambiente interno e fomentar a replicação deles em toda a cadeia produtiva dos parceiros externos;

✓ Fortalecer a incorporação das variáveis sociais e ambientais atreladas aos direitos humanos, às declarações de princípios da Organização Internacional do Trabalho, aos Princípios do Pacto Global e às Metas de Desenvolvimento do Milênio, intensificando o trato das críticas e sugestões advindas das partes que se relacionam com a Empresa;

✓ Fazer constar no Relatório de Sustentabilidade as dimensões sociais, ambientais e econômicas, os resultados favoráveis e desfavoráveis, os desafios e metas, devendo esses dados subsidiar o planejamento estratégico;

✓ Promover com seus fornecedores a discussão acerca do desenvolvimento das competências na sobrevivência e proteção das crianças, buscando o envolvimento com políticas públicas voltadas à promoção dos direitos da infância;

✓ Fomentar, em toda a sua cadeia produtiva, o repúdio a todas as atitudes preconceituosas relacionadas à origem, raça, gênero, cor, idade, religião, ao credo, classe social, incapacidade física e quaisquer outras formas de discriminação, estimulando a utilização dos meios de comunicação disponíveis para os registros de ocorrências que atentem contra o Código de Ética da CAIXA e a legislação específica em vigor;

✓ Empreender ações que permitam que as questões ambientais tenham caráter de transversalidade e sejam incluídas no Plano Estratégico, além da existência da Política Ambiental Corporativa da CAIXA;

✓ Considerar nos negócios os princípios e as oportunidades relacionados à sustentabilidade ambiental;

✓ Contribuir para a conscientização dos danos causados ao ambiente em decorrência da intervenção humana, com abrangência a todas as partes interessadas da Empresa;

✓ Formar parceria com fornecedores com foco na melhoria de processos de gestão ambiental;

✓ Definir sistemática que permita verificar a origem e a cadeia de produção dos insumos madeireiros e florestais, estimulando o mercado de forma que a CAIXA utilize no seu processo produtivo materiais com certificação de origem e Certificação da Cadeia de Custódia;

✓ Definir meios que contribuam para redução do consumo dos recursos naturais utilizados na Empresa, adotando medidas adequadas à destinação de resíduos, sem prejuízo das condições de trabalho e sem alteração do padrão tecnológico atual;

✓ Incluir na política de relacionamento com fornecedores, observadas as exigências legais, como variáveis de seleção e avaliação, as questões referentes às relações trabalhistas, ao trabalho infantil, ao trabalho escravo ou análogo e aos padrões

## ANEXO I-C

## PREÇO ESTIMADO E MÁXIMO QUE A CAIXA SE PROPÕE A PAGAR

| DESCRIÇÃO | QUANTIDADE (A) | VALOR UNITÁRIO (B) | VALOR TOTAL (AXB=C) |
|---|---|---|---|
| Solução | 1 | R$ 8.954.925,83 | R$ 8.954.925,83 |
| Implantação (R$) | 1 | R$ 222.500,00 | R$ 222.500,00 |
| Transferência de conhecimento | 4 turmas | R$ 38.000,00 | R$ 152.000,00 |
| VALOR GLOBAL (∑C) | | | R$ 9.329.425,83 |

**MINISTÉRIO DA DEFESA**
COMANDO DA AERONÁUTICA
**GRUPAMENTO DE APOIO DE BRASÍLIA**
Fones: (61) 2023.2727 – Fac-Símile: (61) 2023.2724
slic@gapbr.aer.mil.br

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 063/GAP-BR/2015**
**PROCESSO Nº 67284.009011/2015-81**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a União Federal – Ministério da Defesa – Comando da Aeronáutica, por meio do GRUPAMENTO DE APOIO DE BRASÍLIA, sediado na Esplanada dos Ministérios, Bloco M, Edifício Anexo, Andar Térreo – Brasília/DF – CEF: 70.045-900 realizará licitação para REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11 de outubro de 2010, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto n° 6.204, de 05 de setembro de 2007, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 23/12/2015
Horário: 9h
Local:COMPRASNET

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é o **registro de preços para aquisição de soluções de segurança da informação e resposta a incidentes, para monitoramento e análise de tráfego de rede, rastreabilidade, gestão histórica, correlacionamento e visibilidade de eventos, e identificação e combate a ameaças digitais avançadas,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 062/GAP-BR/2015

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| SSL | **Solução de Análise de Tráfego Criptografado (SSL + TLS)** | | | | | | | | | |
| | 38 | Sistema de Inspeção de Tráfego SSL | 1 | 430.000,00 | 430.000,00 | 431.278,00 | 431.278,00 | 431.230,00 | 431.230,00 | 430.836,00 |
| | 39 | Serviço de manutenção anual | 1 | 86.000,00 | 86.000,00 | 87.234,00 | 87.234,00 | 86.970,00 | 86.970,00 | 86.734,67 |
| | 40 | Serviço de Implantação | 1 | 25.981,36 | 25.981,36 | 27.123,00 | 27.123,00 | 26.780,00 | 26.780,00 | 26.628,12 |
| | 41 | Treinamento para até 6 pessoas | 1 | 30.845,45 | 30.845,45 | 33.998,00 | 33.998,00 | 31.080,00 | 31.080,00 | 31.974,48 |
| Expansão | **LOTE – 5** | | | | | | | | | |
| | **Expansão para Módulo de captura e análise de tráfego (Híbrido)** | | | | | | | | | |
| | 42 | Capacidade para Sistema de Armaz. de Acoplamento Direto 15TB | 3 | 112.020,30 | 336.060,90 | 114.556,00 | 343.668,00 | 112.780,00 | 338.340,00 | 339.356,30 |
| | 43 | Serviço de Manutenção anual | 3 | 28.005,12 | 84.015,36 | 28.670,00 | 86.010,00 | 28.990,00 | 86.970,00 | 85.665,12 |
| | 44 | Capacidade para Sistema de Armaz. de Acoplamento Direto 5TB | 3 | 82.259,00 | 246.777,00 | 84.350,00 | 253.050,00 | 83.120,00 | 249.360,00 | 249.729,00 |
| | 45 | Serviço de Manutenção anual | 3 | 20.556,00 | 61.668,00 | 21.098,00 | 63.294,00 | 21.034,00 | 63.102,00 | 62.688,00 |
| | **Expansão para Módulo de Armazenamento, Coleta e Análise de Informações (Logger)** | | | | | | | | | |
| | 46 | Capacidade de Armazenamento, Coleta e Análise de Informações de 5Gb/dia | 12 | 14.861,73 | 178.340,76 | 18.500,00 | 222.000,00 | 14.990,00 | 179.880,00 | 193.406,92 |
| | 47 | Serviço de manutenção anual | 12 | 3.418,20 | 41.018,40 | 3.690,00 | 44.280,00 | 3.560,00 | 42.720,00 | 42.672,80 |
| | **Expansão para Módulo de Processamento, Análise e Resposta a Incidentes de Segurança com gerenciamento de reputação global (Arc Sight)** | | | | | | | | | |
| | 48 | Capacidade de Expansão de Monitoramento 500 evt/seg | 4 | 84.535,02 | 338.140,08 | 88.345,00 | 353.380,00 | 85.600,00 | 342.400,00 | 344.640,03 |
| | 49 | Serviço de Manutenção anual | 4 | 19.443,12 | 77.772,48 | 23.400,00 | 93.600,00 | 20.780,00 | 83.120,00 | 84.830,83 |
| | | | | | | | | | Total Geral Médio | 9.791.930,90 |

## Anexo C

# Detalhamento das Estimativas de Custo

*Inteligência Cibernética*

Estimativa de valores para contratação da solução 1, considerando o edital de Pregão Eletrônico n° 09/2017 – INEP:

| | | INEP | Média |
|---|---|---|---|
| **Item** | **Serviço** | **Valor Unitário (R$)** | **Valor Unitário (R$)** |
| 1 | Solução Integrada de Serviços Gerenciados de Segurança: envolvendo prestação de serviços de segurança, consolidação e visibilidade de eventos de segurança, administração, operação, monitoramento e respostas a incidentes de segurança da informação. Os serviços requeridos são de natureza continuada, em regime 24x7x365 | R$ 340.900,00 | R$ 340.900,00 |
| 2 | SERVIÇOS TÉCNICOS EVOLUTIVOS Os Serviços Gerenciados de Segurança devem englobar a prestação de serviços técnicos evolutivos em segurança da informação, sob demanda, em um total de 2.000 (duas mil) horas; os serviços devem ser baseados em horas de serviço, envolvendo atividades a serem demandadas por meio de celebração prévia de ordens de serviço, de comum acordo entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, cujo pagamento será efetivado após a entrega dos serviços e relatório de execução. | R$ 217,00 | R$ 217,00 |

Estimativa de valores para contratação da solução 2, considerando o edital de Pregão Eletrônico n° 46/2014 – CNMP – e o edital Pregão Eletrônico n° 20/2016 – TELEBRAS:

| | | CNMP | TELEBRAS | Média |
|---|---|---|---|---|
| ***Item*** | **Produto/serviço** | **Valor Unitário (R$)** | **Valor Unitário (R$)** | **Valor Unitário (R$)** |
| *1* | Item 1 Grupo 1 do CNMP é similar ao Item 1 Grupo 1 da TELEBRAS | R$ 1.039.999,00 | R$ 1.200.000,00 | R$ 1.119.999,50 |
| 2 | Item 2 Grupo 1 do CNMP é similar ao Item 3 Grupo 1 da TELEBRAS | R$ 3.374,80 | R$ 10.000,00 | R$ 6.687,40 |
| *3* | Item 3 Grupo 1 do CNMP é similar ao item 2 Grupo 1 da TELEBRAS | R$ 42.624,00 | R$ 20.000,00 | R$ 31.312,00 |

# PARECER - COAI

PARECER - COAI
**PROCESSO ADMINISTRATIVO CNJ SEI Nº 00414/2018**

**Assunto:** Solução de Inteligência Cibernética. 2º Parecer.

Senhor Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação,

Vieram os autos para nova análise e parecer do Grupo Revisor nos termos do art. 2°, incisos I e II, da Portaria Diretoria-Geral n° 129, de 16 de abril de 2019 (0652197).

Reproduzimos abaixo o inteiro teor do despacho SEGSI, 0716057, que pelos próprios fundamentos são adotados na íntegra por este Grupo Revisor.

> Seguem abaixo repostas às sugestões realizadas no Despacho SEEDI 0713394
>
> a) embora não seja competência dessa Seção analisar os estudos preliminares, verificou-se que houve discrepâncias entre os estudos e o TR, no que se refere à vigência da manutenção e conservação e do suporte técnico (itens 2 e 3), de 36 meses passaram para 20 meses, da mesma forma, o item 5, treinamento, foi reduzido de 5 servidores para 3. Além disso, o item 2.7, apesar de informar no TR "*A demanda prevista no Estudos Preliminares está de acordo com a tabela 2 abaixo e representa* ***exatamente o quantitativo*** *que se pretende contratar*", essa afirmação não condiz com a realidade, visto divergir dos estudos preliminares. Na mesma esteira, os requisitos 5.1.2 e 5.1.3, deveriam estar consoantes com os itens 1.2.4.1 e 1.2.4.2, respectivamente, dos Estudos Preliminares.
>
> Ressalta-se que o Termo de Referência tem de ser convergente aos Estudos Preliminares, sendo que as alterações deveriam ser justificadas nos autos do processo e aprovadas pela autoridade competente.
>
> **Por se tratar de um processo iniciado em janeiro de 2018 algumas modificações se fizeram necessárias devido ao realocamento de servidores dentro do Departamento de Tecnologia da Informação - DTI e a uma alteração do escopo inicial do projeto. Para atendimento dessas alterações foi realizado um redimensionamento dos requisitos da solução e também a alteração do número de participantes para o treinamento conforme definido no Termo de Referência (0709533). Quanto a vigência dos itens 2 e 3, em análise realizada em outros contratos, verificou-se que o prazo de 20 meses tem se mostrado mais vantajoso para administração para fins de renovação e adequação do contrato.**
>
> **Nesse sentido, para manter a coerência, o Estudo Preliminar foi alterado de forma a manter os requisitos e prazos atualizados.**
>
> b) as tabelas 1, 2 e 3, dos itens 1.2 – descrição detalhada do objeto, e 2.7 – relação entre a demanda; e item 4.8 – forma de pagamento, apresentam nos itens 3,4 e 5, menção, respectivamente, aos itens "5.3", "5.4" e "5.5" do TR. Ocorre que essas referências não existem, devendo ser corrigido em todas as tabelas mencionadas ou acrescentados os respectivos requisitos. Ademais, no que tange ao requisito para o item 5, treinamento, convém informar carga horária, ementa, local de realização, etc;
>
> **Foram acrescentados os itens "5.3", "5.4" e "5.5" ao Termo de Referência.**
>
> c) retificar o ano referente ao número do processo constante no item 2.4, referente aos estudos preliminares, para "SEI n. 00414/2018";

**Alterado.**

d) sugere-se inserir na tabela de dinâmica de execução, item 4.3.1, a obrigação da contratada, após a assinatura do contrato, assinar o Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo, tendo em vista a previsão do Anexo D;

**Inserido conforme sugerido.**

e) com relação à vigência do contrato (item 4.3.3), tendo em os efeitos do suporte técnico serem posteriores ao Termo de Recebimento Definitivo, o que poderá ultrapassar a vigência de 20 meses, sugere-se a adequação da redação, conforme previsto no PRE 20/2019, com as devidas modificações:

*O contrato terá vigência de XX (XXXXXX) meses a contar da sua assinatura ou até a data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo do objeto referente ao item X, o que ocorrer primeiro, ressalvado o período de atualização tecnológica e suporte presencial sob demanda que terão efeitos por X (XXXX) meses, contados a partir do seu recebimento definitivo.*

**O Início da vigência do item 2 e do item 3 esta condicionado à assinatura do Termo de Recebimento Definitivo do item 1 e do item 4 conforme item 12 da Tabela 3.**

f) o item 4.4.2 prevê uma "Central de Atendimento" para os chamados técnicos do contrato. No entanto, não consta no TR como será o funcionamento dessa Central, tampouco seus requisitos técnicos necessários. Deste modo, convém informar se será presencial ou remoto, nas dependências do CNJ ou da contratada, horário de funcionamento, artefatos de controle, entre outras informações pertinentes. Novamente, sugere-se como referência verificar o texto do PRE 20/2019 acerca dessa Central;

**Foi acrescentado o Item 5.6 Central de atendimento para ocorrências (itens 2 e 3)**

g) o item 4.7.1 alínea "d", configura mais um recebimento definitivo, porque enseja pagamento, do que recebimento provisório. Assim, sugere-se que seja trocado para a alínea "c" do item 4.7.2.

**Alterado.**

h) retificar a informação constante do item 4.12.9, "ANEXO A", pois trata-se do "ANEXO D";

**Alterado.**

i) verificar se o item 4.12.13 refere-se a esta contratação, tendo em vista que não há nem nos Estudos Preliminares, nem no restante do Termo de Referência, menção ao equipamento da DELL/EMC;

**O item foi removido.**

j) no item 4.13.1, a subordinação do item "v." ao item "b", constitui uma impropriedade, isto porque, as penalidades de suspensão temporária e declaração de idoneidade não são gêneros da penalidade de multa, e, portanto, devem constituir os itens "c" e "d" e não estarem subordinadas ao item "b". Deste modo, deverá ser revisada também a referência a alínea "v", presente na sanção "b", "i", da alínea "b", tendo em vista não mais existir;

**O item "b" foi removido e a referência a alínea "v", presente na sanção "b", "i", da alínea "b" foi alterada para "a".**

l) ressalta-se que para facilitar a gestão de contrato, é interessante prever o máximo de casos possíveis de descumprimentos e aplicação das multas pela autoridade competente. Desta maneira, se a unidade demandante entender pertinente, sugere-se a inclusão de previsão de multas para atrasos:

l.1) na entrega dos relatórios;

**Já existe a previsão de multa a cada 3 (três) advertências no caso de descumprimento de obrigações contratuais e a entrega dos relatório faz parte das obrigações da contratada, item 4.12.11.**

l.2) não realização do treinamento nos prazos;

**Foram atribuídos requerimentos no item 5.5.**

l.3) na implantação da Central de Atendimento.

**Foi incluído no item 4.12.13 nas obrigações da contratada.**

m) inserir no item 5, os requisitos técnicos referentes aos itens 3, 4 e 5 da descrição detalhada do objeto.

**Inseridos.**

4. Conforme determinado no Despacho SAD 0708210, a pedido do Grupo Revisor (Parecer COAI 0703115) e aprovado pelo Diretor em substituição do DTI (Despacho 0703693), informa-se que os seguintes "erros de português" serão alterados no momento da elaboração do edital:

a) item 3.2.2, onde se lê "a solução é em tela é", será alterado para "a solução em tela é";

**Corrigido.**

b) item 3.4.1, onde se lê "o s", será alterado para "os";

**Corrigido.**

**Foram anexados os Estudos Preliminares 0714095 e o Termo de Referência 0716056 já com todas as alterações.**

Considerando o exposto, o Grupo Revisor **recomenda a aprovação dos Estudos Preliminares** (arquivo SEI 0716047) e **do Termo de Referência** (arquivo SEI 0716056 ), **bem como o prosseguimento da instrução processual**, de acordo com o §1º do art. 13 da Resolução n. 182/2013.

Por fim, participamos que o servidor **Claudio Marcelo Albuquerque Nascimento Silva**, matrícula 1965, está em período de férias.

É o parecer.

**Fabiano de Andrade Lima**
Técnico Judiciário - Área Administrativa

De acordo,

**Antônio Cláudio Bulhões e Silva**
Técnico Judiciário - Área Administrativa

**Sidney Martins Pereira Arruda**
Analista Judiciário - Análise de Sistema

**Silvino César Silveira**
Técnico Judiciário - Área Administrativa

Documento assinado eletronicamente por **FABIANO DE ANDRADE LIMA**, **COORDENADOR - COORDENADORIA DE ATENDIMENTO E INFRAESTRUTURA**, em 15/08/2019, às 14:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **SIDNEY MARTINS PEREIRA ARRUDA**, **CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**, em 15/08/2019, às 16:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO CLAUDIO BULHÕES E SILVA**, **TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA**, em 15/08/2019, às 17:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **SILVINO CÉSAR SILVEIRA**, **TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA**, em 19/08/2019, às 21:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **0718829** e o código CRC **5672E0FF**.

Poder Judiciário

*Conselho Nacional de Justiça*

# PREGÃO ELETRÔNICO N. 36/2019

Regido pelas Leis n. 10.520/2002, 11.488/2007 e 12.846/2013, pela Lei Complementar n. 123/2006, pelos Decretos n. 5.450/2005, 7.174/2010 e 8.538/2015, e, subsidiariamente, pela Lei n. 8.666/1993.

| | |
|---|---|
| OBJETO | **AQUISIÇÃO DE SOLUÇÃO DE INTELIGÊNCIA CIBERNÉTICA INCLUINDO EQUIPAMENTOS, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO, INSTALAÇÃO PERSONALIZADA E TREINAMENTO.** |

## SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DO CERTAME

| | |
|---|---|
| Data**: 14/10/2019** | Horário: 14**h (horário de Brasília)** |

A participação neste pregão eletrônico ocorrerá exclusivamente por meio do sistema eletrônico e digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da proposta inicial de preços, a partir da data da liberação do Edital até o horário da abertura da sessão pública.

| | |
|---|---|
| Endereço Eletrônico | **WWW.COMPRASGOVERNAMENTAIS.GOV.BR** |
| Pregoeiro e Equipe de Apoio | COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL<br>SEPN 514, Bloco B, Lote 7, Sala 1, Asa Norte, Brasília – DF<br>CEP: 70.760-542<br>Telefone: (61) 2326-5159 / (61) 2326-5013<br>Fax: (61) 2326-5519<br>e-mail: cpl@cnj.jus.br |
| Mensagem às licitantes | Em cumprimento da legislação e de determinações do Tribunal de Contas da União, o CNJ poderá instaurar processos administrativos com vistas à apenação da |

| | |
|---|---|
| | empresa que não mantiver a proposta, deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento da execução do objeto desta licitação, falhar ou fraudar na execução, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal. As penalidades previstas são impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento do SICAF por até 5 (cinco) anos **e a quantidade mínima de pena a ser aplicada, às condutas vedadas que sejam identificadas nesta licitação, será de 1 (um) mês.**<br>Em momento anterior ao de apresentação de propostas, as licitantes deverão analisar cuidadosamente o inteiro teor deste Edital e dos respectivos anexos, compreender todos os seus termos, certificar-se de que dispõe dos recursos materiais e humanos necessários para participar da Sessão Pública e obter a certeza de que toda a documentação exigida está atualizada, de acordo com exigências editalícias e pronta para ser exibida quando for requisitada pelo pregoeiro. |

# PREGÃO ELETRÔNICO N. 29/2019

## PREÂMBULO

O Conselho Nacional de Justiça torna público que realizará o Pregão Eletrônico n. 36/2019, do tipo menor preço, sob o regime de execução indireta por empreitada por preço unitário, para contratar o objeto abaixo descrito. A sessão pública será realizada em **14/10/2019**, às 14**h** (horário de Brasília), no Conselho Nacional de Justiça, localizado no SEPN 514, Bloco B, Lote 7, Sala 1, Asa Norte, Brasília – DF, por meio do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br. Esta licitação, autorizada no Processo n. 00414/2018, Despacho 0746632, será regida pelas Leis n. 10.520/2002, 11.488/2007 e 12.846/2013, pela Lei Complementar n. 123/2006, pelos Decretos n. 5.450/2005, 7.174/2010 e 8.538/2015, pelas condições constantes neste Edital e, subsidiariamente, pela Lei n. 8.666/1993.

## SEÇÃO I – DO OBJETO DA LICITAÇÃO

Aquisição de solução de inteligência cibernética incluindo equipamentos, manutenção e conservação, suporte técnico especializado, instalação personalizada e treinamento, observadas as condições e especificações estabelecidas nos Anexos I, II e III deste Edital.

## SEÇÃO II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. A sessão deste pregão será pública e realizada em conformidade com este Edital em data, horário e endereço eletrônico indicados no preâmbulo.

2.2. Poderão participar deste pregão eletrônico as empresas que:

a) atendam às condições deste edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estejam devidamente credenciadas na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI), do Ministério da Economia, por meio do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, para acesso ao sistema eletrônico (Comprasnet);

b) possuam registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF). Esse registro também será requisito obrigatório para fins de habilitação.

2.3. Para fins desta licitação, considera-se microempresa e empresa de pequeno porte o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e o microempreendedor individual, nos termos do art. 1º do Decreto n. 8.538/2015.

2.4. A SLTI atuará como órgão provedor do sistema eletrônico.

2.5. Como requisito para participação no pregão eletrônico, a licitante deverá manifestar, em campo próprio, o pleno conhecimento e o atendimento às exigências de habilitação do presente Edital.

2.6. Para microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas (somente as que se enquadram na condição estabelecida no art. 34 da Lei n. 11.488/2007), aplicam-se a Lei Complementar n. 123/2006 e o Decreto n. 8.538/2015, sendo necessária a posterior regularização fiscal, nas condições estabelecidas no item 11.6 deste Edital, caso venha a formular lance vencedor.

2.7. As microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas (somente as que se enquadram na condição estabelecida no art. 34 da Lei n. 11.488/2007) que desejarem fazer jus aos benefícios previstos na Lei Complementar n. 123/2006 deverão manifestar, em campo próprio, sob as penas da lei, declaração de que atendem aos requisitos do art. 3º da referida Lei.

2.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e da proposta de preços sujeitará a licitante às sanções previstas na legislação.

2.9. Não poderão participar desta licitação:

a) pessoas jurídicas que não explorem atividade compatível com o objeto desta licitação;

b) empresas punidas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CNJ;

c) empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

d) empresas impedidas de licitar e contratar com a União;

e) consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição.

2.10. Os documentos apresentados nesta licitação deverão:

a) conter os números de CNPJ dos estabelecimentos que, a critério de uma mesma pessoa jurídica licitante, serão responsáveis pela execução do objeto e que poderão emitir, em decorrência, ao longo da vigência do contrato, as notas fiscais que serão apresentadas a pagamento;

b) estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor;

c) ser apresentados em original, em publicação da imprensa oficial ou em cópia autenticada por cartório ou por servidor da Administração.

2.10.1. Ao longo da execução do contrato, a inclusão de estabelecimento integrante da pessoa jurídica licitante adjudicatária no conjunto daqueles responsáveis pela execução do objeto poderá ocorrer, desde que mediante apresentação de documentos, referidos a todo o período de vigência já transcorrida do ajuste, hábeis à prova de regularidade do estabelecimento a ser acrescido junto à Fazenda Estadual/Distrital e Municipal, bem como de prévia formalização do acréscimo, em termo aditivo ao contrato.

2.11. Quando a certidão for emitida com prazo de validade indeterminado e/ou o prazo de validade da certidão não estiver expresso em seu instrumento, aquela expedida nos últimos 60 (sessenta) dias que antecederem à data da sessão deste certame será considerada válida, exceto quando houver norma (lei, resolução, instrução normativa, portaria etc.) estabelecendo prazo de validade inferior, hipótese na qual prevalecerá o prazo nela previsto. Os prazos aqui referidos serão contados a partir da data de emissão, inclusive.

## SEÇÃO III – DO CREDENCIAMENTO

3.1. A licitante deverá credenciar-se no sistema "Pregão Eletrônico", no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, observado o seguinte:

a) o credenciamento far-se-á mediante atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;

b) a perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso;

c) o credenciamento da licitante ou de seu representante perante o provedor do sistema implicará responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.2. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.3. A licitante responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

## SEÇÃO IV – DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1. A licitante deverá consignar em campo adequado do sistema eletrônico **o valor unitário de cada item que compõe o grupo**, já considerados e inclusos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

4.2. Não será aceita oferta de objeto com especificações diferentes das indicadas nos anexos deste Edital.

4.3. Em caso de divergência entre as especificações técnicas descritas no Sistema Comprasnet e as descritas neste Edital, prevalecerão estas.

4.4. Os valores deverão ser calculados com duas casas decimais.

4.5. A proposta apresentada em desacordo com este Edital será desclassificada.

4.6. As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

4.7. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para assinatura do contrato, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

## SEÇÃO V – DO ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS

5.1. A participação no pregão eletrônico ocorrerá mediante digitação de senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, observadas as condições definidas na Seção IV. Ao encaminhar a proposta de preços, a licitante deverá incluir **o detalhamento do objeto** ofertado no campo "Descrição Detalhada do Objeto".

5.2. Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, a licitante deverá encaminhar proposta de preços, **formulada de acordo com os Anexos I e II do Edital**, e as especificações detalhadas do objeto, até a data e hora marcadas para a abertura da sessão, exclusivamente por meio eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

5.3. Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

## SEÇÃO VI – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

6.1. No dia e hora indicados no preâmbulo deste edital, o pregoeiro abrirá a sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

6.2. A comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

6.3. Após a abertura, o pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não apresentarem conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

6.4. A licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

## SEÇÃO VII – DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, registrando no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2. Serão desclassificadas as propostas de preços que:

a) não atenderem às exigências deste Edital;

b) apresentarem**, após a fase de lances e/ou negociação**, valores unitários e/ou totais superiores aos estabelecidos no Anexo II – Estimativa de Preços.

7.3. A desclassificação da proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.4. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

## SEÇÃO VIII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do recebimento e respectivo horário de registro e valor.

8.2. Na formulação de lances, deverão ser observados os seguintes aspectos:

a) as licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste edital;

b) a licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema;

c) não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro; e

d) embora a classificação final seja pelo valor total do grupo, a disputa será por item. A cada lance ofertado, o sistema atualizará automaticamente o valor global.

8.3. Durante a sessão pública deste pregão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

8.4. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

8.5. Nesta fase, o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance de valor considerado inexequível.

8.6. A etapa de lances será encerrada por decisão do pregoeiro mediante aviso de fechamento iminente.

8.7. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, e depois de transcorrido período de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado, encerrará automaticamente a recepção de lances.

8.8. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a

recepção dos lances, retornando o pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

8.9. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão deste pregão eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

8.10. Após o encerramento da etapa de lances, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

8.11. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

8.12. Na situação de inexistência de lance inferior à menor proposta registrada, persistindo empate entre duas ou mais licitantes, e após obedecido o disposto no § 2º do art. 3º da Lei n. 8.666/93, proceder-se-á conforme o art. 45, § 2º, da referida Lei.

## SEÇÃO IX – DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

9.1. Quando houver participação nesta licitação de microempresas, empresas de pequeno porte e/ou sociedades cooperativas (somente as que se enquadram na condição estabelecida no art. 34 da Lei n. 11.488/2007), considerar-se-á empate quando a proposta dessas empresas for igual ou até **5% (cinco por cento)** superior à proposta classificada em primeiro lugar. Neste caso, e desde que a proposta classificada em primeiro lugar não tenha sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, o sistema eletrônico procederá da seguinte forma:

a) classificação das propostas de microempresas ou empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas que se enquadrem na situação prevista neste item 9.1;

b) convocação da microempresa ou empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa (somente as que se enquadram na condição estabelecida no art. 34 da Lei n. 11.488/2007) que apresentou a menor proposta dentre as classificadas na forma da alínea “a” deste item para que, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, apresente uma última oferta, obrigatoriamente inferior à da primeira colocada, para o desempate, situação em que será classificada em primeiro lugar;

c) não sendo apresentada proposta pela microempresa ou empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, na situação da alínea “b” deste item, ou não ocorrendo a regularização fiscal na situação prevista no item 11.6, ou, ainda, não ocorrendo a contratação, serão convocadas, na ordem e no mesmo prazo, as

propostas remanescentes, classificadas na forma da alínea “a” deste item, para o exercício do mesmo direito.

9.2. Será assegurada preferência na contratação, nos termos do artigo 5º do Decreto n. 7.174/2010, observada a seguinte ordem:

a) bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;

b) bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e

c) bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal.

9.3. As microempresas e empresas de pequeno porte terão prioridade no exercício do direito de preferência, em relação às médias e grandes empresas, na hipótese de ambas atenderem ao disposto no item anterior.

9.4. O exercício do direito de preferência previsto nos itens 9.1 e 9.2 será concedido, observando-se os seguintes procedimentos, sucessivamente:

a) aplicação das regras de preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte dispostas no item 9.1, quando for o caso;

b) aplicação das regras de preferência previstas no item 9.2, com a classificação das licitantes cujas propostas finais estejam situadas até dez por cento acima da melhor proposta válida, conforme o critério de julgamento, para a comprovação e o exercício do direito de preferência;

c) convocação das licitantes classificadas que estejam enquadradas no item 9.2, “a”, na ordem de classificação, para que possam oferecer nova proposta para igualar ou superar a melhor proposta válida, caso em que será declarada vencedora do certame;

d) caso a preferência não seja exercida na forma da alínea anterior, por qualquer motivo, serão convocadas as empresas classificadas que estejam enquadradas no item 9.2, “b”, na ordem de classificação, para a comprovação e o exercício do direito de preferência, aplicando-se a mesma regra para o item 9.2, “c”, caso esse direito não seja exercido.

9.5. Após a fase de lances, as empresas licitantes deverão permanecer logadas no sistema eletrônico para que o Pregoeiro possa convocar, na ordem de classificação e por meio do “chat”, as proponentes cujos valores para o item estejam situados no intervalo percentual de dez por cento previstos no item 9.4, “b”, observado o seguinte procedimento:

a) questionamento visando identificar aquelas que porventura preencham as condições listadas no item 9.2;

b) convocação para informar qual das condições do item 9.2 é atendida por sua proposta, no prazo de 5 (cinco) minutos para resposta, sob pena de preclusão do seu direito de preferência.

9.6. Na hipótese de mudança da licitante classificada em primeiro lugar, em razão de manifestação de atendimento a alguma das condições listadas no item 9.2, a mesma será convocada, pelo "chat", e terá o prazo de 5 (cinco) minutos para apresentar proposta igual ou inferior à da licitante que apresentou originalmente o melhor lance, sob pena de preclusão do seu direito de preferência.

9.7. A comprovação do atendimento ao PPB ou aos serviços com tecnologia desenvolvida no país será feita mediante apresentação do documento comprobatório da habilitação à fruição dos incentivos fiscais regulamentados pelo Decreto n. 5.906, de 26 de setembro de 2006, ou pelo Decreto n. 6.008, de 29 de dezembro de 2006 e será feita:

a) por meio de consulta ao sítio eletrônico oficial do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações - MCTIC ou da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA; ou

b) por documento expedido para esta finalidade pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações - MCTIC ou pela SUFRAMA ou por outro órgão ao qual seja legalmente atribuída tal competência, mediante solicitação da licitante.

9.8. Não serão aceitos como meio de comprovação documentos e/ou declarações emitidas pela própria licitante ou pelo fabricante.

9.9. Na hipótese em que nenhuma das licitantes preencha os requisitos elencados nos itens 9.1 e 9.2 prevalecerá o resultado inicialmente apurado pelo sistema eletrônico.

## SEÇÃO X – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

10.1. Encerrada a etapa de lances e concluída a negociação, quando houver, a licitante classificada em primeiro lugar deverá encaminhar, **de forma integral**, via sistema eletrônico (ComprasNet), como anexo, proposta de preços **ajustada ao menor lance**, elaborada de acordo com o disposto nesta Seção, na Seção IV e com os Anexos I e II do Edital, bem como os documentos de habilitação constantes da Seção XI, no prazo máximo de **2 (duas) horas, contadas da solicitação do Pregoeiro**.

10.2. O prazo previsto no item 10.1 poderá ser prorrogado por até 1 (uma) hora, mediante solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido inicialmente, e formalmente aceita pelo Pregoeiro, em atendimento ao interesse público na obtenção da melhor proposta.

10.3. Caso o Pregoeiro suspenda a sessão na fluência do prazo de envio da documentação, a contagem do referido prazo ficará suspensa até que a sessão seja reiniciada.

10.4. A proposta de preços deverá ser redigida em língua portuguesa, sem alternativas, opções, emendas, ressalvas, borrões, rasuras ou entrelinhas, e dela deverá constar:

a) identificação social, número do CNPJ dos estabelecimentos que, a critério de uma mesma pessoa jurídica licitante, serão responsáveis pela execução do objeto, assinatura do representante legal da proponente, referência a esta licitação, número de telefone, endereço, dados bancários, número de fax e indicação de endereço eletrônico (*e-mail*);

b) indicação do responsável pela assinatura do contrato, com o número da carteira de identidade, CPF, e, caso não seja sócio da empresa, procuração passada em instrumento público ou particular com firma reconhecida, com poderes para assinatura do instrumento, em nome da proponente;

c) prazo de validade da proposta de 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital;

d) indicação única de preço (R$), com exibição dos valores unitário, em algarismos, e total, em algarismos e por extenso, conforme o lance final respectivo;

e) descrição clara do objeto cotado, em conformidade com as especificações constantes no Anexo I do Edital – Termo de Referência;

f) documento denominado "Planilha de Atendimento aos requisitos técnicos" para especificação clara, completa e minunciosa do produto cotado, informando a marca, o modelo e o fabricante, bem como a indicação precisa da comprovação de cada característica, conforme modelo do Anexo E do Termo de Referência;

f.1) entende-se por documento (s) a documentação técnica oficial do fabricante do equipamento ofertado, seja em meio eletrônico ou materializada em papel;

f.2) não serão aceitas declarações ou cartas de conformidade ou adequação ao solicitado e especificado no Termo de Referência em substituição ou complementação da documentação técnica oficial e original.

10.5. Para garantir a integridade da documentação e da proposta, recomenda-se que contenham índice e folhas numeradas e timbradas com o nome, logotipo ou logomarca da licitante.

10.6. O pregoeiro examinará a proposta ajustada ao menor lance, quanto à compatibilidade de preço em relação ao valor estimado para a contratação.

10.6.1. Tão logo a proposta ajustada seja enviada pelo licitante e recebida no sistema eletrônico, o pregoeiro poderá dar prosseguimento ao certame.

10.6.2. Conforme previsto no §3º do artigo 43 da Lei n. 8.666/1993, na proposta ajustada, o licitante poderá esclarecer ou complementar a instrução do processo, mas não poderá incluir documentos novos ou informações que deveriam ter constado na proposta original. Exclusivamente para fins de instrução da proposta ajustada, não serão considerados novos, os documentos e/ou informações que possam ser obtidos mediante consulta gratuita, aberta a qualquer interessado, a bancos de dados de órgãos e/ou entidades públicos, privados e/ou de caráter público, que estejam disponíveis na rede mundial de computadores.

10.6.3. Quando do envio da proposta ajustada, o licitante interessado poderá evidenciar informações que eventualmente tenham constado de forma implícita na proposta originária.

10.7. Para fins de classificação, não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista nesta licitação, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido. Os termos da proposta, se vantajosos ao CNJ, vinculam a licitante e serão integralmente exigíveis.

10.8. Será rejeitada a proposta que apresentar valores irrisórios ou de valor zero.

10.9. Se a proposta não for aceitável ou se a licitante deixar de reenviá-la, ou ainda, não atender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda aos requisitos deste Edital.

10.10 Havendo aceitação da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro irá avaliar as condições de habilitação da licitante.

## SEÇÃO XI – DA HABILITAÇÃO

11.1. Os documentos para habilitação, relativos a estabelecimento matriz e aos estabelecimentos filiais que, a critério de uma mesma pessoa jurídica licitante, serão responsáveis pela execução do objeto, serão os seguintes:

**Habilitação jurídica**

a) registro comercial, no caso de empresário individual;

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva;

**Regularidade fiscal e trabalhista**

c) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do Ministério da Fazenda;

d) comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal relativo à sede da licitante;

e) prova de regularidade para com a Fazenda Federal;

f) prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante;

g) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

h) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;

i) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho;

**Qualificação econômico-financeira**

j) Certidão Negativa de Falência ou Concordata ou, se for o caso, Certidão de Recuperação Judicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica;

**Declarações exigidas**

k) Declaração, em campo próprio no sistema eletrônico, de cumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal/1988 (trabalho de menores de idade, observada a Lei n. 9.854/1999);

l) Declaração, em campo próprio no sistema eletrônico, de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação;

m) Declaração, em campo próprio no sistema eletrônico, de elaboração independente de proposta.

11.3. As declarações extraídas do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF substituirão os documentos relacionados nas alíneas 'a', 'b', 'c', 'd', 'e', 'f', 'g, 'h' e 'i' do item 11.1, para fins de habilitação da licitante cadastrada naquele sistema. Essas declarações somente serão válidas nas seguintes condições:

a) se as informações relativas àqueles documentos estiverem disponíveis para consulta na data da sessão de recebimento da proposta e da documentação; e

b) se estiverem dentro dos respectivos prazos de validade.

11.4. Em cumprimento ao disposto na Lei n. 12.440/2011 e nos artigos 27, IV, e 29, V, da Lei n. 8.666/1993, será consultada no sítio www.tst.jus.br a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho, **sendo considerada, para fins de habilitação, a CNDT mais atualizada**.

11.5. Caso nos registros cadastrais conste algum documento com prazo de validade vencido, a licitante deverá encaminhar comprovante idêntico, com o respectivo prazo atualizado, no mesmo decurso estipulado no item 10.1 sob pena de inabilitação.

11.6. As microempresas, empresas de pequeno porte e as sociedades cooperativas (somente as que se enquadram na condição estabelecida no art. 34 da Lei n. 11.488/2007) deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

11.7. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte ou sociedades cooperativas (somente as que se enquadram na condição estabelecida no art. 34 da Lei n. 11.488/2007), será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do pregoeiro, a contar do momento em que se declarar o vencedor do certame, para

a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

11.8. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item 11.7, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em lei.

11.9. A licitante que apresentar documentação em desacordo com este Edital será inabilitada.

11.10. Será declarada vencedora a licitante que, atendidas as demais exigências fixadas neste Edital, apresentar **o menor valor para o grupo.**

## SEÇÃO XII – DOS RECURSOS

12.1. Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer durante a sessão pública, em campo próprio no sistema eletrônico.

12.2. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante implicará decadência do direito de recurso.

12.3. A recorrente deverá apresentar as razões do recurso no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões em igual prazo, a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

12.4. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

## SEÇÃO XIII – DO ENCAMINHAMENTO DOS ORIGINAIS DA PROPOSTA VENCEDORA E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

13. A critério do Pregoeiro, a licitante vencedora poderá ser convocada a encaminhar, no prazo de **3 (três) dias úteis, contados da solicitação do Pregoeiro**, à Comissão Permanente de Licitação do CNJ, localizada no SEPN 514, Bloco B, Lote 7, Sala 1, Asa Norte, Brasília – DF, CEP 70.760-542, os originais dos documentos necessários à aceitação da proposta e à habilitação da empresa, de acordo com as Seções X e XI, **ressalvadas as declarações constantes das alíneas "k", "l" e "m" do item 11.1 da Seção XI, firmadas em campo próprio no sistema eletrônico**.

## SEÇÃO XIV – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

14. A adjudicação do objeto à licitante vencedora ficará sujeita à homologação do procedimento licitatório pelo Diretor-Geral do Conselho Nacional de

Justiça, depois de decididos eventuais recursos.

## SEÇÃO XV – DAS OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA

15. A adjudicatária ficará obrigada a:

a) assinar o contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação;

b) executar o objeto, observadas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, na proposta e no contrato;

c) apresentar, caso seja optante do Simples Nacional, no ato da assinatura do contrato, declaração em conformidade com o Art. 6º da Instrução Normativa SRF n. 1.234/2012;

c.1) no caso de não ser apresentada a declaração prevista na alínea anterior, serão retidos todos os tributos e contribuições no pagamento a ser efetuado.

d) apresentar, a qualquer tempo, no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da solicitação do CNJ, os originais necessários à aceitação da proposta e à habilitação da empresa.

## SEÇÃO XVI – DAS SANÇÕES

16.1. Ficarão sujeitos às penalidades previstas na Lei n. 12.846/2013 aqueles que cometerem atos lesivos à administração pública, assim definidos, no tocante a licitações e contratos:

a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;

g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

16.2. Nos termos do art. 7º da Lei n. 10.520/2002, ficará impedido de licitar e

contratar com a União e será descredenciado do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais penalidades legais, aquele que:

a) não assinar o contrato quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

b) apresentar documentação falsa;

c) deixar de entregar os documentos exigidos para o certame;

d) retardar, falhar ou fraudar a execução da obrigação assumida;

e) não mantiver a proposta;

f) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

16.3. Com fundamento no art. 9º da Lei n. 10.520/2002 e nos arts. 86 e 87 da Lei n. 8.666/1993, sem prejuízo do disposto nos itens 16.1 e 16.2, a adjudicatária ficará sujeita, assegurada prévia e ampla defesa, também às seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa, nos casos previstos nos Anexos I e III do Edital;

c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

16.4. As sanções previstas nas alíneas "a" e “c” do item 16.3 poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa.

16.5. O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo CNJ à adjudicatária ou cobrado judicialmente.

16.6. Excepcionalmente, desde que devidamente justificado no processo administrativo, o CNJ poderá efetuar a retenção do valor presumido da multa, e, concomitantemente, instaurar regular processo administrativo oportunizando à Contratada o exercício do contraditório e da ampla defesa.

16.7. Todas as penalidades serão registradas no SICAF.

16.8. Os instrumentos de requerimentos, de defesas prévias e de recursos eventualmente interpostos pelos licitantes, adjudicatários e/ou por quaisquer interessados deverão ser instruídos com os documentos hábeis à prova das alegações neles contidas. Referidos documentos probatórios deverão ser apresentados em suas versões originais e/ou em versões autenticadas, por cartórios extrajudiciais ou por servidores da Administração Pública, sob pena de, a critério exclusivo do CNJ, não serem avaliados. Caso a autenticação de cópias de documentos originais e/ou o fornecimento de cópias de documentos sejam requeridos ao CNJ, as despesas correspondentes deverão ser ressarcidas previamente, em Guia de Recolhimento da União (GRU).

## SEÇÃO XVII – DO RECEBIMENTO

17.1. O objeto desta licitação, observadas as condições e as especificações estabelecidas nos Anexos I e III do Edital, após a comprovação da adequação às exigências constantes no Anexo I – Termo de Referência.

17.2. Caso sejam constatadas inadequações, falhas ou incorreções na execução, fica a Contratada obrigada a efetuar as correções necessárias, sem ônus para o CNJ.

17.3. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade civil, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei.

## SEÇÃO XVIII – DO PAGAMENTO

18.1. O pagamento, observadas as condições estabelecidas nos Anexos I e III do Edital, será efetuado mediante crédito em conta corrente da Contratada, por ordem bancária, no prazo disposto nos artigos 5º, § 3º, ou 40, XIV, "a", da Lei n. 8.666/93, conforme o caso, desde que cumpridos os seguintes requisitos:

a) apresentação de nota fiscal de acordo com a legislação vigente à época da emissão (nota fiscal eletrônica, se for o caso), acompanhada da prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da Contratada; da prova de regularidade relativa à Seguridade Social; do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho;

b) inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a Contratada.

18.2. A Contratada não poderá apresentar nota fiscal com número raiz do CNPJ diverso do registrado no preâmbulo do contrato.

18.3. A nota fiscal apresentada em desacordo com o estabelecido no Edital, no contrato ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida à Contratada e, nesse caso, o prazo previsto no item 18.1 será interrompido e reiniciado a partir da respectiva regularização.

18.4. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

18.5. Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela Contratada no Protocolo do CNJ.

18.6. O pagamento somente será realizado após o recebimento definitivo do objeto pelo CNJ, desde que não se verifiquem falhas na execução dos serviços.

18.7. A não manutenção das condições de habilitação pela Contratada não ensejará a retenção de pagamento quando houver o atesto da efetiva e regular

prestação dos serviços, mas poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

## SEÇÃO XIX – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

19. A despesa decorrente desta licitação correrá à conta de recursos consignados ao Conselho Nacional de Justiça no Orçamento Geral da União, Programa de Trabalho: 02.032.1389.2B65.0001 – Apreciação e Julgamento de Processos Disciplinares e Administrativos (Ações de Informática), Naturezas da Despesa: 4.4.90.52– Aquisição de Material Permanente; e 3.3.90.40 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação.

## SEÇÃO XX – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

20. Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a Contratada, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice de Custos de Tecnologia da Informação – ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

## SEÇÃO XXI – DA ASSINATURA DO CONTRATO

21.1. Homologada a licitação, o CNJ convocará a licitante vencedora, durante a validade da sua proposta, para assinatura, por meio eletrônico, do instrumento contratual, que se dará em até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e no art. 81 da Lei n. 8.666/1993.

21.2. Impreterivelmente dentro do prazo de 3 (três) dias úteis contados da data da convocação que lhe seja feita pelo CNJ, a licitante vencedora deverá requerer cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do CNJ, mediante observância do quanto disposto na Instrução Normativa CNJ n. 67/2015.

21.3. A licitante vencedora deverá assinar, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação, sob as penas previstas na legislação, o instrumento contratual, mediante uso do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do CNJ.

21.4. É facultado à Administração, quando a adjudicatária não assinar o contrato, no prazo e nas condições estabelecidos, convocar outra licitante, obedecida a ordem de classificação, para assiná-lo, após comprovados os requisitos de habilitação, feita a negociação e aceita a proposta.

21.5. Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se a adjudicatária mantém as condições de habilitação.

## SEÇÃO XXII – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

22.1. O contrato terá vigência de 20 (vinte) meses a contar da assinatura do contrato, podendo ser renovado nos termos da lei, no caso dos itens 2 e 3.

## SEÇÃO XXIII – DO REAJUSTE

23. No caso de prorrogação contratual, para fins de reajuste, deverá ser considerado o Índice de Custos de Tecnologia da Informação (ICTI), conforme Portaria nº 6.432, de 11 de julho de 2018 do Ministério da Economia.

## SEÇÃO XXIV – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

24.1. O CNJ nomeará um gestor titular e um substituto para executar a fiscalização do contrato. As ocorrências e as deficiências serão registradas em relatório, cuja cópia será encaminhada à Contratada, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

24.2. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne à execução do objeto contratado.

## SEÇÃO XXV – DA RESCISÃO DO CONTRATO

25.1. O inadimplemento de cláusula estabelecida no contrato, por parte da Contratada, assegurará ao CNJ o direito de rescindi-lo, mediante notificação, com prova de recebimento.

25.2. Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n. 8.666/1993, constituem motivos para a rescisão do contrato:

a) atraso injustificado na execução do objeto, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação ao CNJ;

b) o cometimento reiterado de falhas comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante do CNJ.

25.3. Caso a Contratada venha a sofrer processos de fusão, cisão ou incorporação, será admitida a continuação do contrato, desde que sua execução não seja afetada e que a Contratada mantenha o fiel cumprimento dos termos contratuais e as condições de habilitação.

25.4. Ao CNJ é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n. 8.666/1993, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80, todos da Lei n. 8.666/93.

## SEÇÃO XXVI – DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO

26.1. Qualquer interessado, antes de decidir participar do Pregão, deverá providenciar exaustivo estudo do inteiro teor do edital e apresentar, à CPL, as dúvidas e impugnações (inclusive as correlatas a eventuais irrazoabilidades, desproporcionalidades e/ou omissões) que entender existentes neste instrumento.

26.2. Ao participar desta licitação, a licitante estará se declarando ciente de que as condições editalícias, descrições de produtos, condições de fornecimento e outras fórmulas destinam-se a garantir, nos termos Lei, transparência, objetividade, certeza jurídica e isonomia de tratamento a todos os participantes bem como à obtenção de eficácia e celeridade para o processo seletivo do menor preço e da melhor proposta.

26.3. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao pregoeiro até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura, exclusivamente por meio do endereço eletrônico: cpl@cnj.jus.br.

26.4. Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão deste pregão, qualquer pessoa poderá impugnar este ato convocatório, mediante petição a ser encaminhada por meio do endereço eletrônico cpl@cnj.jus.br.

26.5. O pregoeiro decidirá sobre a impugnação em até 24 (vinte e quatro) horas.

26.6. Acolhida a impugnação ao ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

## SEÇÃO XXVII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

27.1. O Edital estará à disposição dos interessados na Comissão Permanente de Licitação, localizada no SEPN 514, Bloco B, Lote 7, Sala 1, Asa Norte, Brasília – DF, CEP 70.760-542, nos dias úteis, das 12h às 19h, e na internet para *download,* nos endereços eletrônicos: www.comprasgovernamentais.gov.br e www.cnj.jus.br/transparencia.

27.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

27.3. Nenhuma indenização será devida às empresas licitantes pela elaboração de proposta ou apresentação de documentos relativos a esta licitação.

27.4. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.

27.5. Todas as informações, pedidos de esclarecimentos e respostas a impugnações referentes a esta licitação estarão disponíveis no site do CNJ na internet: www.cnj.jus.br/transparencia.

27.6. Sem prejuízo das disposições contidas no Capítulo III da Lei n. 8.666/1993, o presente Edital e a proposta da adjudicatária serão parte integrante do contrato.

27.7. O pregoeiro ou autoridade superior poderão promover diligências destinadas a elucidar ou complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação, fixando prazos para atendimento.

27.8. O pregoeiro ou autoridade superior poderão subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação.

27.9. Compete exclusivamente aos licitantes, aos adjudicatários e aos demais interessados manter atualizados, junto ao CNJ, os respectivos endereços, inclusive eletrônicos (e-mail). O CNJ reserva-se o direito de considerar válidas comunicações enviadas aos licitantes, aos adjudicatários e a quaisquer outros interessados pelos endereços, inclusive eletrônicos, registrados nos autos e/ou no Sistema SICAF (mantido pelo Poder Executivo Federal).

27.10. Aplicam-se à presente licitação, subsidiariamente, as Leis n. 8.078/1990 e 10.406/2002, as regras de escrituração baixadas pelo Departamento Nacional do Registro do Comércio e pelo Conselho Federal de Contabilidade, bem como as demais normas pertinentes.

Brasília, 14 de outubro de 2019.

**Johaness Eck**
**Diretor-Geral**
**Portaria n. 89/2018**

**PREGÃ ELETRÔNICO N. 36/2019**
**ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA**

## 1. DO OBJETO

### 1.1 Definição do objeto (Art. 18, § 3º, I)

1.1.1. Aquisição de solução de inteligência cibernética incluindo equipamentos, manutenção e conservação, suporte técnico especializado, instalação personalizada e treinamento, nas condições estabelecidas nesse Termo de Referência.

**Descrição detalhada do objeto**

1.1.2. Os itens listados na Tabela 1 abaixo irão compor o objeto desta licitação e deverão atender às especificações detalhadas definidas no título 5 (Requisitos Técnicos) deste Termo de Referência, de acordo com os quantitativos abaixo:

| Grupo | Item | Descrição | Unidade | Quantidade |
|---|---|---|---|---|
| 1 | *1* | *Equipamentos de inteligência cibernética, de acordo com o item 5.1* | *Conjunto* | *1* |
| | *2* | *Manutenção e conservação, de acordo com o item 5.2* | *Mês* | *20* |
| | *3* | *Suporte Técnico especializado, de acordo com o item 5.3* | *Mês* | *20* |
| | *4* | *Instalação personalizada, de acordo com o item 5.4* | *Conjunto* | *1* |
| | *5* | *Treinamento, de acordo com o item 5.5* | *Instruendo* | *3* |

***Tabela 1** - Objeto detalhado*

## 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 18, § 3º, II)

### 2.1 Motivação (Art. 18, § 3º, II, a)

2.1.1. Atualmente os ataques cibernéticos são uma realidade latente e têm afetado diversos órgãos governamentais, ocasionando grandes prejuízos tais como: parada na prestação de serviços ao cidadão e roubo de informações protegidas por sigilo legal. Exemplo disso foi o ataque do ransomware “Wanna Cry” que afetou, de maneira significativa, a operação de sistemas de informação do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), sendo este incidente amplamente divulgado na mídia.

2.1.2. Neste diapasão, faz-se mister lembrar que o CNJ dispõe de plataformas digitais de suma importância para a sociedade e que possuem alcance nacional. Desta forma, podemos citar o Banco Nacional de Monitoramento Prisional (BNMP), que na sua versão 2.0 tem por objetivo fazer um levantamento preciso da situação da população carcerária no país. Um

ataque cibernético bem-sucedido contra esse sistema poderia gerar efeitos adversos, como mudança da situação prisional de um custodiado de “privação de liberdade” para “liberdade” e vice-versa.

2.1.3. Com o fito de gerar evidências para fins de investigação de incidentes cibernéticos, o CNJ coleta e armazena uma grande quantidade de eventos/logs de segurança gerados por diversos sistemas computacionais tais como de autenticação, de firewall, de antivírus, de auditoria, de intrusão, entre outros. A excessiva quantidade de dados, o processamento isolado em cada solução e o armazenamento distribuído desses eventos acabam por dificultar o reconhecimento e análise de eventuais ameaças cibernéticas que tenham comprometido a confidencialidade e integridade dos dados gerenciados por este Conselho.

2.1.4. Ademais, o CNJ não dispõe de mecanismos computacionais capazes de armazenar, indexar e analisar o tráfego de pacotes de rede, identificando padrões comportamentais de indícios de incidentes cibernéticos em tempo real, o que faz com que a equipe de resposta a incidentes atue basicamente de maneira reativa e com fonte, apenas, nas evidências armazenadas estaticamente nos dispositivos de segurança da informação.

2.1.5. Como a quantidade de eventos/logs/flows de segurança e outras informações relacionadas dificultam a identificação manual e análise dos incidentes de segurança, o desafio, neste caso, concentra-se na necessidade de centralizar os eventos/logs/flows de segurança e tráfego independente da solução que os gerou, relacionando-os e provendo inteligência, a fim de facilitar o trabalho do analista de segurança, possibilitando um monitoramento contínuo e resposta ao incidente em tempo hábil.

2.1.6. Nesse cenário difuso, uma forma de mitigar essa atuação reativa transformando-a em proativa, bem como centralizar as informações de eventos/logs/flows e tráfego de pacotes em repositórios centralizados, seria adotando uma solução de segurança cibernética capazes de prover inteligência no processo de gestão de incidentes de segurança da informação, aumentando a eficiência e eficácia da Equipe de Resposta a Incidentes do CNJ (ETIR-CNJ).

## 2.2 Alinhamento Estratégico (Art. 18, § 3º, II, d)

2.2.1. No que diz respeito ao planejamento estratégico, a solução indicada nos Estudos Preliminares está alinhada ao objetivo estratégico “VIII – garantir a infraestrutura adequada ao funcionamento do CNJ” do Plano Estratégico do Conselho Nacional de Justiça para o período de 2015-2020, instituído por meio da Portaria n° 167 de 15/12/2015[1].

2.2.2. Está alinhada também à Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD), instituída por meio da Resolução CNJ n° 211/2015, de 15 de dezembro de 2015[2], por meio do “Objetivo 8: Aprimorar a segurança da informação”.

2.2.3. Por fim, a solução está alinhada ao Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação do CNJ para o período de 2016-2020, instituído por meio da Portaria n° 85, de

[1] Disponível em:<http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3048>. Acessado em: 19 jul. 2019.
[2] Disponível em:<http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3052>. Acessado em: 19 jul. 2019.

8/7/2016[3], por meio do "Objetivo 3: aperfeiçoar a Gestão da Segurança da Informação e Comunicação".

### 2.3 Objetivos (Art. 18, § 3º, II, b)

2.3.1. Pretende-se, com a solução, operacionalizar a Gestão de Incidentes de Segurança da Informação, de acordo com o preconizado na Seção V da Portaria SG n° 47, de 29/11/2017[4] que Instituiu a Política de Segurança da Informação do Conselho Nacional de Justiça.

2.3.2. Ademais, tem como objetivo operacional dispor de meios tecnológicos eficientes para a atuação da Equipe de Tratamento de Incidentes de Redes (ETIR-CNJ) deste Conselho.

### 2.4 Referência aos Estudos Preliminares (Art. 18, § 3º, II, e)

2.4.1. Este Termo de Referência foi elaborado considerando o Documento de Oficialização da Demanda (DOD) encaminhado pelo Departamento de Tecnologia da Informação (DTI) e os Estudos Preliminares constantes do Processo SEI n° 00414/2018.

### 2.5 Análise de Mercado de TIC (Art. 18, § 3º, II, g)

2.5.1. Considerando as necessidades e requisitos da demanda descritos no item 1.2 dos Estudos Preliminares, visualizou-se no mercado de TIC 2 (duas) alternativas de solução:

a) Solução 1: Serviço continuado de inteligência cibernética, incluindo acesso ilimitado ao console preferencialmente único para investigação e análise de incidentes cibernéticos, suporte técnico, instalação e treinamento; e

b) Solução 2: Aquisição de solução de inteligência cibernética incluindo equipamentos, manutenção e conservação, suporte técnico especializado, instalação personalizada e treinamento.

2.5.2. Dessa forma, foi efetuada análise de custos totais da demanda com objetivo de identificar contratações similares efetuadas por órgãos públicos federais ou instituições públicas. Assim, foram encontrados os seguintes processos de aquisição cuja informações estão incluídas no Anexo "Contratações Públicas Similares" dos Estudos Preliminares:

a. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
(INEP) – Pregão Eletrônico n° 09/2017;

b. Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) – Pregão Eletrônico n° 46/2014;

[3] Disponível em:<http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3166>. Acessado em: 19 jul. 2019.
[4] Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/atos-normativos?documento=2487>. Acessado em: 19 jul.2019.

c. Telecomunicações Brasileiras S/A (TELEBRAS) - Pregão Eletrônico n° 20/2016;

d. Caixa Econômica Federal (CEF) – Pregão Eletrônico n° 007/7066-2015; e

e. IBAMA – Pregão Eletrônico n° 5/2018.

2.5.3. Conforme item 1.5 dos Estudos Preliminares, constatou-se que a solução 1 viola o disposto no § 1° do art. 13 da Lei 12.965/2014[5], restando por optar pela escolha da solução 2.

2.5.4. O item 1.5.6 dos Estudos Preliminares traz o orçamento estimado total para essa contratação.

**2.6 Benefícios (Art. 18, § 3º, II, c);**

2.6.1. A escolha da aquisição de solução de inteligência cibernética incluindo equipamentos, manutenção e conservação, suporte técnico especializado, instalação personalizada e treinamento visa manter a ETIR-CNJ com os recursos tecnológicos necessários de forma a garantir que o processo de Gestão de Incidentes de Segurança da Informação será operacionalizado de maneira adequada. Com isso, os benefícios esperados deverão ser analisados à luz do art. 14, inciso IV, c da resolução CNJ n° 182 de 17/10/2013[6] e são:

a. Eficiência: A solução escolhida irá concentrar todos os insumos necessários para que o processo de investigação de incidentes de segurança a informação transcorra com o melhor rendimento possível e com a minimização de erros ou imperícias;

b. Eficácia: Com a solução, a identificação das causas raízes dos incidentes será mais clara, fazendo com que a ETIR-CNJ atue de forma a propor a resolução definitiva para os problemas de segurança da informação;

c. Economicidade: A solução irá tornar a atuação do servidor mais eficiente e eficaz, contribuindo significativamente para a diminuição dos custos de operação no que tange ao aproveitamento da métrica homem-hora dos integrantes da ETIR-CNJ;

[5] Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm>. Acessado em: 19 jul. 2019.
[6] Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=2496> . Acessado em: 19 jul. 2019.

d. Padronização: A solução irá proporcionar uma padronização na detecção, identificação e análise dos incidentes de segurança da informação reportados para a ETIR-CNJ.

### 2.7 Relação entre a Demanda Prevista e a Contratada (Art. 18, § 3º, II, f)

A demanda prevista nos Estudos Preliminares está de acordo com a tabela 2 abaixo e representa exatamente o quantitativo que se pretende contratar:

| Item | Descrição | Unidade | Quantitativo |
|---|---|---|---|
| *1* | *Equipamentos de inteligência cibernética, de acordo com o item 5.1* | *Conjunto* | *1* |
| *2* | *Manutenção e conservação, de acordo com o item 5.2* | *Mês* | *20* |
| *3* | *Suporte Técnico especializado, de acordo com o item 5.3* | *Mês* | *20* |
| *4* | *Instalação personalizada, de acordo com o item 5.4* | *Conjunto* | *1* |
| *5* | *Treinamento, de acordo com o item 5.5* | *Instruendo* | *3* |

***Tabela 2**- Relação entre a demanda prevista e a contratada*

### 2.8. impacto ambiental

2.8.1. O(s) equipamentos(s) deverão atender ao disposto no Plano de Logística Sustentável do CNJ[7], no que tange a possibilidade de ser configurado em modo de economia de energia.
2.8.2. O desfazimento do(s) equipamento(s) deverá ser feito segundo os procedimentos definidos na Instrução Normativa CNJ Nº 45 de 13/09/2018[89].

### 2.9 Conformidade Técnica e Legal (Art. 18, § 3º, II, I)

2.9.1. Deve proporcionar a execução do processo de Gestão de Incidentes de Segurança da Informação, conforme descrito na Portaria SG n° 47, de 29/11/2017[1011] que Instituiu a Política de Segurança da Informação do Conselho Nacional de Justiça.
2.9.2. Deverá ser respeitada as orientações emanadas pela Lei n° 12.305, de 2 de Agosto de 2010[10] e seu regulamento, quanto a logística reversa para descarte de peças e produtos eletrônicos.

[7] Disponível em: < http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2017/06/46b1ce9d9857eb583df9e11d09de3068.pdf>. Acessado em: 19 jul. 2019.
[8] Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/atos-normativos?documento=2767>. Acessado em: 19 jul.
[9].
[10] Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/atos-normativos?documento=2487>. Acessado em: 19 jul.2019.
[11] Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acessado em: 19 jul. 2019.

2.9.3. Deve garantir os mecanismos de retenção e guarda de registros de conexão, nos termos da Lei 12.965/2014 que estabeleceu os princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.

## 3 DA LICITAÇÃO

### 3.1 Da Pretensão da Contratação

3.1.1. Solução de inteligência cibernética incluindo equipamentos, manutenção e conservação, suporte técnico especializado, instalação personalizada e treinamento, nas condições estabelecidas nesse Termo de Referência.

### 3.2 Da Natureza do Objeto da Contratação (Art. 18, § 3º, II, h)

3.2.1. Da descrição da pretensão da contratação, percebe-se que a solução é composta por uma primeira parte relacionada a aquisição de equipamentos, o que caracteriza uma parcela cujo natureza é de despesa de capital. Por outro lado, observa-se que a segunda parte diz respeito à manutenção e conservação, ao suporte técnico especializado, à instalação personalizada e ao treinamento cujos elementos são eminentemente de natureza de despesa de custeio.

3.2.2. Ademais, conforme disposto no item 2.1.2 a solução em tela é essencial para garantir a identificação e prevenção de ataques cibernéticos. Além disso, o item 2.1.6 demonstra a existência de um processo de gestão de incidentes de segurança da informação, cuja as atividades realçam o caráter habitual e permanente que serão suportadas pela solução. Dessa forma, as parcelas de "manutenção e conservação" bem como do "suporte técnico especializado" ganham uma conotação de serviço de natureza continuada, nos termos do art. 57, inciso II da Lei n° 8.666/1993.

### 3.3 Do Parcelamento e Adjudicação (Art. 18, § 3º, II, i)

3.3.1. Considerando o disposto no item 3.2.1, percebe-se que existem as seguintes parcelas que integram a solução, respeitando o disposto no art. 23 § 1° da Lei n° 8.666/1993:

a. Item 1: aquisição de equipamento;
b. Item 2: manutenção e conservação;
d. Item 3: suporte técnico especializado;
e. Item 4: Instalação personalizada; e
f. Item 5: Treinamento.

3.3.2. Ademais, para fins de agrupamento, o Acórdão n° 1914/2009 – TCU - Plenário orienta que:

a. "*17. Nesse ponto, calha trazer à baila o escólio de Marçal Justen Filho: "**O fracionamento em lotes deve respeitar a integridade qualitativa do objeto a ser executado.** Não é possível desnaturar um certo objeto, fragmentando-o em contratações diversas e que importam o risco de impossibilidade de execução satisfatória. " (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 10. ed. São Paulo: Dialética, 2004. p. 209).* "(negrito nosso)

3.3.3. Dessa forma, considerando os requisitos técnicos constantes no título 5 deste Termo de Referência, a necessidade de respeitar a integridade qualitativa do objeto e não sendo possível prever qual será o modelo/fabricante dos equipamentos que integram o item 1, o agrupamento mais recomendado é o indicado abaixo:

a. Grupo 1: item 1, item 2, item 3, item 4 e item 5.

3.3.4. Por fim, em virtude do agrupamento, a adjudicação deverá ser feita a um único licitante.

### 3.4 Modalidade e Tipo de Licitação (Art. 18, § 3º, II, j)

3.4.1. Para fins de classificação da modalidade de licitação, verifica-se que os itens que compõem o objeto possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos no título 5 deste Termo de Referência, portanto são classificados como bens e serviços comuns.

3.4.2. Neste diapasão, a modalidade de licitação mais adequada é o pregão nos termos do art. 1°, parágrafo único da Lei n° 10.520/02. Ademais, não existe nenhuma restrição que impeça a realização do pregão por meios eletrônicos. Desta forma, a escolha da modalidade pregão por meios eletrônicos vincula o tipo de licitação a de "menor preço", conforme art. 2°

### 3.5 Critérios de Habilitação (Art. 18, § 3º, II, j)

3.5.1. As licitantes deverão comprovar documentação para habilitação jurídica, nos termos do art. 28 da Lei n° 8.666/1993, conforme abaixo:

a. registro comercial, no caso de empresa individual;

b. ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

3.5.2. As licitantes deverão comprovar documentação de qualificação econômico-financeira, nos termos do art. 31 da Lei n° 8.666/1993, conforme abaixo:

a. certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

3.5.3. As licitantes deverão comprovar documentação de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 29 da Lei n° 8.666/1993, conforme abaixo:

a. Certidão de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

b. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante;

c. prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;

d. prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais; e

e. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.

3.5.4. As licitantes deverão apresentar declaração de cumprimento ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal de 1988.

3.5.5. Os Estudos Preliminares não apontaram a necessidade de apresentação de algum instrumento de qualificação técnica, nos termos do art. 30 da Lei n° 8.666/1993.

### 3.6 Critérios de aceitação técnica da proposta

3.6.1. Especificação clara, completa e minuciosa do produto cotado, informando a marca, o modelo e o fabricante, bem como a indicação precisa da comprovação de cada característica constante nas especificações técnicas deste Termo de Referência conforme modelo de planilha constante no Anexo E;

a. Entende-se por documento (s) a documentação técnica oficial do fabricante do equipamento ofertado, seja em meio eletrônico ou materializada em papel;

b. Não serão aceitas declarações ou cartas de conformidade ou adequação ao solicitado e especificado no termo de referência em substituição ou complementação da documentação técnica oficial e original.

## 4 DA EXECUÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO (Art. 18, § 3º, III)

### 4.1 Papéis desempenhados na contratação (Art. 18, § 3º, III, a, 1)

4.1.1. Para a execução do contrato, é mandatório que os seguintes papéis e responsabilidades sejam definidos:

a. Autoridade competente: Titular da Diretoria-Geral ou autoridade delegada, responsável pela assinatura do Contrato e pela publicação da equipe de fiscalização;

b. Gestor do Contrato: Servidor com atribuições gerenciais, técnicas ou operacionais relacionadas ao processo de gestão do contrato, indicado por autoridade competente do órgão;

c. Fiscal Técnico do Contrato: Servidor representante da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação, indicado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o contrato quanto aos aspectos técnicos da solução;

d. Preposto: funcionário representante da empresa contratada, responsável por acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto ao órgão contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual; e

e. Representante da Contratada: Responsável legal da contratada para assinatura do contrato, caso tal poder não tenha sido delegado para o preposto.

f. Comissão de recebimento: Comissão de servidores designada pela autoridade competente com a finalidade de proceder o recebimento de bens e serviços inerentes a esta contratação.

g. Instruendos: Servidores indicados pelo DTI para realização do treinamento.

**4.2 Formas de comunicação/acompanhamento da execução do contrato (Art. 18, § 3º, III, a, 5)**

4.2.1. Serão utilizados os seguintes canais de comunicação e acompanhamento da execução do contrato:

a. Correio eletrônico (e-mail); e

b. Processo administrativo eletrônico no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do CNJ.

4.2.2. Plano de instalação e relatório final de instalação, conforme parâmetros definidos no tópico 5.4 deste Termo de Referência.

4.2.3. Relatório Gerencial de Serviço (RGS) deverá conter as seguintes informações:

a. Tabela síntese com as principais informações das ocorrências do mês, agrupados por item, conforme modelo definido no ANEXO A deste Termo de Referência;

b. As informações, na íntegra, de cada chamado técnico realizado no mês; e

c. Recomendações gerais de boas práticas do fabricante e gestão de continuidade da solução.

4.2.4. Ficha de avaliação de treinamento, conforme ANEXO B

### 4.3 Dinâmica da Execução do contrato (Art. 18, § 3º, III, a, 2)

4.3.1. A tabela 3 abaixo foi elaborada com os principais marcos e eventos relevantes que ocorrerão durante a execução do contrato:

| ETAPA | DESCRIÇÃO | PRAZO | ATORES | ARTEFATO | CANAL |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | Assinatura do contrato<br>Assinatura do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo (Anexo D) | Até 5 dias úteis da convocação para a assinatura do contrato | DG/Preposto ou Representante da contratada | Contrato assinado<br>Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo assinado | Sistema Eletrônico de Informações (SEI) |
| 2 | Publicação da Equipe de Fiscalização/ Comissão de recebimento | Após a assinatura do contrato | DG | Portaria de designação | Sistema Eletrônico de Informações (SEI) |
| 3 | Entrega do item 1 | Até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato | Preposto | Não há | |
| 4 | Verificação do item 1 | Até 5 (cinco) dias úteis após a entrega do item 1 | Comissão de recebimento | Termo de Recebimento Provisório do item 1 | Sistema Eletrônico de Informações (SEI) |
| 5 | Entrega do item 4 | Até 5 (cinco) dias após a assinatura do Termo de Recebimento Provisório do item 1 | Preposto | Plano de Instalação | Correio Eletrônico (email) |
| 6 | Verificação do item 4 | Até 5 (cinco) dias úteis após a entrega do Plano de Instalação | Comissão de recebimento | Termo de Recebimento Provisório do item 4 | Sistema Eletrônico de Informações (SEI) |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 7 | Execução do Plano de Instalação | Até 15 (quinze) dias após a assinatura do Termo de Recebimento Provisório do item 4 | Preposto | Relatório final de instalação | Correio Eletrônico (email) |
| 8 | Aceite do item 1 e do item 4 | Até 5 (cinco) dias úteis após a entrega do Relatório final de instalação | Comissão de recebimento | Termo de Recebimento definitivo do item 1 e do item 4 | Sistema Eletrônico de Informações (SEI) |
| 9 | Realização do treinamento (item 5) | Até 30 (trinta) dias após a emissão do Termo de Recebimento definitivo do item 1 e do item 4 | Instruendos | Material didático do treinamento | |
| | | | Comissão de Recebimento | Termo de Recebimento Provisório do item 5 | Sistema Eletrônico de Informações (SEI) |
| 10 | Avaliação do item 5 | Até 10 (dez) dias após a realização do treinamento | Preposto | Certificado de treinamento oficial | Correio Eletrônico (email) |
| | | | Instruendos | Formulário de avaliação de treinamento | Sistema Eletrônico de Informações (SEI) |
| 11 | Aceite do item 5 | Até 10 (dez) dias após a realização do treinamento | Comissão de Recebimento | Termo de recebimento definitivo do item 5 | Sistema Eletrônico de Informações (SEI) |
| 12 | Início da vigência do item 2 e do item 3 | A partir da assinatura do Termo de Recebimento Definitivo do item 1 e do item 4 | Preposto | | |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 13 | Entrega do Relatório Gerencial de Serviço (RGS). | Até o 3º (terceiro) dia útil do mês posterior à prestação da manutenção e conservação | Preposto | Relatório Gerencial de Serviço (RGS). | Correio Eletrônico (email) |
| 14 | Análise do Relatório Gerencial de Serviço (RGS) | Em até 2 (dois) dias úteis após o recebimento do Relatório Gerencial de Serviço (RGS) | Gestor do contrato / Fiscal Técnico | Notificação de avaliação do Relatório Gerencial de Serviço (RGS) | Correio Eletrônico (email) |
| 15 | Envio da nota fiscal | Em até 2 (dois) dias úteis após a notificação de avaliação do RGS | Preposto | Nota fiscal | Sistema Eletrônico de Informações (SEI) |
| 16 | Atesto da nota fiscal | Até 5 (cinco) dias uteis após a apresentação da nota fiscal pela contratada | Gestor do contrato / Fiscal Técnico | Despacho de atesto da nota fiscal | Sistema Eletrônico de Informações (SEI) |

**Tabela 3**– Principais marcos e eventos do Contrato

4.3.2. O local de execução do contrato será na SEPN Quadra 514 Norte, Lote 9, Bloco B.

4.3.3. O contrato terá vigência de 20 (vinte) meses a contar da assinatura do contrato, podendo ser renovado nos termos da lei.

4.3.4. Será realizada mensalmente as atividades previstas nas etapas 13, 14, 15 e 16 da tabela 3 deste Termo de Referência, durante a vigência do contrato.

### 4.4 Instrumentos formais de solicitação do objeto (Art. 18, § 3º, III, a, 3)

4.4.1. Serão utilizados os seguintes instrumentos formais para registro de ocorrências:

a. Chamado Técnico de forma eletrônica, por meio de Central de Atendimento; e

b. Chamado Técnico, por meio telefônico, para Central de Atendimento.

4.4.2. Deverá existir Central de Atendimento para realização e acompanhamento de chamados técnicos, com acesso permanente para os técnicos do CNJ, contemplando no mínimo, sítio eletrônico e telefone 0800 (gratuito) ou telefone local em Brasília.

4.4.3. O registro de ocorrências deverá ser feito exclusivamente por meio de chamado técnico, contendo as seguintes informações: número de identificação exclusivo; data e hora do início da ocorrência; descrição da ocorrência; nível de severidade; providências adotadas para o diagnóstico; indicação de solução provisória e/ou solução definitiva; data e hora do término da ocorrência, com solução definitiva; identificação do técnico do CNJ que solicitou e validou o chamado técnico; identificação do técnico da contratada responsável pela execução do chamado técnico, bem como outras informações pertinentes.

### 4.5 Níveis de Serviços Exigidos (NSE) (Art. 18, § 3º, III, a, 4)

4.5.1. Os Níveis de Serviço Exigidos será apurado conforme disposto no ANEXO C deste Termo de Referência.

### 4.6 Qualificação Técnica dos Profissionais (Art. 18, § 3º, III, a, 10)

4.6.1. Os Estudos Preliminares não apontaram a necessidade de apresentação de algum instrumento de qualificação técnica, nos termos do art. 30 da Lei n° 8.666/1993.

### 4.7 Forma de recebimento provisório/definitivo e qualidade (Art. 18, § 3º, III, a, 6)

4.7.1. Do recebimento provisório:

a. O recebimento provisório do item 1 (um) será feito em até 5 (cinco) dias uteis após sua entrega;

b. O recebimento provisório do item 4 (quatro) será feito em até 5 (cinco) dias uteis após o recebimento provisório do item 1;

c. O recebimento provisório do item 5 (cinco) será realizado em até 30 (trinta) dias após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos itens 1 (um) e 4 (quatro) e da análise dos Formulários de Avaliação e identificação de que o curso alcançou os níveis de qualidade esperados pelo CNJ;.

4.7.2. Do recebimento definitivo:

a. O recebimento definitivo dos itens 1 (um) e 4 (quatro) será realizado em até 5 (cinco) dias úteis após a entrega final do Relatório final de instalação;

b. O recebimento definitivo do item 5 (cinco) será realizado em até 10 (dez) dias após a realização do treinamento;

c. Mensalmente para os itens 2 (dois) e 3 (três), mediante despacho de atesto da nota fiscal, após a avaliação do Relatório Gerencial de Serviço (RGS) e verificação de atendimento

aos Níveis de Serviço Exigidos (NSE), conforme disposto no ANEXO C deste Termo de Referência.

4.7.3. Da avaliação de qualidade:

a. Para os itens 2 (dois) e 3 (três), será realizada com base nas informações contidas no Relatório Gerencial de Serviço (RGS), bem como na apuração nos Níveis de Serviço Exigidos (NSE) contidos no ANEXO C deste Termo de Referência.

### 4.8 Forma de Pagamento (Art. 18, § 3º, III, a, 7)

4.8.1. O pagamento será realizado de acordo com a Tabela 4 a seguir:

| Item | Descrição | Prazo |
|---|---|---|
| 1 | Equipamentos de inteligência cibernética, de acordo com o item 5.1 | Parcela única, no prazo disposto nos artigos 5º, § 3º ou 40, XIV, "a", da Lei n. 8.666/93, conforme o caso, após a emissão do Termo de Recebimento definitivo do item 1 |
| 2 | Manutenção e conservação, de acordo com o item 5.2 | Mensalmente, no prazo disposto nos artigos 5º, § 3º ou 40, XIV, "a", da Lei n. 8.666/93, conforme o caso, após o Despacho de atesto da nota fiscal |
| 3 | Suporte Técnico especializado, de acordo com o item 5.3 | Mensalmente, no prazo disposto nos artigos 5º, § 3º ou 40, XIV, "a", da Lei n. 8.666/93, conforme o caso, após o Despacho de atesto da nota fiscal |
| 4 | Instalação personalizada, de acordo com o item 5.4 | Parcela única, no prazo disposto nos artigos 5º, § 3º ou 40, XIV, "a", da Lei n. 8.666/93, conforme o caso, após a emissão do Termo de Recebimento definitivo do item 4 |
| 5 | Treinamento, de acordo com o item 5.5 | Parcela única, no prazo disposto nos artigos 5º, § 3º ou 40, XIV, "a", da Lei n. 8.666/93, conforme o caso, após a emissão do Termo de Recebimento definitivo do item 5 |

**Tabela 4-** Desembolso Financeiro

4.8.2. O pagamento está condicionado ao atendimento das seguintes exigências:

a. Para os itens 1, 4 e 5 após a emissão do respectivo Termo de Recebimento Definitivo;

b. Para os itens 2 e 3, após apuração do Relatório Gerencial de Serviço (RGS), com base nas métricas definidas no ANEXO C, bem como no despacho de atesto da nota fiscal;
c. Apresentação de nota fiscal, acompanhada de Certidão Negativa de Débito – CND, comprovando regularidade com o INSS, Certificado de Regularidade do FGTS- CRF, comprovando regularidade com o FGTS, Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal, e

Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – CNDT, expedida pela justiça do Trabalho;
d. Inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a contratada.

### 4.9 Transferência de Conhecimento (Art. 18, § 3º, III, a, 8)

4.9.1. A transferência de conhecimento será feita mediante a prestação de informações contidas nos Relatório Gerencial de Serviço (RGS).

4.9.2. Os conhecimentos técnicos repassados para a equipe do Departamento de Tecnologia da Informação serão utilizados em casos de interrupção, transição e encerramento contratual, de modo a minimizar impactos e permitir que as necessidades do CNJ não sejam prejudicadas ou interrompidas.

### 4.10 Direitos de Propriedade Intelectual (Art. 18, § 3º, III, a, 9)

4.10.1. Os conhecimentos produzidos no Relatório Gerencial de Serviço (RGS) serão de propriedade intelectual do CNJ.

### 4.11 Obrigações do Contratante (Art. 18, § 3º, II, m)

4.11.1. Prestar, por meio de seu gestor do contrato, as informações e os esclarecimentos pertinentes ao objeto contratado que venham a ser solicitados pela contratada, utilizando-se das formas de comunicação estabelecidas neste Termo de Referência.

4.11.2. Efetuar o pagamento devido nos prazos estipulados em cada etapa da execução e gestão do contrato, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências contratuais, bem com as deste Termo de Referência.

4.11.3. Proporcionar os recursos técnicos e logísticos necessários para que a contratada possa executar os serviços conforme as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

4.11.4. Exercer permanente fiscalização na execução do objeto, registrando ocorrências relacionadas a falhas no cumprimento do contrato, determinando ao preposto ou ao representante da contratada as medidas necessárias à sua regularização.

4.11.5. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais, inclusive permitir acesso aos profissionais ou representantes da contratada às suas dependências com controle e supervisão das áreas técnicas do CNJ.

4.11.6. O CNJ reserva-se o direito de proceder quaisquer configurações no equipamento, desde que tal iniciativa não implique em danos lógicos nem físicos, sem que isto possa ser usado como pretexto pela contratada para se desobrigar da manutenção e conservação.

4.11.7. Aplicar as penalidades previstas no contrato, de acordo com as regras estabelecidas no Termo de Referência, assegurando à contratada o contraditório e a ampla defesa.

**4.12 Obrigações da Contratada (Art. 18, § 3º, II, m)**

4.12.1. Aceitar todos os termos e condições previstas no edital de licitação e seus anexos, conforme art. 55, inciso XI da Lei n° 8.666/1993.

4.12.2. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme preconiza o art. 55, inciso XIII da Lei n° 8.666/1993.

4.12.3. Não está prevista subcontratação parcial de outra empresa para a execução do objeto desta contratação, devido características técnicas do objeto.

4.12.4. Indicar preposto, conforme art. 68 da Lei n° 8.666/1993, e cuidar para que esse mantenha permanente contato com o gestor do contrato na coordenação dos trabalhos concernentes a execução do objeto.

4.12.5. O preposto indicado pela contratada deverá reportar formal e imediatamente ao gestor do contrato quaisquer problemas, anormalidades, erros e irregularidades que possam comprometer a execução do objeto, utilizando-se das formas de comunicação estabelecidas neste Termo de Referência.

4.12.6. Manter seus profissionais nas dependências do CNJ adequadamente trajados e identificados com uso permanente de crachá, com foto e nome visível, de acordo com a regras estabelecidas na Instrução Normativa CNJ n° 20, de 08/08/2013.

4.12.7. Seguir as instruções e observações efetuadas pelo gestor do contrato, bem como reparar, corrigir ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, os itens que constituem o objeto quando se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, conforme ampara o art. 69 da Lei 8.666/1993.

4.12.8. Responder integralmente por quaisquer perdas ou danos causados ao CNJ ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus profissionais em razão da execução do objeto, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeito, conforme preconiza o art. 70 da Lei 8.666/1993.

4.12.9. Assinar Termo de compromisso de manutenção de sigilo (ANEXO D), sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do contrato, respeitando todos os critérios de sigilo, segurança e inviolabilidade, aplicáveis aos dados, informações, regras de negócio, documentos, entre outros.

4.12.10. Substituir por outro profissional de qualificação igual ou superior qualquer um dos seus profissionais cuja qualificação, atuação, permanência ou comportamento decorrentes da execução do objeto forem julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina do órgão ou ao interesse do serviço público, sempre que exigido pelo Gestor do Contrato do CNJ.

4.12.11. A entrega do Relatório Gerencial de Serviço (RGS) deverá ser feita no prazo definido na etapa 13 do item 4.3.1 deste Termo de Referência, no endereço eletrônico secao.protocolo@cnj.jus.br ou diretamente no protocolo do CNJ.

4.12.12. A entrega da nota fiscal bem como os demais documentos que a acompanham, deverá ser feita no prazo definido na etapa 8 do item 4.3.1 deste Termo de Referência, no endereço eletrônico secao.protocolo@cnj.jus.br ou diretamente no protocolo do CNJ.

4.12.13. Apresentar os dados referentes a Central de Atendimento.

4.12.14. Na eventualidade de substituição permanente por outro equipamento de capacidade igual ou superior ao substituído, a contratada deverá:

a. Apresentar a nota fiscal que relacione o modelo e o número de série do equipamento;
b. Apresentar certidão comprovando a origem do bem e a quitação dos tributos.

4.12.15. No caso de prorrogação contratual, para fins de reajuste, deverá ser considerado o Índice de Custos de Tecnologia da Informação (ICTI), conforme Portaria nº 6.432, de 11 de julho de 2018 do Ministério da Economia.

**4.13 Sanções Administrativas (Art. 18, § 3º, III, a, 11)**

4.13.1. Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e, subsidiariamente, nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/1993, a Contratada ficará sujeita às sanções previstas em contrato no caso de descumprimento das obrigações pactuadas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, e assegurada a prévia e ampla defesa. As sanções administrativas a seguir poderão ser aplicadas cumulativamente:

a. Advertência;

i. A Contratada será notificada formalmente pelo CNJ em caso de descumprimento de obrigação contratual e terá que apresentar as devidas justificativas em um prazo de até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da notificação;

ii. Caso não haja manifestação dentro desse prazo ou o CNJ entenda serem improcedentes as justificativas apresentadas, a Contratada será advertida.

b. Multa de:

i. 0,3% por dia, calculada sobre o valor total do contrato, no caso de descumprimento do prazo de entrega estabelecido na etapa 3 do item 4.3.1, limitada a incidência a 30 (trinta) dias corridos de atraso;

a. No caso de atraso injustificado na entrega por prazo superior a 30 (trinta) dias corridos, com a aceitação do objeto pela Administração, será aplicada multa de 10% sobre o valor do contrato;

b. No caso de atraso injustificado na entrega por prazo superior a 30 (trinta) dias corridos, com a não aceitação do objeto pela Administração, caracterizando-se nesta hipótese a inexecução total da obrigação, será aplicada a penalidade prevista no inciso v do item 4.13.1 alínea a.

ii. 10% sobre o valor total do contrato, no caso do "Índice de atendimento de chamados técnicos de severidade alta (NS01)" ser menor que 80%.

iii. 5% sobre o valor total do contrato, no caso do "Índice de atendimento de chamados técnicos de severidade média (NS02)" ser menor que 80%.

iv. 5% sobre o valor total do contrato, a cada 3 (três) advertências durante a execução, sem prejuízo de aplicação de outras penalidades previstas;

v. No caso de inexecução total das obrigações assumidas:

a. Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e descredenciamento do SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais sanções previstas em edital e contrato;

## 5. REQUISITOS TÉCNICOS (Art. 18, § 3º, IV)

### 5.1 ITEM 1: Equipamentos de inteligência cibernética

5.1.1. A solução deverá ser composta por equipamentos do tipo appliance (hardware e firmware/software), homologado pelo fabricante, capazes de prover de maneira integrada a análise forense de pacotes de tráfego de rede bem como eventos/logs/flows.

5.1.2. A solução deverá ser capaz de reter, por pelo menos 15 (quinze) dias, informações de dados brutos de pacotes, considerando um volume médio de tráfego de rede de 250 Mbps.

5.1.3. A solução deverá ser capaz de reter, por pelo menos 6 (seis) meses, informações de dados brutos de eventos/*logs*/*flows*, considerando um valor de 30GB/dia e de 3.000 flows/s.

5.1.4. A solução deverá ser capaz de reter. Informações de metadados de pacotes e eventos/*logs*/*flows* por pelo menos 12 (doze) meses.

5.1.5. A solução deverá ser capaz de, ao final de cada período de retenção informado nos itens. 5.1.2, 5.1.3 e 5.1.4, proceder a compactação e o arquivamento das informações de dados e metadados em área de armazenamento CIFS/NFS disponibilizada pelo CNJ.

5.1.6. Os equipamentos deverão possuir, no mínimo, 02 (duas) interfaces de rede 10GB e 02 (duas) interfaces 1GB, sendo as interfaces 10GB do tipo SFP+.

5.1.7. A solução deve permitir a administração, configuração, investigação, análise e resposta, de forma centralizada e em uma única console, dos recursos para captura de pacotes e eventos/*logs*/*flows*.

5.1.8. A console deverá ser acessada via protocolos *web (http;https)*, mandatoriamente a partir de qualquer navegador, sem a necessidade de instalação de *plug-ins* ou recursos adicionais.

5.1.9. A solução deve permitir, via console, a configuração de papéis /perfis de acesso ao conteúdo de dados e metadados de pacotes e eventos/*logs*/*flows*, auditoria de operação e administração da solução, além de se integrar com os recursos de autenticação e autorização disponíveis no CNJ, suportando no mínimo, *Active Directory* (*Microsoft*) e *Pluggable Authentication Module* (PAM).

5.1.10. A solução deve possuir, via console, relatórios de captura de pacotes e eventos/*logs*/*flows* pré-configurados, além de permitir a criação e customização de outros tipos de relatórios, sendo a geração de forma manual e/ou automática, com o recurso de envio desses relatórios por email.

5.1.11. : A solução deverá permitir a investigação e a análise de incidentes de segurança da informação a partir de dados provenientes da captura de pacotes e eventos/*logs*/*flows*, relacionando-os de tal forma que a partir da captura de pacotes seja possível visualizar os eventos/*logs* relacionados a mesma e vice-versa, tudo através da console.

5.1.12. A solução deve possuir regras pré-configuradas de captura de pacotes e eventos/*logs* para a geração de alertas de ameaças cibernéticas de forma automática, além de permitir a criação e customização, via console, de novas regras de alertas, com o recurso de envio desses alertas por e-mail.

5.1.13. A solução deve ser capaz de criar e configurar painéis contendo informações relevantes referentes a captura de pacotes e eventos/*logs*/*flows*, de forma centralizada e em uma única console.

5.1.14. A solução deve permitir buscas, via console, utilizando filtros, expressões regulares e palavras-chave em todo o conteúdo de dados/metadados armazenados, seja ele pacotes ou eventos/*logs*/*flows*.

5.1.15. A solução deve ser capaz de gerenciar, via console, as informações de dados/metadados de pacotes e eventos/*logs*/*flows* arquivados em área de armazenamento disponibilizado pelo CNJ, podendo resgatar quaisquer informações em períodos a serem especificados pela equipe de tratamento de incidentes de rede do CNJ (ETIR-CNJ), para fins de realização de novas investigações.

5.1.16. : A solução deve ser capaz de visualizar, via console, as informações de saúde e desempenho de todo o ambiente da solução, incluído softwares e equipamentos.

5.1.17. A solução deve possuir, via console, um ambiente que ofereça um mecanismo de testes (debug), visando à redução de erros de lógica e sintaxe na criação e customização de regras

5.1.18. A solução deve ser capaz de capturar, processar e armazenar todos os pacotes (IPv4 e IPv6) de um ou mais segmentos de rede, no seu formato bruto e de forma passiva, sem introduzir latência nos segmentos de rede inspecionados e sem perda de pacotes.

5.1.19. A solução deve ser capaz de criar, armazenar e indexar uma estrutura otimizada de dados (metadados) proveniente dos pacotes capturados em formato bruto, extraindo informações comuns a todos eles.

5.1.20. A solução deve possuir mecanismos computacionais capazes de identificar tráfego anômalo e/ou malicioso, gerando alertas tanto no console quanto os enviando por e-mail.

5.1.21. A solução deve possuir capacidade de remontar sessões, em diversos protocolos (FTP, HTTP, HTTPS, IMAP, MAIL (RFC822), NETBIOS, POP3, RDP, SIP, SMB, SMTP, SNMP, SSH, DNS, TORRENT), com base nos pacotes armazenados.

5.1.22. A solução deve permitir a análise de dados na camada de aplicação do modelo TCP/IP, a partir de parâmetros pré-definidos e/ou customizados

5.1.23. A solução deve ser capaz de consultar, em periodicidade a ser determinada pela Equipe de Tratamento de Incidentes de Rede do CNJ (ETIR-CNJ), bases de conhecimento e inteligência de ameaças, tanto em fontes abertas quanto fechadas, de forma a alimentar seus mecanismos com identificação de tráfego anômalo e/ou malicioso.

5.1.24. A solução deve ser capaz de possuir mecanismos que assegurem que os pacotes capturados não sofreram violação de integridade e sigilo.

5.1.25. A solução deve ser capaz de exportar e importar arquivos contendo pacotes de tráfego de rede em seu formato bruto, com possibilidade de gerar e verificar a informação de integridade desses arquivos.

5.1.26. : A solução deve ser capaz de permitir o download de arquivos presentes em qualquer sessão de tráfego de pacotes de rede.

5.1.27. A solução deve ser capaz de identificar a troca de extensão de arquivos em qualquer sessão de tráfego de pacotes de rede.

5.1.28. A solução deve possuir a capacidade de identificação de protocolo pelo conteúdo das sessões de tráfego de pacotes de rede, independente da porta utilizada de comunicação.

5.1.29. A solução deve possuir capacidade nativa de descriptografar uma sessão de rede criptografada em qualquer protocolo da camada de aplicação da pilha TCP/IP, tendo conhecimento da chave privada de criptografia utilizada na transmissão, sem requerer o uso de soluções externas.

5.1.30. A solução deve ser capaz de capturar, processar e armazenar os eventos/logs/*flows* nativos, de todos os ativos de informação inventariados no CNJ, em seu formato bruto, de forma passiva (SYSLOG, SNMP, Microsoft Windows Event Logging API, etc) e sem a necessidade de utilizar um formato pré-definido.

5.1.31. A solução deve possuir agente de coleta capaz de capturar as informações e enviar para a solução, no caso de os ativos de informação não suportar nenhum método de envio de eventos/logs/*flows.*

5.1.32. A solução deve ser capaz de criar, armazenar e indexar uma estrutura otimizada de dados (metadados) proveniente dos eventos/*logs* em formato bruto, extraindo informações comuns a todos eles.

5.1.33. A solução deve ser capaz de realizar o correlacionamento de eventos/logs em tempo real.

5.1.34. A solução deve possuir mecanismos computacionais capazes de identificar potenciais problemas ou comportamentos anômalos, baseado em múltiplos eventos/*logs*, gerando alertas tanto no console centralizado quanto os enviando por e-mail.

5.1.35. A solução deve ser capaz de possuir mecanismos que assegurem que os eventos/*logs*/*flows* capturados não sofreram violação de integridade.

5.1.36. A solução deve ser capaz de permitir que os eventos/logs sejam enriquecidos com informações adicionais a estrutura otimizada de dados (metadados), a serem definidas pela Equipe de Tratamento de Incidentes de Redes do CNJ (ETIR-CNJ).

5.1.37. A solução deve ser capaz de gerar alertas, via e-mail ou console, caso algum ativo de informação monitorado pare de enviar eventos/*logs*/*flows*.

5.1.38. A solução deve suportar o recebimento de eventos/*logs* no formato Common Event Format (CEF).

5.1.39. A solução deve suportar o recebimento de eventos/*logs* oriundos de um relay de syslog.

5.1.40. A solução deve ser capaz de exportar arquivos de eventos/*logs* em seu formato bruto, com possibilidade de gerar e verificar a informação de integridade desses arquivos.

5.1.41. A solução deve ser capaz de consultar, em periodicidade a ser determinada pela equipe de tratamento de incidentes de rede do CNJ (ETIR-CNJ), bases de conhecimento e inteligência de ameaças tanto em fontes abertas quanto fechadas, de forma a alimentar seus mecanismos, baseado em múltiplos eventos/*logs*, com identificação de potenciais problemas ou comportamentos anômalos.

**5.2 ITEM 2: Manutenção e conservação**

5.2.1. A manutenção e conservação de todos os equipamentos deverá ser prestada, com supervisão e autorização do fabricante da solução, sob demanda, de forma ininterrupta, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive feriados.

5.2.2. As peças/equipamentos substituídos bem como as versões de *firmware*/*software* instaladas deverão estar de acordo com os termos de garantia limitada da fabricante.

5.2.3. Os níveis de severidade e prazos de atendimento das ocorrências deverão ser classificados conforme tabela abaixo:

| Severidade | Descrição | Prazo para solução |
|---|---|---|
| Alta | Ocorrências que fazem com que o(s) equipamento(s) esteja(m) indisponível(eis) para uso. | 8 (oito) horas, contadas a partir do registro da ocorrência, caso não seja necessária reposição de peças/equipamentos ou caso haja necessidade de reposição de peças/equipamentos, o tempo máximo será de 24 (vinte e quatro) horas para solução definitiva. |
| Média | Ocorrências que afetam o funcionamento adequado do(s) equipamento(s), mas que não chegam a causar sua(s) indisponibilidade(s). | 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir do registro da ocorrência, caso não seja necessária reposição de peças/equipamentos ou caso haja necessidade de reposição de peças/equipamentos, o tempo máximo será de 48 (quarenta e oito) horas para solução definitiva. |
| Baixa | Ocorrências que não afetam o desempenho ou a disponibilidade do(s) equipamento(s). | 5(cinco) dias úteis para solução definitiva. |

***Tabela 5-*** *Níveis de severidade e prazos de atendimento*

5.2.4. Entende-se por solução definitiva aquela que venham subtrair defeitos e vícios ou substituir peças/equipamentos defeituosos ou atualizar *firmware*/*software*.

5.2.5. Caso a solução apresentada pela contratada não atenda as expectativas definidas nos níveis de severidade ou não seja definitiva, o chamado técnico será reaberto pelo Gestor do Contrato/Fiscal Técnico, e o prazo de atendimento continuará a contar a partir de sua interrupção para fins de aplicação de penalidades.

5.2.6. As atualizações e correções (*patches*) do *software* deverão estar disponibilizados via WEB ou fornecidas em mídia (CD ou DVD), quando desta forma forem solicitadas, sem quaisquer custos adicionais para o CNJ.

5.2.7. O acesso a base de conhecimento do fabricante deverá estar disponível via WEB, sem quaisquer custos adicionais para o CNJ.

### 5.3 ITEM 3: Suporte técnico especializado

5.3.1. A solução deverá possuir suporte técnico com atendimento remoto/presencial para solução de quaisquer problemas que impeçam o funcionamento adequado da solução;

5.3.2. Deverá existir mecanismo adequado para abertura e acompanhamento de chamados de suporte técnico durante a garantia, 24 h por dia, 7 dias por semana;

5.3.3. Os chamados de suporte técnico durante a garantia deverão ter seu atendimento iniciado no prazo máximo de 2 h, após sua abertura.

5.3.4. Os níveis de severidade e prazos de atendimento das ocorrências deverão ser classificados conforme tabela abaixo:

| Severidade | Descrição | Prazo para solução |
|---|---|---|
| Alta | Ocorrências que fazem com que o(s) equipamento(s) esteja(m) indisponível(eis) para uso. | 8 (oito) horas, contadas a partir do registro da ocorrência para solução definitiva. |
| Média | Ocorrências que afetam o funcionamento adequado do(s) equipamento(s), mas que não chegam a causar sua(s) indisponibilidade(s). | 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir do registro da ocorrência para solução definitiva. |
| Baixa | Ocorrências que não afetam o desempenho ou a disponibilidade do(s) equipamento(s). | 5(cinco) dias úteis para solução definitiva. |

***Tabela 6-*** *Níveis de severidade e prazos de atendimento*

5.3.5. Entende-se por solução definitiva aquela que atenda as expectativas definidas nos níveis de criticidade.

5.3.6. Caso a solução apresentada pela contratada não atenda as expectativas definidas nos níveis de severidade ou não seja definitiva, o chamado técnico será reaberto pelo Gestor do Contrato/Fiscal Técnico, e o prazo de atendimento continuará a contar a partir de sua interrupção para fins de aplicação de penalidades.

5.3.7. O CNJ reserva-se o direito de proceder quaisquer configurações ou, instalações, desde que tal iniciativa não implique em danos lógicos à solução, sem que isto possa ser usado como pretexto pela contratada para se desobrigar do suporte técnico presencial.

### 5.4 ITEM 4: Instalação personalizada

5.4.1. A solução deve ser instalada, preferencialmente, nas dependências do CNJ;

5.4.2. A solução deve ser configurada para receber flow de pelo menos 02 (dois) dispositivos de rede apontados pela Equipe de Tratamento de Incidentes de Rede do CNJ (ETIR-CNJ);

5.4.3. A solução deve ser configurada para receber informações de eventos/logs de pelo 10 (dez) dispositivos apontados pela Equipe de Tratamento de Incidentes de Rede do CNJ (ETIR-CNJ);

5.4.4. A solução deve ser configurada para receber informações de tráfego de pacotes de pelo menos 2 (dois) segmentos de rede apontados pela Equipe de Tratamento de Incidentes de Rede do CNJ (ETIR-CNJ);

5.4.5. Deverá ser apresentada documentação técnica detalhada contendo todas informações referentes a instalação e a configuração de todos os itens da solução.

**5.5 ITEM 5: Treinamento**

5.5.1. Deverá ser fornecido treinamento oficial, com carga horária mínima de 40 horas semanais, abarcando o conteúdo necessário para a perfeita compreensão e operação de todos os requisitos da solução.

5.5.2. O treinamento deverá ser fornecido para 3 servidores, detentores de cargos efetivos, do CNJ.

5.5.3. Ao final do treinamento, deverá ser fornecido um certificado de conclusão, contendo as seguintes informações mínimas: nome do curso, nome do instruendo, carga horária total e ementa do treinamento;

5.5.4. A Contratada deverá aplicar o Formulário de Avaliação, conforme modelo constante no Anexo B deste Termo de Referência;

a. No questionário, será utilizada escala de até 5 (cinco) pontos para cada quesito. No mínimo 70% dos participantes deverão atribuir grau igual ou superior a 3 (três), para o item avaliado ser considerado proveitoso;

b. O resultado da Avaliação será utilizado como critério de aceitação do treinamento, devendo ser considerado pela amostra de participantes como “proveitoso” para no mínimo 70% (setenta por cento) dos itens avaliados;

c. Caso o resultado da Avaliação de Instrutor seja considerado “não proveitoso”, o treinamento fornecido será considerado não aceito.

5.5.5. Na hipótese de não aceitação, a Contratada deve oferecer outro treinamento, com a mesma carga horária, com outro instrutor, sem qualquer ônus para o CNJ;

5.5.6. O novo treinamento deverá ser realizado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da não aceitação do CNJ, considerando-se os critérios estabelecidos;

5.5.7. Na hipótese de o resultado do segundo treinamento ser “não proveitoso”, o objeto será considerado não aceito, caracterizando inexecução total da obrigação, aplicando-se as sanções previstas contratualmente.

**5.6 Central de atendimento para ocorrências (itens 2 e 3)**

5.6.1. O registro de ocorrências de suporte técnico presencial e de manutenção e conservação serão feitas exclusivamente por meio de chamado técnico, que deverá conter as seguintes

informações: número de identificação exclusivo; data e hora do início da ocorrência; descrição da ocorrência; nível de criticidade; providências adotadas para o diagnóstico; indicação de solução provisória e/ou solução definitiva; data e hora do término da ocorrência, com solução definitiva; identificação do técnico do CNJ que solicitou e validou o chamado técnico; identificação do técnico da contratada responsável pela execução do chamado técnico, bem como outras informações pertinentes.

5.6.2. Deverá existir canal de atendimento para realização e acompanhamento de chamados técnicos, com acesso permanente para os técnicos do CNJ, contemplando no mínimo, sítio eletrônico e telefone 0800 (gratuito) ou telefone local em Brasília.

5.6.3. O Relatório Gerencial dos Ocorrência (RGS) deverá conter as seguintes informações:

a. As informações, na íntegra, do chamado técnico realizado;

b. Recomendações de boas práticas do fabricante e gestão de continuidade da solução.

5.6.4. Deverão ser providas informações, assistência e orientação para diagnósticos, avaliações e resolução de problemas, características dos produtos e demais atividades relacionadas à correta operação e funcionamento da solução.

5.6.5. Quando o suporte técnico presencial ou a manutenção e conservação for solicitada, o atendimento deverá ser iniciado imediatamente, independente do meio utilizado para a abertura do chamado técnico.

5.6.6. Na abertura do chamado técnico, o técnico do CNJ definirá um nível de criticidade.

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 36/2019**
**ANEXO I-A DO EDITAL –**
**ANEXO A DO TERMO DE REFERÊNCIA**

## ANEXO A – TABELA SÍNTESE RELATÓRIO GERENCIAL DE SERVIÇO

**ITEM 2: MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO**

| Número do Chamado | Data/Hora registro da ocorrência | Descrição da ocorrência | Nível de Severidade | Data/Hora da solução Definitiva | Prazo transcorrido | Responsável contratada | Responsável contratante |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | |

**ITEM 3: SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO**

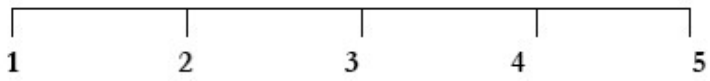
| Número do Chamado | Data/Hora registro da ocorrência | Descrição da ocorrência | Nível de Severidade | Data/Hora da solução Definitiva | Prazo transcorrido | Responsável contratada | Responsável contratante |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | | | |

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 36/2019**
**ANEXO I-B DO EDITAL –**
**ANEXO B DO TERMO DE REFERÊNCIA**
**FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DO TREINAMENTO**

Caro participante,

Este instrumento de avaliação objetiva conhecer o seu **grau de satisfação em relação ao curso** de que acaba de participar. A sua opinião é fundamental para que possamos melhorar cada vez mais a qualidade dos eventos oferecidos.

Solicitamos que responda às questões a seguir, utilizando a escala abaixo. Não é necessário se identificar.




Discordo Totalmente Concordo Totalmente

I - Quanto ao INSTRUTOR:

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 1. Domínio do assunto | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 2. Clareza e objetividade na exposição do assunto | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 3. Utilização de exemplos práticos aplicáveis ao CNJ | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 4. Administração do tempo previsto | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 5. Estímulo à participação do grupo | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 6. Flexibilidade nas discussões | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 7. Presteza e clareza no atendimento às dúvidas | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 8. Organização e didática utilizada | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 9. Capacidade de administrar situações imprevistas | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 10. Cumprimento do conteúdo proposto | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |

II- Quanto ao DESEMPENHO PESSOAL:

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 1. Motivação | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 2. Nível de comprometimento | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 3. Pontualidade | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |

III- Quanto ao CONTEÚDO DO EVENTO:

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 1. Aquisição de novos conhecimentos | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 2. Aplicabilidade às atividades desenvolvidas no CNJ | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 3. Desenvolvimento do conteúdo | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |

IV- Quanto à ORGANIZAÇÃO DO EVENTO:

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 1. Divulgação do curso | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 2. Horário de realização | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 3. Local de realização | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 4. Material didático (apostila, textos, etc.) | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 5. Recursos audiovisuais | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 6. Equipe de apoio | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |

V- Quanto à AVALIAÇÃO GERAL:

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 1. Aproveitamento do curso | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 2. Atendimento às expectativas | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 3. Coerência entre o proposto e o realizado | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| 4. Adequação do curso em relação às demandas do trabalho | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |

Comente sobre o curso:

_____

Apresente suas sugestões, elogios e/ou críticas:

# PREGÃO ELETRÔNICO N. 36/2019
# ANEXO I-C DO EDITAL –
# ANEXO C DO TERMO DE REFERÊNCIA
# NÍVEIS DE SERVIÇO EXIGIDOS (NSE)

| **NS01 - Índice de atendimento de chamados técnicos de severidade alta** | |
|---|---|
| **Item** | **Descrição** |
| Finalidade | Minimizar os efeitos de indisponibilidade do equipamento. |
| Metas a cumprir | Solução definitiva de cada chamado técnico |
| Instrumento de medição | Chamados Técnicos |
| Forma de acompanhamento | Relatório Gerencial de Serviço – RGS |
| Periodicidade | Mensal |
| Mecanismo de Cálculo | Porcentagem de chamados técnicos com solução definitiva |
| Início da Vigência | Termo de Recebimento Definitivo item 1 e item 4 |
| Faixas de ajustes no pagamento | Maior que 90% - 100% da parcela mensal<br>Entre 80% e 90% - 75% da parcela mensal<br>Menor que 80% - 50% da parcela mensal |
| Sanções | Menor que 80% - Multa de 10% do valor global do contrato |

***Tabela B.1*** *– Níveis de Serviço Exigidos para os chamados de severidade alta*

| **NS 02 - Índice de atendimento de chamados técnicos de severidade média** | |
|---|---|
| **Item** | **Descrição** |
| Finalidade | Minimizar os efeitos das falhas ocorridas no equipamento. |
| Metas a cumprir | Solução definitiva de cada chamado técnico |
| Instrumento de medição | Chamados Técnicos |
| Forma de acompanhamento | Relatório Gerencial de Serviço – RGS |
| Periodicidade | Mensal |
| Mecanismo de Cálculo | Porcentagem de chamados com solução definitiva |
| Início da Vigência | Termo de Recebimento Definitivo item 1 e item 4 |
| Faixas de ajustes no pagamento | Maior que 90% - 100% da parcela mensal<br>Entre 80% e 90% - 75% da parcela mensal<br>Menor que 80% - 50% da parcela mensal |
| Sanções | Menor que 80% - Multa de 5% do valor global do contrato |

***Tabela B.2*** *– Níveis de Serviço Exigidos para os chamados de severidade média*

| **NS03 - Índice de atendimento de chamados técnicos de severidade baixa** | |
|---|---|
| **Item** | **Descrição** |
| Finalidade | Garantir que os chamados técnicos que não requeiram atendimento imediato sejam realizados dentro do prazo estabelecido. |
| Metas a cumprir | Solução definitiva de cada chamado técnico |
| Instrumento de medição | Chamados Técnicos |
| Forma de acompanhamento | Relatório Gerencial de Serviço – RGS |
| Periodicidade | Mensal |
| Mecanismo de Cálculo | Porcentagem de chamados com solução definitiva |
| Início da Vigência | Termo de Recebimento Definitivo item 1 e item 4 |
| Faixas de ajustes no pagamento | Maior que 90% - 100% da parcela mensal<br>Entre 80% e 90% - 75% da parcela mensal<br>Menor que 80% - 50% da parcela mensal |
| Sanções | Menor que 80% - Advertência |

***Tabela B.3*** *– Níveis de Serviço Exigidos para os chamados de severidade média*

# PREGÃO ELETRÔNICO N. 36/2019
# ANEXO I-D DO EDITAL
# ANEXO D DO TERMO DE REFERÊNCIA
# TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

O Conselho Nacional de Justiça, sediado em SEPN Quadra 514 norte, lote 9, Bloco D, em Brasília – Distrito Federal, CNPJ n.° 07.421.906/0001-29 doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a <NOME DA EMPRESA>, sediada em <ENDEREÇO> , CNPJ n.° <CNPJ>, doravante denominada CONTRATADA;

CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO N.º XX/20XX doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação do CONTRATANTE;

Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições

**Cláusula Primeira – DO OBJETO**

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sensíveis e sigilosas, disponibilizadas pelo CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõe o Decreto n. 7.845/2012- Salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos de interesse da segurança da sociedade e do Estado.

**Cláusula Segunda – DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES**

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

Informação: é o conjunto de dados organizados de acordo com procedimentos executados por meios eletrônicos ou não, que possibilitam a realização de atividades específicas e/ou tomada de decisão.

Informação Pública ou Ostensiva: são aquelas cujo acesso é irrestrito, obtida por divulgação pública ou por meio de canais autorizados pelo CONTRATANTE.

Informações Sensíveis: são todos os conhecimentos estratégicos que, em função de seu potencial no aproveitamento de oportunidades ou desenvolvimento nos ramos econômicos, político, científico, tecnológico, militar e social, possam beneficiar a Sociedade e o Estado brasileiros.

Informações Sigilosas: são aquelas cujo conhecimento irrestrito ou divulgações possam acarretar qualquer risco à segurança da sociedade e do Estado, bem como aquelas necessárias ao resguardo da inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.

**Cláusula Terceira – DAS INFORMAÇÕES SIGILOSAS**

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação escrita ou oral, revelada a outra parte, contendo ou não a expressão confidencial e/ou reservada. O TERMO informação abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades do CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

**Parágrafo Primeiro** – Comprometem-se, as partes, a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas informações, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

**Parágrafo Segundo** – As partes deverão cuidar para que as informações sigilosas fiquem restritas ao conhecimento das pessoas que estejam diretamente envolvidas nas atividades relacionadas à execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL.

**Parágrafo Terceiro** – As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

I – Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação;

II – Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;

III – Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis

**Cláusula Quarta – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES**

As partes se comprometem e se obrigam a utilizar a informação sigilosa revelada pela outra parte exclusivamente para os propósitos da execução do CONTRATO PRINCIPAL, em conformidade com o disposto neste TERMO.

**Parágrafo Primeiro** – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio do CONTRATANTE.

**Parágrafo Segundo** – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência ao CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

**Parágrafo Terceiro** – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa do CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pelo CONTRATANTE.

**Parágrafo Quarto** – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as informações deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

**Parágrafo Quinto** – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

**Parágrafo Sexto** - A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das informações, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das Informações Proprietárias por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III – Comunicar ao CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das informações, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

**Cláusula Quinta – DA VIGÊNCIA**

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

**Cláusula Sexta – DAS PENALIDADES**

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das informações, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

**Cláusula Sétima – DISPOSIÇÕES GERAIS**

Este TERMO é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL. **Parágrafo Primeiro** – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações deles decorrentes, ou se constatando casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

**Parágrafo Segundo** – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

**Parágrafo Terceiro** – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I – O CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pelo CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentações brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar Informações Sigilosas para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

**Cláusula Oitava – DO FORO**

O CONTRATANTE elege o foro da <CIDADE DO CONTRATANTE>, onde está localizada a sede do CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes na forma eletrônica, nos termos da Lei n. 11.419/2006 e da Instrução Normativa CNJ n. 67/2015.

_____, _____ de _____ de 20____

<ASSINATURA DO CONTRANTANTE> - Nome/Matricula

<ASSINATURA DO CONTRATADA> - nome/identificação

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 36/2019**
**ANEXO I-E DO EDITAL –**
**ANEXO E DO TERMO DE REFERÊNCIA**
**PLANILHA DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS TÉCNICOS**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Marca: | | | |
| Modelo: | | | |
| Fabricante | | | |
| Item | Documento | Página | Localização |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 36/2019**
**ANEXO II DO EDITAL**

## A) ESTIMATIVA DE PREÇOS

| | ITEM | ESPECIFICAÇÕES | UN | QTDE. | VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ADMITIDO (R$) | VALOR TOTAL MÁXIMO ADMITIDO ( R$) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| GRUPO 1 | 1 | Equipamentos de inteligência cibernética, de acordo com especificações do Termo de Referência. | Conjunto | 1 | 1.599.802,80 | 1.599.802,80 |
| | 2 | Manutenção e conservação, de acordo com especificações do Termo de Referência | Mês | 20 | 24.550,00 | 491.000,00 |
| | 3 | Suporte Técnico especializado, de acordo com especificações do Termo de Referência. | Mês | 20 | 15.000,00 | 300.000,00 |
| | 4 | Instalação personalizada, de acordo com especificações do Termo de Referência. | Conjunto | 1 | 85.000,00 | 85.000,00 |
| | 5 | Treinamento, de acordo com especificações do Termo de Referência. | Instruendo | 3 | 6.687,40 | 20.062,20 |
| **VALOR GLOBAL MÁXIMO ADMITIDO PARA O GRUPO (R$)** | | | | | | **2.495.865,00** |

## B) PROPOSTA PREÇOS (MODELO)

| | ITEM | DESCRIÇÃO | UN. | QTD. REGISTRADA | VALOR UNITÁRIO (R$) | VALOR TOTAL (R$) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| GRUPO (...) | **(...)** | (...) | (...) | (...) | *(algarismos)* | *(algarismos)* |
| | **(...)** | (...) | (...) | (...) | *(algarismos)* | *(algarismos)* |
| | **(...)** | (...) | (...) | (...) | *(algarismos)* | *(algarismos)* |
| | **(...)** | (...) | (...) | (...) | *(algarismos)* | *(algarismos)* |
| | **(...)** | (...) | (...) | (...) | *(algarismos)* | *(algarismos)* |
| **VALOR TOTAL DO GRUPO ... (R$)** | | | *(algarismos e extenso)* | | | |

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 36/2019**
**ANEXO III DO EDITAL – MINUTA DO CONTRATO**

**CONTRATO CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, E A EMPRESA _____, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA (Pregão Eletrônico n. 36/2019 - Processo Administrativo/CNJ n. 00414/2018).**

A **UNIÃO**, por intermédio do **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**, sediado no SEPN 514, Lote 9, Bloco D, em Brasília - Distrito Federal, inscrito no CNPJ sob o n. 07.421.906/0001-29, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Diretor-Geral, Johaness Eck, RG n. 6.997.231-x SSP/SP e CPF n. 006.583.638-32, no uso das atribuições conferidas pela Portaria n. 89, de 13 de setembro de 2018, e pelo art. 3º, inciso XI, alínea "al", da Portaria n. 112, de 4 de junho de 2010, e a empresa _____, com sede _____, CEP _____, telefone (___) _____, inscrita no CNPJ sob o n. _____, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu _____, _____, RG n. _____ e CPF n. _____, considerando o julgamento do Pregão Eletrônico CNJ n. 36/2019, publicado no Diário Oficial da União do dia ____ de _____ de 2019, e a respectiva homologação, conforme Despacho _____ do Processo n. 00414/2018, celebram o presente contrato, observando-se as normas constantes nas Leis n. 8.666/1993 e 10.520/2002, no Decreto n. 5.450/2005, e ainda, mediante as cláusulas a seguir enumeradas.

## DO OBJETO

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – Constitui objeto do presente contrato a aquisição de solução inteligência cibernética incluindo equipamentos, manutenção e conservação, suporte técnico especializado, instalação personalizada e treinamento, observados o Edital, o Termo de Referência e a proposta da **CONTRATADA**, os quais, independentemente de transcrição, são parte integrante deste instrumento e serão observados naquilo que não o contrarie.

## DO REGIME DE EXECUÇÃO

**CLÁUSULA SEGUNDA** – O objeto do presente contrato será executado de forma indireta, por empreitada por preço unitário, em conformidade com o disposto na Lei n. 8.666/1993.

## DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

**CLÁUSULA TERCEIRA** – Constituem obrigações do **CONTRATANTE**:

a) prestar, por meio do gestor do contrato, as informações e os esclarecimentos pertinentes ao objeto contratado que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**;

b) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto conforme especificações do Termo de Referência, por meio de servidor(es) designado(s), de modo a garantir o fiel cumprimento das obrigações;

c) comunicar oficialmente à **CONTRATADA** sobre quaisquer falhas verificadas na fiscalização da execução do objeto;

d) exercer permanente fiscalização, registrando ocorrências relacionadas com a execução do objeto contratado e determinando as medidas necessárias à regularização dos problemas observados;

e) proporcionar os recursos técnicos e logísticos necessários para que a **CONTRATADA** possa executar os serviços conforme as especificações estabelecidas no Termo de Referência;

f) efetuar o pagamento devido pela execução do objeto, dentro do prazo estipulado, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências contratuais;

g) aplicar as sanções previstas neste contrato, assegurando à **CONTRATADA** o contraditório e a ampla defesa.

h) proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais, inclusive permitir acesso aos profissionais ou representantes da **CONTRATADA** às suas dependências com controle e supervisão das áreas técnicas do **CONTRATANTE**.

i) o **CONTRATANTE** reserva-se o direito de proceder quaisquer configurações no equipamento, desde que tal iniciativa não implique em danos lógicos nem físicos, sem que isto possa ser usado como pretexto pela **CONTRATADA** para se desobrigar da manutenção e conservação.

## DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

**CLÁUSULA QUARTA** – Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

a) manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

b) indicar preposto e cuidar para que esse mantenha permanente contato com o gestor do contrato na coordenação dos trabalhos concernentes a execução do objeto;

c) reportar formal e imediatamente ao gestor do contrato quaisquer problemas, anormalidades, erros e irregularidades que possam comprometer a execução do objeto, utilizando-se das formas de comunicação estabelecidas no Termo de Referência;

d) manter os profissionais nas dependências do **CONTRATANTE** adequadamente trajados e identificados com uso permanente de crachá, com foto e nome visível;

e) seguir as instruções e observações efetuadas pelo gestor do contrato, bem como reparar, corrigir ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, os itens que constituem o objeto quando se verificarem vícios, defeitos ou incorreções

f) responder integralmente por quaisquer perdas ou danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus profissionais em razão da execução do objeto, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita

g) substituir por outro profissional de qualificação igual ou superior qualquer um dos seus profissionais cuja qualificação, atuação, permanência ou comportamento decorrentes da execução do objeto forem julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina do órgão ou ao interesse do serviço público, sempre que exigido pelo **CONTRATANTE;**

h) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos técnicos do **CONTRATANTE**, referentes a qualquer problema detectado ou ao andamento de atividades previstas;

i) entregar o Relatório Gerencial de Serviços (RGS) no prazo estabelecido no Termo de Referência, por e-mail no prazo de até 5 (cinco dias) úteis contados a partir da data de sua solicitação;

j) entregar a nota fiscal bem como os demais documentos que a acompanham, no prazo definido no Termo de Referência, por e-mail ou diretamente no protocolo do

**CONTRATANTE**;

k) apresentar os dados referentes à Central de Atendimento;

l) na eventualidade de substituição permanente por outro equipamento de capacidade igual ou superior ao substituído, a **CONTRATADA** deverá apresentar a nota fiscal que relacione o modelo e o número de série do equipamento e a certidão comprovando a origem do bem e a quitação dos tributos;

m) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme preconiza o art. 55, inciso XIII da Lei n° 8.666/1993;

n) o preposto indicado pela **CONTRATADA** deverá reportar formal e imediatamente ao gestor do contrato quaisquer problemas, anormalidades, erros e irregularidades que possam comprometer a execução do objeto, utilizando-se das formas de comunicação estabelecidas no Termo de Referência.

o) aceitar todos os termos e condições previstas no edital de licitação e seus anexos, conforme art. 55, inciso XI da Lei n° 8.666/1993.

**Parágrafo primeiro** - Não está prevista subcontratação parcial de outra empresa para a execução do objeto desta contratação, devido características técnicas de agrupamento do objeto.

**Parágrafo segundo** – A **CONTRATADA** deverá assinar Termo de compromisso de manutenção do sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do **CONTRATANTE** ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto, respeitando todos os critérios estabelecidos, aplicáveis aos dados, informações, regras de negócios, documentos, entre outros pertinentes, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa.

## DA DINÂMICA DE EXECUÇÃO

**CLÁUSULA QUINTA –** A entrega da solução será nas dependências do **CONTRATANTE**, na SEPN Quadra 514 Norte, Lote 9, Bloco B, ou em qualquer um dos edifícios que o **CONTRATANTE** vier ocupar, em Brasília, no Distrito Federal.

**Parágrafo único –** Será realizada mensalmente as atividades previstas noTermo de Referência, durante a vigência do contrato.

## DA MANUNTEÇÃO E CONSERVAÇÃO (item 2)

**CLÁUSULA SEXTA –** A manutenção e conservação de todos os equipamentos deverá ser prestada, com supervisão e autorização do fabricante da solução, sob demanda, de forma ininterrupta, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive feriados.

**Parágrafo primeiro –** As peças/equipamentos substituídos bem como as versões de *firmware*/*software* instaladas deverão estar de acordo com os termos de garantia limitada da fabricante.

**Parágrafo segundo -** Entende-se por solução definitiva aquela que venha subtrair defeitos e vícios ou substituir peças/equipamentos defeituosos ou atualizar *firmware*/*software*.

**Parágrafo terceiro -** Caso a solução apresentada pela **CONTRATADA** não atenda às expectativas definidas nos níveis de severidade ou não seja definitiva, o chamado técnico será reaberto pelo Gestor do Contrato/Fiscal Técnico, e o prazo de atendimento continuará a contar a partir de sua interrupção para fins de aplicação de penalidades.

**Parágrafo quarto -** As atualizações e correções (*patches*) do *software* deverão estar disponibilizados via WEB ou fornecidas em mídia (CD ou DVD), quando desta forma forem solicitadas, sem quaisquer custos adicionais para o CNJ.

**Parágrafo quinto -** O acesso a base de conhecimento do fabricante deverá estar disponível via WEB, sem quaisquer custos adicionais para o **CONTRATANTE.**

## DO SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO (item 3)

**CLÁUSULA SÉTIMA** - A solução deverá possuir suporte técnico com atendimento remoto/presencial para solução de quaisquer problemas que impeçam o funcionamento adequado da solução.

**Parágrafo primeiro –** Deverá existir mecanismo adequado para abertura e acompanhamento de chamados de suporte técnico durante a garantia, 24 h por dia, 7 dias por semana;

**Parágrafo segundo** - Os chamados de suporte técnico durante a garantia deverão ter seu atendimento iniciado no prazo máximo de 2 (duas) horas, após sua abertura.

**Parágrafo terceiro** - Os níveis de severidade e prazos de atendimento das ocorrências deverão ser classificados conforme tabela abaixo:

**Parágrafo quarto** – Entende-se por solução definitiva aquela que atenda às expectativas definidas nos níveis de criticidade.

**Parágrafo quinto** - Caso a solução apresentada pela **CONTRATADA** não atenda às expectativas definidas nos níveis de severidade ou não seja definitiva, o chamado técnico será reaberto pelo Gestor do Contrato/Fiscal Técnico, e o prazo de atendimento continuará a contar a partir de sua interrupção para fins de aplicação de penalidades.

**Parágrafo sexto -** Ao **CONTRATANTE** reserva-se o direito de proceder quaisquer configurações ou, instalações, desde que tal iniciativa não implique em danos lógicos à solução, sem que isto possa ser usado como pretexto pela **CONTRATADA** para se desobrigar do suporte técnico presencial.

## DA INSTALAÇÃO PERSONALIZADA (item 4)

**CLÁUSULA OITAVA** A solução deve ser instalada, preferencialmente, nas dependências do **CONTRATANTE**.

**Parágrafo Primeiro -** A solução deve ser configurada para receber flow de pelo menos 02 (dois) dispositivos de rede apontados pela Equipe de Tratamento de Incidentes de Rede do **CONTRATANTE** (ETIR-CNJ).

**Parágrafo Segundo -** A solução deve ser configurada para receber informações de eventos/logs de pelo 10 (dez) dispositivos apontados pela Equipe de Tratamento de Incidentes de Rede do **CONTRATANTE** (ETIR-CNJ).

**Parágrafo Terceiro -** A solução deve ser configurada para receber informações de tráfego de pacotes de pelo menos 2 (dois) segmentos de rede apontados pela Equipe de Tratamento de Incidentes de Rede do **CONTRATANTE** (ETIR-CNJ).

**Parágrafo Quarto -** Deverá ser apresentada documentação técnica detalhada contendo todas informações referentes à instalação e à configuração de todos os itens da solução.

**DO TREINAMENTO (item 5)**

**CLÁUSULA NONA –** Deverá ser fornecido treinamento oficial, com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas semanais, abarcando o conteúdo necessário para a perfeita compreensão e operação de todos os requisitos da solução.

**Parágrafo primeiro -** O treinamento deverá ser fornecido para 3 (três) servidores, detentores de cargos efetivos, do **CONTRATANTE**.

**Parágrafo segundo -** Ao final do treinamento, deverá ser fornecido um certificado de conclusão, contendo as seguintes informações mínimas: nome do curso, nome do instruendo, carga horária total e ementa do treinamento.

**Parágrafo terceiro -** A **CONTRATADA** deverá aplicar o Formulário de Avaliação, conforme modelo constante do Termo de Referência.

**Parágrafo quarto** - Caso o resultado da Avaliação de Instrutor seja considerado "não proveitoso", o treinamento fornecido será considerado não aceito.

**Parágrafo quinto -** Na hipótese de não aceitação, a **CONTRATADA** deve oferecer outro treinamento, com a mesma carga horária, com outro instrutor, sem qualquer ônus para o **CONTRATANTE**.

**Parágrafo sexto -** O novo treinamento deverá ser realizado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da não aceitação do **CONTRATANTE**, considerando-se os critérios estabelecidos.

**Parágrafo sétimo -** Na hipótese de o resultado do segundo treinamento ser "não proveitoso", o objeto será considerado não aceito, caracterizando inexecução total da obrigação, aplicando-se as sanções previstas contratualmente.

**DA CENTRAL DE ATENDIMENTO (ITENS 2 E 3)**

**CLÁUSULA DEZ –** O registro de ocorrências de suporte técnico presencial e de manutenção e conservação será feito exclusivamente por meio de chamado técnico, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

**Parágrafo primeiro** – Deverá existir canal de atendimento para realização e acompanhamento de chamados técnicos, com acesso permanente para os técnicos do **CONTRATANTE**, contemplando no mínimo, sítio eletrônico e telefone 0800 (gratuito) ou telefone local em Brasília.

**Parágrafo segundo** – O Relatório Gerencial dos Ocorrência (RGS) deverá conter as asinformações, na íntegra, do chamado técnico realizado, e as recomendações de boas práticas do fabricante e gestão de continuidade da solução.

**Parágrafo terceiro** - Deverão ser providas informações, assistência e orientação para diagnósticos, avaliações e resolução de problemas, características dos produtos e demais atividades relacionadas à correta operação e funcionamento da solução.

**Parágrafo quarto** - Quando o suporte técnico presencial ou a manutenção e conservação for solicitada, o atendimento deverá ser iniciado imediatamente, independente do meio utilizado para a abertura do chamado técnico.

**Parágrafo quinto -** Na abertura do chamado técnico, o técnico do **CONTRATANTE** definirá um nível de criticidade.

## DOS NÍVEIS DE SERVIÇOS EXIGIDOS

**CLÁUSULA ONZE** – Os Níveis de Serviço Exigidos para o contrato serão tomados com base nos prazos de solução definitiva de cada ocorrência descrita no chamado técnico e de acordo com os respectivos níveis de severidade Alta, Média e Baixa, definidos no Termo de Referência.

**Parágrafo único** – Caso não haja manifestação da **CONTRATADA** dentro dos prazos estabelecidos no Termo de Referência para o atendimento dos níveis de serviços exigidos ou o gestor do contrato entenda improcedente as justificativas apresentadas, será iniciado processo de aplicação de penalidades previstas, conforme o nível de serviço transgredido.

## DO VALOR

**CLÁUSULA DOZE** – O valor total do presente contrato é de R$ _____ (_____), conforme discriminado no Anexo A.

**Parágrafo único** – Já estão inclusos no preço todos os encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato.

## DO REAJUSTE

**CLÁUSULA TREZE** – No caso de prorrogação contratual, para fins de reajuste, deverá ser considerado o Índice de Custos de Tecnologia da Informação (ICTI), conforme Portaria nº 6.432, de 11 de julho de 2018[15] do Ministério da Economia.

**DO RECEBIMENTO**

**CLÁUSULA QUATORZE** – O objeto do presente contrato será recebido da seguinte forma:

**Para o item 1 (um):**

a) provisoriamente, até o 5º (quinto) dia útil após a entrega do equipamento pela contratada;

b) definitivamente, até o 5º (quinto) dia útil após a entrega do Relatório final de instalação;

**Para os itens 2 (dois) e 3 (três):**

a) definitivamente, a cada mês, mediante despacho de atesto da nota fiscal, após a avaliação do Relatório Gerencial de Serviço (RGS) e verificação de atendimento aos Níveis de Serviço Exigidos (NSE), conforme disposto no ANEXO C do Termo de Referência.

**Para o item 4 (quatro):**

a) provisoriamente, até o 5º (quinto) dia útil após o recebimento provisório do item 1;

b) definitivamente, até o 5º (quinto) dia útil após a entrega do Relatório final de instalação

**Para o item 5 (cinco):**

a) provisoriamente, até o 30º (trigésimo) dia após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos itens 1 (um) e 4 (quatro) e da análise dos Formulários de Avaliação e identificação de que o curso alcançou os níveis de qualidade esperados pelo **CONTRATANTE**;.

b) definitivamente, será realizado em até 10 (dez) dias após a realização do treinamento.

**Parágrafo primeiro** - Caso sejam constatadas inadequações, falhas ou incorreções na execução, fica a **CONTRATADA** obrigada a efetuar as correções necessárias, sem ônus para o **CONTRATANTE**.

**Parágrafo segundo** - O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade civil, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei.

**DO PAGAMENTO**

**CLÁUSULA QUINZE** – O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente da **CONTRATADA**, por ordem bancária, no prazo disposto nos artigos 5º, § 3º, ou 40, XIV, "a", da Lei n. 8.666/93, conforme o caso, desde que cumpridos os seguintes requisitos:

a) apresentação de nota fiscal de acordo com a legislação vigente à época da emissão (nota fiscal eletrônica, se for o caso), acompanhada da prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da **CONTRATADA**; da prova de regularidade relativa à Seguridade Social; do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho;

b) inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a **CONTRATADA**.

**Parágrafo primeiro** – O pagamento será efetuado após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo ou após apuração do Relatório Gerencial de Serviço (RGS), com base nas métricas definidas no ANEXO C do Termo de Referência, bem como no despacho de atesto da nota fiscal, desde que não se verifique defeitos ou imperfeições.

**Parágrafo segundo** - A **CONTRATADA** não poderá apresentar nota fiscal com número raiz do CNPJ diverso do qualificado no preâmbulo deste contrato.

**Parágrafo terceiro** - A nota fiscal apresentada em desacordo com o estabelecido no Edital, neste contrato ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida à **CONTRATADA** com a interrupção do prazo previsto para pagamento. A nova contagem do prazo será iniciada a partir da respectiva regularização.

**Parágrafo quarto** - Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou à atualização monetária.

**Parágrafo quinto** - A não manutenção das condições de habilitação pela **CONTRATADA** não ensejará a retenção de pagamento quando houver o atesto da efetiva e regular prestação dos serviços, mas poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

## DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

**CLÁUSULA DEZESSEIS** – Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a **CONTRATADA**, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice de Custos de Tecnologia da Informação – ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

## DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**CLÁUSULA DEZESSETE** – As despesas oriundas deste contrato correrão à conta dos recursos orçamentários consignados ao **CONTRATANTE**, Programa de Trabalho: _____, Naturezas da Despesa: _____, _____ e _____, tendo sido emitida a Nota de Empenho n. _____, datada de _____ de _____ de _____.

## DAS SANÇÕES

**CLÁUSULA DEZOITO** – Com fundamento no art. 7º da Lei n. 10.520/2002 e nos artigos 86 e 87 da Lei n. 8.666/1993, a **CONTRATADA** ficará sujeita, assegurada prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) advertência;

a.1) a **CONTRATADA** será notificada formalmente pelo **CONTRATANTE** em caso de descumprimento de obrigação contratual e terá de apresentar as devidas justificativas em um prazo de até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da notificação;

a.2) caso não haja manifestação dentro desse prazo ou o **CONTRATANTE** entenda serem improcedentes as justificativas apresentadas, a **CONTRATADA** será advertida.

b) multa de:

b.1) 0,3% (três décimos) por dia, calculada sobre o valor total do contrato, no caso de descumprimento do prazo de entrega estabelecido na etapa 3 do item 4.3.1 do Termo de Referência, limitada a incidência a 30 (trinta) dias corridos de atraso;

b.1.1) no caso de atraso injustificado na entrega por prazo superior a 30 (trinta) dias corridos, com a aceitação do objeto pelo

**CONTRATANTE**, será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;

b.1.2) no caso de atraso injustificado na entrega por prazo superior a 30 (trinta) dias corridos, com a não aceitação do objeto pelo **CONTRATANTE**, caracterizando-se nesta hipótese a inexecução total da obrigação, será aplicada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e descredenciamento do SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais sanções previstas em edital e contrato.

b.2) 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso do "Índice de atendimento de chamados técnicos de severidade alta (NS01)" ser menor que 80% (oitenta por cento);

b.3) 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso do "Índice de atendimento de chamados técnicos de severidade média (NS02)" ser menor que 80% (oitenta por cento);

b.4) 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, a cada 3 (três) advertências durante a execução, sem prejuízo de aplicação de outras penalidades previstas;

b.5) No caso de inexecução total das obrigações assumidas será aplicada a penalidade prevista na letra "c";

c) impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e das demais penalidades legais;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

**Parágrafo primeiro -** O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** ou cobrado judicialmente.

**Parágrafo segundo -** As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do *caput* desta cláusula poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa.

**Parágrafo terceiro -** A penalidade prevista na alínea "c" desta cláusula também poderá ser aplicada à **CONTRATADA**, caso tenha sofrido condenação definitiva por

fraudar recolhimento de tributos, praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos da licitação ou demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração.

**Parágrafo quarto -** Excepcionalmente, desde que devidamente justificado no processo administrativo, o **CONTRATANTE** poderá efetuar a retenção do valor presumido da multa, e, concomitantemente, instaurar regular processo administrativo oportunizando à **CONTRATADA** o exercício do contraditório e da ampla defesa.

**Parágrafo quinto -** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e sua aplicação deverá ser precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa para **CONTRATADA**, na forma da lei.

**Parágrafo sexto** – Os instrumentos de requerimentos, de defesas prévias e de recursos eventualmente interpostos pela **CONTRATADA** deverão ser instruídos com os documentos hábeis à prova das alegações neles contidas. Referidos documentos probatórios deverão ser apresentados em suas versões originais e/ou em versões autenticadas, por cartórios extrajudiciais ou por servidores da Administração Pública, sob pena de, a critério exclusivo do **CONTRATANTE**, não serem avaliados. Caso a autenticação de cópias de documentos originais e/ou o fornecimento de cópias de documentos sejam requeridos ao **CONTRATANTE**, as despesas correspondentes deverão ser ressarcidas previamente, em Guia de Recolhimento da União (GRU).

## DA RESCISÃO

**CLÁUSULA DEZENOVE** – O inadimplemento de cláusula estabelecida neste contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará ao **CONTRATANTE** o direito de rescindi-lo, mediante notificação, com prova de recebimento.

**CLÁUSULA VINTE** – Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n. 8.666/1993, constituem motivos para a rescisão deste contrato:

a) atraso injustificado na execução dos serviços, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação ao **CONTRATANTE**;

b) o cometimento reiterado de falhas comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante do **CONTRATANTE**.

**Parágrafo único** – Caso a **CONTRATADA** venha a sofrer processos de fusão, cisão ou incorporação, será admitida a continuação deste contrato, desde que sua execução não seja afetada e que a **CONTRATADA** mantenha o fiel cumprimento dos termos contratuais e as condições de habilitação.

**CLÁUSULA VINTE E UM**– Ao **CONTRATANTE** é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n. 8.666/1993, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80, todos da Lei n. 8.666/93.

## DA VIGÊNCIA

**CLÁUSULA VINTE E DOIS –** O contrato terá vigência de 20 (vinte) meses a contar da assinatura do contrato, podendo ser renovado nos termos da lei, no caso dos itens 2 e 3.

## DO ACOMPANHAMENTO

**CLÁUSULA VINTE E TRÊS** – O **CONTRATANTE** nomeará um gestor titular e um substituto para executar a fiscalização do contrato. As ocorrências serão registradas em relatório, cuja cópia será encaminhada à **CONTRATADA**, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

**Parágrafo único -** A existência e a atuação da fiscalização pelo **CONTRATANTE** em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da **CONTRATADA**, no que concerne à execução do objeto contratado.

## DOS CASOS OMISSOS

**CLÁUSULA VINTE E QUATRO –** Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste contrato serão decididos pelas partes, no que couber, segundo as disposições contidas na Lei n. 8.666/1993 e suas alterações posteriores, demais regulamentos e normas administrativas federais.

## DA PUBLICIDADE

**CLÁUSULA VINTE E CINCO –** O extrato do presente contrato será publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei n. 8.666/1993.

## DO FORO

**CLÁUSULA VINTE E SEIS –** Para dirimir eventuais conflitos oriundos do presente contrato é eleito o foro de Brasília - Distrito Federal.

E por estarem assim de pleno acordo, assinam as partes o presente instrumento na forma eletrônica, nos termos da Lei n. 11.419/2006 e da Instrução Normativa CNJ n. 67/2015.

Brasília,  de  de 2019.

Pelo **CONTRATANTE**

**Johaness Eck**

Diretor-Geral

Pela **CONTRATADA**

**ANEXO A DO CONTRATO N. ___/2019, CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, E A EMPRESA _____, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA (Pregão Eletrônico n. 36/2019 – Processo Administrativo/CNJ n. 00414/2018).**

## VALOR DISCRIMINADO DO CONTRATO

| GRUPO | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Item** | **Descrição** | **Un.** | **Qtd.** | **Valor Unitário (R$)** | **Valor Total (R$)** |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |

# RELAÇÃO DE ITENS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00036/2019-000

## 1 - Itens da Licitação

**1 - Desenho técnico - convencional**

**Descrição Detalhada:** Equipamentos de inteligência cibernética, de acordo com especificações do Termo de Referência.

**Tratamento Diferenciado:** Não

**Aplicabilidade Decreto 7174/2010:** Não

**Critério de Julgamento:** Menor Preço

**Quantidade Total:** 1

**Unidade de Fornecimento:** Unidade

**Local de Entrega (Quantidade):** BRASÍLIA/DF (1)

**Grupo:** G1

**2 - Conexão balaustre**

**Descrição Detalhada:** Manutenção e conservação, de acordo com especificações do Termo de Referência

**Tratamento Diferenciado:** Não

**Aplicabilidade Decreto 7174/2010:** Não

**Critério de Julgamento:** Menor Preço

**Quantidade Total:** 20

**Unidade de Fornecimento:** Unidade

**Local de Entrega (Quantidade):** BRASÍLIA/DF (20)

**Grupo:** G1

**3 - Conexão balaustre**

**Descrição Detalhada:** Suporte Técnico especializado, de acordo com especificações do Termo de Referência.

**Tratamento Diferenciado:** Não

**Aplicabilidade Decreto 7174/2010:** Não

**Critério de Julgamento:** Menor Preço

**Quantidade Total:** 20

**Unidade de Fornecimento:** Unidade

**Local de Entrega (Quantidade):** BRASÍLIA/DF (20)

**Grupo:** G1

**4 - Conexão balaustre**

**Descrição Detalhada:** Instalação personalizada, de acordo com especificações do Termo de Referência.

**Tratamento Diferenciado:** Não

**Aplicabilidade Decreto 7174/2010:** Não

**Critério de Julgamento:** Menor Preço

**Quantidade Total:** 1

**Unidade de Fornecimento:** Unidade

**Local de Entrega (Quantidade):** BRASÍLIA/DF (1)

**Grupo:** G1

**5 - Conexão balaustre**

**Descrição Detalhada:** Treinamento, de acordo com especificações do Termo de Referência.

**Tratamento Diferenciado:** Não

**Aplicabilidade Decreto 7174/2010:** Não

**Critério de Julgamento:** Menor Preço

**Quantidade Total:** 3

**Unidade de Fornecimento:** Unidade

**Local de Entrega (Quantidade):** BRASÍLIA/DF (3)

**Grupo:** G1

## 2 - Composição dos Grupos

| Grupo 1 | | | |
|---|---|---|---|
| Nº do Item | Descrição | Quantidade Total | Unidade de Fornecimento |
| 1 | Desenho técnico - convencional | 1 | Unidade |
| 2 | Conexão balaustre | 20 | Unidade |
| 3 | Conexão balaustre | 20 | Unidade |

| | | | |
|---|---|---|---|
| 4 | Conexão balaustre | 1 | Unidade |
| 5 | Conexão balaustre | 3 | Unidade |

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

3º Termo Aditivo ao Contrato nº 53/2018, celebrado entre o STF e a empresa UMA AUTOMAÇÃO E SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA DE REDES LTDA (Processo Eletrônico n.005080/2018). Objeto: incluir itens na planilha orçamentária; aditivar itens, suprimir o item 5.3.7 e alterar o cronograma físico financeiro. Legal: Lei n. 8.666/93. Assinatura: 30/09/2019. Vigência: a partir da assinatura. Assinam: pelo STF, Eduardo Silva Toledo, Diretor-Geral; e, pela empresa, Luiz Alberto Almeida Reis.

**EXTRATO DE RESCISÃO**

Termo de Rescisão Amigável ao contrato de credenciamento nº 02/2015 celebrado entre o STF e a empresa CENTRO DE TRATAMENTO CARDIOVASCULAR LTDA., CNPJ - 03.923.271/0001-07 (Proc. nº 6686/2019). Objeto: rescindir, amigavelmente, o contrato 02/0015 a partir de 11/09/2019. Fundamento Legal: Lei n. 8.666/93. Assinatura/Vigência: 30/09/2019. Assinam: Pelo Contratante, Sr. Eduardo Silva Toledo - Diretor-Geral e o Sr. Higor Bezerra Rodrigues - Secretário Substituto de Gestão do STF-Med; pela Contratada, Sra. Tereza Cristina Barreto Baeta, Representante Legal.

**RESULTADO DE JULGAMENTO**
**PREGÃO Nº 71/2019**

No Pregão em questão foi declarada vencedora a empresa TRC COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI Brasília, 30 de setembro de 2019

MARCELLO DOS SANTOS LOPES
Pregoeiro

(SIDEC - 30/09/2019) 040001-00001-2019NE000020

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Primeiro Termo Aditivo ao contrato de credenciamento nº 09/2018 celebrado entre o STF e a empresa INSTITUTO DE CATARATA DE BRASÍLIA LTDA., CNPJ - 12.992.115/0001-99 (Proc. nº 13950/2017). Objeto: alteração de endereço da CREDENCIADA para SGAS Quadra 614, Conjunto C, 1º Subsolo, Salas 01-5 a 25-5, Ed. Vitrium. Fundamento Legal: Lei n. 8.666/93. Assinatura/Vigência: 30/09/2019. Assinam: Pelo Contratante, Sr. Eduardo Silva Toledo - Diretor-Geral e o Sr. Higor Bezerra Rodrigues - Secretário Substituto de Gestão do STF-Med; pela Contratada, Sra. Márcia Suely Akaishi, Representante Legal.

## CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

**EXTRATO DE ADESÃO**

Adesão do TRF 3ª Região ao Acordo de Cooperação Técnica 27/2019, firmado entre o CNJ, o CNMP e o MPF. Processo n. 09236/2019. Objeto: implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Agenda 2030, da ONU, nas atividades desenvolvidas pelo Sistema de Justiça. Assinatura: 10/9/2019. Signatário: Desembargadora Therezinha Cazerta - Presidente.

**AVISO DE LICITAÇÃO**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2019 - UASG 40003**

Nº Processo: 028502019. Objeto: Manutenção corretiva e evolutiva de computadores servidores Dell PowerEdge R610, R710 e R820, por 12 (doze) meses, observadas as condições e especificações estabelecidas nos Anexos I, II e III do Edital.. Total de Itens Licitados: 3. Edital: 01/10/2019 das 08h00 às 17h59. Endereço: Sepn 514, Bloco b Lote 7, Sala 01, Asa Norte - BRASÍLIA/DF ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/40003-5-00033-2019. Entrega das Propostas: a partir de 01/10/2019 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 16/10/2019 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: Edital para consulta e 'download' nos 'sites' www.cnj.jus.br, www.comprasnet.gov.br e à disposição dos interessados, mediante pagamento das cópias, na Comissão Permanente de Licitação, ao custo de R$ 0,30 por folha..

BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES
Pregoeiro

(SIASGnet - 27/09/2019) 40003-00001-2019NE000019

**AVISO DE LICITAÇÃO**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2019 - UASG 40003**

Nº Processo: 14090/2018. Objeto: Contratação de serviços de monitoramento e análise de redes sociais e outras mídias digitais, observadas as condições e especificações estabelecidas nos Anexos I, II e III do Edital.. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 01/10/2019 das 08h00 às 17h59. Endereço: Sepn 514, Bloco b Lote 7, Sala 01, Asa Norte - BRASÍLIA/DF ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/40003-5-00035-2019. Entrega das Propostas: a partir de 01/10/2019 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 18/10/2019 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: Edital para consulta e 'download' nos 'sites' www.cnj.jus.br, www.comprasnet.gov.br e à disposição dos interessados, mediante pagamento das cópias, na Comissão Permanente de Licitação, ao custo de R$ 0,30 por folha..

BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES
Pregoeiro

(SIASGnet - 27/09/2019) 40003-00001-2019NE000019

**AVISO DE LICITAÇÃO**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2019 - UASG 40003**

Nº Processo: 00414/2018. Objeto: Aquisição de solução de inteligência cibernética incluindo equipamentos, manutenção e conservação, suporte técnico especializado, instalação personalizada e treinamento, observadas as condições e especificações estabelecidas nos Anexos I, II e III do Edital.. Total de Itens Licitados: 5. Edital: 01/10/2019 das 08h00 às 17h59. Endereço: Sepn 514, Bloco b Lote 7, Sala 01, Asa Norte - BRASÍLIA/DF ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/40003-5-00036-2019. Entrega das Propostas: a partir de 01/10/2019 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 14/10/2019 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: Edital para consulta e 'download' nos 'sites' www.cnj.jus.br, www.comprasnet.gov.br e à disposição dos interessados, mediante pagamento das cópias, na Comissão Permanente de Licitação, ao custo de R$ 0,30 por folha. .

BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES
Pregoeiro

(SIASGnet - 27/09/2019) 40003-00001-2019NE000019

## TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
## SECRETARIA DO TRIBUNAL
## SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
## COORDENADORIA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
## SEÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

No processo nº: 2019.00.000010141-8. Objeto: Contratação de empresa para ministrar o workshop "Expert em Canvas". Contratado: Assessoriall Consultoria . Fundamento Legal: Artigo 25, inciso II, c/c o art. 13, VI, da Lei nº 8666/93. Valor: R$ 14.970,00 (quatorze mil novecentos e setenta reais). Reconhecimento de Inexigibilidade: em 27/09/2019, por Salatiel Gomes dos Santos, Secretário de Administração. Ratificação: em 30/09/2019, por Anderson Vidal Corrêa, Diretor-Geral.

## COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES
## SEÇÃO DE CONTRATOS

**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato-TSE nº 63/2019, firmado entre o TSE a G&E Serviços Terceirizados Ltda, CNPJ 08.744.139/0001-51. OBJETO: Contratação de serviços de apoio administrativo, mediante alocação de postos de trabalho, pelo período de 12 (dozes) meses, podendo ser prorrogado nos termos da lei, de acordo com as especificações, quantidades, exigências e prazos constantes do Edital de Licitação TSE nº 32/2019 e seus anexos. VALOR DO CONTRATO: R$ 6.299.963,16. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/93 e nº 10.520/02. VIGÊNCIA: A partir da publicação no DOU. ASSINATURA: 11/9/2019. ASSINAM: Anderson Vidal Corrêa, Diretor-Geral, pelo TSE; e Guilherme Leite Castello Branco, Representante legal, pela Contratada. P.A 2018.00.0000011012-8.

**EXTRATO DE RESCISÃO**

Termo de Rescisão do Contrato-TSE 52/2015, firmado entre o TSE a empresa Interativa Dedetização Higienização e Conservação Ltda. CNPJ 05.058.935/0001-42. OBJETO: Rescindir amigavelmente e por interesse da Administração o Contrato TSE nº 52/2015, a partir da publicação deste termo. FUNDAMENTO LEGAL: art. 79, inciso II, da Lei 8.666/93. ASSINATURA: 23/9/2019. ASSINAM: Anderson Vidal Corrêa, Diretor-Geral, pelo TSE; e Izaias Junio Vieira, Sócio-Diretor, pela Contratada. P.A 2016.00.000003744-6.

**EXTRATO DE RESCISÃO**

Termo de Rescisão do Contrato-TSE 73/2013, firmado entre o TSE a empresa Interativa Dedetização Higienização e Conservação Ltda. CNPJ 05.058.935/0001-42. OBJETO: Rescindir amigavelmente e por interesse da Administração o Contrato TSE nº 73/2013, a partir da publicação deste termo. FUNDAMENTO LEGAL: art. 79, inciso II, da Lei 8.666/93. ASSINATURA: 11/9/2019. ASSINAM: Anderson Vidal Corrêa, Diretor-Geral, pelo TSE; e Izaias Junio Vieira, Sócio-Diretor, pela Contratada. P.A 2016.00.000011560-9.

## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**AVISO DE REABERTURA DE PRAZO**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 95/2019**

Comunicamos a reabertura de prazo da licitação supracitada, processo Nº 006238/2019. , publicada no D.O.U de 11/09/2019 . Objeto: Pregão Eletrônico - Locação de Sistema de Geração Distribuída (SGD) para produção de energia elétrica de fonte fotovoltaica, dimensionado para ser capaz de produzir e injetar no sistema de compensação, na categoria minigeração, a quantidade de 7.000 MWh por ano Novo Edital: 01/10/2019 das 09h00 às 12h00 e de13h00 às 17h59. Endereço: Safs Quadra 06 Lote 01-trecho 03-administracao 01 Andar Asa Sul - BRASILIA - DFEntrega das Propostas: a partir de 01/10/2019 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 04/11/2019, às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br.

JANAINA LIMA ARRUDA
Pregoeira

(SIDEC - 30/09/2019) 050001-00001-2019NE000107

**AVISO DE LICITAÇÃO**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 127/2019 - UASG 50001**

Nº Processo: 14685/2019. Objeto: Aquisição de poltronas giratórias, com braços, espaldar médio, tipo PO1, cor azul. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 01/10/2019 das 09h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h59. Endereço: Safs Quadra 06 Lote 01-trecho 03-administracao 01 Andar, Asa Sul - BRASÍLIA/DF ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/50001-5-00127-2019. Entrega das Propostas: a partir de 01/10/2019 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 14/10/2019 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: Edital também disponível em www.stj.jus.br.

JANAINA LIMA ARRUDA
Pregoeira

(SIASGnet - 30/09/2019) 50001-00001-2019NE000107

**AVISO DE LICITAÇÃO**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 132/2019 - UASG 50001**

Nº Processo: 14234/2019. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento parcelado de papel toalha interfolhado, com os respectivos dispensers em regime de cessão gratuita. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 01/10/2019 das 09h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h59. Endereço: Safs Quadra 06 Lote 01-trecho 03-administracao 01 Andar, Asa Sul - BRASÍLIA/DF ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/50001-5-00132-2019. Entrega das Propostas: a partir de 01/10/2019 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 14/10/2019 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: Edital também disponível em www.stj.jus.br.

JANAINA LIMA ARRUDA
Pregoeira

(SIASGnet - 30/09/2019) 50001-00001-2019NE000107

**RESULTADO DE JULGAMENTO**
**PREGÃO Nº 113/2019**

Comunico o resultado da licitação em epígrafe: VENCEDORAS: SANTANA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES EIRELI - Itens 4, 5, 7, 8, 9 e 11; e ML BORDADOS LTDA.- Itens 1, 2, 3, 6, 10, 12 e 13.

CÍCERO CELSO DE SOUSA
Pregoeiro

(SIDEC - 30/09/2019) 050001-00001-2019NE000107

Conselho Nacional de Justiça

**Pregão nº 362019 - Eletrônico**
**Objeto:** Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de solução de inteligência cibernética incluindo equipamentos, manutenção e conservação, suporte técnico especializado, instalação personalizada e treinamento, observadas as condições e especificações estabelecidas nos Anexos I, II e III do Edital.
**Descrição:** Informações Gerais: Edital para consulta e ´download´ nos ´sites´ www.cnj.jus.br, www.comprasnet.gov.br e à disposição dos interessados, mediante pagamento das cópias, na Comissão Permanente de Licitação, ao custo de R$ 0,30 por folha.
**Data da Realização (início dos lances):** 14/10/2019 14:00

**Fechar**

# Editais

Índice


- Atas de Registro de Preço(/licitacoes-e-contratos/atas-de-registro-de-preco/)
- Contratos(/licitacoes-e-contratos/contratos)
- Editais(/editais/)
- Intenção de Registro de Preço - IRP(/intencao-de-registro-de-preco/)
- Atos de Dispensa(/atos-de-dispensa/)
- Atos de Inexigibilidade(/atos-de-inexigibilidade/)
- Listas de Verificação(/lista-de-verificacao/)
- Empresas Impedidas de Licitar(/empresas-impedidas-de-licitar/)
- Suprimento de Fundos(/suprimento-de-fundos/)


Ano Número Modalidade Situação
Todas Todas
Buscar por:
Pesquisar Limpar

**Editais de Licitações Disponíveis**

**Pregão Eletrônico**

| Número | Objeto | Abertura | Situação | Complemento | Grupos Vencedores | Itens Vencedores |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 21/2019 | Aquisição de equipamentos de áudio e vídeo, incluindo a instalação, configuração, treinamento e garantia técnica de 36 (trinta e seis) meses. | 24/09/2019 10:00 | em andamento | - | | |
| 29/2019 | Aquisição de solução de gravação de chamadas telefônicas | 30/09/2019 14:00 | Aguardando abertura | - | | |
| 30/2019 | Aquisição de monitores para o Conselho Nacional de Justiça | 03/10/2019 14:00 | Aguardando abertura | - | | |
| 28/2019 | Manutenção e conservação do equipamento Storage VNX 7600 DELL/EMC (Nº de Série: CKM00140101329), baseada em níveis de serviço, por um período de 12 meses. | 04/10/2019 14:00 | Aguardando abertura | - | | |
| 31/2019 | Contratação de serviços de apoio administrativo na área de cerimonialista, por meio de posto de trabalho. | 07/10/2019 10:00 | Aguardando abertura | - | | |
| 34/2019 | Registro de Preços de Resma de Papel A4 na cor branca | 09/10/2019 14:00 | Aguardando abertura | - | | |
| | Aquisição de solução de inteligência cibernética | | | | | |

| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 36/2019 | incluindo equipamentos, manutenção e conservação, suporte técnico especializado, instalação personalizada e treinamento. | 14/10/2019 14:00 | Aguardando abertura | - | | |

**Comissão Permanente de Licitação - CPL/CNJ**

Telefone: 55.61.2326.5160.
Fax: 55.61.2326.5519
Email: cpl@cnj.jus.br

# Editais

Índice


- Atas de Registro de Preço(/licitacoes-e-contratos/atas-de-registro-de-preco/)
- Contratos(/licitacoes-e-contratos/contratos)
- Editais(/editais/)
- Intenção de Registro de Preço - IRP(/intencao-de-registro-de-preco/)
- Atos de Dispensa(/atos-de-dispensa/)
- Atos de Inexigibilidade(/atos-de-inexigibilidade/)
- Listas de Verificação(/lista-de-verificacao/)
- Empresas Impedidas de Licitar(/empresas-impedidas-de-licitar/)
- Suprimento de Fundos(/suprimento-de-fundos/)


**Licitação: 36/2019**
**Modalidade: Pregão Eletrônico**
**Processo: 00414/2018**

**Andamentos**

| Data | Andamento | Assunto |
|---|---|---|
| 03/10/2019 | Edital | Edital PRE 36/2019 |

Voltar



## CPL CNJ

**De:** CPL
**Enviado em:** quinta-feira, 3 de outubro de 2019 14:09
**Para:** Secretaria de Administração; Emerson Vendruscolo; Claudio Marcelo Albuquerque Nascimento Silva; Flavio Abreu Amorim
**Assunto:** RES: Aviso de Licitação

Prezados,

Retifico a data de abertura do referido Pregão, de 03/10/2019, às 14h, para **14/10/2019, às 14h.**

Atenciosamente,

Comissão Permanente de Licitação
Conselho Nacional de Justiça - CNJ
SEPN 514, Bloco "B", Lote 7, Sala 01
Asa Norte 70.760-542 – Brasília - DF
☎: +55 61 2326-5160

---

**De:** CPL
**Enviada em:** quinta-feira, 3 de outubro de 2019 14:05
**Para:** Secretaria de Administração <gabsad@cnj.jus.br>; Emerson Vendruscolo <emerson.vendruscolo@cnj.jus.br>; Claudio Marcelo Albuquerque Nascimento Silva <claudio.albuquerque@cnj.jus.br>; Flavio Abreu Amorim <flavio.amorim@cnj.jus.br>
**Assunto:** Aviso de Licitação

Informamos que a abertura do Pregão Eletrônico n° 36/2019 – aquisição de solução de inteligência cibernética, incluindo equipamentos, manutenção e conservação, suporte técnico especializado, instalação personalizada e treinamento - está agendada para o dia **03/10/2019**, às **14 horas**

Na oportunidade, encaminhamos, em anexo, o edital do certame.

Atenciosamente,

Comissão Permanente de Licitação
Conselho Nacional de Justiça - CNJ
SEPN 514, Bloco "B", Lote 7, Sala 01
Asa Norte 70.760-542 – Brasília - DF
☎: +55 61 2326-5160

## CPL CNJ

**De:** CPL
**Enviado em:** quinta-feira, 3 de outubro de 2019 14:09
**Para:** 'acy.rodrigues@proof.com.br'; 'cliente@systemits.com'; 'luciana.galao@techbiz.com.br'
**Assunto:** RES: Aviso de Licitação

Prezados,

Retifico a data de abertura do referido Pregão, de 03/10/2019, às 14h, para **14/10/2019, às 14h.**

Atenciosamente,



Comissão Permanente de Licitação
Conselho Nacional de Justiça - CNJ
SEPN 514, Bloco "B", Lote 7, Sala 01
Asa Norte 70.760-542 – Brasília - DF
☎: +55 61 2326-5160

---

**De:** CPL
**Enviada em:** quinta-feira, 3 de outubro de 2019 14:06
**Para:** 'acy.rodrigues@proof.com.br' <acy.rodrigues@proof.com.br>; 'cliente@systemits.com' <cliente@systemits.com>; 'luciana.galao@techbiz.com.br' <luciana.galao@techbiz.com.br>
**Assunto:** Aviso de Licitação

Prezado (s),

Tendo em vista a participação de sua empresa na fase de pesquisa de preços, informamos que a abertura Pregão Eletrônico n° 36/2019 – aquisição de solução de inteligência cibernética, incluindo equipamentos, manutenção e conservação, suporte técnico especializado, instalação personalizada e treinamento - está agendada para o dia **03/10/2019**, às **14 horas** .
Na oportunidade, comunicamos que o edital do certame está disponível no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br e na página eletrônica www.cnj.jus.br/transparencia.

Atenciosamente,



Comissão Permanente de Licitação
Conselho Nacional de Justiça - CNJ
SEPN 514, Bloco "B", Lote 7, Sala 01
Asa Norte 70.760-542 – Brasília - DF
☎: +55 61 2326-5160

**PROPOSTAS**

**Pregão nº** 362019

**GRUPO 1**

**Tratamento Diferenciado:** -
**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não

**ATENÇÃO:**
- Fornecedores com propostas desclassificadas (com * na frente), NÃO poderão participar com lances para o item.
- Após a abertura do item para lances, não será mais possível fazer desclassificação ou cancelamento de desclassificação.

Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.

| Propostas | Qtde Ofertada | Valor Total (R$) |
|---|---|---|
| Proposta 1 | - | 2.495.865,0000 |
| Proposta 2 | - | 2.495.865,0000 |
| Proposta 3 | - | 2.495.865,0000 |
| Proposta 4 | - | 2.495.865,0000 |
| Proposta 5 | - | 2.995.035,3600 |

Fechar

**Pregão nº** 362019

**GRUPO 1**

**Tratamento Diferenciado:** -
**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não

## Proposta 1

Para ver a descrição complementar do item, clique na descrição do mesmo.

| Item | Descrição | Qtd. Estimada | |
|---|---|---|---|
| 1 | Desenho Técnico - Convencional | 1 | **Valor Total (R$)** 1.599.802,8000 |
| | **Descrição detalhada do objeto ofertado:** Equipamentos de inteligência cibernética, de acordo com especificações do Termo de Referência. ... | | |
| 2 | CONEXÃO BALAUSTRE | 20 | **Valor Total (R$)** 491.000,0000 |
| | **Descrição detalhada do objeto ofertado:** Equipamentos de inteligência cibernética, de acordo com especificações do Termo de Referência. ... | | |
| 3 | CONEXÃO BALAUSTRE | 20 | **Valor Total (R$)** 300.000,0000 |
| | **Descrição detalhada do objeto ofertado:** Suporte Técnico especializado, de acordo com especificações do Termo de Referência. ... | | |
| 4 | CONEXÃO BALAUSTRE | 1 | **Valor Total (R$)** 85.000,0000 |
| | **Descrição detalhada do objeto ofertado:** Instalação personalizada, de acordo com especificações do Termo de Referência. ... | | |
| 5 | CONEXÃO BALAUSTRE | 3 | **Valor Total (R$)** 20.062,2000 |
| | **Descrição detalhada do objeto ofertado:** Treinamento, de acordo com especificações do Termo de Referência. ... | | |

Voltar

**Pregão nº** 362019

**GRUPO 1**

**Tratamento Diferenciado:** -
**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não

## Proposta 2

Para ver a descrição complementar do item, clique na descrição do mesmo.

| Item | Descrição | Qtd. Estimada | |
|---|---|---|---|
| 1 | Desenho Técnico - Convencional | 1 | **Valor Total (R$)** 1.599.802,8000 |
| | **Descrição detalhada do objeto ofertado:** Equipamentos de inteligência cibernética, de acordo com especificações do Termo de Referência. Marca: LogRhythm Fabricante: LogRhythm Modelo: NextGen SIEM/Network XDR ... | | |
| 2 | CONEXÃO BALAUSTRE | 20 | **Valor Total (R$)** 491.000,0000 |
| | **Descrição detalhada do objeto ofertado:** Manutenção e conservação, de acordo com especificações do Termo de Referência. ... | | |
| 3 | CONEXÃO BALAUSTRE | 20 | **Valor Total (R$)** 300.000,0000 |
| | **Descrição detalhada do objeto ofertado:** Suporte Técnico especializado, de acordo com especificações do Termo de Referência. ... | | |
| 4 | CONEXÃO BALAUSTRE | 1 | **Valor Total (R$)** 85.000,0000 |
| | **Descrição detalhada do objeto ofertado:** Instalação personalizada, de acordo com especificações do Termo de Referência. ... | | |
| 5 | CONEXÃO BALAUSTRE | 3 | **Valor Total (R$)** 20.062,2000 |
| | **Descrição detalhada do objeto ofertado:** Treinamento, de acordo com especificações do Termo de Referência. ... | | |

Voltar

**Pregão nº** 362019

**GRUPO 1**

**Tratamento Diferenciado:** -
**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não

## Proposta 3

Para ver a descrição complementar do item, clique na descrição do mesmo.

| Item | Descrição | Qtd. Estimada | |
|---|---|---|---|
| 1 | Desenho Técnico - Convencional | 1 | **Valor Total (R$)** 1.599.802,8000 |
| | **Descrição detalhada do objeto ofertado:** Solução integrada NetWitness 11.x, do fabricante RSA, composta de hardware, firmware e software para coletar, analisar, reportar e armazenar tráfego de pacotes e fluxos e eventos de segurança dos segm ... | | |
| 2 | CONEXÃO BALAUSTRE | 20 | **Valor Total (R$)** 491.000,0000 |
| | **Descrição detalhada do objeto ofertado:** Serviço de garantia e manutenção para hardware e software e de atualização para software fornecidos pelo fabricante desenvolvedor e mantenedor da solução ofertada. A manutenção e conservação de todos ... | | |
| 3 | CONEXÃO BALAUSTRE | 20 | **Valor Total (R$)** 300.000,0000 |
| | **Descrição detalhada do objeto ofertado:** Serviço de suporte presencial e remoto na modalidade 24x7 que visa prestar assistência intelectual (conhecimentos) e tecnológica (revisões, configurações, reparos e atualizações) com o objetivo de sol ... | | |
| 4 | CONEXÃO BALAUSTRE | 1 | **Valor Total (R$)** 85.000,0000 |
| | **Descrição detalhada do objeto ofertado:** Serviço de instalação da solução nas dependências do CNJ, configurada para receber flow de pelo menos 02 (dois) dispositivos de rede apontados pela Equipe de Tratamento de Incidentes de Rede do CNJ (E ... | | |
| 5 | CONEXÃO BALAUSTRE | 3 | **Valor Total (R$)** 20.062,2000 |
| | **Descrição detalhada do objeto ofertado:** Treinamento oficial, com carga horária mínima de 40 horas semanais, abarcando o conteúdo necessário para a perfeita compreensão e operação de todos os requisitos da solução; fornecido para 3 servidore ... | | |

Voltar

**Pregão nº** 362019

**GRUPO 1**

**Tratamento Diferenciado:** -
**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não

## Proposta 4

Para ver a descrição complementar do item, clique na descrição do mesmo.

| Item | Descrição | Qtd. Estimada | |
|---|---|---|---|
| 1 | Desenho Técnico - Convencional | 1 | **Valor Total (R$)** 1.599.802,8000 |
| | **Descrição detalhada do objeto ofertado:** Equipamentos de inteligência cibernética, de acordo com especificações do Termo de Referência ... | | |
| 2 | CONEXÃO BALAUSTRE | 20 | **Valor Total (R$)** 491.000,0000 |
| | **Descrição detalhada do objeto ofertado:** Manutenção e conservação, de acordo com especificações do Termo de Referência ... | | |
| 3 | CONEXÃO BALAUSTRE | 20 | **Valor Total (R$)** 300.000,0000 |
| | **Descrição detalhada do objeto ofertado:** Suporte Técnico especializado, de acordo com especificações do Termo de Referência ... | | |
| 4 | CONEXÃO BALAUSTRE | 1 | **Valor Total (R$)** 85.000,0000 |
| | **Descrição detalhada do objeto ofertado:** Instalação personalizada, de acordo com especificações do Termo de Referência ... | | |
| 5 | CONEXÃO BALAUSTRE | 3 | **Valor Total (R$)** 20.062,2000 |
| | **Descrição detalhada do objeto ofertado:** Treinamento, de acordo com especificações do Termo de Referência ... | | |

Voltar

**Pregão nº** 362019

**GRUPO 1**

**Tratamento Diferenciado:** -
**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não

## Proposta 5

Para ver a descrição complementar do item, clique na descrição do mesmo.

| Item | Descrição | Qtd. Estimada | |
|---|---|---|---|
| 1 | Desenho Técnico - Convencional | 1 | **Valor Total (R$)** 1.919.763,3600 |
| | **Descrição detalhada do objeto ofertado:** Equipamentos de inteligência cibernética, composta por equipamentos do tipo appliance, de acordo com o item 5.1 ... | | |
| 2 | CONEXÃO BALAUSTRE | 20 | **Valor Total (R$)** 589.200,0000 |
| | **Descrição detalhada do objeto ofertado:** Manutenção e conservação de todos os equipamentos deverá ser prestada, com supervisão e autorização do fabricante da solução, sob demanda, de forma ininterrupta, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 ( ... | | |
| 3 | CONEXÃO BALAUSTRE | 20 | **Valor Total (R$)** 360.000,0000 |
| | **Descrição detalhada do objeto ofertado:** Suporte Técnico especializado com atendimento remoto/presencial para solução de quaisquer problemas que impeçam o funcionamento adequado da solução; de acordo com o item 5.3 ... | | |
| 4 | CONEXÃO BALAUSTRE | 1 | **Valor Total (R$)** 102.000,0000 |
| | **Descrição detalhada do objeto ofertado:** Instalação personalizada, a solução deve ser instalada, preferencialmente, nas dependências do CNJ de acordo com o item 5.4 ... | | |
| 5 | CONEXÃO BALAUSTRE | 3 | **Valor Total (R$)** 24.072,0000 |
| | **Descrição detalhada do objeto ofertado:** Treinamento oficial, com carga horária mínima de 40 horas semanais, abarcando o conteúdo necessário para a perfeita compreensão e operação de todos os requisitos da solução.de acordo com o item 5.5 ... | | |

Voltar

**Pregão nº** 362019

**GRUPO 1**

**Tratamento Diferenciado:** -
**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não

ME/EPP = Microempresa/Empresa de Pequeno Porte

**Melhores Lances dos Participantes**

| CNPJ/CPF<br>Razão Social/Nome | Melhor Lance | Data/Hora<br>Último Lance |
|---|---|---|
| 23.870.018/0001-40<br>ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA | R$ 1.252.550,0000 | 14/10/2019 15:05:09:210 |
| **Porte ME/EPP:** Não **Declaração ME/EPP/COOP:** Não | | |
| 13.065.231/0001-25<br>ARSITEC ELETRONICA COMERCIO E SERVICOS LTDA | R$ 1.467.188,1600 | 14/10/2019 15:04:07:817 |
| **Porte ME/EPP:** Não **Declaração ME/EPP/COOP:** Não | | |
| 15.690.857/0002-39<br>APURA COMERCIO DE SOFTWARES E ASSESSORIA EM TECNOLOGIA | R$ 1.523.276,5300 | 14/10/2019 15:00:40:177 |
| **Porte ME/EPP:** Não **Declaração ME/EPP/COOP:** Não | | |
| 05.757.597/0002-18<br>TECHBIZ FORENSE DIGITAL LTDA | R$ 2.299.999,2000 | 14/10/2019 14:40:08:830 |
| **Porte ME/EPP:** Não **Declaração ME/EPP/COOP:** Não | | |
| 11.076.702/0001-75<br>KLM DISTRIBUIDORA EIRELI | R$ 2.495.865,0000 | 14/10/2019 14:01:07:603 |
| **Porte ME/EPP:** Sim **Declaração ME/EPP/COOP:** Sim | | |

Fechar

Conselho Nacional de Justiça

**Pregão nº 362019 - Eletrônico**
**Objeto:** Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de solução de inteligência cibernética incluindo equipamentos, manutenção e conservação, suporte técnico especializado, instalação personalizada e treinamento, observadas as condições e especificações estabelecidas nos Anexos I, II e III do Edital.
**Descrição:** Informações Gerais: Edital para consulta e ´download´ nos ´sites´ www.cnj.jus.br, www.comprasnet.gov.br e à disposição dos interessados, mediante pagamento das cópias, na Comissão Permanente de Licitação, ao custo de R$ 0,30 por folha.
**Data da Realização (início dos lances):** 14/10/2019 14:00
**Data da Abertura da Sessão:** 14/10/2019 14:01

Para ver os itens do grupo clique em Visualizar Itens, ao lado do nome do Grupo.

**GRUPO 1** (Visualizar Itens)

**Tratamento Diferenciado:** -

**Fornecedor: 23.870.018/0001-40 - ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA**

| **Anexo/Planilha** | **Enviado em:** |
|---|---|
| Proposta Zerum_ajustada_PE36.2019.pdf | 14/10/2019 16:01 |

Fechar

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

# Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

## Dados do Fornecedor

CNPJ: **23.870.018/0001-40**
Razão Social: **ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA**
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: **Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: **16/06/2020**

## Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: **Nada Consta**
Impedimento de Licitar: **Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas: **Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público": **Nada Consta**

## Níveis cadastrados:

**Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).**

**I - Credenciamento**

**II - Habilitação Jurídica**

**III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Receita Federal e PGFN | | Validade: | **16/11/2019** |
| FGTS | | Validade: | **24/10/2019** |
| Trabalhista | **(http://www.tst.jus.br/certidao)** | Validade: | **17/11/2019** |

**IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal**

| | | | |
|---|---|---|---|
| Receita Estadual/Distrital | | Validade: | **13/11/2019** |
| Receita Municipal | (Isento) | | |

**VI - Qualificação Econômico-Financeira**

Validade: **31/05/2020**


CPF: 084.525.037-09 Nome: BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES
Ass: _____

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

# Relatório de Ocorrências

## Dados do Fornecedor

| | |
|---|---|
| CNPJ: | **23.870.018/0001-40** |
| Razão Social: | **ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA** |
| Nome Fantasia: | |
| Situação do Fornecedor: | **Credenciado** |

**Nenhum registro de Ocorrência Ativa encontrado para o fornecedor.**

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

# Relatório de Ocorrências Impeditivas de Licitar

## Dados do Fornecedor

| | |
|---|---|
| CNPJ: | **23.870.018/0001-40** |
| Razão Social: | **ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA** |
| Nome Fantasia: | |
| Situação do Fornecedor: | **Credenciado** |

**Nenhum registro de Ocorrência Ativa encontrado para o fornecedor.**

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

# Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas do Fornecedor

## Dados do Fornecedor

CNPJ: **23.870.018/0001-40**
Razão Social: **ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA**
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: **Credenciado**

**Nenhum registro de Ocorrência Impeditiva Indireta encontrado para o fornecedor.**

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

# Relatório Nível I - Credenciamento

## Dados do Fornecedor

| | |
|---|---|
| CNPJ: | **23.870.018/0001-40** |
| Razão Social: | **ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA** |
| Nome Fantasia: | |
| Situação do Fornecedor: | **Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: **16/06/2020** |

## Dados do Nível

| | |
|---|---|
| Situação do Nível: | **Cadastrado** |

## Dados do Fornecedor

| | |
|---|---|
| Porte da Empresa: | **Demais** |
| Inscrição Estadual: | **0774853400103** Inscrição Municipal: **0774853400103** |
| Natureza Jurídica: | **SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA** |
| Capital Social: | **R$ 1.500.000,00** Data de Abertura da Empresa: **21/12/2015** |
| CNAE Primário: | **6202-3/00 - DESENVOLVIMENTO E LICENCIAMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR CUSTOMIZÁVEIS** |
| CNAE Secundário 1: | **2621-3/00 - FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA** |
| CNAE Secundário 2: | **4751-2/01 - COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS** |
| CNAE Secundário 3: | **6201-5/01 - DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR** |

## Dados para Contato

| | |
|---|---|
| CEP: | **70.316-102** |
| Endereço: | **SETOR SHS QUADRA 6 CONJUNTO A BLOCO A, SN - SALA 202 E 211 -** |
| Município / UF: | **BRASÍLIA / Distrito Federal** |
| Telefone: | **(61) 30444702** |
| Email: | **ADM@ZERUM.COM** |

## Dados do Responsável pelo Cadastro

| | |
|---|---|
| CPF: | **054.393.716-05** |
| Nome: | **GEISE CAMPOS SILVA MATIAS** |
| Carteira de Identidade: | **10876584** Órgão Expedidor: **SSP/MG** |
| Data de Expedição: | **17/07/2014** Data de Nascimento: **01/05/1982** |
| E-mail: | **adm@zerum.com** |

# Relatório Nível I - Credenciamento

## Sócios / Administradores

**Dados do Sócio/Administrador 1**

CPF: **917.808.021-53** Participação Societária: **0,50%**
Nome: **PEDRO VIEIRA MACHADO MORGADO**
Carteira de Identidade: **2089580** Órgão Expedidor: **SSP/DF**
Data de Expedição: **02/09/1998** Data de Nascimento: **27/04/1982**
Filiação Materna: **VANIA PINHEIRO MACHADO**
Estado Civil: **Casado(a)**

**Dados do Cônjuge/Companheiro(a)**

Estrangeiro: **Não** CPF: **449.543.952-91**
Nome: **LEONORA BRAGA DE CASTRO E MORGADO**
Carteira de Identidade: **2952104** Órgão Expedidor: **SSPDF**
Data de Expedição: **19/01/2009**

CEP: **71.680-376**
Endereço: **CONDOMINIO JARDINS DO LAGO QUADRA 2 CONJUNTO I, 7 -**
Município / UF: **BRASÍLIA / Distrito Federal**
Telefone: **(61) 81584546**
Email: **adm@zerum.com**

**Dados do Sócio/Administrador 2**

CPF: **317.221.131-20** Participação Societária: **99,50%**
Nome: **JOSE WILAME ARAUJO RODRIGUES**
Carteira de Identidade: **772749** Órgão Expedidor: **SSPDF**
Data de Expedição: **29/01/1982** Data de Nascimento: **27/01/1967**
Filiação Materna: **MARIA JULIETA DE ARAUJO RODRIGUE**
Estado Civil: **Casado(a)**

**Dados do Cônjuge/Companheiro(a)**

Estrangeiro: **Não** CPF: **553.017.541-49**
Nome: **BEATRIZ DO PRADO RODRIGUES**
Carteira de Identidade: **1215183** Órgão Expedidor: **SSPDF**
Data de Expedição: **17/02/2004**

CEP: **70.365-050**
Endereço: **QUADRA SQS 312 BLOCO E, SN - APTO 605 - ASA SUL**
Município / UF: **BRASÍLIA / Distrito Federal**
Telefone: **(61) 00000000**
Email: **wilame.rodrigues@zerum.com**

# Relatório Nível I - Credenciamento

## Dirigentes

**Dados do Dirigente 1**

CPF: **317.221.131-20**
Nome: **JOSE WILAME ARAUJO RODRIGUES**
Carteira de Identidade: **772749** Órgão Expedidor: **SSPDF**
Data de Expedição: **29/01/1982** Data de Nascimento: **27/01/1967**
Filiação Materna: **MARIA JULIETA DE ARAUJO RODRIGUE**
Estado Civil: **Casado(a)**

**Dados do Cônjuge/Companheiro(a)**

Estrangeiro: **Não** CPF: **553.017.541-49**
Nome: **BEATRIZ DO PRADO RODRIGUES**
Carteira de Identidade: **1215183** Órgão Expedidor: **SSPDF**
Data de Expedição: **17/02/2004**

CEP: **70.365-050**
Endereço: **QUADRA SQS 312 BLOCO E, SN - APTO 605 - ASA SUL**
Município / UF: **BRASÍLIA / Distrito Federal**
Telefone: **(61) 00000000**
Email: **wilame.rodrigues@zerum.com**

## Linhas de Fornecimento

**Serviços**

**24970 - Serviços de Tecnologia da Informação e Apoio Técnico de Atividades de Informática**

**27480 - Licenciamento de Direitos de Produção, Distribuição ou Comercialização de Programas de Computador**

**27499 - Licenciamento de Outros Direitos Permanentes sobre Programasde Computador**

**VOCÊ ESTÁ AQUI:** INÍCIO » **BUSCA**

# Resultado da busca

23870018000140

## 0 resultados encontrados para 23870018000140

**FILTROS APLICADOS**

Utilize as categorias abaixo para refinar o resultado da busca

- ☐ Despesas
- ☐ Documentos
- ☐ Viagens
- ☐ Receitas públicas
- ☐ Servidores
- ☐ Imóveis Funcionais
- ☑ Sanções

  - ☑ CEIS
  - ☑ CNEP
  - ☑ CEPIM
  - ☑ CEAF
  - ☑ Acordos de leniência

- ☐ Benefícios
- ☐ Órgãos / entidades
- ☐ Pessoas físicas e jurídicas
- ☐ Estados e municípios
- ☐ Conteúdo Portal
- ☐ Rede de Transparência
- ☐ Relatórios de auditoria



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

# Certidão Negativa

**Certifico que nesta data (14/10/2019 às 15:17) não consta registro no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça, quanto ao CNPJ nº 23.870.018/0001-40.**

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço: http://www.cnj.jus.br através do número de controle: 5DA4.BBB8.0A28.D048

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

# CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA (MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 23.870.018/0001-40
Certidão nº: 186356049/2019
Expedição: 14/10/2019, às 15:18:22
Validade: 10/04/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **23.870.018/0001-40**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

**INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

**CERTIDÃO NEGATIVA**

**DE**

**LICITANTES INIDÔNEOS**

Nome completo: **ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA**

CPF/CNPJ: **23.870.018/0001-40**

**O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).**

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 15:18:48 do dia 14/10/2019, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INIDONEO:VERIFICA

Código de controle da certidão: ABWY141019151848

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Brasília, 14 de outubro de 2019.

**Ao**
***CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ***

***EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2019***

*Data: 14 /10 / 2019*
*Horário: 14:00 horas (HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF)*
*Endereço: http://www.comprasgovernamentais.gov.br*
*E-mail: cpl@cnj.jus.br*

**Ref: Proposta Comercial**

Prezados Senhores,

Apresentamos a V.Sª, nossa proposta para aquisição de solução de inteligência cibernética incluindo equipamentos, manutenção e conservação, suporte técnico especializado, instalação personalizada e treinamento, observadas as condições e especificações estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

**IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE**

ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA
CNPJ: 23.870.018/0001-40
I.E: 07.748.534/001-03
Endereço: SHS QUADRA 06 - CONJ A - BLOCO A SALA 202 - ED. BRASIL 21
CEP: 70.316-102 - BRASÍLIA – DF
Fone: (61) 3044-4702
E-mail: partners@zerum.com

**RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO**

Geovana Fernanda Fernandes Contaefer
CPF nº.: 725.822.191-34 RG.: 2017041 SSP/DF
Procuração em anexo.

**Dados Bancários:**

Conta Corrente Banco do Brasil (001)
Endereço: Shcs Cr Qd 516 Bloco B Lojas 71/79 Térreo Subsolo E 1 Andar – Asa Sul
Brasilia /DF CEP:70381-525
Agencia: 3478-9
Conta Nº: 552555-1
Praça de Pagamento: Brasília

A **ZERUM** declara que estão inclusas no valor cotado todas as despesas com mão-de-obra e, bem como, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais e, ainda, os gastos com transporte.

**PROPOSTA COMERCIAL**
**CONFORME ANEXO II DO EDITAL**

| Grupo | Item | Descrição | Unidade | Qnt | Valor Unitário | Valor Total |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 1 | Equipamentos de inteligência cibernética, de acordo com o item 5.1 | Conjunto | 1 | 650.000,00 | 650.000,00 |
| | 2 | Manutenção e conservação, de acordo com o item 5.2 | Mês | 20 | 19.950,00 | 399.000,00 |
| | 3 | Suporte Técnico especializado, de acordo com o item 5.3 | Mês | 20 | 4.950,00 | 99.000,00 |
| | 4 | Instalação personalizada, de acordo com o item 5.4 | Conjunto | 1 | 84.500,00 | 84.500,00 |
| | 5 | Treinamento, de acordo com o item 5.5 | Instruendo | 3 | 6.683,00 | 20.049,00 |
| **VALOR TOTAL AJUSTADO AO PE 36/2019** | | | | | | **1.252.549,00** |

**Total Geral da Proposta: R$1.252.549,00**
**(Um milhão duzentos e cinquenta e dois mil e quinhentos e quarenta e nove reais)**

*Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens na forma e condições previstas no edital e seus anexos.*

**ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DA SOLUÇÃO**
**CONFORME ANEXO I-E DO EDITAL**

**Anexo A (Technical Paper).**

| PLANILHA DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS TÉCNICOS<br>ANEXO I-E | | | |
|---|---|---|---|
| **MARCA: Zerum** | | | |
| **MODELO: Zerum Lynx Appliance** | | | |
| **FABRICANTE: Zerum** | | | |
| **ITEM** | **DOCUMENTO** | **PÁGINA** | **LOCALIZAÇÃO** |
| **5.1.1 ITEM 1** | Technical Paper | 2 | Linha 2 |
| **5.1.2** | Technical Paper | 4 | Seção “Hardware” |
| **5.1.3** | Technical Paper | 4 | Seção “Hardware” |
| **5.1.4** | Technical Paper | 4 | Seção “Hardware” |
| **5.1.5** | Technical Paper | 2 | Seção “Coleta, tratamento e armazenamento de dados” |
| **5.1.6** | Technical Paper | 4 | Seção “Placas aceleradoras de captura” |
| **5.1.7** | Technical Paper | 2 e 3 | Seção “Interface Web HTTP/S” |
| **5.1.8** | Technical Paper | 2 e 3 | Seção “Interface Web HTTP/S” |
| **5.1.9** | Technical Paper | 2 e 3 | Seção “Interface Web HTTP/S” |
| **5.1.10** | Technical Paper | 2 e 3 | Seção “Interface Web HTTP/S” |
| **5.1.11** | Technical Paper | 2 e 3 | Seção “Interface Web HTTP/S” |
| **5.1.12** | Technical Paper | 3 | Seção “Alarmes” |
| **5.1.13** | Technical Paper | 2 e 3 | Seção “Interface Web HTTP/S” |
| **5.1.14** | Technical Paper | 2 e 3 | Seção “Interface Web HTTP/S” |

| | | | |
|---|---|---|---|
| **5.1.15** | Technical Paper | 2 | Seção “Coleta, tratamento e armazenamento de dados” |
| **5.1.16** | Technical Paper | 2 e 3 | Seção “Interface Web HTTP/S” |
| **5.1.17** | Technical Paper | 2 e 3 | Seções “Interface Web HTTP/S” e “Alarmes” |
| **5.1.18** | Technical Paper | 2 e 4 | Seção “Coleta, tratamento e armazenamento de dados” e “Hardware” |
| **5.1.19** | Technical Paper | 2 | Seção “Coleta, tratamento e armazenamento de dados” |
| **5.1.20** | Technical Paper | 3 | Seção “Alarmes” |
| **5.1.21** | Technical Paper | 2 | Seção “Coleta, tratamento e armazenamento de dados” |
| **5.1.22** | Technical Paper | 2 | Seção “Coleta, tratamento e armazenamento de dados” |
| **5.1.23** | Technical Paper | 4 | Seção “Threat Intelligence e enriquecimento de dados” |
| **5.1.24** | Technical Paper | 3 | Seção “Análise Forense" |
| **5.1.25** | Technical Paper | 2 / 3 | Seção “Coleta, tratamento e armazenamento de dados” e “Análise Forense" |
| **5.1.26** | Technical Paper | 2 | Seção “Análise Forense” |
| **5.1.27** | Technical Paper | 2 | Seção “Análise Forense” |
| **5.1.28** | Technical Paper | 2 | Seção “Coleta, tratamento e armazenamento de dados” |
| **5.1.29** | Technical Paper | 4 | Seção “Hardware” |
| **5.1.30** | Technical Paper | 2 | Seção “Coleta, tratamento e armazenamento de dados” |
| **5.1.31** | Technical Paper | 2 | Seção “Coleta, tratamento e armazenamento de dados” |
| **5.1.32** | Technical Paper | 2 | Seção “Coleta, tratamento e armazenamento de dados” |
| **5.1.33** | Technical Paper | 2 e 3 | Seção “Interface Web HTTP/S” |
| **5.1.34** | Technical Paper | 3 | Seção “Alarmes” |
| **5.1.35** | Technical Paper | 2 | Seção “Análise Forense” |
| **5.1.36** | Technical Paper | 4 | Seção “Threat Intelligence e enriquecimento de dados” |
| **5.1.37** | Technical Paper | 3 | Seção “Alarmes” |

| | | | |
|---|---|---|---|
| **5.1.38** | Technical Paper | 3 | Seção “Coleta, tratamento e armazenamento de dados” |
| **5.1.39** | Technical Paper | 2 | Seção “Coleta, tratamento e armazenamento de dados” |
| **5.1.40** | Technical Paper | 2 | Seção “Coleta, tratamento e armazenamento de dados” |
| **5.1.41** | Technical Paper | 4 | Seção “Threat Intelligence e enriquecimento de dados” |
| **5.2 ITEM 2** | De acordo com o edital e seus anexos | 42 | manutenção e conservação de todos os equipamentos deverá ser prestada, com supervisão e autorização do fabricante da solução, sob demanda, de forma ininterrupta, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive feriados. |
| **5.3 ITEM 3** | De acordo com o edital e seus anexos | 43 | A solução possuirá suporte técnico com atendimento remoto/presencial para solução de quaisquer problemas que impeçam o funcionamento adequado da solução; |
| **5.4 ITEM 4** | De acordo com o edital e seus anexos | 44 | A solução será instalada, preferencialmente, nas dependências do CNJ |
| **5.5 ITEM 5** | De acordo com o edital e seus anexos | 45 | Será fornecido treinamento oficial, com carga horária mínima de 40 horas semanais, abarcando o conteúdo necessário para a perfeita compreensão e operação de todos os requisitos da solução. |

## 1. Descritivo da Solução

### 1.1. ITEM 1: Equipamentos de inteligência cibernética

1.1.1. A solução será composta por equipamentos do tipo appliance (hardware e firmware/software), homologado pelo fabricante, capazes de prover de maneira integrada a análise forense de pacotes de tráfego de rede bem como ventos/logs/flows.

1.1.2. A solução será capaz de reter, por pelo menos 15 (quinze) dias, informações de dados brutos de pacotes, considerando um volume médio de tráfego de rede de 250 Mbps.

1.1.3. A solução será capaz de reter, por pelo menos 6 (seis) meses, informações de dados brutos de eventos/logs/flows, considerando um valor de 30GB/dia e de 3.000 flows/s.

1.1.4. A solução será capaz de reter. Informações de metadados de pacotes e eventos/logs/flows por pelo menos 12 (doze) meses.

1.1.5. A solução será capaz de, ao final de cada período de retenção informado nos itens. 5.1.2, 5.1.3 e 5.1.4, proceder a compactação e o arquivamento das informações de dados e metadados em área de armazenamento CIFS/NFS disponibilizada pelo CNJ.

1.1.6. Os equipamentos possuirão, no mínimo, 02 (duas) interfaces de rede 10GB e 02 (duas) interfaces 1GB, sendo as interfaces 10GB do tipo SFP+.

1.1.7. A solução permitirá a administração, configuração, investigação, análise e resposta, de forma centralizada e em uma única console, dos recursos para captura de pacotes e eventos/logs/flows.

1.1.8. A console será acessada via protocolos web (http;https), mandatoriamente a partir de qualquer navegador, sem a necessidade de instalação de plug-ins ou recursos adicionais.

1.1.9. A solução permitirá, via console, a configuração de papéis /perfis de acesso ao conteúdo de dados e metadados de pacotes e eventos/logs/flows, auditoria de operação e administração da solução, além de se integrar com os recursos de autenticação e autorização disponíveis no CNJ, suportando no mínimo, Active Directory (Microsoft) e Pluggable Authentication Module (PAM).

1.1.10. A solução possuirá, via console, relatórios de captura de pacotes e eventos/logs/flows pré-configurados, além de permitir a criação e customização de outros tipos de relatórios, sendo a geração de forma manual e/ou automática, com o recurso de envio desses relatórios por email.

1.1.11. A solução permitirá a investigação e a análise de incidentes de segurança da informação a partir de dados provenientes da captura de pacotes e eventos/logs/flows, relacionando-os de tal forma que a partir da captura de pacotes seja possível visualizar os eventos/logs relacionados a mesma e vice-versa, tudo através da console.

1.1.12. A solução possuirá regras pré-configuradas de captura de pacotes e eventos/logs para a geração de alertas de ameaças cibernéticas de forma automática, além de permitir a criação e customização, via console, de novas regras de alertas, com o recurso de envio desses alertas por e-mail.

1.1.13. A solução será capaz de criar e configurar painéis contendo informações relevantes referentes a captura de pacotes e eventos/logs/flows, de forma centralizada e em uma única console.

1.1.14. A solução permitirá buscas, via console, utilizando filtros, expressões regulares e palavras-chave em todo o conteúdo de dados/metadados armazenados, seja ele pacotes ou eventos/logs/flows.

1.1.15. A solução será capaz de gerenciar, via console, as informações de dados/metadados de pacotes e eventos/logs/flows arquivados em área de armazenamento disponibilizado pelo CNJ, podendo resgatar quaisquer informações em períodos a serem especificados pela equipe de tratamento de incidentes de rede do CNJ (ETIR-CNJ), para fins de realização de novas investigações.

1.1.16. A solução será capaz de visualizar, via console, as informações de saúde e desempenho de todo o ambiente da solução, incluído softwares e equipamentos.

1.1.17. A solução possuirá, via console, um ambiente que ofereça um mecanismo de testes (debug), visando à redução de erros de lógica e sintaxe na criação e customização de regras.

1.1.18. A solução será capaz de capturar, processar e armazenar todos os pacotes (IPv4 e IPv6) de um ou mais segmentos de rede, no seu formato bruto e de forma

passiva, sem introduzir latência nos segmentos de rede inspecionados e sem perda de pacotes.

1.1.19. A solução será capaz de criar, armazenar e indexar uma estrutura otimizada de dados (metadados) proveniente dos pacotes capturados em formato bruto, extraindo informações comuns a todos eles.

1.1.20. A solução possuirá mecanismos computacionais capazes de identificar tráfego anômalo e/ou malicioso, gerando alertas tanto no console quanto os enviando por e-mail.

1.1.21. A solução possuirá capacidade de remontar sessões, em diversos protocolos (FTP, HTTP, HTTPS, IMAP, MAIL (RFC822), NETBIOS, POP3, RDP, SIP, SMB, SMTP, SNMP, SSH, DNS, TORRENT), com base nos pacotes armazenados.

1.1.22. A solução permitirá a análise de dados na camada de aplicação do modelo TCP/IP, a partir de parâmetros pré-definidos e/ou customizados.

1.1.23. A solução será capaz de consultar, em periodicidade a ser determinada pela Equipe de Tratamento de Incidentes de Rede do CNJ (ETIR-CNJ), bases de conhecimento e inteligência de ameaças, tanto em fontes abertas quanto fechadas, de forma a alimentar seus mecanismos com identificação de tráfego anômalo e/ou malicioso.

1.1.24. A solução será capaz de possuir mecanismos que assegurem que os pacotes capturados não sofreram violação de integridade e sigilo.

1.1.25. A solução será capaz de exportar e importar arquivos contendo pacotes de tráfego de rede em seu formato bruto, com possibilidade de gerar e verificar a informação de integridade desses arquivos.

1.1.26. A solução será capaz de permitir o download de arquivos presentes em qualquer sessão de tráfego de pacotes de rede.

1.1.27. A solução será capaz de identificar a troca de extensão de arquivos em qualquer sessão de tráfego de pacotes de rede.

1.1.28. A solução possuirá a capacidade de identificação de protocolo pelo conteúdo das sessões de tráfego de pacotes de rede, independente da porta utilizada de comunicação.

1.1.29. A solução possuirá capacidade nativa de descriptografar uma sessão de rede criptografada em qualquer protocolo da camada de aplicação da pilha TCP/IP, tendo conhecimento da chave privada de criptografia utilizada na transmissão, sem requerer o uso de soluções externas.

1.1.30. A solução será capaz de capturar, processar e armazenar os eventos/logs/flows nativos, de todos os ativos de informação inventariados no CNJ, em seu formato bruto, de forma passiva (SYSLOG, SNMP, Microsoft Windows Event Logging API, etc) e sem a necessidade de utilizar um formato pré-definido.

1.1.31. A solução possuirá agente de coleta capaz de capturar as informações e enviar para a solução, no caso de os ativos de informação não suportar nenhum método de envio de eventos/logs/flows.

1.1.32. A solução será capaz de criar, armazenar e indexar uma estrutura otimizada de dados (metadados) proveniente dos eventos/logs em formato bruto, extraindo informações comuns a todos eles.

1.1.33. A solução será capaz de realizar o correlacionamento de eventos/logs em tempo real.

1.1.34. A solução possuirá mecanismos computacionais capazes de identificar potenciais problemas ou comportamentos anômalos, baseado em múltiplos eventos/logs, gerando alertas tanto no console centralizado quanto os enviando por e-mail.
1.1.35. A solução será capaz de possuir mecanismos que assegurem que os eventos/logs/flows capturados não sofreram violação de integridade.
1.1.36. A solução será capaz de permitir que os eventos/logs sejam enriquecidos com informações adicionais a estrutura otimizada de dados (metadados), a serem definidas pela Equipe de Tratamento de Incidentes de Redes do CNJ (ETIR-CNJ).
1.1.37. A solução será capaz de gerar alertas, via e-mail ou console, caso algum ativo de informação monitorado pare de enviar eventos/logs/flows.
1.1.38. A solução suportará o recebimento de eventos/logs no formato Common Event Format (CEF).
1.1.39. A solução suportará o recebimento de eventos/logs oriundos de um relay de syslog.
1.1.40. A solução será capaz de exportar arquivos de eventos/logs em seu formato bruto, com possibilidade de gerar e verificar a informação de integridade desses arquivos.
1.1.41. A solução será capaz de consultar, em periodicidade a ser determinada pela equipe de tratamento de incidentes de rede do CNJ (ETIR-CNJ), bases de conhecimento e inteligência de ameaças tanto em fontes abertas quanto fechadas, de forma a alimentar seus mecanismos, baseado em múltiplos eventos/logs, com identificação de potenciais problemas ou comportamentos anômalos.

## 1.2. ITEM 2: Manutenção e conservação

1.2.1. A manutenção e conservação de todos os equipamentos será prestada, com supervisão e autorização do fabricante da solução, sob demanda, de forma ininterrupta, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive feriados.
1.2.2. As peças/equipamentos substituídos bem como as versões de firmware/software instaladas estarão de acordo com os termos de garantia limitada da fabricante.
1.1.1. Os níveis de severidade e prazos de atendimento das ocorrências serão classificados conforme tabela abaixo:

| Severidade | Descrição | Prazo para solução |
|---|---|---|
| Alta | Ocorrências que fazem com que o(s) equipamento(s) esteja(m) indisponível(eis) para uso. | 8 (oito) horas, contadas a partir do registro da ocorrência, caso não seja necessária reposição de peças/equipamentos ou caso haja necessidade de reposição de peças/equipamentos, o tempo máximo será de 24 (vinte e quatro) horas para solução definitiva. |
| Média | Ocorrências que afetam o funcionamento adequado do(s) equipamento(s), mas que não chegam a causar sua(s) indisponibilidade(s). | 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir do registro da ocorrência, caso não seja necessária reposição de peças/equipamentos ou caso haja necessidade de reposição de peças/equipamentos, o tempo máximo será de 48 (quarenta e oito) horas para solução definitiva. |
| Baixa | Ocorrências que não afetam o desempenho ou a disponibilidade do(s) equipamento(s). | 5(cinco) dias úteis para solução definitiva. |

***Tabela 5-*** *Níveis de severidade e prazos de atendimento*

## 1.3. ITEM 3: Suporte Técnico Especializado

1.3.1. A solução possuirá suporte técnico com atendimento remoto/presencial para solução de quaisquer problemas que impeçam o funcionamento adequado da solução;

1.1.2. Existirá mecanismo adequado para abertura e acompanhamento de chamados de suporte técnico durante a garantia, 24 h por dia, 7 dias por semana;

1.1.3. Os chamados de suporte técnico durante a garantia terão seu atendimento iniciado no prazo máximo de 2 h, após sua abertura.

1.1.4. Os níveis de severidade e prazos de atendimento das ocorrências serão classificados conforme tabela abaixo:

| Severidade | Descrição | Prazo para solução |
|---|---|---|
| Alta | Ocorrências que fazem com que o(s) equipamento(s) esteja(m) indisponível(eis) para uso. | 8 (oito) horas, contadas a partir do registro da ocorrência para solução definitiva. |
| Média | Ocorrências que afetam o funcionamento adequado do(s) equipamento(s), mas que não chegam a causar sua(s) indisponibilidade(s). | 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir do registro da ocorrência para solução definitiva. |
| Baixa | Ocorrências que não afetam o desempenho ou a disponibilidade do(s) equipamento(s). | 5(cinco) dias úteis para solução definitiva. |

***Tabela 6-*** *Níveis de severidade e prazos de atendimento*

1.1.5. Entende-se por solução definitiva aquela que atenda as expectativas definidas nos níveis de criticidade.

1.1.6. Caso a solução apresentada pela contratada não atenda as expectativas definidas nos níveis de severidade ou não seja definitiva, o chamado técnico será reaberto pelo Gestor do Contrato/Fiscal Técnico, e o prazo de atendimento continuará a contar a partir de sua interrupção para fins de aplicação de penalidades.

1.1.7. O CNJ reserva-se o direito de proceder quaisquer configurações ou, instalações, desde que tal iniciativa não implique em danos lógicos à solução, sem que isto possa ser usado como pretexto pela contratada para se desobrigar do suporte técnico presencial.

### 1.4. ITEM 5: Instalação Personalizada

1.4.1. A solução será instalada, preferencialmente, nas dependências do CNJ
1.4.2. A solução será configurada para receber flow de pelo menos 02 (dois) dispositivos de rede apontados pela Equipe de Tratamento de Incidentes de Rede do CNJ (ETIR-CNJ);
1.4.3. A solução será configurada para receber informações de eventos/logs de pelo 10 (dez) dispositivos apontados pela Equipe de Tratamento de Incidentes de Rede do CNJ (ETIRCNJ);
1.4.4. A solução será configurada para receber informações de tráfego de pacotes de pelo menos 2 (dois) segmentos de rede apontados pela Equipe de Tratamento de Incidentes de Rede do CNJ (ETIR-CNJ);
1.4.5. Será apresentada documentação técnica detalhada contendo todas informações referentes a instalação e a configuração de todos os itens da solução.

### 1.5. ITEM 5: Treinamento

1.5.1. Será fornecido treinamento oficial, com carga horária mínima de 40 horas semanais, abarcando o conteúdo necessário para a perfeita compreensão e operação de todos os requisitos da solução.
1.5.2. O treinamento será fornecido para 3 servidores, detentores de cargos efetivos, do CNJ.
1.5.3. Ao final do treinamento, será fornecido um certificado de conclusão, contendo as seguintes informações mínimas: nome do curso, nome do instruendo, carga horária total e ementa do treinamento;
1.5.4. A Contratada deverá aplicar o Formulário de Avaliação, conforme modelo constante no Anexo B deste Termo de Referência;
1.5.4.1. No questionário, será utilizada escala de até 5 (cinco) pontos para cada quesito. No mínimo 70% dos participantes deverão atribuir grau igual ou superior a 3 (três), para o item avaliado ser considerado proveitoso;
1.5.4.2. O resultado da Avaliação será utilizado como critério de aceitação do treinamento, devendo ser considerado pela amostra de participantes como "proveitoso" para no mínimo 70% (setenta por cento) dos itens avaliados;
1.5.4.3. Caso o resultado da Avaliação de Instrutor seja considerado "não proveitoso", o treinamento fornecido será considerado não aceito.
1.5.5. Na hipótese de não aceitação, a Contratada deve oferecer outro treinamento, com a mesma carga horária, com outro instrutor, sem qualquer ônus para o CNJ.
1.5.6. O novo treinamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da não aceitação do CNJ, considerando-se os critérios estabelecidos;
1.5.7. Na hipótese de o resultado do segundo treinamento ser "não proveitoso", o objeto será considerado não aceito, caracterizando inexecução total da obrigação, aplicando-se as sanções previstas contratualmente.

## 2. Local e Execução dos Serviços

- SEPN Quadra 514 Norte, Lote 9, Bloco B, localizado em Brasília.

## 3. Manutenção

- Visando fornecer manutenção corretiva, a ZERUM, coloca à disposição do CNJ número de telefone local para abertura de chamados (61) 3044-4702 (Denis Abreu ou Heiner Ramos) email: suporte@zerum.com, para efetuar o registro das ocorrências de problemas com os equipamentos.
- Será respeitado o tempo de atendimento de acordo com a severidade do atendimento.

## 4. Declaramos que:

- Até a presente data inexistem fatos impeditivos, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- Nos preços propostos já estão inclusos todos os equipamentos, softwares, serviços, impostos, taxas, frete e custos diretos e indiretos necessários à perfeita entrega dos produtos.
- Concordamos e atendemos com todos os itens do Edital, seu Termo de Referência e seus anexos.
- Os itens e seus acessórios serão novos e de primeiro uso.
- De acordo com o dispositivo no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, declaramos que não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos.

**Validade dessa Proposta: 60 (sessenta) dias.**

Atenciosamente,

Brasília/DF, 14 de outubro de 2019.



_____

ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA
CNPJ: 23.870.018/0001-40

## ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DA SOLUÇÃO CONFORME ANEXO I-E DO EDITAL

**Anexo A (Technical Paper).**

| PLANILHA DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS TÉCNICOS ANEXO I-E | | | |
|---|---|---|---|
| **MARCA: Zerum** | | | |
| **MODELO: Zerum Lynx Appliance** | | | |
| **FABRICANTE: Zerum** | | | |
| **ITEM** | **DOCUMENTO** | **PÁGINA** | **LOCALIZAÇÃO** |
| **5.1.1 ITEM 1** | Technical Paper | 2 | Linha 2 |
| **5.1.2** | Technical Paper | 4 | Seção "Hardware" |
| **5.1.3** | Technical Paper | 4 | Seção "Hardware" |
| **5.1.4** | Technical Paper | 4 | Seção "Hardware" |
| **5.1.5** | Technical Paper | 2 | Seção "Coleta, tratamento e armazenamento de dados" |
| **5.1.6** | Technical Paper | 4 | Seção "Placas aceleradoras de captura" |
| **5.1.7** | Technical Paper | 2 e 3 | Seção "Interface Web HTTP/S" |
| **5.1.8** | Technical Paper | 2 e 3 | Seção "Interface Web HTTP/S" |
| **5.1.9** | Technical Paper | 2 e 3 | Seção "Interface Web HTTP/S" |
| **5.1.10** | Technical Paper | 2 e 3 | Seção "Interface Web HTTP/S" |
| **5.1.11** | Technical Paper | 2 e 3 | Seção "Interface Web HTTP/S" |
| **5.1.12** | Technical Paper | 3 | Seção "Alarmes" |
| **5.1.13** | Technical Paper | 2 e 3 | Seção "Interface Web HTTP/S" |
| **5.1.14** | Technical Paper | 2 e 3 | Seção "Interface Web HTTP/S" |

| | | | |
|---|---|---|---|
| **5.1.15** | Technical Paper | 2 | Seção "Coleta, tratamento e armazenamento de dados" |
| **5.1.16** | Technical Paper | 2 e 3 | Seção "Interface Web HTTP/S" |
| **5.1.17** | Technical Paper | 2 e 3 | Seções "Interface Web HTTP/S" e "Alarmes" |
| **5.1.18** | Technical Paper | 2 e 4 | Seção "Coleta, tratamento e armazenamento de dados" e "Hardware" |
| **5.1.19** | Technical Paper | 2 | Seção "Coleta, tratamento e armazenamento de dados" |
| **5.1.20** | Technical Paper | 3 | Seção "Alarmes" |
| **5.1.21** | Technical Paper | 2 | Seção "Coleta, tratamento e armazenamento de dados" |
| **5.1.22** | Technical Paper | 2 | Seção "Coleta, tratamento e armazenamento de dados" |
| **5.1.23** | Technical Paper | 4 | Seção "Threat Intelligence e enriquecimento de dados" |
| **5.1.24** | Technical Paper | 3 | Seção "Análise Forense" |
| **5.1.25** | Technical Paper | 2 / 3 | Seção "Coleta, tratamento e armazenamento de dados" e "Análise Forense" |
| **5.1.26** | Technical Paper | 2 | Seção "Análise Forense" |
| **5.1.27** | Technical Paper | 2 | Seção "Análise Forense" |
| **5.1.28** | Technical Paper | 2 | Seção "Coleta, tratamento e armazenamento de dados" |
| **5.1.29** | Technical Paper | 4 | Seção "Hardware" |
| **5.1.30** | Technical Paper | 2 | Seção "Coleta, tratamento e armazenamento de dados" |
| **5.1.31** | Technical Paper | 2 | Seção "Coleta, tratamento e armazenamento de dados" |
| **5.1.32** | Technical Paper | 2 | Seção "Coleta, tratamento e armazenamento de dados" |
| **5.1.33** | Technical Paper | 2 e 3 | Seção "Interface Web HTTP/S" |
| **5.1.34** | Technical Paper | 3 | Seção "Alarmes" |
| **5.1.35** | Technical Paper | 2 | Seção "Análise Forense" |
| **5.1.36** | Technical Paper | 4 | Seção "Threat Intelligence e enriquecimento de dados" |
| **5.1.37** | Technical Paper | 3 | Seção "Alarmes" |

| | | | |
|---|---|---|---|
| **5.1.38** | Technical Paper | 3 | Seção "Coleta, tratamento e armazenamento de dados" |
| **5.1.39** | Technical Paper | 2 | Seção "Coleta, tratamento e armazenamento de dados" |
| **5.1.40** | Technical Paper | 2 | Seção "Coleta, tratamento e armazenamento de dados" |
| **5.1.41** | Technical Paper | 4 | Seção "Threat Intelligence e enriquecimento de dados" |
| **5.2 ITEM 2** | De acordo com o edital e seus anexos | 42 | manutenção e conservação de todos os equipamentos deverá ser prestada, com supervisão e autorização do fabricante da solução, sob demanda, de forma ininterrupta, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive feriados. |
| **5.3 ITEM 3** | De acordo com o edital e seus anexos | 43 | A solução possuirá suporte técnico com atendimento remoto/presencial para solução de quaisquer problemas que impeçam o funcionamento adequado da solução; |
| **5.4 ITEM 4** | De acordo com o edital e seus anexos | 44 | A solução será instalada, preferencialmente, nas dependências do CNJ |
| **5.5 ITEM 5** | De acordo com o edital e seus anexos | 45 | Será fornecido treinamento oficial, com carga horária mínima de 40 horas semanais, abarcando o conteúdo necessário para a perfeita compreensão e operação de todos os requisitos da solução. |

## 1. Descritivo da Solução

### 1.1. ITEM 1: Equipamentos de inteligência cibernética

1.1.1. A solução será composta por equipamentos do tipo appliance (hardware e firmware/software), homologado pelo fabricante, capazes de prover de maneira integrada a análise forense de pacotes de tráfego de rede bem como ventos/logs/flows.

1.1.2. A solução será capaz de reter, por pelo menos 15 (quinze) dias, informações de dados brutos de pacotes, considerando um volume médio de tráfego de rede de 250 Mbps.

1.1.3. A solução será capaz de reter, por pelo menos 6 (seis) meses, informações de dados brutos de eventos/logs/flows, considerando um valor de 30GB/dia e de 3.000 flows/s.

1.1.4. A solução será capaz de reter. Informações de metadados de pacotes e eventos/logs/flows por pelo menos 12 (doze) meses.

1.1.5. A solução será capaz de, ao final de cada período de retenção informado nos itens. 5.1.2, 5.1.3 e 5.1.4, proceder a compactação e o arquivamento das informações de dados e metadados em área de armazenamento CIFS/NFS disponibilizada pelo CNJ.

1.1.6. Os equipamentos possuirão, no mínimo, 02 (duas) interfaces de rede 10GB e 02 (duas) interfaces 1GB, sendo as interfaces 10GB do tipo SFP+.

1.1.7. A solução permitirá a administração, configuração, investigação, análise e resposta, de forma centralizada e em uma única console, dos recursos para captura de pacotes e eventos/logs/flows.

1.1.8. A console será acessada via protocolos web (http;https), mandatoriamente a partir de qualquer navegador, sem a necessidade de instalação de plug-ins ou recursos adicionais.

1.1.9. A solução permitirá, via console, a configuração de papéis /perfis de acesso ao conteúdo de dados e metadados de pacotes e eventos/logs/flows, auditoria de operação e administração da solução, além de se integrar com os recursos de autenticação e autorização disponíveis no CNJ, suportando no mínimo, Active Directory (Microsoft) e Pluggable Authentication Module (PAM).

1.1.10. A solução possuirá, via console, relatórios de captura de pacotes e eventos/logs/flows pré-configurados, além de permitir a criação e customização de outros tipos de relatórios, sendo a geração de forma manual e/ou automática, com o recurso de envio desses relatórios por email.

1.1.11. A solução permitirá a investigação e a análise de incidentes de segurança da informação a partir de dados provenientes da captura de pacotes e eventos/logs/flows, relacionando-os de tal forma que a partir da captura de pacotes seja possível visualizar os eventos/logs relacionados a mesma e vice-versa, tudo através da console.

1.1.12. A solução possuirá regras pré-configuradas de captura de pacotes e eventos/logs para a geração de alertas de ameaças cibernéticas de forma automática, além de permitir a criação e customização, via console, de novas regras de alertas, com o recurso de envio desses alertas por e-mail.

1.1.13. A solução será capaz de criar e configurar painéis contendo informações relevantes referentes a captura de pacotes e eventos/logs/flows, de forma centralizada e em uma única console.

1.1.14. A solução permitirá buscas, via console, utilizando filtros, expressões regulares e palavras-chave em todo o conteúdo de dados/metadados armazenados, seja ele pacotes ou eventos/logs/flows.

1.1.15. A solução será capaz de gerenciar, via console, as informações de dados/metadados de pacotes e eventos/logs/flows arquivados em área de armazenamento disponibilizado pelo CNJ, podendo resgatar quaisquer informações em períodos a serem especificados pela equipe de tratamento de incidentes de rede do CNJ (ETIR-CNJ), para fins de realização de novas investigações.

1.1.16. A solução será capaz de visualizar, via console, as informações de saúde e desempenho de todo o ambiente da solução, incluído softwares e equipamentos.

1.1.17. A solução possuirá, via console, um ambiente que ofereça um mecanismo de testes (debug), visando à redução de erros de lógica e sintaxe na criação e customização de regras.

1.1.18. A solução será capaz de capturar, processar e armazenar todos os pacotes (IPv4 e IPv6) de um ou mais segmentos de rede, no seu formato bruto e de forma

passiva, sem introduzir latência nos segmentos de rede inspecionados e sem perda de pacotes.

1.1.19. A solução será capaz de criar, armazenar e indexar uma estrutura otimizada de dados (metadados) proveniente dos pacotes capturados em formato bruto, extraindo informações comuns a todos eles.

1.1.20. A solução possuirá mecanismos computacionais capazes de identificar tráfego anômalo e/ou malicioso, gerando alertas tanto no console quanto os enviando por e-mail.

1.1.21. A solução possuirá capacidade de remontar sessões, em diversos protocolos (FTP, HTTP, HTTPS, IMAP, MAIL (RFC822), NETBIOS, POP3, RDP, SIP, SMB, SMTP, SNMP, SSH, DNS, TORRENT), com base nos pacotes armazenados.

1.1.22. A solução permitirá a análise de dados na camada de aplicação do modelo TCP/IP, a partir de parâmetros pré-definidos e/ou customizados.

1.1.23. A solução será capaz de consultar, em periodicidade a ser determinada pela Equipe de Tratamento de Incidentes de Rede do CNJ (ETIR-CNJ), bases de conhecimento e inteligência de ameaças, tanto em fontes abertas quanto fechadas, de forma a alimentar seus mecanismos com identificação de tráfego anômalo e/ou malicioso.

1.1.24. A solução será capaz de possuir mecanismos que assegurem que os pacotes capturados não sofreram violação de integridade e sigilo.

1.1.25. A solução será capaz de exportar e importar arquivos contendo pacotes de tráfego de rede em seu formato bruto, com possibilidade de gerar e verificar a informação de integridade desses arquivos.

1.1.26. A solução será capaz de permitir o download de arquivos presentes em qualquer sessão de tráfego de pacotes de rede.

1.1.27. A solução será capaz de identificar a troca de extensão de arquivos em qualquer sessão de tráfego de pacotes de rede.

1.1.28. A solução possuirá a capacidade de identificação de protocolo pelo conteúdo das sessões de tráfego de pacotes de rede, independente da porta utilizada de comunicação.

1.1.29. A solução possuirá capacidade nativa de descriptografar uma sessão de rede criptografada em qualquer protocolo da camada de aplicação da pilha TCP/IP, tendo conhecimento da chave privada de criptografia utilizada na transmissão, sem requerer o uso de soluções externas.

1.1.30. A solução será capaz de capturar, processar e armazenar os eventos/logs/flows nativos, de todos os ativos de informação inventariados no CNJ, em seu formato bruto, de forma passiva (SYSLOG, SNMP, Microsoft Windows Event Logging API, etc) e sem a necessidade de utilizar um formato pré-definido.

1.1.31. A solução possuirá agente de coleta capaz de capturar as informações e enviar para a solução, no caso de os ativos de informação não suportar nenhum método de envio de eventos/logs/flows.

1.1.32. A solução será capaz de criar, armazenar e indexar uma estrutura otimizada de dados (metadados) proveniente dos eventos/logs em formato bruto, extraindo informações comuns a todos eles.

1.1.33. A solução será capaz de realizar o correlacionamento de eventos/logs em tempo real.

1.1.34. A solução possuirá mecanismos computacionais capazes de identificar potenciais problemas ou comportamentos anômalos, baseado em múltiplos eventos/logs, gerando alertas tanto no console centralizado quanto os enviando por e-mail.

1.1.35. A solução será capaz de possuir mecanismos que assegurem que os eventos/logs/flows capturados não sofreram violação de integridade.

1.1.36. A solução será capaz de permitir que os eventos/logs sejam enriquecidos com informações adicionais a estrutura otimizada de dados (metadados), a serem definidas pela Equipe de Tratamento de Incidentes de Redes do CNJ (ETIR-CNJ).

1.1.37. A solução será capaz de gerar alertas, via e-mail ou console, caso algum ativo de informação monitorado pare de enviar eventos/logs/flows.

1.1.38. A solução suportará o recebimento de eventos/logs no formato Common Event Format (CEF).

1.1.39. A solução suportará o recebimento de eventos/logs oriundos de um relay de syslog.

1.1.40. A solução será capaz de exportar arquivos de eventos/logs em seu formato bruto, com possibilidade de gerar e verificar a informação de integridade desses arquivos.

1.1.41. A solução será capaz de consultar, em periodicidade a ser determinada pela equipe de tratamento de incidentes de rede do CNJ (ETIR-CNJ), bases de conhecimento e inteligência de ameaças tanto em fontes abertas quanto fechadas, de forma a alimentar seus mecanismos, baseado em múltiplos eventos/logs, com identificação de potenciais problemas ou comportamentos anômalos.

## 1.2. ITEM 2: Manutenção e conservação

1.2.1. A manutenção e conservação de todos os equipamentos será prestada, com supervisão e autorização do fabricante da solução, sob demanda, de forma ininterrupta, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive feriados.

1.2.2. As peças/equipamentos substituídos bem como as versões de firmware/software instaladas estarão de acordo com os termos de garantia limitada da fabricante.

1.1.1. Os níveis de severidade e prazos de atendimento das ocorrências serão classificados conforme tabela abaixo:

| Severidade | Descrição | Prazo para solução |
|---|---|---|
| Alta | Ocorrências que fazem com que o(s) equipamento(s) esteja(m) indisponível(eis) para uso. | 8 (oito) horas, contadas a partir do registro da ocorrência, caso não seja necessária reposição de peças/equipamentos ou caso haja necessidade de reposição de peças/equipamentos, o tempo máximo será de 24 (vinte e quatro) horas para solução definitiva. |
| Média | Ocorrências que afetam o funcionamento adequado do(s) equipamento(s), mas que não chegam a causar sua(s) indisponibilidade(s). | 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir do registro da ocorrência, caso não seja necessária reposição de peças/equipamentos ou caso haja necessidade de reposição de peças/equipamentos, o tempo máximo será de 48 (quarenta e oito) horas para solução definitiva. |
| Baixa | Ocorrências que não afetam o desempenho ou a disponibilidade do(s) equipamento(s). | 5(cinco) dias úteis para solução definitiva. |

*Tabela 5- Níveis de severidade e prazos de atendimento*

## 1.3. ITEM 3: Suporte Técnico Especializado

1.3.1. A solução possuirá suporte técnico com atendimento remoto/presencial para solução de quaisquer problemas que impeçam o funcionamento adequado da solução;

1.1.2. Existirá mecanismo adequado para abertura e acompanhamento de chamados de suporte técnico durante a garantia, 24 h por dia, 7 dias por semana;

1.1.3. Os chamados de suporte técnico durante a garantia terão seu atendimento iniciado no prazo máximo de 2 h, após sua abertura.

1.1.4. Os níveis de severidade e prazos de atendimento das ocorrências serão classificados conforme tabela abaixo:

| Severidade | Descrição | Prazo para solução |
|---|---|---|
| Alta | Ocorrências que fazem com que o(s) equipamento(s) esteja(m) indisponível(eis) para uso. | 8 (oito) horas, contadas a partir do registro da ocorrência para solução definitiva. |
| Média | Ocorrências que afetam o funcionamento adequado do(s) equipamento(s), mas que não chegam a causar sua(s) indisponibilidade(s). | 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir do registro da ocorrência para solução definitiva. |
| Baixa | Ocorrências que não afetam o desempenho ou a disponibilidade do(s) equipamento(s). | 5(cinco) dias úteis para solução definitiva. |

*Tabela 6- Níveis de severidade e prazos de atendimento*

1.1.5. Entende-se por solução definitiva aquela que atenda as expectativas definidas nos níveis de criticidade.

1.1.6. Caso a solução apresentada pela contratada não atenda as expectativas definidas nos níveis de severidade ou não seja definitiva, o chamado técnico será reaberto pelo Gestor do Contrato/Fiscal Técnico, e o prazo de atendimento continuará a contar a partir de sua interrupção para fins de aplicação de penalidades.

1.1.7. O CNJ reserva-se o direito de proceder quaisquer configurações ou, instalações, desde que tal iniciativa não implique em danos lógicos à solução, sem que isto possa ser usado como pretexto pela contratada para se desobrigar do suporte técnico presencial.

## 1.4. ITEM 5: Instalação Personalizada

1.4.1. A solução será instalada, preferencialmente, nas dependências do CNJ

1.4.2. A solução será configurada para receber flow de pelo menos 02 (dois) dispositivos de rede apontados pela Equipe de Tratamento de Incidentes de Rede do CNJ (ETIR-CNJ);

1.4.3. A solução será configurada para receber informações de eventos/logs de pelo 10 (dez) dispositivos apontados pela Equipe de Tratamento de Incidentes de Rede do CNJ (ETIRCNJ);

1.4.4. A solução será configurada para receber informações de tráfego de pacotes de pelo menos 2 (dois) segmentos de rede apontados pela Equipe de Tratamento de Incidentes de Rede do CNJ (ETIR-CNJ);

1.4.5. Será apresentada documentação técnica detalhada contendo todas informações referentes a instalação e a configuração de todos os itens da solução.

## 1.5. ITEM 5: Treinamento

1.5.1. Será fornecido treinamento oficial, com carga horária mínima de 40 horas semanais, abarcando o conteúdo necessário para a perfeita compreensão e operação de todos os requisitos da solução.

1.5.2. O treinamento será fornecido para 3 servidores, detentores de cargos efetivos, do CNJ.

1.5.3. Ao final do treinamento, será fornecido um certificado de conclusão, contendo as seguintes informações mínimas: nome do curso, nome do instruendo, carga horária total e ementa do treinamento;

1.5.4. A Contratada deverá aplicar o Formulário de Avaliação, conforme modelo constante no Anexo B deste Termo de Referência;

1.5.4.1. No questionário, será utilizada escala de até 5 (cinco) pontos para cada quesito. No mínimo 70% dos participantes deverão atribuir grau igual ou superior a 3 (três), para o item avaliado ser considerado proveitoso;

1.5.4.2. O resultado da Avaliação será utilizado como critério de aceitação do treinamento, devendo ser considerado pela amostra de participantes como "proveitoso" para no mínimo 70% (setenta por cento) dos itens avaliados;

1.5.4.3. Caso o resultado da Avaliação de Instrutor seja considerado "não proveitoso", o treinamento fornecido será considerado não aceito.

1.5.5. Na hipótese de não aceitação, a Contratada deve oferecer outro treinamento, com a mesma carga horária, com outro instrutor, sem qualquer ônus para o CNJ.

1.5.6. O novo treinamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da não aceitação do CNJ, considerando-se os critérios estabelecidos;

1.5.7. Na hipótese de o resultado do segundo treinamento ser "não proveitoso", o objeto será considerado não aceito, caracterizando inexecução total da obrigação, aplicando-se as sanções previstas contratualmente.

## 2. Local e Execução dos Serviços

- SEPN Quadra 514 Norte, Lote 9, Bloco B, localizado em Brasília.

## 3. Manutenção

- Visando fornecer manutenção corretiva, a ZERUM, coloca à disposição do CNJ número de telefone local para abertura de chamados (61) 3044-4702 (Denis Abreu ou Heiner Ramos) email: suporte@zerum.com, para efetuar o registro das ocorrências de problemas com os equipamentos.
- Será respeitado o tempo de atendimento de acordo com a severidade do atendimento.

## 4. Declaramos que:

- Até a presente data inexistem fatos impeditivos, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- Nos preços propostos já estão inclusos todos os equipamentos, softwares, serviços, impostos, taxas, frete e custos diretos e indiretos necessários à perfeita entrega dos produtos.
- Concordamos e atendemos com todos os itens do Edital, seu Termo de Referência e seus anexos.
- Os itens e seus acessórios serão novos e de primeiro uso.
- De acordo com o dispositivo no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, declaramos que não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos.

**Validade dessa Proposta: 60 (sessenta) dias.**

Atenciosamente,

Brasília/DF, 14 de outubro de 2019.

ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA
CNPJ: 23.870.018/0001-40

# PROCURAÇÃO

**ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA,** SHS QUADRA 06 - CONJ A - BLOCO A SALA 202 - ED. BRASIL 21 – Asa Sul – Brasília/DF, inscrita no CNPJ sob o nº: 23.870.018/0001-40, neste ato representado pelo sócio Sr. **JOSÉ WILAME ARAÚJO RODRIGUES**, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº 772.749 expedida pela SSP/DF, CPF nº 317.221.131-20, ***constitui seu procurador***, a Sra. **GEOVANA FERNANDA FERNANDES CONTAEFER**, brasileira casada, nascida em 13/12/1982, portadora da carteira de identidade nº 2.017.041 SSP/DF, CPF nº 725.822.191-34; a quem confere poderes para representá-lo no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2019** cujo comprador é o **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ,** podendo representar a outorgante com todos os poderes, para assinar contratos, fazer acordos, participar de pregões eletrônicos ou presenciais, sempre preservando os interesses da empresa.

Brasília/DF, 08 de outubro de 2019.

CARTORIOJK

José Wilame Araújo Rodrigues
CPF: 317.221.131-20
RG: 772.749 SSP/DF



TECHNICAL PAPER

ZERUM™ Lynx



# Tecnologia para evoluir sua segurança

Proteja seu negócio contra ameaças avançadas com tecnologia superior de visibilidade e inteligência.

## Visão geral

O Zerum Lynx™ é a evolução das ferramentas de segurança cibernética. A solução combina visibilidade e inteligência superiores em um produto projetado para **proteger o seu negócio contra os ataques mais avançados** e otimizado ao máximo para acelerar os resultados do projeto.

## Visibilidade superior

O Zerum Lynx provê visibilidade superior para revelar ataques invisíveis para as ferramentas convencionais de segurança.

- Monitore e analise o tráfego de rede, aplicações, bancos de dados e IOT;
- Acelere a investigação com interface intuitiva e flexível de Security Analytics;
- Customize visualizações e dashboards de acordo com cada incidente;
- Encontre informações e evidências rapidamente com busca instantânea;
- Resgate dados históricos para facilitar processos de auditoria.

## Inteligência avançada

Informação sem foco não é inteligência, é ruído. Utilizando um sistema robusto de correlacionamento, o Zerum Lynx™ entende, enriquece e contextualiza os dados coletados, identificando ameaças reais em meio a milhões de transações e eventos.

- Conte com um conjunto embarcado de algoritmos de IA desenvolvidos para detectar as ameaças mais avançadas;
- Tenha integração nativa com fonte de Threat Intelligence líder de mercado;
- Receba alarmes contextualizados que reduzem ruídos e agilizam as análises.

## Resultados acelerados

O Zerum Lynx™ entrega visibilidade e inteligência em uma solução de alta performance, que proporciona agilidade total da implementação à detecção de ataques.

- Plug & Play
- Integrável
- Escalável
- Suporte especializado

# Funcionalidades

O **Zerum Lynx™** é uma solução de Security Analytics e análise forense para processamento de tráfego de rede e eventos de máquina, como logs e flows. É fornecido como appliance (físico ou virtual), integrando hardware, software e firmware para perfeita execução de todas funcionalidades com performance e confiabilidade.

## Funcionalidades avançadas para visibilidade e segurança cibernética

O Zerum Lynx™ unifica diversas funcionalidades avançadas de **coleta, armazenamento e análise forense de dados**, proporcionando visibilidade superior sobre a segurança da sua operação.

### Coleta, tratamento e armazenamento de dados

#### Coleta de tráfego de rede e eventos

Captura de pacotes em tráfego de rede de forma contínua e não-intrusiva, a partir de espelhamento de dados, bem como eventos de máquina (ex.: logs e flows), com extração de metadados em tempo real.

#### Análise de dados da camada de aplicação

Realiza a extração de dados, em camada de aplicação TCP/IP, permitindo análises totalmente customizadas e alertas a partir de assinaturas, comportamento e Threat Intelligence.

#### Extração de metadados

Extrai em tempo real metadados comuns de todos os eventos e tráfego de rede coletado, armazenando e indexando os mesmos para posterior análise.

#### Importação de dados

Permite a importação de eventos, logs, flows ou PCAPs, dentre outros dados.

#### Armazenamento inteligente de logs

Recebe logs no formato original, enriquece, indexa e armazena. Suporte a eventos provenientes de SYSLOG, SNMP, MS Event Logging API, CEF e SNMP, dentre outros.

#### Agentes auxiliares

Possibilita a coleta de dados, métricas e eventos em servidores Windows e Linux com auxílio de agentes.

#### Deep Packet Inspection

Realiza a reconstrução de sessões e o reconhecimento automático de aplicações, mesmo quando utilizam portas diferentes do padrão. Suporte a FTP, POP3, SMTP, IMAP, DNS, HTTP, HTTPS, NTP, NetBIOS, NFS, SNMP, SMB, DHCP, PostgreSQL, MySQL, Torrent, Mining, Telnet, SSH, SIP, LDAP, MsSQL-TDS, Oracle-TNS, SMTP, MAIL, RDP, AJP, dentre outros protocolos.

#### Indexação e busca super-rápida

Indexa e armazena qualquer tipo de evento em texto, inclusive logs, flows e metadados de pacotes. Com isso permite buscas surpreendentemente velozes.

#### Armazenamento em Network Attached Storage CIFS e NFS

Permite a compactação, movimentação e exportação dos dados do sistema para área de armazenamento em servidores e Network Attached Storage CIFS/NFS, com verificação e garantia de integridade dos arquivos. Possibilita ainda o gerenciamento dos dados armazenados, usados na execução de investigações de eventos de segurança.



### Análise forense

#### Interface Web HTTP/S

O Zerum Lynx conta com interface web totalmente em HTML5, intuitiva e de fácil utilização, para execução de investigações de ataques e resposta a incidentes, além de possibilitar a monitoração de saúde, configuração e administração de todo o sistema e appliances de forma unificada, fornecendo:

- Exploração rápida e fácil das informações, com correlação de eventos de diferentes origens e metadados extraídos em tempo real;

- Dashboards nativos, com relatórios de monitoração da rede, captura de pacotes, aplicações, eventos em vários protocolos, flows e logs;
- Criação de visualizações totalmente customizadas e relatórios em dashboards, usando informações de eventos, pacotes e flows presentes no sistema, com opção de compartilhamento por e-mail para outros usuários;
- Buscas e filtros em todo o conteúdo armazenado, permitindo o uso de expressões regulares, palavras-chave e operadores lógicos;
- Busca textual instantânea, realizada sobre todos os metadados que são indexados e armazenados em um sistema NVMe de altíssima performance;
- Correlação, filtragem e download de arquivos PCAP de forma fácil e rápida, possibilitando a extração apenas dos dados necessários para investigação;
- Controle de acesso por perfil de usuário, permitindo a definição de regras para acesso às funcionalidades e dados de todo o sistema, bem como a integração com Active Directory, eDirectory, LDAP e framework PAM (Pluggable authentication modules);
- Investigação facilitada: permite escolher como ponto de partida qualquer fonte de dados e correlacionar facilmente as informações entre todas as fontes de dados;
- Permite a execução de scripts para manipulação, tratamento e transformação dos dados, com verificação automática da sintaxe.

### Fingerprinting

Executa o fingerprinting de endpoints para identificação automática de Sistema operacional e Navegador a partir do tráfego de rede.

### Correlação com nome de usuário

Correlaciona automaticamente o IP do endpoint com o nome e o grupo do usuário.

**Identificação automática do formato e mime-type do arquivo,** independente da extensão informada, permitindo o alerta em caso de suspeita de adulteração.

### Garantia de segurança e sigilo dos dados

Conta com processos e mecanismos internos para assegurar a segurança, integridade e sigilo dos dados capturados.

### Gravação contínua do tráfego de rede

Faz a coleta e a gravação do tráfego de rede em real-time e sem perda de pacotes, utilizando interfaces aceleradoras para captura. Conta com espaço de armazenamento escalável e de alta performance, garantindo que nenhuma informação seja perdida e que a análise seja feita de forma simples e rápida.

### Extração de arquivos

Identifica e extrai arquivos de diversos formatos em qualquer sessão de rede, a partir dos pacotes armazenados no sistema. Permite que o analista de segurança faça o download de arquivos trafegados na rede.




## Alarmes

Emite alertas automáticos de ataques cibernéticos, anomalias e tráfego malicioso a partir da análise de pacotes, logs, flows e outros eventos.

Permite a criação de alarmes totalmente customizados, utilizando todas as informações presentes no sistema com verificação automática de regras e correlação de eventos em tempo real.

Recursos avançados:

- Interface guiada, com teste automático das regras inseridas, evitando erros de lógica e sintaxe;
- Dynamic-Baselining: realiza a análise de dados a partir de aprendizado dinâmico, em modelo treinado de acordo com parâmetros do usuário;
- Auto-context: identifica automaticamente contextos para os alarmes, de acordo com valores de campos apontados pelo cliente (ex.: IP, host, URL, etc).

### Integração

Todos os alarmes são exibidos na interface Security Analytics e enviados via CEF ou e-mail. O Zerum Lynx suporta ainda a integração com orquestradores de segurança (Security Orchestration Automation and Response) e bases de conhecimento diversas.

### Monitoração de coleta

Emite alertas automaticamente caso dispositivos parem de enviar informações/eventos.

### Assinaturas de ataques

Possui banco de assinaturas de ataques atualizado continuamente e permite a criação de assinaturas customizadas pelo usuário.

# Inteligência Artificial e Threat Intelligence

Além de fornecer visibilidade superior, o Zerum Lynx™ combina algoritmos de Inteligência Artificial, integração com Threat Intelligence e recursos avançados de enriquecimento para correlacionar e contextualizar os dados e eventos coletados. Isso reduz a sobrecarga de notificações e acelera o processo de investigação com insights mais precisos e relevantes.

## Inteligência Artificial

### Algoritmos especializados de Cibersegurança ZML - Zerum Machine Learning®

O Zerum Lynx possui um conjunto de algoritmos de inteligência artificial embarcados, capaz de detectar anomalias e gerar alertas automáticos. Entre os algoritmos da solução estão:

- **User & Entities Behavior Analytics (UEBA)**

  Realiza o aprendizado do comportamento de endpoints e usuários em rede através de algoritmo de Deep Learning e metadados do tráfego de rede, identificando anomalias que sistemas convencionais não conseguem detectar;

- **DGA Detection**

  Detecta queries DNS e acessos HTTP a domínios criados dinamicamente, pelo Domain Generational Algorithm - DGA. Esse domínios são utilizados frequentemente por malwares diversos, como ransomware;

- **Beaconing Detection**

  Algoritmo especializado em detectar tráfego com comportamento de beaconing, comumente utilizado como "call-home" por malwares diversos para avisar o atacante sobre a viabilidade do acesso;

- **Command Injection Detection**

  Inspeciona o payload de aplicações e identifica anomalias em seu conteúdo automaticamente, a partir de treinamento customizado;

- **Streaming Malware Detection**

  Algoritmo especialmente treinado a partir de milhões de amostras de malwares. Detecta ataques de Zero-Day com extrema eficiência, 25 dias antes de antivírus convencionais, com excelente acurácia;

- **Network Scan Detection**

  Detecta varreduras em rede, quando atores maliciosos estão procurando brechas nos sistemas;

- **Brute Force Detection**

  Identifica anomalias em transações de autenticação como tentativas de descobrir senha ou nome de usuário através de combinações aleatórias.

## Threat Intelligence e enriquecimento de dados

### Integração nativa com Threat Intelligence

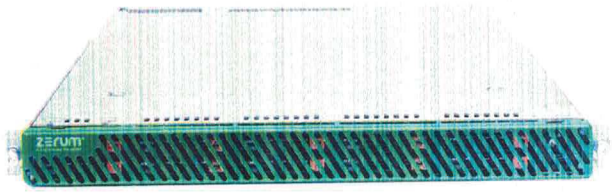
Possui integração nativa com a base de inteligência de ameaças da Webroot®, líder mundial em informações de Threat Intelligence, para correlação dos dados e alertas automáticos em caso de transações com endereços IP, URLs, Hosts HTTP e Hashes de arquivos maliciosos.

### Integração com sistemas para enriquecimento

Possui integração nativa com a base de inteligência Conta com integração a sistemas diversos de enriquecimento das informações e auxílio nas investigações de ataques, como whois, nslookup e GeoIP. Permite ainda a integração sob demanda com outras fontes para o enriquecimento de dados.

# Hardware

O sistema do Zerum Lynx é altamente escalável, plug & play e de fácil gestão, baseado em micro-serviços, além de contar com monitoração integrada de saúde e performance.



## Capacidade

Escalabilidade extrema, utilizando múltiplos appliances, permitindo armazenar meses ou anos de informações de pacotes (PCAPs) e eventos em estado bruto (raw).

| | |
|---|---|
| **Armazenamento de pacotes e eventos (logs e flows)** | +100 Terabytes por appliance |
| **Captura de pacotes** | Até 100Gbps |
| **Captura de eventos (logs e flows)** | Até 100.000 eventos por segundo |

## Placas aceleradoras de captura

Interface aceleradora para captura passiva de pacotes:

- Suporte a IPv4 e IPv6;
- Marcação de timestamp em hardware;
- Recebimento de pacotes em túnel GRE;
- Buffer estendido para evitar perda de pacotes;
- Balanceamento de carga 5-tuple feito em hardware;
- Desduplicação de pacotes;

| Modelo | Velocidade | Portas | RAM Onboard |
|---|---|---|---|
| **ZNT04** | 1Gbps | 4 (SFP/SFP+) | 4 GB |
| **ZNT10** | 10 Gbps | 2/4 (SFP/SFP+) | 4 GB |
| **ZNT40** | 40 Gbps | 2 (QSFP28) | 12 GB |
| **ZNT100** | 100Gbps | 1 (CFP4) | 8 GB |

## Placa aceleradora para descriptografia

Descriptografia de sessões de rede, a partir do uso da chave-privada, com uso Acelerador de Criptografia em hardware especializado para alta-performance:

**ZAC10**

Descriptografia de tráfego a 10Gbps
Até 100 mil operações por segundo (RSA 1024)

# Especificações Técnicas

| | |
|---|---|
| **Chassi** | |
| **Tamanho** | 1U montável em rack |
| **Dimensões e peso** | |
| **Altura** | 1.7" (43mm) |
| **Largura** | 17.2" (437mm) |
| **Profundidade** | 27.82" (707mm) |
| **Peso bruto** | 48lbs (21.8kg) |
| **Baias de drive NVMe** | |
| **Hot-swap** | 10x 2.5" baias de drive NVMe Hot-swap |
| **Drives NVMe** | Até 10x drives NVMe |
| **Refrigeração do sistema** | |
| **Exaustores** | 8 Exaustores com controle de velocidade otimizado |
| **Fonte de alimentação** | |
| **Quantidade** | 2 Fontes de alimentação redundantes |
| **Potência** | 1000W com PMBus |
| **Voltagem** | 110/220V |
| **Ambiente operacional / Conformidade** | |
| **RoHS** | Em conformidade com RoHS |
| **Especificações ambientais** | |
| **Temperatura operacional** | De 10°C a 35°C (50°F a 95°F) |
| **Temperatura de armazenamento** | De -40°C a 60°C (-40°F a 140°F) |
| **Umidade relativa operacional** | De 8% a 90% (sem condensação) |
| **Umidade relativa de armazenamento** | De 5% a 95% (sem condensação) |
| **Rede** | |
| **Interface de gerência** | • 2 portas Ethernet 10/100/1000 RJ45<br>• 1 porta IPMI LAN dedicada RJ45 |

| Part number | Descrição |
|---|---|
| **ZRM-LNX** | Zerum Lynx™ Appliance |



Copyright © 2019 Zerum. Todos os direitos reservados.

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

## Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

### Dados do Fornecedor

CNPJ: **23.870.018/0001-40**
Razão Social: **ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA**
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: **Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: **16/06/2020**

### Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: **Nada Consta**
Impedimento de Licitar: **Nada Consta**

### Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

**I - Credenciamento**

**II - Habilitação Jurídica**

**III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal**

| | | |
|---|---|---|
| Receita Federal e PGFN | Validade: | **16/11/2019** |
| FGTS | Validade: | **24/10/2019** |
| Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao) | Validade: | **17/11/2019** |

**IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal**

| | | |
|---|---|---|
| Receita Estadual/Distrital | Validade: | **13/11/2019** |
| Receita Municipal (Isento) | | |

**VI - Qualificação Econômico-Financeira**

Validade: **31/05/2020**

Voltar Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 23.870.018/0001-40
**Razão Social:** ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY DO BRASIL
**Endereço:** QUADRA SETOR HORTELEIRO SUL QD 6 CONJ A 212 BLOCO / ASA SUL / BRASILIA / DF / 70316-102

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 25/09/2019 a 24/10/2019

**Certificação Número:** 2019092505392482310501

Informação obtida em 09/10/2019 11:00:06

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

TJDFT Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

# CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO(AÇÕES DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS)
## 1ª e 2ª Instâncias

**CERTIFICAMOS que**, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações de falências e recuperações judiciais disponíveis até 08/10/2019, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

**ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA**
23.870.018/0001-40

OBSERVAÇÕES:
a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Cerdidões, Certidão de Nada Consta, Tipos de Certidão.
e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

**A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança**

Emitida gratuitamente pela internet em: 09/10/2019
Data da última atualização do banco de dados: 08/10/2019
Selo digital de segurança: **2019.CTD.8QW7.085C.QKS7.2LS0.P9WD**
*** VÁLIDA POR 30(TRINTA) DIAS ***



**NUCER – Núcleo de Emissão de Certidões do TJDFT**
**Fórum de Brasília - Milton Sebastião Barbosa, Praça Municipal - Lote 1, Bloco A, Ala B - Térreo.**
**Brasília – DF**
**Horário de Atendimento: 7h às 19h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados.**

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

# CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

**Nome: ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA**
**CNPJ: 23.870.018/0001-40**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 16:09:22 do dia 22/08/2019 <hora e data de Brasília>.
Válida até 18/02/2020.
Código de controle da certidão: **AC2B.73B8.AF50.B762**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

imprimir

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

# CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

| | |
|---|---|
| CERTIDÃO Nº | : 301-01.532.503/2019 |
| NOME | : ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA |
| ENDEREÇO | : SETOR HOTELEIRO SUL QUADRA 6 CONJUNTO A BLOCO A SALA 202 E 211 |
| CIDADE | : ASA SUL |
| CPF | : |
| CNPJ | : 23.870.018/0001-40 |
| CF/DF | : 0774853400103 - ATIVA |
| FINALIDADE | : LICITACAO |

CERTIFICAMOS QUE

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal, inclusive os relativos à Divida Ativa, para o contribuinte acima.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

***Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.***

**Válida até 07 de Janeiro de 2020.**

Brasília, 09 de Outubro de 2019.

Certidão emitida via internet às 11:00:04 e deve ser validada no endereço www.fazenda.df.gov.br

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

# CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA (MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 23.870.018/0001-40
Certidão nº: 185772691/2019
Expedição: 09/10/2019, às 11:01:02
Validade: 05/04/2020 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **23.870.018/0001-40**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

**INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

**CERTIDÃO NEGATIVA**

**DE**

**LICITANTES INIDÔNEOS**

Nome completo: **ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA**

CPF/CNPJ: **23.870.018/0001-40**

**O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).**

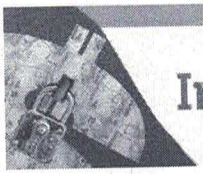
Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 10:58:23 do dia 09/10/2019, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INIDONEO:VERIFICA

Código de controle da certidão: TP30091019105823

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



# Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

## Certidão Negativa

**Certifico que nesta data (09/10/2019 às 10:48) não consta registro no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça, quanto ao CNPJ nº 23.870.018/0001-40.**

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser confirmada no endereço: http://www.cnj.jus.br através do número de controle: 5D9D.E510.0343.0880

# Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

| NÚMERO DE INSCRIÇÃO | COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL | DATA DE ABERTURA |
|---|---|---|
| **23.870.018/0001-40 MATRIZ** | | **21/12/2015** |

| | |
|---|---|
| NOME EMPRESARIAL | **ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA** |
| TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) | ******** |
| PORTE | **DEMAIS** |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL | **62.02-3-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis** |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS | **47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática**<br>**62.01-5-01 - Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda**<br>**26.21-3-00 - Fabricação de equipamentos de informática** |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA | **206-2 - Sociedade Empresária Limitada** |
| LOGRADOURO | **ST SHS QUADRA 6 CONJUNTO A BLOCO A** |
| NÚMERO | **SN** |
| COMPLEMENTO | **SALA 202 E 211** |
| CEP | **70.316-102** |
| BAIRRO/DISTRITO | **ASA SUL** |
| MUNICÍPIO | **BRASILIA** |
| UF | **DF** |
| ENDEREÇO ELETRÔNICO | **ADM@ZERUM.COM** |
| TELEFONE | **(61) 3044-4702** |
| ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) | ***** |
| SITUAÇÃO CADASTRAL | **ATIVA** |
| DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL | **21/12/2015** |
| MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL | |
| SITUAÇÃO ESPECIAL | ******** |
| DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL | ******** |

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **09/10/2019** às **10:59:14** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

Consulta QSA / Capital Social Voltar

Preparar Página para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, clique aqui.
Atualize sua página

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

JCDF - SEDE
SEDE - JCDF
17/104.315-4
15 DEZ 2017

| NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF) | Código da Natureza Jurídica | Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio |
|---|---|---|
| 53202037251 | 2062 | |

## 1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Distrito Federal

Nome: ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP
DF2201800000689

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

| Nº DE VIAS | CÓDIGO DO ATO | CÓDIGO DO | QTDE | DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO |
|---|---|---|---|---|
| 1 | 002 | | | ALTERACAO |
| | | 051 | 1 | CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO |
| | | 2005 | 1 | SAIDA DE SOCIO/ADMINISTRADOR |
| | | | | |
| | | | | |

BRASILIA
Local

3 Janeiro 2018
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do
Nome: JOSÉ LIVIANO DE SOUSA ROCHA
Assinatura:
Telefone de Contato: 3426-9000

## 2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM _____

☐ NÃO ___/___/____ _____
Data Responsável

☐ SIM _____

☐ NÃO ___/___/____ _____
Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

| | 2ª Exigência | 3ª Exigência | 4ª Exigência | 5ª Exigência |
|---|---|---|---|---|
| ☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ |
| ☒ Processo deferido. Publique-se e arquive-se. | | | | |
| ☐ Processo indeferido. Publique-se. | | | | |

11 JAN 2018 Nancy Fernandes Ventura
Data Portaria JCDF nº. 01 de 08/09/2016 Responsável

DECISÃO COLEGIADA

| | 2ª Exigência | 3ª Exigência | 4ª Exigência | 5ª Exigência |
|---|---|---|---|---|
| ☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa) | ☐ | ☐ | ☐ | ☐ |
| ☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se. | | | | |
| ☐ Processo indeferido. Publique-se. | | | | |

_____ Vogal _____ Vogal

nte da _____ Turma

**JUNTA COMERCIAL DO DISTRITO FEDERAL**
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NRO: **1005189**
EM **11/01/2018** DA EMPRESA: **5320203725-1**.

**#ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA#**

Protocolo: **17/104.315-4** EM **15/12/2017**

SAULO IZIDORIO VIEIRA
SECRETÁRIO GERAL

Junta Comercial do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1005189 em 11/01/2018 da Empresa ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA, Nire 53202037251 e protocolo 171043154 - 15/12/2017. Autenticação: 99896B739DEC9AE7391FAAD7954155CD5684B34D. Saulo Izidorio Vieira - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jcdf.mdic.gov.br e informe nº do protocolo 17/104.315-4 e o código de segurança c08F Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/01/2018 por Saulo Izidorio Vieira – Secretário-Geral.

SAULO IZIDORIO VIEIRA
SECRETÁRIO GERAL

# ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA

## 3ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL/CONSOLIDADA

**JOSÉ WILAME ARAÚJO RODRIGUES**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, natural de Boa Viagem/CE, nascido em 27/01/1967, filho de Luís Assis Rodrigues e Maria Julieta de Araújo Rodrigues, portador da cédula de identidade nº 7.727-49, expedido pela SSP/DF em 29/01/1982, e do CPF nº 317.221.131-20, com endereço comercial no SHS Quadra 06, Bloco A, Sala 212, Ed. Brasil 21, Brasília/DF, CEP: 70.322-915;

**PEDRO VIEIRA MACHADO MORGADO**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, Engenheiro de Sistemas, natural de Goiânia/GO, nascido em 27/04/1982, portador da cédula de identidade nº 2089580, expedida pela SSP/DF e do CPF nº 917.808.021-53, filho de Lupercio Ferreira Morgado e Vania Pinheiro Machado Morgado, com endereço comercial no SHS Qd. 06 Conjunto A Bloco A Sala 201, Ed. Brasil 21, Brasília/DF, CEP: 70.322-915; e

**WAGNER JERÔNIMO SANTOS**, brasileiro, solteiro, engenheiro de software, natural de Brasília/DF, nascido em 21/05/1991, filho de Geraldo Magela Santos e Maria Amélia Magalhães Jerônimo Santos, portador da cédula de identidade nº 2.795.012 expedida pelo SSP-DF em 09/02/06, e do CPF nº 029.430.541-60, residente e domiciliado no CNB 12, Lote 17/18, Apartamento 905 – Taguatinga Norte, Brasília/DF, CEP: 72.115-125.

Únicos sócios da empresa ***ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA,*** com sede no ***Setor Hoteleiro Sul Quadra 06, Conjunto A, Bloco A, Salas 202 e 211, Asa Sul, Brasília/DF, CEP: 70.316-102.,*** registrada na Junta Comercial do Distrito Federal em 21/12/2015, sob NIRE nº 53.2.0203725-1, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.870.018/0001-40 e CF/DF 07.748.534/001-03.
Resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito, alterar e consolidar o seu contrato social e posteriores alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA

Retira-se neste ato o sócio **WAGNER JERÔNIMO SANTOS,** que cede e transfere a totalidade de suas 3.000,00 (três mil) quotas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, integralizados R$ 1.000,00 (mil reais) e a Integralizar R$ 2.000,00 (dois mil reais) totalizando R$ 3.000,00 (três mil reais) para o sócio remanescente **JOSÉ WILAME ARAÚJO RODRIGUES**.

**Parágrafo primeiro:** Cedente e cedido dão entre si a mais ampla e geral quitação, por nada terem a reclamar em tempo algum.

Wagner J.

1

Junta Comercial do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1005189 em 11/01/2018 da Empresa ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA, Nire 53202037251 e protocolo 171043154 - 15/12/2017. Autenticação: 99896B739DEC9AE7391FAAD7954155CD5684B34D. Saulo Izidorio Vieira - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jcdf.mdic.gov.br e informe nº do protocolo 17/104.315-4 e o código de segurança c08F Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/01/2018 por Saulo Izidorio Vieira – Secretário-Geral.
SAULO IZIDORIO VIEIRA
SECRETARIO GERAL

## CLÁUSULA SEGUNDA

Com a presente alteração o Capital Social de R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) divididos em 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) quotas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, sendo R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) já integralizados e R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) a integralizar com recursos próprios dos sócios, em moeda corrente do país, até 31 de dezembro de 2018, ficará assim distribuído entre os sócios:

| SÓCIO | COTAS | VALOR | % | INTEGRALIZADO | A INTEGRALIZAR |
|---|---|---|---|---|---|
| JOSÉ WILAME A. RODRIGUES | 1.492.500 | R$ 1.492.500,00 | 99,50 | R$ 497.500,00 | R$ 995.000,00 |
| PEDRO VIEIRA M. MACHADO | 7.500 | R$ 7.500,00 | 0,50 | R$ 2.500,00 | R$ 5.000,00 |
| TOTAL | 1.500.000 | R$ 1.500.000,00 | 100,00 | R$ 500.000,00 | R$ 1.000.000,00 |

## CLÁUSULA TERCEIRA

Continuam em vigor e inalteradas as demais cláusulas do contrato social

# CONSOLIDAÇÃO

## CLÁUSULA PRIMEIRA

A sociedade gira sob a denominação social de ***ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA,*** nome fantasia ***ZERUM TECHNOLOGY,*** e tem sua sede no ***Setor Hoteleiro Sul Quadra 06, Conjunto A, Bloco A, Sala 202 e 211, Asa Sul, Brasília/DF, CEP: 70.316-102.***

**Parágrafo Único:** A sociedade poderá a qualquer tempo, constituir ou encerrar filiais, agências, sucursais, escritórios ou depósitos em qualquer parte do território nacional, mediante alteração contratual.

## CLÁUSULA SEGUNDA

A sociedade iniciou suas atividades em 1º de dezembro de 2015 e a sua duração será por prazo indeterminado.

## CLÁUSULA TERCEIRA

O objeto social é a **Pesquisa, Desenvolvimento, Licenciamento, Fabricação, Integração, Exportação, Importação, Prestação de Serviços, comercialização de soluções de tecnologias de Hardware e Software com foco na área de Tecnologia da Informação.**

## CLÁUSULA QUARTA

O capital social é de R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), divididos em 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) quotas, no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, sendo R$ 500.000,00 já integralizados e R$ 1.000.000,00 a integralizar com

Wagner J. 2

Junta Comercial do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1005189 em 11/01/2018 da Empresa ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA, Nire 53202037251 e protocolo 171043154 - 15/12/2017. Autenticação: 99896B739DEC9AE7391FAAD7954155CD5684B34D. Saulo Izidorio Vieira - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jcdf.mdic.gov.br e informe nº do protocolo 17/104.315-4 e o código de segurança c08F Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/01/2018 por Saulo Izidorio Vieira – Secretário-Geral.
SAULO IZIDORIO VIEIRA
SECRETÁRIO GERAL

recursos próprios dos sócios, em moeda corrente do País, até **31 de Dezembro de 2018**, e assim distribuído:

| SÓCIO | COTAS | VALOR | % | INTEGRALIZADO | A INTEGRALIZAR |
|---|---|---|---|---|---|
| JOSÉ WILAME A. RODRIGUES | 1.492.500 | R$ 1.492.500,00 | 99,50 | R$ 497.500,00 | R$ 995.000,00 |
| PEDRO VIEIRA M. MACHADO | 7.500 | R$ 7.500,00 | 0,50 | R$ 2.500,00 | R$ 5.000,00 |
| TOTAL | 1.500.000 | R$ 1.500.000,00 | 100,00 | R$ 500.000,00 | R$ 1.000.000,00 |

**Parágrafo único:** A responsabilidade de cada um dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas, todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

## CLÁUSULA QUINTA

As cotas de capital são intransferíveis e não poderão ser cedidas a terceiros, sob qualquer forma, sem o consentimento expresso dos demais sócios que terão o direito de preferência na aquisição das cotas e na ordem de participação no capital social, da maior participação para a menor.

**Parágrafo Primeiro:** É vedado aos sócios caucionar, empenhar ou onerar de qualquer forma suas cotas de capital, no todo ou em parte, sendo, portanto, as cotas sociais impenhoráveis e não caucionáveis.

**Parágrafo Segundo:** O sócio que desejar vender no todo ou em partes suas cotas deverá antes oferecê-las aos sócios remanescentes, aos quais ficam assegurados o direito de preferência em adquiri-las ou livremente indicar adquirente, em igualdade de condições e preço. O sócio pretenso adquirente terá o prazo de 30 (trinta) dias para se pronunciar sobre as condições de preço e pagamento e na ordem de participação no capital social, da maior participação para a menor. Esgotado o prazo em pronunciamento ou sem acordo nas bases negociais, o sócio retirante terá a liberdade de negociar livremente suas cotas.

**Parágrafo Terceiro:** As cotas sociais, que foram cedidas gratuitamente e que contenham cláusula de reversibilidade ao sócio doador não se aplica o contido no Parágrafo Segundo desta cláusula, devendo as cotas retornarem ao sócio doador, sem ônus para o mesmo.

**Parágrafo Quarto:** A maioria representativa de mais da metade do capital social poderá excluir por justa causa, mediante alteração do contrato social, o sócio que estiver pondo em risco a continuidade da empresa em virtude de atos de inegável gravidade.

**Parágrafo Quinto:** A exclusão de que trata o parágrafo anterior será determinada em reunião dos sócios quotistas convocada para essa finalidade, devendo o acusado ser notificado por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, para que o mesmo possa comparecer à reunião e exercer o seu direito de defesa, sob pena de revelia.

## CLÁUSULA SEXTA

A administração da sociedade caberá, exclusivamente, ao sócio **JOSÉ WILAME ARAÚJO RODRIGUES**, que assina todos os atos da sociedade, com poderes e atribuições para gerir e administrar a sociedade ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, autorizado o uso do nome empresarial, inclusive assumir obrigações seja em favor de qualquer dos cotistas ou de terceiros, movimentar contas bancárias,

Wagner J. 3

Junta Comercial do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1005189 em 11/01/2018 da Empresa ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA, Nire 53202037251 e protocolo 171043154 - 15/12/2017. Autenticação: 99896B739DEC9AE7391FAAD7954155CD5684B34D. Saulo Izidorio Vieira - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jcdf.mdic.gov.br e informe nº do protocolo 17/104.315-4 e o código de segurança c08F Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/01/2018 por Saulo Izidorio Vieira – Secretário-Geral.
SAULO IZIDORIO VIEIRA
SECRETÁRIO GERAL

bem como adquirir, onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização dos outros sócios. (art. 997, VI. 1.013, 1015, 1064, CC/2002).

**CLÁUSULA SÉTIMA**

O administrador declara, sob as penas da Lei, que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo e fé pública, ou a propriedade.

**CLÁUSULA OITAVA**

O administrador tem direito a uma retirada mensal, a título de "pró-labore" a ser debitado da conta despesas administrativas ou equivalente, com valores a serem determinados pelos sócios, de acordo com a movimentação da empresa.

**CLÁUSULA NONA**

O exercício social será coincidente com o ano-calendário, terminando em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras e o encerramento do balanço.

**Parágrafo primeiro:** O exercício social encerra-se em 31 de dezembro de cada ano, porém, a critério dos sócios, poderá ter duração inferior a um ano, devendo, neste caso, iniciar no 1º dia de cada período, encerrando-se no último.

**Parágrafo segundo**: Em reunião a ser realizada até 30 de abril do ano seguinte, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão o administrador, quando for o caso. A critério dos sócios e no atendimento dos interesses da própria sociedade, o total ou parte dos lucros pode ser destinado à formação de Reservas de Lucros, ou então permanecer em Lucros Acumulados para futura destinação.

**Parágrafo terceiro:** Os sócios podem efetuar distribuição de resultados a qualquer tempo, desde que não comprometa compromissos e/ou a saúde FINANCEIRA da empresa e poderão fazê-lo de forma não proporcional à participação no capital social, mas, sim de acordo com a participação individual em cada projeto.

**CLÁUSULA DÉCIMA**

Nos casos de morte, retirada, interdição ou inabilitação de qualquer um dos sócios, a sociedade não dissolverá e nem entrará em liquidação. Os haveres do sócio retirante, inabilitado ou excluído serão pagos com base em balancete levantado na data do evento (de retirada, inabilitação, ou exclusão), ou com base em balancete do último mês precedente, se não houver fatos relevantes entre o último balancete e o evento, e serão pagos da seguinte forma: 30% (trinta por cento) em 30 (trinta) dias após a apuração dos haveres e o saldo de 70% (setenta por cento) em 07 (sete) parcelas iguais, mensais e consecutivas, vencendo a primeira em 30 (trinta) dias após o pagamento da parcela inicial.

Wagner J.



Junta Comercial do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1005189 em 11/01/2018 da Empresa ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA, Nire 53202037251 e protocolo 171043154 - 15/12/2017. Autenticação: 99896B739DEC9AE7391FAAD7954155CD5684B34D. Saulo Izidorio Vieira - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jcdf.mdic.gov.br e informe nº do protocolo 17/104.315-4 e o código de segurança c08F Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/01/2018 por Saulo Izidorio Vieira – Secretário-Geral.

SAULO IZIDORIO VIEIRA
SECRETÁRIO GERAL

**Parágrafo Único:** O contido no caput da presente cláusula não se aplica às cotas sociais que foram cedidas gratuitamente e que contenham cláusula de reversibilidade ao sócio doador, devendo, neste caso, as cotas retornarem ao sócio doador, sem ônus para o mesmo.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Para os casos omissos neste contrato, aplicar-se-ão as disposições da Lei 10.406/02 (Código Civil) e, supletivamente, no que lhe couber, a Lei 6.404/76.
Fica eleito o foro de Brasília/DF, para dirimir quaisquer questões advindas deste contrato.
E por estarem assim justos e contratados, assinam, o presente Contrato Social, em 04 (quatro) vias de igual forma e teor.

Brasília/DF, 05 de dezembro de 2017

GERALDO 2º OF. NOTAS BRASÍLIA-DF

JOSÉ WILAME ARAÚJO RODRIGUES

GERALDO 2º OF. NOTAS BRASÍLIA-DF

PEDRO VIEIRA MACHADO MORGADO

GERALDO 2º OF. NOTAS BRASÍLIA-DF

WAGNER JERÔNIMO SANTOS

3o. OFICIO DE NOTAS DE BRASILIA
S.C.S QD 8 - BL B60 - LJ 140 D
BRASILIA-DF - FONE: 3321-2212

RECONHECO e dou fe por AUTENTICIDADE
a(s)firma(s) de:
[LMEGIv0I]-JOSE WILAME ARAUJO RODRIGUES.
[LMEFX0Y0]-PEDRO VIEIRA MACHADO MORGADO.
[LMEGN6O0]-WAGNER JERONIMO SANTOS.....

Em Testemunho da verdade.
Brasilia, 13 de Dezembro de 2017

025 - DENISART DOS SANTOS SILVA
ESCREVENTE AUTORIZADO

selo:TJDFT20170080666158ONFI,
TJDFT20170080666159RMWK e
TJDFT20170080666160AESI
consultar:www.tjdft.jus.br



Junta Comercial do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1005189 em 11/01/2018 da Empresa ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA, Nire 53202037251 e protocolo 171043154 - 15/12/2017. Autenticação: 99896B739DEC9AE7391FAAD7954155CD5684B34D. Saulo Izidorio Vieira - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jcdf.mdic.gov.br e informe nº do protocolo 17/104.315-4 e o código de segurança c08F Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 12/01/2018 por Saulo Izidorio Vieira – Secretário-Geral.
SAULO IZIDORIO VIEIRA
SECRETÁRIO GERAL

**DECLARAÇÃO**

**Pregão eletrônico 36/2019 UASG 40003**

Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpro plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital, referentes ao pregão nº 36/2019 da UASG 40003 - CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA .

**CNPJ:** 23.870.018/0001-40 - ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA

BRASÍLIA, 11 de Outubro de 2019.

Imprimir o Relatório

Fechar

**Declaração de Inexistência de Fato Superveniente**

**Pregão eletrônico 36/2019 UASG 40003**

**ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA**, CNPJ nº **23.870.018/0001-40**, declara sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

BRASÍLIA, 11 de Outubro de 2019.

Imprimir o Relatório

Fechar

**Declaração de Menor**

**Pregão eletrônico 36/2019 UASG 40003**

**ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA**, inscrita no CNPJ nº **23.870.018/0001-40**, declara para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

BRASÍLIA, 11 de Outubro de 2019.

Imprimir o Relatório

Fechar

**Declaração de Elaboração Independente de Proposta**

**Pregão Eletrônico 36/2019 UASG 40003**

Geovana Fernanda Fernandes Contaefer, como representante devidamente constituído de **23.870.018/0001-40 - ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA** doravante denominado ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA, para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico 36/2019 UASG 40003, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico 36/2019 UASG 40003 foi elaborada de maneira independente pelo ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico 36/2019 UASG 40003, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do Pregão Eletrônico 36/2019 UASG 40003,não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico 36/2019 UASG 40003, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico 36/2019 UASG 40003, quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico 36/2019 UASG 40003,não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico 36/2019 UASG 40003 antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico 36/2019 UASG 40003 não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de CONSELHO NACIONAL DE JUSTICA antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

BRASÍLIA, em 11 de Outubro de 2019.

**Geovana Fernanda Fernandes Contaefer**

Imprimir o Relatório

Fechar

**Declaração de Cota de Aprendizagem**

**Pregão eletrônico 36/2019 UASG 40003**

**ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA**, inscrita no CNPJ nº **23.870.018/0001-40**, declara sob as penas da Lei, que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.

BRASÍLIA, 11 de Outubro de 2019.

Imprimir o Relatório

Fechar

**Declaração de não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado**

**Pregão eletrônico 36/2019 UASG 40003**

**ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA**, inscrita no CNPJ nº **23.870.018/0001-40**, declara que não possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art.1º e no inciso III do art.5º da Constituição Federal.

BRASÍLIA, 11 de Outubro de 2019.

Imprimir o Relatório

Fechar

## CPL

**De:** Emerson Vendruscolo
**Enviado em:** terça-feira, 15 de outubro de 2019 11:48
**Para:** CPL; Claudio Marcelo Albuquerque Nascimento Silva; Flavio Abreu Amorim
**Assunto:** RES: 1º Lugar - ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY

À CPL,

Em atenção ao pedido de análise da proposta e documentação técnica da licitante ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY, informamos que:

a. O item 1 da proposta atende a todos os critérios técnicos estabelecidos no Termo de Referência.
b. O item 2 da proposta atende a todos os critérios técnicos estabelecidos no Termo de Referência.
c. O item 3 da proposta atende a todos os critérios técnicos estabelecidos no Termo de Referência.
d. O item 4 da proposta atende a todos os critérios técnicos estabelecidos no Termo de Referência.
e. O item 5 da proposta atende a todos os critérios técnicos estabelecidos no Termo de Referência.

Atenciosamente,

**Emerson Vendruscolo**
Seção de Gestão de Segurança da Informação
Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação
Conselho Nacional de Justiça
SEPN 514, Lote 07, Bloco B, sl. 109.4
Asa Norte 70760-542 – Brasília
☎: +55 61 2326-5443

---

**De:** CPL <cpl@cnj.jus.br>
**Enviada em:** segunda-feira, 14 de outubro de 2019 16:33
**Para:** Emerson Vendruscolo <emerson.vendruscolo@cnj.jus.br>; Claudio Marcelo Albuquerque Nascimento Silva <claudio.albuquerque@cnj.jus.br>; Flavio Abreu Amorim <flavio.amorim@cnj.jus.br>
**Assunto:** 1º Lugar - ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY

Prezados,

Encaminho-lhe proposta e documentação técnica da empresa 1ª colocada ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY, referente ao PRE 36/2019.

Solicito parecer técnico no sentido de nos informar se a proposta atende ou não os requisitos do edital.

Att;

**RESULTADO DE JULGAMENTO**
**PREGÃO Nº 36/2019**

O Pregoeiro do CNJ comunica que, no Pregão Eletrônico nº 36/2019, declarou vencedora a Empresa Zerum Research and Technology do Brasil LTDA.

BRUNO CÉSAR DE OLIVEIRA LOPES
Pregoeiro

(SIDEC - 07/11/2019) 040003-00001-2019NE000019

## TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

### SECRETARIA DO TRIBUNAL
### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
### COORDENADORIA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
### SEÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO**

Nota de Empenho Global nº 2019NE001902, emitida em 06.11.2019. FAVORECIDO: Fundação Miguel Cervantes de Apoio à Pesquisa e à Leitura da Biblioteca Nacional. OBJETO: Serviço de atribuição de 50 números de ISBN. VALOR: R$ 1.100,00. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8666/93. PA 2019.00.000010465-4.

## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**RESULTADO DE JULGAMENTO**
**PREGÃO Nº 95/2019**

Comunico o resultado da licitação em epígrafe: VENCEDOR: Consórcio formado pelas empresas Soliquer Energia S.A e Quantum Engenharia Ltda.

CÍCERO CELSO DE SOUSA
Pregoeiro

(SIDEC - 07/11/2019) 050001-00001-2019NE000107

**RESULTADO DE JULGAMENTO**
**PREGÃO Nº 120/2019**

Comunico o resultado da licitação em epígrafe: VENCEDORA: Rodrigo Luis Giolito Bizerril-ME.

FILIPE DE SOUSA MENDES
Pregoeiro

(SIDEC - 07/11/2019) 050001-00001-2019NE000107

**RESULTADO DE JULGAMENTO**
**PREGÃO Nº 148/2019**

Comunico o resultado da licitação em epígrafe: VENCEDORAS: Éder Cruz Castelo Branco - Itens 1, 3 e 5; Gráfica Ituana Ltda.-ME - Item 2; Copiadora Universitária Ltda.-ME - Itens 4 e 6; e J2 Comércio de Utilidades e Distribuidora Logística Eireli-EPP - Item 7.

FILIPE DE SOUSA MENDES
Pregoeiro

(SIDEC - 07/11/2019) 050001-00001-2019NE000107

## CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

**RESULTADO DE JULGAMENTO**
**PREGÃO Nº 19/2019**

Sagrou-se vencedora do certame cujo objeto é o fornecimento e instalação de janelas e portas de vidro temperado incolor fechaduras com maçanetas acessíveis em alvanca e materiais necessá rios à reforma da edificação do edifício do CJF a empresa F.M.DE F. Comércio e Manutenção Pre dial Ltda -ME, lote/item 1; os lotes/itens 2 e 3 foram cancelados na aceitação.

ANTONIO ANTUNES DE OLIVEIRA
Pregoeiro

(SIDEC - 07/11/2019) 090026-00001-2019NE000103

## TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

**AVISO DE LICITAÇÃO**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 98/2019 - UASG 80001**

Nº Processo: TST-503604/2019-7. Objeto: Fornecimento de hortifrutícolas no decorrer do exercício de 2020.. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 08/11/2019 das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h59. Endereço: Safs Qd 8, Conj A, Bl A, Sala 332., Asa Sul - BRASÍLIA/DF ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/80001-5-00098-2019. Entrega das Propostas: a partir de 08/11/2019 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 21/11/2019 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br.

JUMARA CRISTINA SILVA CERQUEIRA
Coordenadora de Licitações e Contratos
Substituta

(SIASGnet - 06/11/2019) 80001-00001-2019NE000172

**AVISO DE LICITAÇÃO**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 99/2019 - UASG 80001**

Nº Processo: TST-503602/2019-0. Objeto: Fornecimento de gêneros alimentícios no decorrer do exercício de 2020.. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 08/11/2019 das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h59. Endereço: Safs Qd 8, Conj A, Bl A, Sala 332., Asa Sul - BRASÍLIA/DF ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/80001-5-00099-2019. Entrega das Propostas: a partir de 08/11/2019 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 22/11/2019 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br.

JUMARA CRISTINA SILVA CERQUEIRA
Coordenadora de Licitações e Contratos Substituta

(SIASGnet - 06/11/2019) 80001-00001-2019NE000172

### SECRETARIA

**EXTRATO DE CONTRATO**

Processo TST nº 501.389/2019-2. Phonoway Comércio e Representação de Sistemas Ltda. CNPJ: 65.414.476/0001-14. Fornecimento e instalação de solução de sistema de videoconferência. Pregão Eletrônico. Contrato PE-059/2019-A. Lei nº 10.520/2002 e Decreto nº 5.450/2005. Valor total: R$ 146.691,28. Vigência: 12 meses, contados da data de assinatura. Programa de trabalho 02.122.0571.4256.0001, elementos de despesa 4.4.90.40 e 3.3.90.40, notas de empenho 2019NE001698 e 2019NE001699. Assinatura: 7/11/2019. Pelo Contratante: Dirley Sérgio de Melo, Secretário de Administração. Pela Contratada: Reinaldo Augusto Pires, Representante Legal.

## SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

### SECRETARIA

**EXTRATO DE CONTRATO**

ESPÉCIE: Processo nº 191/2019 - SEI nº 014627/19-00.01. Contrato nº 41/2019, celebrado entre o Superior Tribunal Militar e a sociedade empresaria Arqui Vídeo Ltda. OBJETO: Prestação de serviços clipping online de notícias e clipping de redes sociais. VALOR: R$ 19.200,00. PROGRAMA DE TRABALHO: 02.061.0566.4225.0001 - 0003 - JUPROC. VIGÊNCIA: 06/11/2019 a 05/11/2020. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 10520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, Decretos nºs 5.450/2005, 8.538/2015, e a Lei nº 8.666/1993. DATA DE ASSINATURA: 06/11/2019. ASSINAM: Silvio Artur Meira Starling, Diretor-Geral, pelo Contratante, e Bruna Botelho da Silva, Sócia, pela Contratada.

## TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

### DIRETORIA-GERAL DA SECRETARIA
### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

**AVISO DE PENALIDADE**

O TRF 1ª Região aplicou à S.S. PASSOS ETIQUETAS E PLACAS. CNPJ 28.886.441/0001-51, a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, com base no art. 7º da Lei 10.520/2002, pelo período de 30 dias, a contar desta publicação, por atraso na entrega do objeto da Nota de Empenho 2018NE800348. Processo Administrativo 0026498-97.2018.4.01.800.

MARIA CRISTINA TURNES
Diretora

## TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

**RESULTADO DE JULGAMENTO**
**PREGÃO Nº 76/2019**

Processo nº TRF2-EOF-2019/239. Objeto: Aquisição de 08 lâmpadas para projetor Epson (ELPLP 78)06 lâmpadas para projetor Epson (ELPLP 88) e 100 refletores LED RGB de 30W. O Senhor Pregroeiro decidiu ADJUDICAR o objeto do Pregão em epígrafe da seguinte maneira: a)Item 3 à empresa EZ TECHS IMPORTADORA, EXPORTADORA E REPRESENTACOES EIRELI; b) Item 2 à empresa VR BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA; c) Item1 à empresa RAPHAEL SILVA ARAUJO.

FRANCISCO LUIS DUARTE
Pregoeiro

(SIDEC - 07/11/2019)

### SECRETARIA-GERAL

**EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO**

Nota de empenho: 2019NE000999, emitida em 30/10/2019. Contratante: TRF- 2ªRG. Contratada: Teresa Cristina Gomes Pereira Ferreira. Objeto: Contratação de instrutora para ministrar o curso "Primeiros Socorros". Modalidade de Licitação: Art. 25, II c/c art. 13, VI da Lei 8666/93. Crédito Orçamentário: Programa de Trabalho: 02061056942576013. Elemento de despesa: 339036. Valor total do empenho: R$ 2.100,00 (dois mil e cem reais). Proc. nº TRF2-EOF-2019/00333.

**EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO**

Nota de empenho: 2019NE000949, emitida em 14/10/2019. Contratante: TRF- 2ªRG. Contratada: H L P COMÉRCIO ELETRO-FONIA LTDA Objeto: Aquisição de material para manutenção dos sistemas telefônicos, de sonorização e de cabeamento estruturado. Modalidade de Licitação: Lei nº 10.520/02 c/c Decretos 5.450/05 e 7.892/13. Crédito Orçamentário: Programa de Trabalho: 02061056942576013. Elemento de despesa: 339030. Valor total do empenho: R$ 1.658,05 (um mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e cinco centavos). Proc. nº TRF2-EOF-2019/00124.05.

**EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO**

Nota de empenho: 2019NE001001, emitida em 30/10/2019. Contratante: TRF- 2ªRG. Contratada: Silvio Mancusi - EPP. Objeto: Renovação de assinatura anual do software Volare Nova TCPO. Modalidade de Licitação: Art. 25, I da Lei 8.666/93. Crédito Orçamentário: Programa de Trabalho: 02061056942576013. Elemento de despesa: 339039. Valor total do empenho: R$ 15.141,24 (quinze mil, cento e quarenta e um reais e vinte e quatro centavos). Proc. nº TRF2-EOF-2019/00255.

**EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO**

Nota de empenho: 2019NE000984, emitida em 24/10/2019. Contratante: TRF- 2ªRG. Contratada: IMPRINT 2001 GRÁFICA E EDITORA LTDA. Objeto: Aquisição de insumos para plotter de recorte Roland SP 540V, para atender às necessidades do TRF2ª RG. Modalidade de Licitação: Lei nº 10.520/02 c/c Decreto 5.450/05. Crédito Orçamentário: Programa de Trabalho: 02061056942576013. Elemento de despesa: 339030. Valor total do empenho: R$ 15.900,00 (quinze mil e novecentos reais). Proc. nº TRF2-EOF-2019/00266.

**EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO**

Nota de empenho: 2019NE001031, emitida em 31/10/2019. Contratante: TRF- 2ªRG. Contratada: JAMAR COM. DE PRODS PARA INFORMÁTICA LTDA.-EPP. Objeto: Aquisição de material de consumo para processamento de dados (Ata n.º 074/2019). Modalidade de Licitação: Lei nº 10.520/02 c/c Decretos 5.450/05 e 7.892/13. Crédito Orçamentário: Programa de Trabalho: 02061056942576013. Elemento de despesa: 339030. Valor total do empenho: R$ 19.800,00 (dezenove mil e oitocentos reais). Proc. nº TRF2-EOF-2019/00141.01.

**EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO**

Nota de empenho: 2019NE001003, emitida em 30/10/2019. Contratante: TRF- 2ªRG. Contratada: WORD LICITAÇÕES COM. DE MAT. DE ESCRIT. E SERV. EIRELI. Objeto: aquisição de material de expediente (Ata 103/2019). Modalidade de Licitação: Lei nº 10.520/02 c/c Decretos 5.450/05 e 7.892/13. Crédito Orçamentário: Programa de Trabalho: 02061056942576013. Elemento de despesa: 339030. Valor total do empenho: R$ 240,00 (duzentos e quarenta reais). Proc. nº TRF2-EOF-2019/00232.

| MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS - PRE 36/2019 | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | Valor Total | | Economia | |
| | Estimado | Adjudicado | R$ | % |
| ITEM 1 | 1.599.802,80 | 650.000,00 | 949.802,80 | 59,37 |
| ITEM 2 | 491.000,00 | 399.000,00 | 92.000,00 | 18,74 |
| ITEM 3 | 300.000,00 | 99.000,00 | 201.000,00 | 67,00 |
| ITEM 4 | 85.000,00 | 84.500,00 | 500,00 | 0,59 |
| ITEM 5 | 20.062,20 | 20.049,00 | 13,20 | 0,07 |
| Total | 2.495.865,00 | 1.252.549,00 | 1.243.316,00 | 49,82 |

# RELATÓRIO

À Presidente da Comissão Permanente de Licitação,

1. Trata-se de processo administrativo que tem por objeto a Aquisição de solução de inteligência cibernética incluindo equipamentos, manutenção e conservação, suporte técnico especializado, instalação personalizada e treinamento, observadas as condições e especificações estabelecidas nos Anexos I, II e III deste Edital.

2. Analisada a minuta de Edital (0739460), a Assessoria Jurídica emitiu parecer chancelando o documento, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93 (0744734), e o Diretor Geral autorizou a abertura do procedimento licitatório (0746632).

3. O Aviso de Licitação foi divulgado em 1 de outubro de 2019 no Diário Oficial da União nº 190, Seção 3, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, na página eletrônica do CNJ e afixado no quadro de avisos da CPL (0766907).

4. Informamos que, após as publicações, foram apresentados 2 (dois) questionamentos aos termos do Edital, conforme Documento SEI (0766982 e 0766985).

5. Na sessão pública de abertura do Pregão, realizada em 14 de outubro de 2019, 5 (cinco) empresas cadastraram propostas para o Grupo 1, conforme Documento SEI n. 0766988.

6. Após verificação das propostas cadastradas, procedeu-se à fase de lances. Encerrada a etapa competitiva, verificou-se a ordem de classificação final disposta no documento nº 0766989.

7. Por conseguinte, a empresa mais bem colocada foi convocada a apresentar as sua proposta de preço e os documentos de habilitação, no prazo estabelecido na Seção X do Edital.

8. Examinada a documentação, com o auxílio da unidade técnica, registrou-se o julgamento e a motivação da aceitação da proposta, nos seguintes termos:

| **ITEM 1** | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Classificação** | **Empresa** | **Valor total (R$)** | **Julgamento da Proposta** | **Motivo da Recusa/Aceitação** |
| 1º | ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY | 1.252.449,99 | (Proposta – 0766994) Análise Técnica – 0767002) ACEITA | Por atender a todos os requisitos do Edital. |

9. Encerrada a sessão, foram registradas 2 (duas) intenções de recurso, conforme Ata de realização do Pregão Eletrônico nº 36/2019 (0767007).

10. As razões recursais constam nos documentos 0767188 e 0767189. As contrarrazões estão presentes no documento 0767190

11. Analisadas as razões e as contrarrazões, o Pregoeiro conheceu do recurso e, no mérito, manteve a decisão que declarou vencedora do certame a empresa ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY, decisão mantida pela Assessoria Jurídica (0770767) e avalizada pela decisão do Diretor Geral deste Conselho (0771208).

12. O resultado do certame foi publicado no Diário Oficial da União (0771942).

13. A economia auferida no Pregão 36/2019 foi de 49,82 %, representando um montante de R$ 1.243.316,00 (um milhão, duzentos e quarenta e três mil, trezentos e dezesseis reais), conforme mapa comparativo de preços (0771943).

14. Mediante dever de ofício, ressalte-se que o Acórdão nº 1.793/2011 do Plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) recomendou aos gestores públicos a identificação de comportamentos prejudiciais à boa condução dos procedimentos licitatórios pelas licitantes, nesse contexto, relato que a licitação ocorreu sem qualquer incidente.

15. Por fim, e sendo o que me cabia informar, encaminho o processo para as providências relativas à comprovação da regularidade jurídica do certame e posterior **adjudicação e homologação** por parte da autoridade competente.

Respeitosamente,

**Bruno César de Oliveira Lopes**

Pregoeiro

---

Documento assinado eletronicamente por **BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES**, **CHEFE DE SEÇÃO - SEÇÃO DE LICITAÇÕES**, em 08/11/2019, às 14:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **0772997** e o código CRC **73777644**.

---

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SEPN Quadra 514 Norte - Lote 9 - Bloco D - CEP 70760-544 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

# LISTA

**PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI 00414/2018**

**LISTA DE VERIFICAÇÃO** de atos administrativos atinentes à análise jurídica prévia à homologação do procedimento licitatório, na modalidade pregão eletrônico.

| **Item** | **Questionário** | **Sim**<br>**Não**<br>**N/A** | **Folha** |
|---|---|---|---|
| 1 | Os comprovantes das publicações do edital resumido constam do processo?<br>*Ref. Decreto n.º 5.450/05, art. 30, XII, "a" e Lei n.º 8.666/93, art. 38, II* | sim | 0766907 |
| 2 | O aviso contendo o resumo do edital foi publicado nos meios previstos pela legislação?<br>*Para a Administração Pública Federal:*<br>• *até R$ 650 mil (DOU e internet)*<br>• *de R$ 650 mil a R$ 1,3 milhão (DOU, internet e jornal de grande circulação local) - acima de R$ 1,3 milhão ou na hipótese de pregão para SRP (DOU, internet e jornal de grande circulação regional ou nacional) Ref. Decreto n. 5.450/05, art. 17.* | sim | 0766907 |
| 3 | Foi respeitado o prazo de 8 dias entre a divulgação da licitação (publicação do aviso do edital) e a realização do certame?<br>*Ref. Decreto n. 5.450/05, art. 17, §4º.* | sim | 0766907<br>0767007 |
| 4 | A ata de realização do pregão eletrônico consta do processo e contém registro dos licitantes participantes, das propostas apresentadas, dos lances ofertados na ordem de classificação, da aceitabilidade da proposta de preço, | sim | 0767007 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | da habilitação e dos recursos porventura interpostos, respectivas análises e decisões? *Ref. Decreto n. 5.450/05, art. 30, XI, alíneas "a" até "f".* | | |
| 5 | O ato de adjudicação e a publicação no DOU constam do processo? *Ref. Lei n. 8.666/93, art. 38, VII.* | Ainda não | |
| 6 | O comprovante da publicação do resultado da licitação consta do processo? *Ref. Decreto n. 5.450/2005, art. 30.* | sim | 0771942 |
| 7 | Os documentos necessários à habilitação (originais ou cópias autenticadas por cartórios competentes ou por servidores da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial) constam do processo?<br><br>*Ref. Decreto n.º 5.450/05, art. 30, X e Lei n.º 8.666/93, art. 38, XII combinado com o art. 32.* | sim | 0766994 |
| 8 | Os documentos apresentados pela licitante estavam válidos na data da sessão? | sim | 0766994 |
| 9 | A proposta da licitante declarada vencedora foi assinada por pessoa com poderes para representar a empresa? | sim | 0766994 |
| 10 | Foi constatada a inexistência de registros indicativos de que a futura contratada esteja apenada com impedimento ou suspensão de licitar com a União e foi verificada a inexistência de registros de inidoneidade (TCU, CGU e CEIS)? | sim | 0774068 |

Documento assinado eletronicamente por **DANIEL SOUZA COSTA E SILVA**, **ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA**, em 13/11/2019, às 14:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **0774087** e o código CRC **34CF69CD**.

# PARECER - AJU

**Assunto:** Pregão Eletrônico 36/2019. Análise da regularidade procedimental previamente à homologação do certame.

Senhora Assessora-Chefe,

Os autos foram encaminhados à Assessoria Jurídica (AJU), nos termos do Relatório da Comissão Permanente de Licitação (CPL) 0772997, "para as providências relativas à comprovação da regularidade jurídica do certame e posterior **adjudicação e homologação** por parte da autoridade competente".

**2.** Precede esta análise a averiguação do atendimento aos requisitos elencados na lista de verificação constante do arquivo SEI 0166793, juntada aos autos, devidamente preenchida, no arquivo SEI 0774087, em atenção à determinação da Diretoria-Geral no Despacho DG 0170165, no bojo do Processo SEI 07189/2015.

**3.** Cuida-se de pregão eletrônico cujo objeto é a aquisição de solução de inteligência cibernética incluindo equipamentos, manutenção e conservação, suporte técnico especializado, instalação personalizada e treinamento, conforme Anexos I, II e III do Edital, autorizado por meio do Despacho DG - arquivo SEI 0746632.

**4.** Em atendimento ao comando do art. 17 do Decreto 5.450, de 31 de maio de 2005, o Aviso de Licitação foi divulgado por meio de (arquivo SEI 0766907):

i) publicação no Diário Oficial da União n. 190, Seção 3, fl. 122, do dia 1º de outubro de 2019;

ii) publicação no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br;

iii) publicação na página eletrônica do CNJ;

iv) informe afixado no quadro de avisos da CPL.

**5.** Nesse particular, em que pese o inciso III do art. 17 do referido Decreto[1] estabelecer a publicação em jornal de grande circulação para o valor estimado da contratação em comento, importante destacar a edição da Medida Provisória 896/2019, de 6 de setembro de 2019. Na ocasião, a CPL formulou consulta à AJU por meio do Processo SEI 10396/2019, no qual opinou-se que "a exigência de publicação em jornal de grande circulação prevista no Decreto nº 5.450/2005, que regulamenta o pregão, na forma eletrônica, resta, a nosso sentir, atendida com a publicação dos referidos atos em sítio eletrônico oficial, qual seja, o sítio do Conselho Nacional de Justiça, e no Diário Oficial da União, nos termos do artigo 6º da MPV 896/2019" (Parecer AJU 0739703).

**6.** Em 18 de outubro de 2019, foi publicada a medida cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade 6.229 DF (0762968) que suspendeu a aplicabilidade da MPV 896/2019. Assim, considerando a situação jurídica e o conjunto normativo vigente na data em que se deu a publicação do Edital do Pregão Eletrônico 36/2019 (1º de outubro de 2019), entende-se que os requisitos legais pertinentes foram observados.

**7.** Após a publicação do instrumento convocatório, foram apresentados dois questionamentos, que foram devidamente respondidos, conforme item 4 do Relatório CPL 0772997.

**8.** Por cumprir todos os requisitos enumerados no instrumento convocatório, foi declarada vencedora do certame a empresa ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY (item 8 do Relatório CPL 0772997), originalmente classificada em 1º lugar.

**9.** Encerrada a sessão, duas empresas participantes registraram intenção de recurso, conforme itens 9 e 10 do Relatório CPL 0772997 e a Ata de Realização do Pregão Eletrônico 36/2019 (arquivo SEI 0767007). As razões recursais e as contrarrazões foram analisadas pela unidade técnica e pelo pregoeiro, que manteve a decisão de declarar vencedora a empresa ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY (arquivo SEI 0769719). O Diretor-Geral, com fundamento no Parecer AJU 0770767, manteve a decisão do pregoeiro, conforme arquivo SEI 0771208.

**10.** O resultado da licitação foi publicado no Diário Oficial da União n. 217, página 147, Seção 3, de 8 de novembro de 2019 (arquivo SEI 0771942) e, de acordo com o mapa comparativo de preços (arquivo SEI 0771943), a economia auferida no certame foi de 49,82%, representando o valor de R$ 1.243.316,00 (um milhão, duzentos e quarenta e três mil, trezentos e dezesseis reais).

**11.** Utilizando o número de CNPJ da futura fornecedora, foram realizadas consultas em páginas eletrônicas [2] mantidas na rede mundial de computadores e não se identificaram (arquivo SEI 0774068):

a) eventos hábeis à indicação de que a empresa vencedora do Pregão n° 36/2019 estejam apenadas com impedimento ou suspensão de licitar com a União; e

b) a existência de declaração de inidoneidade.

**12.** Considerando a recomendação do Tribunal de Contas da União nos Acórdãos n° 1.793/2011 e 754/2015 – Plenário, quanto à identificação de comportamentos de licitantes prejudiciais à boa condução dos certames, o Pregoeiro informou que o certame ocorreu sem incidentes, conforme item 14 do Relatório CPL 0772997.

**13.** Os registros que formam as passagens precedentes fundamentam nossa convicção pela existência de compatibilidade entre as previsões do ordenamento jurídico e os procedimentos administrativos executados ao longo do **Pregão Eletrônico CNJ 36/2019**, reunindo as condições necessárias ao recebimento de **homologação e adjudicação** pelo Sr. Diretor-Geral[3].

Brasília, DF, 11 de novembro de 2019.

Daniel Souza Costa e Silva

**Assessor Jurídico**

Senhor Diretor-Geral,

Estou de acordo com o parecer acima. Seguem os autos à consideração de Vossa Senhoria.

Brasília, DF, 11 de novembro de 2019.

Luciana Cristina Gomes Coelho Matias

**Assessora-Chefe da Assessoria Jurídica**

---

[1] Art. 17. A fase externa do pregão, na forma eletrônica, será iniciada com a convocação dos interessados por meio de publicação de aviso, observados os valores estimados para contratação e os meios de divulgação a seguir indicados:

(...)

III - superiores a R$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais):

a) Diário Oficial da União;

b) meio eletrônico, na internet; e

c) jornal de grande circulação regional ou nacional.

[2]

http://portal.tcu.gov.br/certidoes/,

https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/

[3] Art. 8º À autoridade competente, de acordo com as atribuições previstas no regimento ou estatuto do órgão ou da entidade, cabe:

(...)

IV - decidir os recursos contra atos do pregoeiro quando este mantiver sua decisão;

V - adjudicar o objeto da licitação, quando houver recurso;

---

Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA CRISTINA GOMES COÊLHO MATIAS**, **ASSESSOR-CHEFE - ASSESSORIA JURÍDICA**, em 13/11/2019, às 08:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **DANIEL SOUZA COSTA E SILVA**, **ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA**, em 13/11/2019, às 14:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **0774111** e o código CRC **A6A55A34**.

PREGÃO ELETRÔNICO

Conselho Nacional de Justiça

**Termo de Adjudicação do Pregão Eletrônico**

Nº 00036/2019

Às 14:57 horas do dia 15 de outubro de 2019, após analisado o resultado do Pregão nº 00036/2019, referente ao Processo nº 00414/2018, o pregoeiro, Sr(a) BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES, ADJUDICA aos licitantes vencedores os respectivos itens, conforme indicado no quadro Resultado da Adjudicação.

**OBS: Itens com recursos serão adjudicados pela Autoridade competente e constarão no termo de julgamento.

**Resultado da Adjudicação**

**Este pregão não possui termo de adjudicação.**

**Fim do documento**

PREGÃO ELETRÔNICO

Conselho Nacional de Justiça

**Termo de Homologação do Pregão Eletrônico**

Nº 00036/2019

Às 14:18 horas do dia 19 de novembro de 2019, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Sr. JOHANESS ECK, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 00414/2018, Pregão nº 00036/2019.

**Resultado da Homologação**

**GRUPO 1**
**Tratamento Diferenciado:** -
**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não
**Valor Estimado:** R$ 2.495.865,0000
**Situação:** Homologado

**Adjudicado para:** ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA **, pelo melhor lance de** R$ 1.252.550,0000 **, com valor negociado a** R$ 1.252.549,0000 .

**Itens do grupo:**

- 1 - Desenho Técnico - Convencional
- 2 - CONEXÃO BALAUSTRE
- 3 - CONEXÃO BALAUSTRE
- 4 - CONEXÃO BALAUSTRE
- 5 - CONEXÃO BALAUSTRE

**Item: 1 - GRUPO 1**
**Descrição:** Desenho Técnico - Convencional
**Descrição Complementar:** Equipamentos de inteligência cibernética, de acordo com especificações do Termo de Referência.
**Tratamento Diferenciado:** -
**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não
**Quantidade:** 1 **Unidade de fornecimento:** Unidade
**Valor Estimado:** R$ 1.599.802,8000 **Intervalo Mínimo entre Lances:** -
**Situação:** Homologado

**Adjudicado para:** ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA **, pelo melhor lance de** R$ 650.000,0000 .

**Eventos do Item**

| Evento | Data | Nome | Observações |
|---|---|---|---|
| Adjudicado | 19/11/2019 14:12:18 | - | Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA, CNPJ/CPF:23.870.018/0001-40, Melhor lance : R$ 650.000,0000 |
| Homologado | 19/11/2019 14:18:08 | JOHANESS ECK | |

**Item: 2 - GRUPO 1**
**Descrição:** CONEXÃO BALAUSTRE
**Descrição Complementar:** Manutenção e conservação, de acordo com especificações do Termo de

Referência
**Tratamento Diferenciado:** -
**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não
**Quantidade:** 20 **Unidade de fornecimento:** Unidade
**Valor Estimado:** R$ 491.000,0000 **Intervalo Mínimo entre Lances:** -
**Situação:** Homologado

**Adjudicado para:** ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA **, pelo melhor lance de** R$ 399.000,0000 .

**Eventos do Item**

| Evento | Data | Nome | Observações |
|---|---|---|---|
| Adjudicado | 19/11/2019 14:12:18 | - | Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA, CNPJ/CPF:23.870.018/0001-40, Melhor lance : R$ 399.000,0000 |
| Homologado | 19/11/2019 14:18:09 | JOHANESS ECK | |

**Item: 3 - GRUPO 1**
**Descrição:** CONEXÃO BALAUSTRE
**Descrição Complementar:** Suporte Técnico especializado, de acordo com especificações do Termo de Referência.
**Tratamento Diferenciado:** -
**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não
**Quantidade:** 20 **Unidade de fornecimento:** Unidade
**Valor Estimado:** R$ 300.000,0000 **Intervalo Mínimo entre Lances:** -
**Situação:** Homologado

**Adjudicado para:** ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA **, pelo melhor lance de** R$ 99.000,0000 .

**Eventos do Item**

| Evento | Data | Nome | Observações |
|---|---|---|---|
| Adjudicado | 19/11/2019 14:12:18 | - | Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA, CNPJ/CPF:23.870.018/0001-40, Melhor lance : R$ 99.000,0000 |
| Homologado | 19/11/2019 14:18:09 | JOHANESS ECK | |

**Item: 4 - GRUPO 1**
**Descrição:** CONEXÃO BALAUSTRE
**Descrição Complementar:** Instalação personalizada, de acordo com especificações do Termo de Referência.
**Tratamento Diferenciado:** -
**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não
**Quantidade:** 1 **Unidade de fornecimento:** Unidade
**Valor Estimado:** R$ 85.000,0000 **Intervalo Mínimo entre Lances:** -
**Situação:** Homologado

**Adjudicado para:** ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA **, pelo melhor lance de** R$ 84.500,0000 .

**Eventos do Item**

| Evento | Data | Nome | Observações |
|---|---|---|---|
| Adjudicado | 19/11/2019 14:12:18 | - | Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA, CNPJ/CPF:23.870.018/0001-40, Melhor lance : R$ 84.500,0000 |
| Homologado | 19/11/2019 14:18:09 | JOHANESS ECK | |

**Item: 5 - GRUPO 1**
**Descrição:** CONEXÃO BALAUSTRE

**Descrição Complementar:** Treinamento, de acordo com especificações do Termo de Referência.
**Tratamento Diferenciado:** -
**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não
**Quantidade:** 3 **Unidade de fornecimento:** Unidade
**Valor Estimado:** R$ 20.062,2000 **Intervalo Mínimo entre Lances:** -
**Situação:** Homologado

**Adjudicado para:** ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA **, pelo melhor lance de** R$ 20.050,0000 **, com valor negociado a** R$ 20.049,0000 .

**Eventos do Item**

| Evento | Data | Nome | Observações |
|---|---|---|---|
| Adjudicado | 19/11/2019 14:12:18 | - | Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA, CNPJ/CPF:23.870.018/0001-40, Melhor lance : R$ 20.050,0000, Valor Negociado : R$ 20.049,0000 |
| Homologado | 19/11/2019 14:18:09 | JOHANESSECK | |

**Fim do documento**

# CONTRATO

**CONTRATO N. 38/2019**

**CONTRATO CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, E A EMPRESA ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA., PARA AQUISIÇÃO DE SOLUÇÃO INTELIGÊNCIA CIBERNÉTICA (Pregão Eletrônico n. 36/2019 - Processo Administrativo/CNJ n. 00414/2018).**

A **UNIÃO**, por intermédio do **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**, sediado no SEPN 514, Lote 9, Bloco D, em Brasília - Distrito Federal, inscrito no CNPJ sob o n. 07.421.906/0001-29, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Diretor-Geral, **Johaness Eck**, RG n. 6.997.231-x SSP/SP e CPF n. 006.583.638-32, no uso das atribuições conferidas pela Portaria n. 89, de 13 de setembro de 2018, e pelo art. 3º, inciso XI, alínea "al", da Portaria n. 112, de 4 de junho de 2010, e a empresa **ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA.**, com sede no SHS, Quadra 06, Conjunto A, Bloco A, Sala 202, Edifício Brasil 21, Brasília/DF, CEP 70316-102, telefone (61) 3044-4702, inscrita no CNPJ sob o n. 23.870.018/0001-40, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por sua procuradora, **Geovana Fernanda Fernandes Contaefer**, RG n. 2.017.041 SSP/DF e CPF n. 725.822.191-34, considerando o julgamento do Pregão Eletrônico CNJ n. 36/2019, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de novembro de 2019, e a respectiva homologação, conforme Despacho DG 0776178 do Processo n. 00414/2018, celebram o presente contrato, observando-se as normas constantes nas Leis n. 8.666/1993 e 10.520/2002, no Decreto n. 5.450/2005, e ainda, mediante as cláusulas a seguir enumeradas.

## DO OBJETO

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – Constitui objeto do presente contrato a aquisição de solução inteligência cibernética incluindo equipamentos, manutenção e conservação, suporte técnico especializado, instalação personalizada e treinamento, observados o Edital, o Termo de Referência e a proposta da **CONTRATADA**, os quais, independentemente de transcrição, são parte integrante deste instrumento e serão observados naquilo que não o contrarie.

## DO REGIME DE EXECUÇÃO

**CLÁUSULA SEGUNDA** – O objeto do presente contrato será executado de forma indireta, por empreitada por preço unitário, em conformidade com o disposto na Lei n. 8.666/1993.

## DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

**CLÁUSULA TERCEIRA** – Constituem obrigações do **CONTRATANTE**:

a) prestar, por meio do gestor do contrato, as informações e os esclarecimentos pertinentes ao objeto contratado que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**;

b) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto conforme especificações do Termo de Referência, por meio de

servidor(es) designado(s), de modo a garantir o fiel cumprimento das obrigações;

c) comunicar oficialmente à **CONTRATADA** sobre quaisquer falhas verificadas na fiscalização da execução do objeto;

d) exercer permanente fiscalização, registrando ocorrências relacionadas com a execução do objeto contratado e determinando as medidas necessárias à regularização dos problemas observados;

e) proporcionar os recursos técnicos e logísticos necessários para que a **CONTRATADA** possa executar os serviços conforme as especificações estabelecidas no Termo de Referência;

f) efetuar o pagamento devido pela execução do objeto, dentro do prazo estipulado, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências contratuais;

g) aplicar as sanções previstas neste contrato, assegurando à **CONTRATADA** o contraditório e a ampla defesa.

h) proporcionar todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais, inclusive permitir acesso aos profissionais ou representantes da **CONTRATADA** às suas dependências com controle e supervisão das áreas técnicas do **CONTRATANTE**.

i) o **CONTRATANTE** reserva-se o direito de proceder quaisquer configurações no equipamento, desde que tal iniciativa não implique em danos lógicos nem físicos, sem que isto possa ser usado como pretexto pela **CONTRATADA** para se desobrigar da manutenção e conservação.

## DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

**CLÁUSULA QUARTA** – Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

a) manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

b) indicar preposto e cuidar para que esse mantenha permanente contato com o gestor do contrato na coordenação dos trabalhos concernentes a execução do objeto;

c) reportar formal e imediatamente ao gestor do contrato quaisquer problemas, anormalidades, erros e irregularidades que possam comprometer a execução do objeto, utilizando-se das formas de comunicação estabelecidas no Termo de Referência;

d) manter os profissionais nas dependências do **CONTRATANTE** adequadamente trajados e identificados com uso permanente de crachá, com foto e nome visível;

e) seguir as instruções e observações efetuadas pelo gestor do contrato, bem como reparar, corrigir ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, os itens que constituem o objeto quando se verificarem vícios, defeitos ou incorreções

f) responder integralmente por quaisquer perdas ou danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus profissionais em razão da execução do objeto, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita

g) substituir por outro profissional de qualificação igual ou superior qualquer um dos seus profissionais cuja qualificação, atuação, permanência ou comportamento decorrentes da execução do objeto forem julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina do órgão ou ao interesse do serviço público, sempre que exigido pelo **CONTRATANTE;**

h) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos técnicos do **CONTRATANTE**, referentes a qualquer problema detectado ou ao andamento de atividades previstas;

i) entregar o Relatório Gerencial de Serviços (RGS) no prazo estabelecido no Termo de Referência, por e-mail no prazo de até 5 (cinco dias) úteis contados a partir da data de sua solicitação;

j) entregar a nota fiscal bem como os demais documentos que a acompanham, no prazo definido no Termo de Referência, por e-mail ou diretamente no protocolo do **CONTRATANTE**;

k) apresentar os dados referentes à Central de Atendimento;

l) na eventualidade de substituição permanente por outro equipamento de capacidade igual ou superior ao substituído, a **CONTRATADA** deverá apresentar a nota fiscal que relacione o modelo e o número de série do equipamento e a certidão comprovando a origem do bem e a quitação dos tributos;

m) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme preconiza o art. 55, inciso XIII da Lei n° 8.666/1993;

n) o preposto indicado pela **CONTRATADA** deverá reportar formal e imediatamente ao gestor do contrato quaisquer problemas, anormalidades, erros e irregularidades que possam comprometer a execução do objeto, utilizando-se das formas de comunicação estabelecidas no Termo de Referência.

o) aceitar todos os termos e condições previstas no edital de licitação e seus anexos, conforme art. 55, inciso XI da Lei n° 8.666/1993.

**Parágrafo primeiro** - Não está prevista subcontratação parcial de outra empresa para a execução do objeto desta contratação, devido características técnicas de agrupamento do objeto.

**Parágrafo segundo** – A **CONTRATADA** deverá assinar Termo de compromisso de manutenção do sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do **CONTRATANTE** ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto, respeitando todos os critérios estabelecidos, aplicáveis aos dados, informações, regras de negócios, documentos, entre outros pertinentes, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa.

## DA DINÂMICA DE EXECUÇÃO

**CLÁUSULA QUINTA –** A entrega da solução será nas dependências do **CONTRATANTE**, na SEPN Quadra 514 Norte, Lote 9, Bloco B, ou em qualquer um dos edifícios que o **CONTRATANTE** vier ocupar, em Brasília, no Distrito Federal.

**Parágrafo único –** Será realizada mensalmente as atividades previstas noTermo de Referência, durante a vigência do contrato.

## DA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO (item 2)

**CLÁUSULA SEXTA –** A manutenção e conservação de todos os equipamentos deverá ser prestada, com supervisão e autorização do fabricante da solução, sob demanda, de forma ininterrupta, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, inclusive feriados.

**Parágrafo primeiro –** As peças/equipamentos substituídos bem como as versões de *firmware*/*software* instaladas deverão estar de acordo com os termos de garantia limitada da fabricante.

**Parágrafo segundo -** Entende-se por solução definitiva aquela que venha subtrair defeitos e vícios ou substituir peças/equipamentos defeituosos ou atualizar *firmware*/*software*.

**Parágrafo terceiro -** Caso a solução apresentada pela **CONTRATADA** não atenda às expectativas definidas nos níveis de severidade ou não seja definitiva, o chamado técnico será reaberto pelo Gestor do Contrato/Fiscal Técnico, e o prazo de atendimento continuará a contar a partir de sua interrupção para fins de aplicação de penalidades.

**Parágrafo quarto -** As atualizações e correções (*patches*) do *software* deverão estar disponibilizados via WEB ou fornecidas em mídia (CD ou DVD), quando desta forma forem solicitadas, sem quaisquer custos adicionais para o CNJ.

**Parágrafo quinto -** O acesso a base de conhecimento do fabricante deverá estar disponível via WEB, sem quaisquer custos adicionais para o **CONTRATANTE.**

## DO SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO (item 3)

**CLÁUSULA SÉTIMA** - A solução deverá possuir suporte técnico com atendimento remoto/presencial para solução de quaisquer problemas que impeçam o funcionamento adequado da solução.

**Parágrafo primeiro –** Deverá existir mecanismo adequado para abertura e acompanhamento de chamados de suporte técnico durante a garantia, 24 h por dia, 7 dias por semana;

**Parágrafo segundo** - Os chamados de suporte técnico durante a garantia deverão ter seu atendimento iniciado no prazo máximo de 2 (duas) horas, após sua abertura.

**Parágrafo terceiro** - Os níveis de severidade e prazos de atendimento das ocorrências deverão ser classificados conforme tabela abaixo:

**Parágrafo quarto** – Entende-se por solução definitiva aquela que atenda às expectativas definidas nos níveis de criticidade.

**Parágrafo quinto** - Caso a solução apresentada pela **CONTRATADA** não atenda às expectativas definidas nos níveis de severidade ou não seja definitiva, o chamado técnico será reaberto pelo Gestor do Contrato/Fiscal Técnico, e o prazo de atendimento continuará a contar a partir de sua interrupção para fins de aplicação de penalidades.

**Parágrafo sexto -** Ao **CONTRATANTE** reserva-se o direito de proceder quaisquer configurações ou, instalações, desde que tal iniciativa não implique em danos lógicos à solução, sem que isto possa ser usado como pretexto pela **CONTRATADA** para se desobrigar do suporte técnico presencial.

## DA INSTALAÇÃO PERSONALIZADA (item 4)

**CLÁUSULA OITAVA** A solução deve ser instalada, preferencialmente, nas dependências do **CONTRATANTE**.

**Parágrafo Primeiro -** A solução deve ser configurada para receber flow de pelo menos 02 (dois) dispositivos de rede apontados pela Equipe de Tratamento de Incidentes de Rede do **CONTRATANTE** (ETIR-CNJ).

**Parágrafo Segundo -** A solução deve ser configurada para receber informações de eventos/logs de pelo 10 (dez) dispositivos apontados pela Equipe de Tratamento de Incidentes de Rede do **CONTRATANTE** (ETIR-CNJ).

**Parágrafo Terceiro -** A solução deve ser configurada para receber informações de tráfego de pacotes de pelo menos 2 (dois) segmentos de rede apontados pela Equipe de Tratamento de Incidentes de Rede do **CONTRATANTE** (ETIR-CNJ).

**Parágrafo Quarto -** Deverá ser apresentada documentação técnica detalhada contendo todas informações referentes à instalação e à configuração de todos os itens da solução.

## DO TREINAMENTO (item 5)

**CLÁUSULA NONA –** Deverá ser fornecido treinamento oficial, com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas semanais, abarcando o conteúdo necessário para a perfeita compreensão e operação de todos os requisitos da solução.

**Parágrafo primeiro -** O treinamento deverá ser fornecido para 3 (três) servidores, detentores de cargos efetivos, do **CONTRATANTE**.

**Parágrafo segundo -** Ao final do treinamento, deverá ser fornecido um certificado de conclusão, contendo as seguintes informações mínimas: nome do curso, nome do instruendo, carga horária total e ementa do treinamento.

**Parágrafo terceiro -** A **CONTRATADA** deverá aplicar o Formulário de Avaliação, conforme modelo constante do Termo de Referência.

**Parágrafo quarto** - Caso o resultado da Avaliação de Instrutor seja considerado "não proveitoso", o treinamento fornecido será considerado não aceito.

**Parágrafo quinto -** Na hipótese de não aceitação, a **CONTRATADA** deve oferecer outro treinamento, com a mesma carga horária, com outro instrutor, sem qualquer ônus para o **CONTRATANTE**.

**Parágrafo sexto -** O novo treinamento deverá ser realizado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da não aceitação do **CONTRATANTE**, considerando-se os critérios estabelecidos.

**Parágrafo sétimo -** Na hipótese de o resultado do segundo treinamento ser "não proveitoso", o objeto será considerado não aceito, caracterizando inexecução total da obrigação, aplicando-se as sanções previstas contratualmente.

## DA CENTRAL DE ATENDIMENTO (ITENS 2 E 3)

**CLÁUSULA DEZ –** O registro de ocorrências de suporte técnico presencial e de manutenção e conservação será

feito exclusivamente por meio de chamado técnico, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

**Parágrafo primeiro** – Deverá existir canal de atendimento para realização e acompanhamento de chamados técnicos, com acesso permanente para os técnicos do **CONTRATANTE**, contemplando no mínimo, sítio eletrônico e telefone 0800 (gratuito) ou telefone local em Brasília.

**Parágrafo segundo** – O Relatório Gerencial dos Ocorrência (RGS) deverá conter as asinformações, na íntegra, do chamado técnico realizado, e as recomendações de boas práticas do fabricante e gestão de continuidade da solução.

**Parágrafo terceiro** - Deverão ser providas informações, assistência e orientação para diagnósticos, avaliações e resolução de problemas, características dos produtos e demais atividades relacionadas à correta operação e funcionamento da solução.

**Parágrafo quarto** - Quando o suporte técnico presencial ou a manutenção e conservação for solicitada, o atendimento deverá ser iniciado imediatamente, independente do meio utilizado para a abertura do chamado técnico.

**Parágrafo quinto -** Na abertura do chamado técnico, o técnico do **CONTRATANTE** definirá um nível de criticidade.

## DOS NÍVEIS DE SERVIÇOS EXIGIDOS

**CLÁUSULA ONZE** – Os Níveis de Serviço Exigidos para o contrato serão tomados com base nos prazos de solução definitiva de cada ocorrência descrita no chamado técnico e de acordo com os respectivos níveis de severidade Alta, Média e Baixa, definidos no Termo de Referência.

**Parágrafo único** – Caso não haja manifestação da **CONTRATADA** dentro dos prazos estabelecidos no Termo de Referência para o atendimento dos níveis de serviços exigidos ou o gestor do contrato entenda improcedente as justificativas apresentadas, será iniciado processo de aplicação de penalidades previstas, conforme o nível de serviço transgredido.

## DO VALOR

**CLÁUSULA DOZE** – O valor total do presente contrato é de **R$ 1.252.449,99 (um milhão, duzentos e cinquenta e dois mil quatrocentos e quarenta e nove reais e noventa e nove centavos)**, conforme discriminado no Anexo A.

**Parágrafo único** – Já estão inclusos no preço todos os encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato.

## DO REAJUSTE

**CLÁUSULA TREZE** – No caso de prorrogação contratual, para fins de reajuste, deverá ser considerado o Índice de Custos de Tecnologia da Informação (ICTI), conforme Portaria nº 6.432, de 11 de julho de 2018[15] do Ministério da Economia.

## DO RECEBIMENTO

**CLÁUSULA QUATORZE** – O objeto do presente contrato será recebido da seguinte forma:

**Para o item 1 (um):**

a) provisoriamente, até o 5º (quinto) dia útil após a entrega do equipamento pela contratada;

b) definitivamente, até o 5º (quinto) dia útil após a entrega do Relatório final de instalação;

**Para os itens 2 (dois) e 3 (três):**

a) definitivamente, a cada mês, mediante despacho de atesto da nota fiscal, após a avaliação do Relatório Gerencial de Serviço (RGS) e verificação de atendimento aos Níveis de Serviço Exigidos (NSE), conforme

disposto no ANEXO C do Termo de Referência.

**Para o item 4 (quatro):**

a) provisoriamente, até o 5º (quinto) dia útil após o recebimento provisório do item 1;

b) definitivamente, até o 5º (quinto) dia útil após a entrega do Relatório final de instalação

**Para o item 5 (cinco):**

a) provisoriamente, até o 30º (trigésimo) dia após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos itens 1 (um) e 4 (quatro) e da análise dos Formulários de Avaliação e identificação de que o curso alcançou os níveis de qualidade esperados pelo **CONTRATANTE**;.

b) definitivamente, será realizado em até 10 (dez) dias após a realização do treinamento.

**Parágrafo primeiro** - Caso sejam constatadas inadequações, falhas ou incorreções na execução, fica a **CONTRATADA** obrigada a efetuar as correções necessárias, sem ônus para o **CONTRATANTE**.

**Parágrafo segundo** - O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade civil, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei.

## DO PAGAMENTO

**CLÁUSULA QUINZE** – O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente da **CONTRATADA**, por ordem bancária, no prazo disposto nos artigos 5º, § 3º, ou 40, XIV, "a", da Lei n. 8.666/93, conforme o caso, desde que cumpridos os seguintes requisitos:

a) apresentação de nota fiscal de acordo com a legislação vigente à época da emissão (nota fiscal eletrônica, se for o caso), acompanhada da prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da **CONTRATADA**; da prova de regularidade relativa à Seguridade Social; do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela Justiça do Trabalho;

b) inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a **CONTRATADA**.

**Parágrafo primeiro** – O pagamento será efetuado após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo ou após apuração do Relatório Gerencial de Serviço (RGS), com base nas métricas definidas no ANEXO C do Termo de Referência, bem como no despacho de atesto da nota fiscal, desde que não se verifique defeitos ou imperfeições.

**Parágrafo segundo** - A **CONTRATADA** não poderá apresentar nota fiscal com número raiz do CNPJ diverso do qualificado no preâmbulo deste contrato.

**Parágrafo terceiro** - A nota fiscal apresentada em desacordo com o estabelecido no Edital, neste contrato ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida à **CONTRATADA** com a interrupção do prazo previsto para pagamento. A nova contagem do prazo será iniciada a partir da respectiva regularização.

**Parágrafo quarto** - Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou à atualização monetária.

**Parágrafo quinto** - A não manutenção das condições de habilitação pela **CONTRATADA** não ensejará a retenção de pagamento quando houver o atesto da efetiva e regular prestação dos serviços, mas poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

## DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

**CLÁUSULA DEZESSEIS** – Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a **CONTRATADA**, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice de Custos de Tecnologia da Informação – ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

## DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**CLÁUSULA DEZESSETE** – As despesas oriundas deste contrato correrão à conta dos recursos orçamentários consignados ao **CONTRATANTE**, Programa de Trabalho: 02.032.1389.2B65.0001, Naturezas da Despesa: 4.4.90.52 e 3.3.90.40, tendo sido emitidas as Notas de Empenho n. 2019NE001027 e 2019NE001028, datadas de 18 de novembro de 2019.

## DAS SANÇÕES

**CLÁUSULA DEZOITO** – Com fundamento no art. 7º da Lei n. 10.520/2002 e nos artigos 86 e 87 da Lei n. 8.666/1993, a **CONTRATADA** ficará sujeita, assegurada prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) advertência;

a.1) a **CONTRATADA** será notificada formalmente pelo **CONTRATANTE** em caso de descumprimento de obrigação contratual e terá de apresentar as devidas justificativas em um prazo de até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da notificação;

a.2) caso não haja manifestação dentro desse prazo ou o **CONTRATANTE** entenda serem improcedentes as justificativas apresentadas, a **CONTRATADA** será advertida.

b) multa de:

b.1) 0,3% (três décimos) por dia, calculada sobre o valor total do contrato, no caso de descumprimento do prazo de entrega estabelecido na etapa 3 do item 4.3.1 do Termo de Referência, limitada a incidência a 30 (trinta) dias corridos de atraso;

b.1.1) no caso de atraso injustificado na entrega por prazo superior a 30 (trinta) dias corridos, com a aceitação do objeto pelo **CONTRATANTE**, será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;

b.1.2) no caso de atraso injustificado na entrega por prazo superior a 30 (trinta) dias corridos, com a não aceitação do objeto pelo **CONTRATANTE**, caracterizando-se nesta hipótese a inexecução total da obrigação, será aplicada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e descredenciamento do SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais sanções previstas em edital e contrato.

b.2) 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso do "Índice de atendimento de chamados técnicos de severidade alta (NS01)" ser menor que 80% (oitenta por cento);

b.3) 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso do "Índice de atendimento de chamados técnicos de severidade média (NS02)" ser menor que 80% (oitenta por cento);

b.4) 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, a cada 3 (três) advertências durante a execução, sem prejuízo de aplicação de outras penalidades previstas;

b.5) No caso de inexecução total das obrigações assumidas será aplicada a penalidade prevista na letra "c";

c) impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e descredenciamento do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e das demais penalidades legais;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

**Parágrafo primeiro -** O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pelo **CONTRATANTE** à **CONTRATADA** ou cobrado judicialmente.

**Parágrafo segundo -** As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do *caput* desta cláusula poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa.

**Parágrafo terceiro -** A penalidade prevista na alínea "c" desta cláusula também poderá ser aplicada à **CONTRATADA**, caso tenha sofrido condenação definitiva por fraudar recolhimento de tributos, praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos da licitação ou demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração.

**Parágrafo quarto -** Excepcionalmente, desde que devidamente justificado no processo administrativo, o **CONTRATANTE** poderá efetuar a retenção do valor presumido da multa, e, concomitantemente, instaurar regular processo administrativo oportunizando à **CONTRATADA** o exercício do contraditório e da ampla defesa.

**Parágrafo quinto -** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e sua aplicação deverá ser precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa para **CONTRATADA**, na forma da lei.

**Parágrafo sexto** – Os instrumentos de requerimentos, de defesas prévias e de recursos eventualmente interpostos pela **CONTRATADA** deverão ser instruídos com os documentos hábeis à prova das alegações neles contidas. Referidos documentos probatórios deverão ser apresentados em suas versões originais e/ou em versões autenticadas, por cartórios extrajudiciais ou por servidores da Administração Pública, sob pena de, a critério exclusivo do **CONTRATANTE**, não serem avaliados. Caso a autenticação de cópias de documentos originais e/ou o fornecimento de cópias de documentos sejam requeridos ao **CONTRATANTE**, as despesas correspondentes deverão ser ressarcidas previamente, em Guia de Recolhimento da União (GRU).

## DA RESCISÃO

**CLÁUSULA DEZENOVE** – O inadimplemento de cláusula estabelecida neste contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará ao **CONTRATANTE** o direito de rescindi-lo, mediante notificação, com prova de recebimento.

**CLÁUSULA VINTE** – Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n. 8.666/1993, constituem motivos para a rescisão deste contrato:

a) atraso injustificado na execução dos serviços, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação ao **CONTRATANTE**;

b) o cometimento reiterado de falhas comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante do **CONTRATANTE**.

**Parágrafo único** – Caso a **CONTRATADA** venha a sofrer processos de fusão, cisão ou incorporação, será admitida a continuação deste contrato, desde que sua execução não seja afetada e que a **CONTRATADA** mantenha o fiel cumprimento dos termos contratuais e as condições de habilitação.

**CLÁUSULA VINTE E UM**– Ao **CONTRATANTE** é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n. 8.666/1993, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80, todos da Lei n. 8.666/93.

## DA VIGÊNCIA

**CLÁUSULA VINTE E DOIS –** O contrato terá vigência de **20 (vinte) meses** a contar da assinatura do contrato, podendo ser renovado nos termos da lei, no caso dos itens 2 e 3.

## DO ACOMPANHAMENTO

**CLÁUSULA VINTE E TRÊS** – O **CONTRATANTE** nomeará um gestor titular e um substituto para executar a fiscalização do contrato. As ocorrências serão registradas em relatório, cuja cópia será encaminhada à **CONTRATADA**, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

**Parágrafo único -** A existência e a atuação da fiscalização pelo **CONTRATANTE** em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da **CONTRATADA**, no que concerne à execução do objeto contratado.

## DOS CASOS OMISSOS

**CLÁUSULA VINTE E QUATRO –** Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste contrato serão decididos pelas partes, no que couber, segundo as disposições contidas na Lei n. 8.666/1993 e suas alterações posteriores, demais regulamentos e normas administrativas federais.

## DA PUBLICIDADE

**CLÁUSULA VINTE E CINCO –** O extrato do presente contrato será publicado no Diário Oficial da União,

Seção 3, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei n. 8.666/1993.

**DO FORO**

**CLÁUSULA VINTE E SEIS –** Para dirimir eventuais conflitos oriundos do presente contrato é eleito o foro de Brasília - Distrito Federal.

E por estarem assim de pleno acordo, assinam as partes o presente instrumento na forma eletrônica, nos termos da Lei n. 11.419/2006 e da Instrução Normativa CNJ n. 67/2015.

Pelo **CONTRATANTE**

**Johaness Eck**

Diretor-Geral

Pela **CONTRATADA**

**Geovana Fernanda Fernandes Contaefer**

Procuradora

**ANEXO A DO CONTRATO N. 38/2019, CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, E A EMPRESA ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA., PARA AQUISIÇÃO DE SOLUÇÃO INTELIGÊNCIA CIBERNÉTICA (Pregão Eletrônico n. 36/2019 - Processo Administrativo/CNJ n. 00414/2018).**

**VALOR DISCRIMINADO DO CONTRATO**

| **GRUPO** | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Item** | **Descrição** | **Un.** | **Qtd.** | **Valor Unitário (R$)** | **Valor Total (R$)** |
| | | | | | |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 1 | Equipamentos de inteligência cibernética, de acordo com o item 5.1 | Conjunto | 1 | 650.000,00 | 650.000,00 |
| 2 | Manutenção e conservação, de acordo com o item 5.2 | mês | 20 | 19.950,00 | 399.000,00 |
| 3 | Suporte Técnico especializado, de acordo com o item 5.3 | mês | 20 | 4.950,00 | 99.000,00 |
| 4 | Instalação personalizada, de acordo com o item 5.4 | Conjunto | 1 | 84.500,00 | 84.500,00 |
| 5 | Treinamento, de acordo com o item 5.5 | Instruendo | 3 | 6.683,00 | 20.049,00 |
| **Valor Global** | | | | | **1.252.449,99** |

Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA CRISTINA GOMES COÊLHO MATIAS**, **ASSESSOR-CHEFE - ASSESSORIA JURÍDICA**, em 22/11/2019, às 18:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Geovana Fernanda Fernandes Contaefer**, **Usuário Externo**, em 26/11/2019, às 10:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 27/11/2019, às 16:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **0780915** e o código CRC **A822544A**.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

4º Termo Aditivo ao Contrato nº 27/2017, celebrado entre o STF e a SHOW PRESTADORA DE SERVIÇO DO BRASIL LTDA ME (Processo Eletrônico n. 014017/2016). Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato. Fundamento Legal: Lei n. 8.666/93. Assinatura: 26/11/2019. Vigência: a partir da assinatura. Assinam: pelo STF, Luiz Antonio de Souza Cordeiro, Secretário de Administração e Finanças; e, pela empresa, Eduardo Leite Cruz Lacet, Cassio Paludo Foster e Cristiane Akiko Momoi.

**AVISO DE ADIAMENTO**
**PREGÃO Nº 100/2019**

Comunicamos o adiamento da licitação supracitada , publicada no D.O.U de 18/11/2019, .Entrega das Propostas: a partir de 18/11/2019, às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 03/12/2019, às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para prestação de serviços suporte técnico on-site, 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, inclusive feriados, com manutenção preventiva, corretiva e evolutiva para os centros de dados do STF, bem como a substituição de componentes.

CEZAR AUGUSTO BARROS GADELHA
Pregoeiro

(SIDEC - 27/11/2019) 040001-00001-2019NE000020

**AVISO DE LICITAÇÃO**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 121/2019 - UASG 40001**

Nº Processo: 008326/2019. Objeto: Aquisição de cartuchos e mídias. Total de Itens Licitados: 5. Edital: 28/11/2019 das 09h00 às 17h59. Endereço: Praca Dos Tres Proderes - Ed. Sede - 2. Andar, - BRASÍLIA/DF ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/40001-5-00121-2019. Entrega das Propostas: a partir de 28/11/2019 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 19/12/2019 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: Edital também disponível em www.stf.jus.br/portal/edital/listarEdital.asp.

MARCELLO DOS SANTOS LOPES
Pregoeiro

(SIASGnet - 26/11/2019) 40001-00001-2019NE000020

**AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS**

O Supremo Tribunal Federal torna público o Aviso de Registro de Preços, resultante do Pregão Eletrônico CNJ n. 14/2019, conforme Ata de Registro de Preços 25/2019 (Processo 012882/2019). Objeto: aquisição café torrado e moído. CAFÉ PACAEMBU LTDA. CNPJ: 72.861.461/0001-60. Valor total: R$ 58.800,00. Vigência: 12 meses a partir da assinatura. Assinam: pelo STF, Luiz Antonio de Souza Cordeiro, Secretário de Administração e Finanças; Fornecedor Andre Kossar.

LUIZ ANTONIO DE SOUZA CORDEIRO
Secretário de Administração e Finanças

## CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato n. 39/2019, firmado entre o CNJ e a empresa Agência RadioWeb de Produção Jornalística Sociedade Simples EPP. CNPJ 07.402.383/0001-73. Processo SEI n. 04504/2019. Objeto: prestação de serviços de produção, hospedagem e distribuição de conteúdo jornalístico em áudio customizados com tecnologia on site do CNJ, sob demanda. Procedimento Licitatório: Pregão Eletrônico n. 32/2019. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/1993. Valor: R$172.000,00. Programa de Trabalho: 02131138925490001. Natureza de Despesa: 339039. Data da Assinatura: 27/11/2019. Vigência: 12 meses, a contar do dia 02/12/2019. Signatários: pelo CNJ, Getúlio Vaz - Secretário de Administração; pela Contratada, Paulo Gilvane do Amaral Borges - Representante.

**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato n. 38/2019, firmado entre o CNJ e a empresa Zerum Research and Technology do Brasil LTDA. CNPJ 23.870.018/0001-40. Processo SEI n. 00414/2018. Objeto: aquisição de solução inteligência cibernética incluindo equipamentos, manutenção e conservação, suporte técnico especializado, instalação personalizada e treinamento. Procedimento Licitatório: Pregão Eletrônico n. 36/2019. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/1993. Valor: R$1.252.449,99. Programa de Trabalho: 0203213892B650001. Natureza de Despesa: 449052 e 339040. Data da Assinatura: 27/11/2019. Vigência: 20 meses, a contar da assinatura do contrato, podendo ser renovado nos termos da lei. Signatários: pelo CNJ, Johaness Eck - Diretor-Geral; pela Contratada, Geovana Fernanda Fernandes Contaefer - Representante.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato n. 38/2016 celebrado entre o CNJ e a ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA. CNPJ 59.456.277/0003-38. Processo: 04517/2016. Objeto: prorrogação da vigência do contrato; e reajuste de preços dos serviços de manutenção, no percentual negociado de 2%. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Valor: R$574.313,77. Data de Assinatura: 26/11/2019. Vigência: a contar de sua assinatura, ressalvados os efeitos financeiros retroativos constantes da Cláusula Primeira. Signatários: pelo CNJ, Johaness Eck - Diretor-Geral; pela Contratada, Ana Claudia Lopes - Representante Legal.

## TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
## SECRETARIA DO TRIBUNAL
## SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

**AVISO DE LICITAÇÃO**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 68/2019 - UASG 70001**

Nº Processo: 201900000005383-9. Objeto: Aquisição de equipamentos de TV (Broadcast), incluindo garantia técnica de, no mínimo, 12 (doze) meses, conforme especificações, exigências e prazos constantes do Termo de Referência - Anexo I do Edital. Total de Itens Licitados: 4. Edital: 29/11/2019 das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h59. Endereço: Pca.dos Tribunais Superiores,bloco C(secretaria de Administracao), - BRASÍLIA/DF ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70001-5-00068-2019. Entrega das Propostas: a partir de 29/11/2019 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 11/12/2019 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: Conforme edital..

JOSE MIRANDA MOREIRA
Pregoeiro

(SIASGnet - 27/11/2019) 70001-00001-2019NE000123

## COORDENADORIA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
## SEÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO**

Nota de Empenho Ordinário nº 2019NE002079, emitida em 26.11.2019. FAVORECIDO: Compex Tecnologia Ltda. OBJETO: Aquisição de coletores eletrônicos de dados portáteis. VALOR: R$ 4.030,00. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8666/93 e 10520/2002. PA 2019.00.000006010-0.

## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**AVISO DE LICITAÇÃO**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 162/2019 - UASG 50001**

Nº Processo: 17947/2019. Objeto: Contratação dos serviços de fornecimento e instalação de serviços de acesso à internet de alta velocidade. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 28/11/2019 das 09h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h59. Endereço: Safs Quadra 06 Lote 01-trecho 03-administracao 01 Andar, Asa Sul - BRASÍLIA/DF ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/50001-5-00162-2019. Entrega das Propostas: a partir de 28/11/2019 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 11/12/2019 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: Edital também disponível em www.stj.jus.br.

JANAINA LIMA ARRUDA
Pregoeira

(SIASGnet - 27/11/2019) 50001-00001-2019NE000107

**AVISO DE LICITAÇÃO**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 171/2019 - UASG 50001**

Nº Processo: 31352/2019. Objeto: Aquisição de manta sintética filtrante G3 para ar condicionado. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 28/11/2019 das 09h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h59. Endereço: Safs Quadra 06 Lote 01-trecho 03-administracao 01 Andar, Asa Sul - BRASÍLIA/DF ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/50001-5-00171-2019. Entrega das Propostas: a partir de 28/11/2019 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 11/12/2019 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: Edital também disponível em www.stj.jus.br.

JANAINA LIMA ARRUDA
Pregoeira

(SIASGnet - 27/11/2019) 50001-00001-2019NE000107

## SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

**EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL**

Processo STJ 010895/2019. Contrato STJ n. 76/2019. CONTRATADA: G.S.I - Serviços Especializados Ltda EPP. CNPJ: 15.219.654/0001-88.OBJETO: Prestação de serviços especializados de apoio administrativo de operação de mesas telefônicas. VIGÊNCIA: 04/01/2020 a 03/09/2021. ASSINATURA: 27/11/2019. FUNDAMENTO: Leis 8.666/93 e 10.520/02 e Decretos 5.450/05, 8538/15, 9507/18, Resolução CNJ 169/13, IN STJ/GDG n. 6/18 e IN SEGES/MP n. 5/17. MODALIDADE: Pregão Eletrônico n. 74/19. VALOR DO CONTRATO: R$537.848,00. SIGNATÁRIOS: Walter Disney Noleto Costa - SAD/STJ e Kelly Fragoso Souza - Contratada.

## TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
## SECRETARIA

**EXTRATO DE CONTRATO**

Processo TST nº 501.390/2019-4. PTNEY Bowes Brasil Equipamentos e Serviços. CNPJ: 06.980.816/0001-05. Locação de máquina de franquear correspondência e componentes, com manutenção inclusa. Inexigibilidade. Contrato IN-003/2019. Art. 25, caput, da Lei n.º 8.666/93. Valor total de R$ 8.130,24. Vigência: doze meses, a contar de 10/11/2019. Programa de trabalho 02.122.0571.4256.0001, elemento de despesa 3.3.90.30, nota de empenho 2019NE001650. Assinatura: 7/11/2019. Pelo Contratante: Dirley Sérgio de Melo, Secretário de Administração. Pela Contratada: Silvio Kiyoharu Maemura, Representante Legal.

**EXTRATO DE CONTRATO**

Processo TST nº 503.603/2019-3. Internacional Comércio de Flores e Plantas Ltda - ME. CNPJ: 00.481.440/0001-08. Fornecimento de arranjos florais. Dispensa de Licitação. Contrato DI-007/2019. Art. 24, inc. II da Lei n.º 8.666/93. Valor total de R$ 16.900,00. Vigência: de 01/01/2019 até 31/12/2020. Notas de Empenho a serem expedidas no exercício de 2020. Assinatura: 22/11/2019. Pelo Contratante: Dirley Sérgio de Melo, Secretário de Administração. Pela Contratada: José Ari Savioti Júnior, Representante Legal.

**EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

Modalidade: inexigibilidade de licitação. Objeto: contratação das empresas INODONTO INSTITUTO ODONTOLÓGICO S/S LTDA, CNPJ 02.576.577/0001-71 e RADIO - RADIODIAGNÓSTICO EM ODONTOLOGIA LTDA EPP, CNPJ 26.985.168/0001-97 para a prestação de serviços de assistência odontológica aos beneficiários do Programa de Assistência à Saúde do Tribunal Superior do Trabalho - TST-Saúde, conforme Edital de Credenciamento nº 01/2019. Fundamento Legal: Art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93. Ratificadas por: Gustavo Caribé de Carvalho, Diretor-Geral da Secretaria, nos termos do art. 26, caput, da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

Modalidade: inexigibilidade de licitação. Objeto: contratação da empresa PTH SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA E ESTÉTICA EIRELI, CNPJ 31.841.214/0001-14 para a prestação de serviços de assistência médica aos beneficiários do Programa de Assistência à Saúde do Tribunal Superior do Trabalho - TST-Saúde, conforme Edital de Credenciamento nº 02/2017. Fundamento Legal: Art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93. Ratificada por: Gustavo Caribé de Carvalho, Diretor-Geral da Secretaria, nos termos do art. 26, caput, da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Processo TST nº 503.475/2019-1. Multserv - Segurança e Vigilância Patrimonial Ltda. CNPJ 04.689.445/0001-81. 1º termo aditivo ao contrato PE-005/2019 - prestação de serviços de segurança pessoal, privada e escolta. Prorrogação por 12 meses, de 17/3/2020 até 16/3/2021, nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93. Despesas serão empenhadas no início do exercício de 2020. Assinatura: 26/11/2019. Pelo Contratante: Gustavo Caribé de Carvalho, Diretor-Geral da Secretaria. Pela Contratada: Luís Gustavo Silva Barra, Representante Legal.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SEPN Quadra 514 Norte - Lote 7 - Bloco B - CEP 70760-542 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

# APOSTILA

## APOSTILA N° 01 – CONTRATO CNJ N° 38/2019

**OBJETO**: aquisição de solução inteligência cibernética incluindo equipamentos, manutenção e conservação, suporte técnico especializado, instalação personalizada e treinamento.

**CONTRATADA**: ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA.

**PROCESSO**: 00414/2018.

Constitui objeto da presente Apostila a correção do valor global da contratação constante da Cláusula Doze e do Anexo do Contrato nº 38/2019, para ajustá-lo ao somatório dos itens. **Onde se lê:** R$ 1.252.449,99 (um milhão, duzentos e cinquenta e dois mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e noventa e nove centavos) **leia-se: R$ 1.252.549,00 (um milhão, duzentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e quarenta e nove reais)**, conforme quadro abaixo:

| **GRUPO** | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Item** | **Descrição** | **Un.** | **Qtd.** | **Valor Unitário (R$)** | **Valor Total (R$)** |
| 1 | Equipamentos de inteligência cibernética, de acordo com o item 5.1 | Conjunto | 1 | 650.000,00 | 650.000,00 |
| 2 | Manutenção e conservação, de acordo com o item 5.2 | mês | 20 | 19.950,00 | 399.000,00 |
| 3 | Suporte Técnico especializado, de acordo com o item 5.3 | mês | 20 | 4.950,00 | 99.000,00 |
| 4 | Instalação personalizada, de acordo com o item 5.4 | Conjunto | 1 | 84.500,00 | 84.500,00 |
| 5 | Treinamento, de acordo com o item 5.5 | Instruendo | 3 | 6.683,00 | 20.049,00 |
| **Valor Global** | | | | | **1.252.549,00** |

**Johaness Eck**

Diretor-Geral

---

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 02/12/2019, às 18:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.





A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **0785456** e o código CRC **5CB5F812**.

## Poder Judiciário

### SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº 94/2019 entre o STF e a RBT EVENTOS LTDA-ME (Processo nº 008572/2019). Objeto: prestação de serviços de interpretação/tradução simultânea em língua brasileira de sinais (libras). Fundamento Legal: Lei nº. 8.666/93. Assinatura: 03/12/2019. Vigência: 12 meses a contar do dia 28/01/2020. Assinam: pelo STF, Luiz Antonio de Souza Cordeiro, Secretário de Administração e Finanças; pela Contratada, Rivas Adriana Barbosa Moura Valadares.

**EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

Nº processo: 012019/2019. Objeto: desenvolvimento de anteprojeto, de projeto legal, de projeto pre-executivo e de projeto executivo de arquitetura, expografia, estruturas e instalações referentes à criação do Museu do Supremo Tribunal Federal. Contratado: PAULO ARCHIAS MENDES DA ROCHA ARQUITETOS ASSOCIADOS S/S. Fundamento Legal: inciso II do art. 25 da Lei nº 8.666/93. Declaração de Inexigibilidade: em 03/12/2019, por Luiz Antonio de Souza Cordeiro, Secretário de Administração e Finanças. Ratificação: em 03/12/2019, por Sergio Braune Solon de Pontes, Diretor-Geral Substituto.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 21/2019, celebrado entre o STF e a empresa ÊXITO DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE LIVROS LTDA. (Processo Eletrônico n. 012778/2018). Objeto: prorrogar a vigência contratual. Fundamento Legal: Lei n. 8.666/93. Assinatura: 03/12/2019. Vigência: a partir da assinatura. Assinam: pelo STF, Luiz Antonio de Souza Cordeiro, Secretário de Administração e Finanças; e, pela empresa, Isabel Cristina Franco.

**AVISO DE LICITAÇÃO**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 95/2019 - UASG 40001**

Nº Processo: 006857/2019. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de confecção e modelagem de chaves em geral, troca de segredos, reparos em fechaduras, abertura de portas e cofres, com fornecimento de material. Total de Itens Licitados: 25. Edital: 04/12/2019 das 09h00 às 17h59. Endereço: Praca Dos Tres Proderes - Ed. Sede - 2. Andar, - BRASÍLIA/DF ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/40001-5-00095-2019. Entrega das Propostas: a partir de 04/12/2019 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 17/12/2019 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: Edital também disponível em www.stf.jus.br/portal/edital/listarEdital.asp.

MARCELLO DOS SANTOS LOPES
Pregoeiro

(SIASGnet - 02/12/2019) 40001-00001-2019NE000020

### CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato n. 46/2019, firmado entre o CNJ e a empresa SEISELLES DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA EIRELI. CNPJ 10.445.514/0001-04. Processo SEI n. 09034/2019. Objeto: fornecimento de assinatura de jornais e revistas em versão impressão. Procedimento Licitatório: Dispensa de Licitação. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/1993. Valor: R$ 8.396,53. Programa de Trabalho: 02.131.1389.2549.0001. Natureza de Despesa: 3.3.90.39. Data da Assinatura: 03/12/2019. Vigência: 12 meses a contar de sua assinatura. Signatários: pelo CNJ, Getúlio Vaz - Secretário de Administração; pela Contratada, Leonardo Felipe Guedes - Representante Legal.

**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato n. 43/2019, firmado entre o CNJ e a empresa ASPER TECNOLOGIA EIRELI. CNPJ 21.538.196/0001-42. Processo SEI n. 06964/2019. Objeto: fornecimento de Subscrição Elastic Cloud Enterprise e serviços técnicos especializados. Procedimento Licitatório: Pregão Eletrônico nº 41/2019. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/1993. Valor: R$ 3.995.485,00. Programa de Trabalho: 02.032.1389.2B65.0001. Natureza de Despesa: 3.3.90.40. Data da Assinatura: 02/12/2019. Vigência: 24 meses contados de sua assinatura. Signatários: pelo CNJ, Johaness Eck - Diretor-Geral; pela Contratada, Lucio Fittipaldi Gonçalves - Diretor.

**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato n. 45/2019, firmado entre o CNJ e a empresa DECISION SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA. CNPJ 03.535.902/0001-10. Processo SEI n. 02509/2019. Objeto: aquisição de infraestrutura de datacenter, composta por solução de infraestrutura convergente, softwares de virtualização VMWare e equipamentos de rede, incluindo instalação e treinamento oficial. Procedimento Licitatório: Pregão Eletrônico nº 42/2019. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/1993. Valor: R$ 777.665,44. Programa de Trabalho: 02.032.1389.2B65.0001. Natureza de Despesa: 4.4.90.52 e 4.4.90.40. Data da Assinatura: 03/12/2019. Vigência: 12 meses ou até a data de emissão dos Termos de Recebimento Definitivo, o que ocorrer primeiro, a contar de sua assinatura. Signatários: pelo CNJ, Johaness Eck - Diretor-Geral; pela Contratada, Simone Teixeira Gomes - Representante Legal.

**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Nº processo: 11711/2019 Objeto: contratação do fornecimento de energia elétrica para a sede do Conselho Nacional de Justiça. Contratada: CEB Distribuição S/A. CNPJ: 07.522.669/0001-92. Fundamento Legal: inciso XXII do art. 24 da Lei nº 8.666/1993. Valor total: R$ 1.674.000,00 (um milhão seiscentos e setenta e quatro mil reais). Declaração de Dispensa: em 29/11/2019, por Getúlio Vaz. Secretário de Administração, CPF nº 151.348.651-91. Ratificação: em 02/12/2019, Johaness Eck. Diretor Geral, CPF n° 006.583.638-32.

**EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**

Termo de Cooperação Técnica n. 017/2019 firmado entre o CNJ, o Estado de Roraima, o TJRR e a Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Processo n. 12560/2019. Objeto: implementação, acompanhamento e avaliação de uma política de atenção à pessoa egressa do sistema penitenciário, concretizando, desta forma, as condições institucionais necessárias para a implementação do Escritório Social no Estado de Roraima. Data da Assinatura: 04/11/2019. Vigência: 12 meses, a contar de sua publicação, podendo ser prorrogado automaticamente, até o limite de 60 meses, por conveniência das partes. Signatários: pelo CNJ, Desembargador Carlos Vieira Von Adamek - Secretário-Geral; pelo Estado de Roraima, Antônio Oliverio Garcia de Almeida - Governador; pelo TJRR, Desembargador Mozarildo Monteiro Cavalcanti - Presidente; pela ALERR, Deputado Jalser Renier Padilha - Presidente.

**AVISO DE LICITAÇÃO**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2019 - UASG 40003**

Nº Processo: 10404/2019. Objeto: Registro de Preços de serviços de instalação, manutenção, remanejamento e montagem de divisórias, portas e respectivos acessórios, com fornecimento de materiais, conforme condições e especificações estabelecidas neste Termo de Referência.. Total de Itens Licitados: 18. Edital: 04/12/2019 das 08h00 às 17h59. Endereço: Saf Sul Quadra 02 Lotes 5/6 Blocos E/f, - BRASÍLIA/DF ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/40003-5-00050-2019. Entrega das Propostas: a partir de 04/12/2019 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 16/12/2019 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: Edital para consulta e 'download' nos 'sites' www.cnj.jus.br, www.comprasnet.gov.br e à disposição dos interessados, mediante pagamento das cópias, na Comissão Permanente de Licitação, ao custo de R$ 0,30 por folha..

BRUNO CESAR DE OLIVEIRA LOPES
Pregoeiro

(SIASGnet - 03/12/2019) 40003-00001-2019NE000019

**RETIFICAÇÃO**

No extrato do Contrato nº 38/2019 celebrado entre o CNJ e a empresa ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA, processo 00414/2018, publicado no DOU do dia 28/11/2019, Seção 3, pág. 176, onde se lê " R$ 1.252.449,99", leia-se: "R$ 1.252.549,00".

### TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

#### SECRETARIA DO TRIBUNAL
#### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
#### COORDENADORIA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
#### SEÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO**

Nota de Empenho Ordinária nº 2019NE00002142, emitida em 29.11.2019. FAVORECIDO: Calevi Mineradora e Comércio LTDA. OBJETO: Aquisição de garrafões de água sem gás. VALOR: R$ 796,00. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8666/93 e 10520/2002. PA 2019.00.000006417-2.

**EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO**

Nota de Empenho Ordinário nº 2019NE002148, emitida em 29.11.2019. FAVORECIDO: AMG Comércio & Representações de Materiais Elétricos Eireli. OBJETO: Aquisição de medidores de energia. VALOR: R$ 1.200,00. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8666/93. PA 2019.00.000005300-6.

**EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO**

Nota de Empenho Ordinário nº 2019NE002165, emitida em 02.12.2019. FAVORECIDO: ITATIAIA COMÉRCIO DE MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO LTDA. OBJETO: Aquisição de medidores de energia elétrica. VALOR: R$ 769,20. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8666/93. PA 2019.00.000005300-6.

**EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO**

Nota de Empenho Ordinário nº 2019NE0002164, emitida em 02.12.2019. FAVORECIDO: HÉRCULES COMERCIAL DE ELÉTRICO E HIDRÁULICO LTDA. OBJETO: Aquisição de medidores de energia elétrica. VALOR: R$ 1.729,98. FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/93. PA 2019.00.000005300-6.

#### COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES
#### SEÇÃO DE CONTRATOS

**EXTRATO DE ADESÃO**

Termo de Adesão, firmado entre o TSE e o Google Brasil Internet Ltda. CNPJ 06.990.590/0001-23. OBJETO: Programa de Enfrentamento à Desinformação com Foco nas Eleições 2020. VIGÊNCIA: A partir da assinatura e duração enquanto for promovido o programa. ASSINATURA: 22/10/2019. P.A. 2019.00.000009284-2.

**EXTRATO DE ADESÃO**

Termo de Adesão, firmado entre o TSE e a Associação Nacional de Editores de Revistas. CNPJ 02.704.898/0001-04. OBJETO: Programa de Enfrentamento à Desinformação com Foco nas Eleições 2020. VIGÊNCIA: A partir da assinatura e duração enquanto for promovido o programa. ASSINATURA: 05/11/2019. P.A. 2019.00.000009284-2.

**EXTRATO DE ADESÃO**

Termo de Adesão, firmado entre o TSE e o WhatsApp Inc. OBJETO: Programa de Enfrentamento à Desinformação com Foco nas Eleições 2020. VIGÊNCIA: A partir da assinatura e duração enquanto for promovido o programa. ASSINATURA: 21/10/2019. P.A. 2019.00.000009284-2.

**EXTRATO DE ADESÃO**

Termo de Adesão, firmado entre o TSE e o Twitter Brasil Rede de Informação Ltda. CNPJ 16.954.565/0001-48. OBJETO: Programa de Enfrentamento à Desinformação com Foco nas Eleições 2020. VIGÊNCIA: A partir da assinatura e duração enquanto for promovido o programa. ASSINATURA: 17/10/2019. P.A. 2019.00.000009284-2.

**EXTRATO DE ADESÃO**

Termo de Adesão, firmado entre o TSE e a empresa Um a Mais Serviços de Tecnologia e Consultoria Ltda. CNPJ 16.832.957/0001-34. OBJETO: Programa de Enfrentamento à Desinformação com Foco nas Eleições 2020. VIGÊNCIA: A partir da assinatura e duração enquanto for promovido o programa. ASSINATURA: 01/10/2019. P.A. 2019.00.000009284-2.

**EXTRATO DE ADESÃO**

Termo de Adesão, firmado entre o TSE e o Instituto Não Aceito Corrupção. CNPJ 23.151.364/0001-78. OBJETO: Programa de Enfrentamento à Desinformação com Foco nas Eleições 2020. VIGÊNCIA: A partir da assinatura e duração enquanto for promovido o programa. ASSINATURA: 08/10/2019. P.A. 2019.00.000009284-2.

## PORTARIA DIRETORIA-GERAL Nº 303, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2019

Dispõe sobre designação de membros de Comissão de Recebimento do Contrato nº 38/2019.

**O DIRETOR-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, com fundamento na Portaria nº 112 de 4 de junho de 2010, e tendo em vista o que consta do Processo nº 00414/2018,

**RESOLVE:**

Art. 1º Constituir Comissão de Recebimento para o objeto do Contrato nº 38/2019, celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça e a empresa ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA., cujo objeto é a aquisição de solução inteligência cibernética incluindo equipamentos, manutenção e conservação, suporte técnico especializado, instalação personalizada e treinamento, composta pelos servidores **Emerson Dilamar Vendruscolo**, matrícula nº 1783, **Márcio Moreira de Sousa**, matrícula nº 1561, e **Flávio Abreu Amorim**, matrícula nº 1882.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

## PORTARIA DIRETORIA-GERAL Nº 304, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2019

Dispõe sobre designação de gestores do Contrato nº 38/2019.

**O DIRETOR-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, com fundamento na Portaria nº 112 de 4 de junho de 2010, e tendo em vista o que consta do Processo nº 00414/2018,

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar os servidores **Emerson Dilamar Vendruscolo**, matrícula nº 1783, e **Márcio Moreira de Sousa**, matrícula nº 1561, como gestor e gestor substituto, respectivamente, do Contrato nº 38/2019, celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça e a empresa ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA., cujo objeto é a aquisição de solução inteligência cibernética incluindo equipamentos, manutenção e conservação, suporte técnico especializado, instalação personalizada e treinamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

## PORTARIA DIRETORIA-GERAL Nº 309, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2019

**O DIRETOR-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições, com fundamento no artigo 18, Inciso II da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001 e nos termos do artigo 3º, inciso XI da alínea “b” da Portaria nº 112, de 4 de junho de 2010, do Conselho Nacional de Justiça,

**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar o calendário de encerramento do exercício financeiro de 2019, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, constante do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

| |
|---|
| **ANEXO** |
| |

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

# TERMO ADITIVO

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 38/2019, DE AQUISIÇÃO DE SOLUÇÃO INTELIGÊNCIA CIBERNÉTICA, QUE CELEBRAM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, E A EMPRESA ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA. (Pregão Eletrônico n. 36/2019 - Processo Administrativo/CNJ n. 00414/2018).**

A **UNIÃO**, por intermédio do **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**, sediado no SAF/Sul, Quadra 02, Lotes 05 e 06, Blocos E e F, em Brasília - Distrito Federal, inscrito no CNPJ sob o n. 07.421.906/0001-29, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Diretor-Geral, **Johaness Eck**, RG n. 6.997.231-X SSP/SP e CPF n. 006.583.638-32, no uso das atribuições conferidas pela Portaria n. 89, de 13 de setembro de 2018, e pelo art. 3º, inciso XI, alínea "al", da Portaria n. 112, de 4 de junho de 2010, e a empresa **ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA.**, com sede no SHS, Quadra 06, Conjunto A, Bloco A, Sala 202, Edifício Brasil 21, Brasília/DF, CEP 70316-102, telefone (61) 3044-4702, inscrita no CNPJ sob o n. 23.870.018/0001-40, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por sua procuradora, **Geovana Fernanda Fernandes Contaefer**, RG n. 2.017.041 SSP/DF e CPF n. 725.822.191-34, celebram o presente Termo Aditivo com fundamento no §5º do Art. 65 da Lei n. 8.666/93, observando-se o contido no Processo Administrativo SEI n. 00414/2018, e mediante as cláusulas a seguir enumeradas.

## DO OBJETO

**CLÁUSULA PRIMEIRA –** Constitui objeto do presente termo aditivo a revisão do valor unitário dos itens 2 e 3 do Contrato n. 38/2019, a partir de 6 de janeiro de 2020, com fundamento no §5º do Art. 65 da Lei n. 8.666/93, tendo em vista a alteração da legislação distrital relativa ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, promovida pela Lei Complementar nº 963/DF, de 03 de janeiro de 2020.

## DO VALOR

**CLÁUSULA SEGUNDA –** valor total do presente contrato passa a ser de **R$ 1.235.677,20 (um milhão, duzentos e trinta e cinco mil, seiscentos e setenta e sete reais e vinte centavos)**, a partir de 6 de janeiro de 2020, conforme discriminado no Anexo deste Termo Aditivo.

**Parágrafo primeiro** – Já estão inclusos no preço todos os encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes.

**Parágrafo segundo** – No caso de eventual recolhimento a maior de tributo, apurado em faturamento anterior à assinatura deste aditivo, fica a critério e sob a responsabilidade da **CONTRATADA** promover a sua restituição junto à autoridade fazendária competente.

**Parágrafo terceiro** - A Contratada se compromete a restituir todos os valores recebidos, pagos a maior pelo **CONTRATANTE**, alcançados pelos efeitos deste aditivo.

.

## DA DESPESA

**CLÁUSULA TERCEIRA –** As despesas com este termo aditivo, no corrente exercício, estão alocadas à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, consignada à **CONTRATANTE**, na respectiva Lei Orçamentária Anual, Naturezas de Despesa: 3.3.90.40 e 4.4.90.52, e Programa de Trabalho: 02.032.1389.2B65.0001.

## DA VIGÊNCIA

**CLÁUSULA QUARTA –** O presente Termo Aditivo tem vigência a contar de sua assinatura, ressalvados os efeitos financeiros da Cláusula Segunda.

## DA RATIFICAÇÃO

**CLÁUSULA QUINTA –** Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato, no que não colidam com a presente disposição.

Assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento na forma eletrônica, nos termos da Lei n. 11.419/2006 e Instrução Normativa CNJ n. 67/2015.

Pelo **CONTRATANTE**

**Johaness Eck**

Diretor-Geral

Pela **CONTRATADA**

**Geovana Fernanda Fernandes Contaefer**

Procuradora

**ANEXO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N. 38/2019, DE AQUISIÇÃO DE SOLUÇÃO INTELIGÊNCIA CIBERNÉTICA, QUE CELEBRAM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, E A EMPRESA ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA. (Pregão Eletrônico n. 36/2019 - Processo Administrativo/CNJ n. 00414/2018).**

## VALOR DISCRIMINADO DO CONTRATO

**Vigente a partir de 6 de janeiro de 2020**

| **GRUPO** | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Item** | **Descrição** | **Un.** | **Qtd.** | **Valor Unitário (R$)** | **Valor Total (R$)** |
| 1 | Equipamentos de inteligência cibernética, de acordo com o item 5.1 | Conjunto | 1 | 650.000,00 | 650.000,00 |
| 2 | **Manutenção e conservação, de acordo com o item 5.2** | **mês** | **20** | **19.274,11** | **385.482,20** |
| 3 | **Suporte Técnico especializado, de acordo com o item 5.3** | **mês** | **20** | **4.782,30** | **95.646,00** |
| 4 | Instalação personalizada, de acordo com o item 5.4 | Conjunto | 1 | 84.500,00 | 84.500,00 |
| 5 | Treinamento, de acordo com o item 5.5 | Instruendo | 3 | 6.683,00 | 20.049,00 |
| **Valor Global** | | | | | **1.235.677,20** |

Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA CRISTINA GOMES COÊLHO MATIAS**, **ASSESSOR-CHEFE - ASSESSORIA JURÍDICA**, em 17/08/2020, às 12:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Geovana Fernanda Fernandes Contaefer**, **Usuário Externo**, em 20/08/2020, às 16:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **JOHANESS ECK**, **DIRETOR-GERAL - DIRETORIA GERAL**, em 21/08/2020, às 17:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **0932254** e o código CRC **E121F3A1**.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 3/2020 - UASG 290002**

Número do Contrato: 186/2017.
Nº Processo: 08038008613201726.
PREGÃO SISPP Nº 124/2017. Contratante: DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO -.CNPJ Contratado: 11054815000170. Contratado : AD'S SERVICOS DE LOCACAO DE -MAO-DE-OBRA EIRELI. Objeto: Prorrogação da vigência do contrato de prestação de serviços de Técnico em Secretariado e Secretariado Executivo para atender a Unidade DPU/Porto Velho/RO. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 . Vigência: 21/11/2020 a 20/11/2021. Valor Total: R$236.691,60. Fonte: 100000000 - 2020NE800217. Data de Assinatura: 20/08/2020.

(SICON - 21/08/2020) 290002-00001-2020NE800150

**EXTRATO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 217/2017**

Nº Processo: 08038007592201721. Contratante: DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO -.CNPJ Contratado: 14534490000200. Contratado : G.S.I. - GESTAO DE SEGURANCA -INTEGRADA - VIGILANCIA E S. Objeto: Rescisão unilateral do contrato de prestação de serviços de vigilância para atender a Unidade DPU/Goiânia/GO. Fundamento Legal: Inciso I do art.79, c/c inciso XII do art.78, ambos da Lei 8.666/93, Cláusula Décima Quarta do contrato. Data de Rescisão: 11/08/2020 .

(SICON - 21/08/2020) 290002-00001-2020NE800150

# Poder Legislativo

## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### DIRETORIA-GERAL

### DIRETORIA ADMINISTRATIVA

### DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

**AVISO DE CONSULTA PÚBLICA**

A Diretora do Departamento de Material e Patrimônio da Câmara dos Deputados, no exercício da competência instituída pelo art. 2º da Resolução da Câmara dos Deputados nº 10, de 1984, c/c o disposto na autorização promovida nos autos do processo administrativo n. 469.517/2020, avisa que a Câmara dos Deputados submete à consulta pública o Termo de Referência do projeto eSupre, empreendimento que é destinado a instruir a adoção de solução de Tecnologia da Informação que seja capaz de instrumentalizar os procedimentos e as rotinas inerentes e necessários à realização dos Sistemas de Administração de Material e de Administração Patrimonial da Câmara dos Deputados.

O inteiro teor do referido Termo de Referência poderá ser obtido mediante acesso à página https://www2.camara.leg.br/transparecia/licitacoes-e-contratos/editais/consulta-publica e as contribuições e manifestações poderão ser feitas, exclusivamente por escrito, por meio de mensagem encaminhada ao endereço eletrônico esupre.demap@camara.leg.br, até o dia 04/09/2020.

Brasília-DF, 21 de agosto de 2020.
LUCIANE RODRIGUES DE PAIVA FERREIRA

### SECRETARIA EXECUTIVA DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

**AVISO DE LICITAÇÃO**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 92/2020 - UASG 10001**

Nº Processo: 205.150/2019. Objeto: Prestação de serviços de Conexão à Internet (SCI) de Alta Velocidade e Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) para linhas telefônicas da Câmara dos Deputados, a partir do setor que compreende o Distrito Federal, nas modalidades STFC Local; STFC de Longa Distância Nacional (LDN) intrarregional, para outros setores da Região II e inter-regional, para setores das Regiões I e III; e de Longa Distância Internacional (LDI), pelo período de 12 (doze) meses.. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 24/08/2020 das 09h00 às 17h59. Endereço: Camara Dos Deputados Edif. Anexo 1 - 14 Andar, Zona Cívico-administrativa - BRASÍLIA/DF ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/10001-5-00092-2020. Entrega das Propostas: a partir de 24/08/2020 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 04/09/2020 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: Em caso de discordância existente entre as especificações descritas no ComprasNet e as especificações constantes do Edital, prevalecerão as do Edital. O Edital está disponível também no site www.camara.leg.br..

DANIEL DE SOUZA ANDRADE
Presidente da Cpl

(SIASGnet - 20/08/2020) 10001-00001-2020NE000291

## SENADO FEDERAL

### DIRETORIA-GERAL

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATAÇÕES

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 91/2020 - UASG 020001**

Nº Processo: 200004965/2019-33.
PREGÃO SISPP Nº 71/2020. Contratante: SENADO FEDERAL -.CNPJ Contratado: 24583804000129. Contratado : PRISMA COMERCIO VAREJISTA E -ATACADISTA EIRELI. Objeto: Fornecimento de equipamentos para infraestrutura broadcast da TV Senado, incluindo soluções de transporte, processamento, distribuição de sinais e outros. Fundamento Legal: Lei 8.666/93 . Vigência: 20/08/2020 a 19/08/2021. Valor Total: R$356.329,77. Fonte: 100000000 - 2020NE800719. Data de Assinatura: 20/08/2020.

(SICON - 21/08/2020) 020001-00001-2020NE000006

**EXTRATO DE CREDENCIAMENTO**

Espécie: Termo de Credenciamento nº TCR0117/2020. Processo: 200.008238/2020-89. Celebrado entre o SENADO FEDERAL (CREDENCIANTE - CNPJ nº 00.530.279/0001-15), e o 3ª DIMENSÃO DIAGNÓSTICO POR IMAGEM LTDA (CREDENCIADA - CNPJ nº 06.056.327/0001-61). Modalidade: Não se aplica. Objeto: Prestação de serviços de atendimento médico-hospitalar nas especialidades constantes dos objetivos da credenciada e descritas em seu contrato social aos Senadores e seus dependentes, ex-Senadores e cônjuges, bem como aos beneficiários do Sistema Integrado de Saúde do Senado Federal (SIS). Programa de Trabalho: 01301003420045664. Vigência: início: 20/08/2020 - final: 16/12/2024. Signatários: pelo Senado Federal: Ilana Trombka, Diretora-Geral, pela Credenciada: Frederico Fenelon Guimarães, e Mauricio Barriviera.

**AVISO DE LICITAÇÃO**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 81/2020 - UASG 20001**

Nº Processo: 00200.6330/2020. Objeto: Contratação de empresa para aquisição de acessórios de iluminação e mobiliário cenográfico, de acordo com os termos e especificações do edital e seus anexos.. Total de Itens Licitados: 8. Edital: 24/08/2020 das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00. Endereço: Via N2, Senado Federal, Bloco 16, 1º Pavimento,, Zona Cívico Administrativa - BRASÍLIA/DF ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/20001-5-00081-2020. Entrega das Propostas: a partir de 24/08/2020 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 04/09/2020 às 09h30 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATMAT e/ou CATSER e as constantes do edital prevalecerão as últimas. .

JANIO DE ABREU
Pregoeiro

(SIASGnet - 21/08/2020) 20001-00001-2020NE000006

**EXTRATO DE CREDENCIAMENTO**

Espécie: Termo de Credenciamento nº TCR2020/0116. Processo: 200.007320/2020-96. Celebrado entre o SENADO FEDERAL (CREDENCIANTE - CNPJ nº 00.530.279/0001-15), e o EPOCHÉ INSTITUTO DE PSICOLOGIA APLICADA LTDA - INSTITUTO HUMANITÁ DE PSICOLOGIA APAPLICDA (CREDENCIADA - CNPJ nº 08.961.406/0001-42). Modalidade: Não se aplica. Objeto: Prestação de serviços de atendimento médico-hospitalar nas especialidades constantes dos objetivos da credenciada e descritas em seu contrato social aos Senadores e seus dependentes, ex-Senadores e cônjuges, bem como aos beneficiários do Sistema Integrado de Saúde do Senado Federal (SIS). Programa de Trabalho: 01301003420045664. Vigência: início: 20/08/2020 - final: 16/12/2024. Signatários: pelo Senado Federal: Ilana Trombka, Diretora-Geral, pela Credenciada: ELIANE BAPTISTA S. LEMUS, Representante Legal.

# Poder Judiciário

## SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

**EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato nº 44/2020 entre o STF e a empresa LICITACORP COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. (Processo nº 004907/2020). Objeto: aquisição de piso vinílico. Fundamento Legal: Lei nº. 8.666/93. Assinatura: 20/08/2020. Vigência: 100 (cem) dias improrrogáveis, a contar da data de sua assinatura, para entrega do objeto, ressalvado o prazo de garantia do objeto, de, no mínimo, 90 (noventa) dias, a contar do recebimento definitivo. Assinam: pelo STF, Eduardo Silva Toledo, Diretor-Geral; pela Contratada, Mariana de Souza.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 73/2019, celebrado entre o STF e a FUNDAÇÃO CENTROS DE REFERÊNCIA EM TECNOLOGIAS INOVADORAS - CERTI. (Processo Eletrônico n. 007609/2019). Objeto: alterar a alínea "b" da cláusula terceira. Fundamento Legal: Lei n. 8.666/93. Assinatura: 20/08/2020. Vigência: a partir da assinatura. Assinam: pelo STF, Eduardo Silva Toledo, Diretor-Geral; e, pela Contratada, Laércio Aniceto Silva e Erich Muschellack.

## CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

1º Termo Aditivo ao Contrato n. 38/2019 celebrado entre o CNJ e a ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA. CNPJ 23.870.018/0001-40. Processo: 00414/2018. Objeto: revisão do valor unitário dos itens 2 e 3 do Contrato n. 38/2019, a partir de 6 de janeiro de 2020, com fundamento no art. 65, §5º da Lei 8.666/93, tendo em vista a alteração da legislação distrital relativa ao ISS, promovida pela Lei Complementar nº 963/DF, de 03 de janeiro de 2020. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Valor: R$ 1.235.677,20. Data de Assinatura: 21/08/2020. Vigência: a contar de sua assinatura, ressalvados os efeitos financeiros da Cláusula Segunda. Signatários: pelo CNJ, Johaness Eck - Diretor-Geral; pela Contratada, Geovana Fernanda Fernandes Contaefer - Procuradora.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

1º Termo Aditivo ao Contrato n. 23/2019, firmado entre o CNJ e a A EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES DA PREVIDÊNCIA - DATAPREV. CNPJ: 42.422.253/0001-01. Processo SEI n. 02382/2019. Objeto: O acréscimo de serviços de computação em "Nuvem", na forma dos itens V, VI e VII do Anexo. Valor: R$3.199.863,40. Data da Assinatura: 21/08/2020. Vigência: A contar da data de assinatura. Signatários: pelo CNJ, Johaness Eck - Diretor-Geral; pela Contratada, Alan do Nascimento Santos - Diretor de Relacionamento e Flávio Ronison Sampaio -Superintendente.

## TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

### SECRETARIA DO TRIBUNAL

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

**AVISO DE LICITAÇÃO**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 67/2020 - UASG 70001**

Nº Processo: 2018.00.000011436. Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de materiais para montagem de divisórias consoante especificações, exigências e prazos do Termo de Referência.. Total de Itens Licitados: 5. Edital: 25/08/2020 das 08h00 às 11h59 e das 13h00 às 17h59. Endereço: Setor de Administração Federal Sul Quadra 7 Lote 1/2, - BRASÍLIA/DF ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70001-5-00067-2020. Entrega das Propostas: a partir de 25/08/2020 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 04/09/2020 às 14h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: Conforme edital..

SIMONE FERREIRA DE ALMEIDA
Pregoeira

(SIASGnet - 20/08/2020) 70001-00001-2020NE000371

### COORDENADORIA DE AQUISIÇÕES

### SEÇÃO DE CONTROLE DE CUSTOS E GESTÃO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

**EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS**

Pregão Eletrônico TSE nº 43/2019. Objeto: Registro de preços para eventual produção e fornecimento de até 180.000 (cento e oitenta mil) urnas eletrônicas modelo (UE2020), bem como o fornecimento e a prestação dos serviços descritos: a) Produção e fornecimento de até 180.000 (cento e oitenta mil) embalagens para urnas eletrônicas (UE2020); b) Desenvolvimento dos modelos da UE2020; c) Desenvolvimento de software básico da UE2020; d) Garantia das UE2020; e) Fornecimento de módulos sobressalentes; f) Fornecimento de suprimentos (Mídias de Aplicação - MA e Mídias de Resultado - MR); g) Elaboração de projeto para cabina de votação; h)Elaboração de projeto para embalagem para UE2020; i) Elaboração de documentos técnicos de especificação da UE2020; j) Treinamento dos Kits de desenvolvimento de firmwares. Ata de Registro de Preços TSE nº 53/2020. Empresa Positivo Tecnologia S.A. Preço Total R$ 799.997.366,01 (setecentos e noventa e nove milhões, novecentos e noventa e sete mil, trezentos e sessenta e seis reais e um centavo). FUNDAMENTO LEGAL: Leis n.ºs 8.666/93 e 10.520/02 e Decreto n° 7.892/2013. ASSINATURA: 21/08/2020. ASSINAM: Rui Moreira de Oliveira, Diretor Geral, pelo TSE; Marielva Andrade Silva Dias, pela empresa. SEI 2018.00.000004140-1.

Poder Judiciário
**Conselho Nacional de Justiça**
**Departamento de Tecnologia da Informação**

# Análise de Viabilidade

*Prorrogação dos item 2 e 3 do Contrato n. º 38/2019 – Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação (item 2) e Suporte Técnico Especializado (item 3) da Solução de Inteligência Cibernética*

## SUMÁRIO

1 CAPÍTULO 1: ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (Art. 14) ..... 3
1.1 Contextualização ..... 3
1.2 Caracterização da Demanda ..... 6
1.2.1 Definição e Especificação de Requisitos (Art. 14, I) ..... 7
1.3 Atendimento da demanda ..... 9
1.3.1 Soluções de TIC (Art. 14, I, a) ..... 9
1.3.2 Contratações Públicas Similares (Art. 14, I, b) ..... 10
1.3.3 Soluções Similares em Outros Órgãos (Art. 14, II, a) ..... 11
1.3.4 Portal do *Software* Público Brasileiro (Art. 14, II, b) ..... 12
1.3.5 Capacidade e Alternativas do Mercado de TIC (Art. 14, II, c) ..... 12
1.4 Análise dos Custos Totais da Demanda (Art. 14, III) ..... 13
1.5 Escolha e Justificativa da Solução (Art. 14, IV) ..... 15
1.5.1 Motivação da Escolha ..... 15
1.5.2 Descrição da Solução (Art. 14, IV, a) ..... 17
1.5.3 Alinhamento da Solução (Art. 14, IV, b) ..... 17
1.5.4 Benefícios Esperados (Art. 14, IV, c) ..... 17
1.5.5 Relação entre a Demanda Prevista e a quantidade de bens/serviços Contratados (Art. 14, IV, d) ..... 19
Anexo A – Contratações Públicas Similares ..... 20
Anexo B – Propostas Comerciais ..... 41

# 1 CAPÍTULO 1: ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (ART. 14)

## 1.1 Contextualização

No contexto atual vivemos mudanças, transformações e impactos advindos de avanços tecnológicos impulsionados pela difusão de diversas tecnologias que trouxeram à nossa sociedade diversos benefícios. Dentre eles citamos a otimização do tempo na realização das mais diversas tarefas e atividades, sejam elas no âmbito pessoal ou profissional. Conectar pessoas, empresas, proporcionar o acesso imediato às informações, quebrar fronteiras impostas pelas distâncias geográficas, reduzir o tempo dispendido, facilitar processos, rotinas, trabalho e simples atividades do nosso cotidiano, tais como a aquisição de bens de consumo, serviços, alimentos, acesso a contas bancárias, serviços públicos, dentre outros. É o instante em que a tecnologia e a informação passaram a ser essenciais a todo momento e para todas as pessoas, empresas, órgão. A este momento que estamos imersos da história, em meio a este turbilhão de informações e as mais diversas tecnologias, dá-se o nome de Era Digital, ou Era da Informação.

Estes avanços tecnológicos advindos desta revolução digital, como a computação em nuvem, a inteligência artificial, a *internet* das coisas, os avanços dos meios de telecomunicações, o aumento da capacidade de armazenamento e processamento de dados dos computadores, servidores e dos dispositivos móveis com *tablets* e *smartphones,* proporcionam o alicerce para sustentar toda este contexto.

Análogo a todo este bônus proporcionado pelos avanços da Era Digital têm-se o ônus. Os ataques cibernéticos, que consistem nas práticas de tentativas de invasões ou acessos não autorizados aos dispositivos eletrônicos que armazenam dados e aos sistemas da informação.

Estes ataques afetam o dia a dia dos cidadãos, de diversos órgãos públicos, instituições financeiras, empresas públicas e privadas dos mais diversos ramos de atividades, com a invasão aos seus computadores, servidores, sistemas corporativos, com a consequente interrupção na prestação de serviços aos cidadãos, clientes, com o roubo, exposição e destruição de informações e de dados protegidos por sigilo legal.

Afetam a disponibilidade de sistemas e serviços eletrônicos, comprometem a integridade, confidencialidade ou disponibilidade do alvo e as informações nele armazenadas, dificultam a execução de rotinas administrativas, operacionais, comerciais deste organizações e consequente trazem elevados prejuízos financeiros. Vale dar luz aos recentes ataques cibernéticos sofridos no ambiente computacional deste Conselho no início do mês de novembro de 2020, e ainda ao Superior Tribunal de Justiça, Ministério da Saúde e à Secretaria de Economia do Distrito Federal.

Esta prática criminosa trouxe os mais diversos transtornos aos órgãos e a sociedade como um todo, entre elas a suspensão e o cancelamento de todas as sessões de julgamento, virtuais ou por videoconferência, suspensão de prazos processuais, no caso das rotinas afetadas no STJ. No DataSUS, Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde, houve o bloqueio do acesso à *internet*, bem como às redes e aos sistemas de telefone, visando evitar a propagação do agente *malware* entre os computadores da pasta. Devido a estas medidas de segurança adotadas, foi observada lentidão nos sistemas do Ministério da Saúde. Na Secretaria de Economia do Distrito Federal, todos os servidores do ar foram retirados do ar, visando garantir a segurança e integridade dos dados. As rotinas dos órgãos foram restabelecidas 15 dias depois do ataque dos *hackers.*

No âmbito pessoal, as invasões aos *desktops*, *notebooks*, *tablets* e *smartphones*, dentre outros dispositivos tecnológicos, trazem diversos transtornos como a clonagem de seus acessos aos aplicativos de comunicação, roubo de senhas, invasões de contas bancárias, uso indevido de dados em fraudes e tentativos de golpes financeiros, dentre outros dissabores que estas práticas podem gerar.

De acordo com estudos realizados pela União Internacional de Telecomunicações[1] (ITU, na sigla em inglês), órgão da Organização das Nações Unidas (ONU) que coordena esforços nesta área, entre os anos de 2017 e 2018, os prejuízos advindos dos ataques cibernéticos no Brasil ultrapassaram US$ 20 bilhões.

[1] Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/09/05/brasil-e-2o-no-mundo-em-perdas-por-ataques-ciberneticos-aponta-audiencia> . Acessado em 14 de dezembro de 2020.

A segurança da informação vem sendo difundida como estratégia de contingência, principalmente neste ano de 2020, em que este cenário se tornou muito favorável para os criminosos cibernéticos com a prática do *home office*, em função da situação emergencial motivada pelos impactos da pandemia, ocasionada pelo vírus SARS-CoV-2, que resultou na atual situação de isolamento social e conseguinte regime de trabalho remoto.

Em estudo divulgado no mês de maio de 2020[2], realizado por meio de dados coletados pela empresa de segurança na rede Fortinet, através de sua plataforma que coleta e analisa incidentes de segurança cibernética, *Fortinet Threat Intelligence Insider Latin America*, indicam que no Brasil ocorreram mais de 1,6 bilhão de tentativas de ataques cibernéticos nos primeiros três meses deste ano de 2020, e um total de 9,7 bilhões em toda a América Latina.

A empresa de consultoria *Gartner*, em artigo divulgado em junho de 2020[3], apresentou nesta publicação que os gastos mundiais com segurança da informação para o ano de 2020 estavam estimados em US$ 123,8 bilhões. Relaciona-se este vulto financeiro ao mercado impulsionado a curto prazo pela pandemia do corona vírus. Podemos relacionar este crescimento à mudança do regime de trabalho presencial para o regime de trabalho remoto, uma vez que os funcionários/colaboradores estão em suas redes residências de acesso à internet, o que aumenta a vulnerabilidade quando há a interconexão destas redes doméstica com os circuitos corporativos.

Neste diapasão, faz-se mister lembrar que o CNJ dispõe de plataformas digitais de suma importância para a sociedade e que possuem alcance nacional. Desta forma, podemos citar o Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP), que na sua versão 2.0 tem por objetivo fazer um levantamento preciso da situação da população carcerária no país. Um ataque cibernético bem-sucedido contra esse sistema poderia

[2] Disponível em <https://www.telesintese.com.br/brasil-sofreu-mais-de-16-bilhao-de-ataques-ciberneticos-no-1o-tri/> Acessado em 14 de dezembro de 2020.
[3] Disponível em <https://www.gartner.com/en/newsroom/press-releases/2020-06-17-gartner-forecasts-worldwide-security-and-risk-managem>. Acessado em 14 de novembro de 2020.

gerar efeitos adversos, como a mudança da situação prisional de um custodiado de "privação de liberdade" para "liberdade" e vice-versa.

Nessa senda, o CNJ celebrou em novembro de 2019 com a *Zerum Research and Technology* do Brasil LTDA o Contrato nº 38/2019[4], Processo SEI nº 00414/2018, contratação oriunda do Pregão Eletrônico Nº 36/2019[5], que tem como objeto a aquisição de solução inteligência cibernética, com funcionalidades de *Security Information and Event Management* – SIEM e *Network traffic Analysis* - NTA, incluindo equipamentos, manutenção e conservação, suporte técnico especializado, instalação personalizada e treinamento. De acordo com as características do objeto adquirido/contratado, somente os itens 2 e 3 são passíveis de prorrogação, conforme ditame constante na Cláusula 22 do contrato celebrado e os termos da lei maior de licitações e contratos.

Com base no presente contexto explanados no parágrafos que abriram este documento, com a proximidade da extinção da vigência do instrumento contratual celebrado este DTI, com a perspectiva proativa de manter este Conselho com os serviços técnicos especializados já prestados por meio deste Contrato nº 38/2019, carece da prorrogação dos itens 2 e 3, necessários para a perenidade das rotinas de segurança às plataformas digitais do CNJ. Assim apresenta esta Análise de Viabilidade expondo aqui suas motivações, justificativas com o objetivo de proporcionar a manutenção dos padrões de qualidade e de atendimento atualmente em curso, resultante do processo de contratação SEI nº 00414/2018.

## 1.2 Caracterização da Demanda

Trata-se de prorrogação dos **itens 2 - Serviços de Manutenção e Conservação e 3 - Suporte Técnico Especializado** do Contrato nº 38/2019, que tem

[4] Disponível em <https://www.cnj.jus.br/ouvidoria-cnj/carta-de-servicos-ao-cidadao/licitacoes-e-contratos/contrato-n-38-2019-aquisicao-de-solucao-inteligencia-cibernetica-incluindo-equipamentos-manutencao-e-conservacao-suporte-tecnico-especializado-instalacao-personalizada-e-treinamento/>. Acessado em 14 de dezembro de 2020.
[5] Disponível em <http://comprasnet.gov.br/ConsultaLicitacoes/download/download_editais_detalhe.asp?coduasg=400003&modprp=5&numprp=362019>. Acessado em 21 de dezembro de 2020.

como objeto a aquisição de solução inteligência cibernética incluindo equipamentos, manutenção e conservação, suporte técnico especializado, instalação personalizada e treinamento.

### 1.2.1 Definição e Especificação de Requisitos (Art. 14, I)

Pretende-se, com a solução de Inteligência Cibernética, manter a visibilidade acerca da dinâmica dos incidentes cibernéticos no âmbito dos ativos computacionais do CNJ. Considerando se tratar de prorrogação de contratação de TIC, **itens 2 - Serviços de Manutenção e Conservação e 3 - Suporte Técnico Especializado** do Contrato nº 38/2019, onde não ocorrerão somatório/supressão no quantitativo das horas ou alterações de que interfiram em questões de vertentes técnicas, sendo mantidas as condições presentes na contratação inicial.

#### 1.2.1.1 *Necessidade* 1: Serviços de Manutenção e Conservação

1.2.1.1.1 ***Requisito 1.1:*** Manutenção e conservação de todo o equipamento, com supervisão e automação do fabricante da solução, sob demanda, de forma ininterrupta, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, inclusive feriados;

1.2.1.1.2 ***Requisito 1.2:*** As peças/equipamentos substituídos bem como as versões de *firmware*/*software* instaladas estarão de acordo com os termos de garantia limitada do fabricante;

1.2.1.1.3 ***Requisito 1.3*:** Serão mantidos os mesmos níveis de severidade e prazos de atendimento das ocorrências, pactuados na ocasião da contratação.

#### 1.2.1.2 *Necessidade* 2: Suporte técnico durante a garantia técnica da solução

1.2.1.2.1 ***Requisito 2.1:*** A solução deverá possuir suporte técnico durante a garantia técnica com atendimento remoto/presencial para solução de quaisquer problemas que impeçam o funcionamento adequado da solução.

1.2.1.2.2 ***Requisito 2.2:*** Deverá existir mecanismo adequado para abertura e acompanhamento de chamados de suporte técnico durante a garantia técnica, 24 horas por dia, 7 dias por semana.

1.2.1.2.3 ***Requisito 2.3:*** Os chamados de suporte técnico durante a garantia deverão ter seu atendimento iniciado no prazo máximo de 02 (duas) horas, após sua abertura.

#### 1.2.1.3 *Necessidade* 3: Manutenção do Sigilo das informações.

1.2.1.3.1 ***Requisito 3.1:*** As informações de dados/metadados de pacotes e eventos/*logs*/*flows* deverão ser mantidas sob sigilo, em ambiente controlado e de segurança, e com acesso exclusivo para servidores, detentores de cargo efetivo, do CNJ.

#### 1.2.1.4 *Necessidades Sócio Ambientais (art. 3° VI) – Desde que guardem pertinência e relevância para atendimento da demanda.*

Não se aplica dissertar sobre as Necessidades Sócio Ambientais, por se tratar de prorrogação do Contrato nº 38/2019, sendo mantidas as informações presentes na contratação inicial.

#### 1.2.1.5 *Aderência a padrões e modelos (Art. 14, II, d, e, f)*

Não se aplica ao contexto desta Análise de Viabilidade, por se tratar de prorrogação do Contrato nº 38/2019, sendo mantidas as informações presentes na contratação inicial.

#### 1.2.1.6 *Modelo Nacional de Interoperabilidade – MNI (Art. 14, II, d)*

Não se aplica ao contexto desta Análise de Viabilidade, por se tratar de prorrogação do Contrato nº 38/2019, sendo mantidas as informações presentes na contratação inicial.

#### 1.2.1.7 *Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil (Art. 14, II, e)*

Não se aplica ao contexto desta Análise de Viabilidade, por se tratar de prorrogação do Contrato nº 38/2019, sendo mantidas as informações presentes na contratação inicial.

#### 1.2.1.8 *Modelo de Requisitos Moreq-Jus (Art. 14, II, f)*

Não se aplica ao contexto desta Análise de Viabilidade, por se tratar de prorrogação do Contrato nº 38/2019, sendo mantidas as informações presentes na contratação inicial.

## 1.3 Atendimento da demanda

### 1.3.1 Soluções de TIC (Art. 14, I, a)

Considerando que serão mantidos os requisitos básicos e os padrões especificados da contratação inicial, visualiza-se no mercado de TIC as seguintes soluções capazes de atender a essa demanda:

- **Solução 1**: Continuidade da prestação dos serviços de Serviços de Manutenção e Conservação (item 2) e dos Serviços de Suporte Técnico Especializado (item 3) da Solução de Inteligência Cibernética, por meio da prorrogação do Contrato nº 38/2019;
- **Solução 2**: Contratação dos Serviços de Manutenção e Conservação, Suporte Técnico Especializado para a Solução de Inteligência Cibernética.

#### 1.3.1.1 *Solução 1: Prorrogação do Contrato nº 38/2019 – Itens 2 e 3*

Prorrogação dos **itens 2** e **3** da contratação atual, uma vez que os serviços prestados e os termos acordados neste instrumento formalizado atendem ao que está disposto nos requisitos constantes do item 1.2.1 e nos Estudos Técnicos Preliminares da contratação vigente.

#### 1.3.1.2 *Solução 2: Contratação de dos Serviços de Manutenção e Conservação, Suporte Técnico Especializado para a Solução de Inteligência Cibernética*

Nessa alternativa de solução, a contratação seria pautada em nova contratação, de forma a atender os requisitos listados no item 1.2.1 e nos Estudos Técnicos Preliminares da contratação vigente.

### 1.3.2 Contratações Públicas Similares (Art. 14, I, b)

Abaixo temos os órgãos da Administração Pública com contratos vigentes similares ao Contrato nº 38/2019 (itens 2 e 3):

#### 1.3.2.1 Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul - TRE-RS

**Pregão Eletrônico**: nº 69/2019[6]

**Ata de Registro de Preço**: Processo nº 0004824-06.2019.6.21.8000[7]

**Objeto:** O TRE-RS (UASG 70021) registrou preço para aquisição de solução de software para gerenciamento de logs e eventos de segurança (SIEM - *Security Information and Event Management*). Os item 3 e 4 - Serviço de Suporte anual para software de gerenciamento de logs e eventos de segurança (SIEM), diz respeito as alternativas levantadas no item 1.3.1.

#### 1.3.2.2 Tribunal Regional Eleitoral - TRE-PR

**Pregão Eletrônico:** nº 70/2018[8]

**Ata de Registro de Preço:** PAD 13317/17[9]

[6] Disponível em <http://www.comprasnet.gov.br/consultalicitacoes/download/download_editais_detalhe.asp?coduasg=70021&modprp=5&numprp=692019>. Acessado em 11 de janeiro de 2021.
[7] Disponível em <https://www.tre-rs.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes-contratacoes/precos-registrados/solucao-de-software-siem>. Acessado em 11 de janeiro de 2021.
[8] Disponível em <http://comprasnet.gov.br/ConsultaLicitacoes/download/download_editais_detalhe.asp?coduasg=70019&modprp=5&numprp=702018>. Acessado em 11 de janeiro de 2021.
[9] Disponível em <https://www.tre-pr.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-das-aquisicoes-e-contratacoes/atas-de-registro-de-precos/licencas-software>. Acessado em 11 de janeiro de 2021.

**Objeto:** Registro de Preços para a aquisição de solução de software para gerenciamento de logs e eventos de segurança (SIEM - *Security Information and Event Management*), de acordo com as especificações e condições descritas neste Termo de Referência.

O TRE-PR (UASG 070019), realizou a contratação dos Serviços Gerenciamento de Segurança da Informação. Os item 3 e 4 - Serviço de Suporte anual para *software* de gerenciamento de *logs* e eventos de segurança (SIEM), diz respeito as alternativas levantadas no item 1.3.1.

#### 1.3.2.3 Secretaria de Fazendo e Planejamento do Estado de São Paulo – SEFAZ-SP

**Pregão Eletrônico:** nº 40/2020[10]

**Contrato:** 31338-SAAC-00086-2020[11]

**Objeto:** aquisição de licenças de *software*, serviços de suporte técnico, atualização de *software* e serviços de banco de horas, para a solução de gerenciamento de informações e eventos de segurança (*Security Information and Event Management* – SIEM).

A SEFAZ-SP (BEC Ordem de Compra nº 200189000012020OC00005) realizou a contratação de serviços contínuos de suporte técnico e atualização de *software*. O item II - diz respeito as alternativas levantadas no item 1.3.1.

### 1.3.3 Soluções Similares em Outros Órgãos (Art. 14, II, a)

As soluções similares aos itens renováveis do Contrato nº 38/2019 serão apresentadas a seguir no item 1.4 a seguir.

**Comentado [HGG1]:** Ajuste, pois, estava contraditório ao apresentar no item 1.4.

[10] Disponível em <http://www.comprasnet.gov.br/consultalicitacoes/ConsLicitacao_Relacao.asp>. Acessado em 11 de janeiro de 2021.
[11] Disponível em <https://www.imprensaoficial.com.br/ENegocios/MostraDetalhesLicitacao_14_3.aspx?IdLicitacao=1458837#11/01/2021>. Acessado em 11 de janeiro de 2021.

### 1.3.4 Portal do *Software* Público Brasileiro (Art. 14, II, b)

Não se aplica ao contexto desta Análise de Viabilidade, por se tratar de prorrogação do Contrato nº 38/2019, sendo mantidas as informações presentes na contratação inicial.

### 1.3.5 Capacidade e Alternativas do Mercado de TIC (Art. 14, II, c)

Não se aplica ao contexto desta Análise de Viabilidade, por se tratar de prorrogação do Contrato nº 38/2019, sendo mantidas as informações presentes na contratação inicial.

## 1.4 Análise dos Custos Totais da Demanda (Art. 14, III)

A **Tabela 1** apresenta os valores praticados nas Contratações Públicas Similares apresentadas no item 1.3.2.

| Órgão/Pregão Eletrônico | Especificação | Unid. | Quant. (A) | Valor Unitário (B) (R$) | Valor Anual (C) = A x B (R$) | Valor 20 meses (D) = C x 20 (R$) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Tribunal Regional Eleitoral - TRE-RS PE nº 69/2019** | **Item 3** - Suporte anual para *software* de gerenciamento de logs e eventos de segurança (SIEM), para módulo principal, descrito no item 01, não incluindo o primeiro ano de uso. | *cluster* e anualidade | 1 | 65.000,00 | 65.000,00 | 108.333,33 |
| | **Item 4** - Suporte anual para *software* de gerenciamento de logs e eventos de segurança (SIEM), para pacote adicional, descrito no item 02, não incluindo o primeiro ano de uso. | *cluster* e anualidade | 6 | 18.000,00 | 72.000,00 | 120.000,00 |
| | **Valor médio dos itens** | | | **41.500,00** | - | **228.333,33** |
| **Tribunal Regional Eleitoral - TRE-PR PE nº 70/2018** | **Item 3** - Suporte anual para software de gerenciamento de logs e eventos de segurança (SIEM), para módulo principal, descrito no item 01, não incluindo o primeiro ano de uso. | *cluster* e anualidade | 1 | 22.415,33 | 22.415,33 | 37.358,88 |
| | **Item 4** - Suporte anual para software de gerenciamento de logs e eventos de segurança (SIEM), para pacote adicional, descrito no item 02, não incluindo o primeiro ano de uso. | *cluster* e anualidade | 7 | 11.624,47 | 81.371,29 | 135.618,82 |
| | **Valor médio dos itens** | | | **34.039,80** | - | **172.977,70** |
| **SEFAZ-SP** | **Item II** - Serviços contínuos de suporte técnico e atualização de *software* | mês | 15 | 60.483,02 | 907.245,30 | 1.512.075,50 |
| **Valores Médios (R$)** | | | | **45.340,94** | **544.091,28** | **637.795,51** |

**Tabela 1 –** *Contratações Públicas Similares*

Vale indicar que nas pesquisas efetuadas em busca da aquisições similares aos itens renováveis do Contrato nº 38/2019, observou-se que na composição de preços os serviços de Manutenção e Conservação e de Suporte Técnico foram contratados em um único item. Com isso há de se considerar que os valores acima trata-se da junção dos dois itens renováveis (itens 2 e 3) do contrato em análise. Ademais, é importante levar em consideração que as soluções adquiridas nessas contratações possuem características similares, mas não idênticas à solução de Inteligência Cibernética de propriedade do CNJ.

A **Tabela 2** compara os custos de aquisição dos suporte técnico, realizada pelo Contrato nº 38/2019, e os custos da contratação do serviço de manutenção e suporte técnico similares em outros órgãos da administração pública.

| Processo | Descrição | Valor Mensal (R$) | Valor para 20 meses (R$) |
|---|---|---|---|
| Contrato CNJ 38/2019 - 1º TA | Item 2 - Manutenção e conservação, de acordo com o item 5.2 | 19.274,11 | 385.482,20 |
| | Item 3 - Contrato CNJ 38/2019 - 1º TA | 4.782,30 | 95.646,00 |
| **Valor Total dos Itens Renováveis do Contrato CNJ 38/2019 - 1º TA** | | **24.056,41** | **481.128,20** |
| **Valores Médios Contratações Públicas Similares** | | **45.340,94** | **637.795,51** |

**Tabela 2 –** *1º TA Contrato nº 38/2019 versus Contratações Públicas Similares*

Com a **Tabela 2** é possível observar que mesmo se tratando de soluções de SIEM - *Security Information and Event Management* similares a adquirida por meio do Contrato nº 38/2019, a proposta de prorrogação do contrato em análise possui elevado indício de economicidade. Efetuando a projeção dos valores unitários das contratações similares para a vigência de 20 (vinte) meses, temos como produto o valor de **R$687.795,51 (seiscentos e oitenta e sete mil, setecentos e noventa e cinco reais e cinquenta e um centavos)**. Quando comparado a soma dos dois itens renováveis do Contrato nº 38/2019, **R$481.128,20 (quatrocentos e oitenta e um mil, cento e vinte e oito reais e vinte centavo)**, a média dos contratações públicas é **32,56% superior** aos

valores praticados na contratação em análise, uma **diferença nos valores de mais de R$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)** ao longo dos 20 (vinte) meses de contrato.

Dessa forma, sugere-se, pelo princípio da economicidade, que a prorrogação do Contrato nº 38/2019 (**itens 2 e 3**) deva ser efetuada, pois os valores nesse contrato estão abaixo dos praticados em outros contratos com a administração pública.

## 1.5 Escolha e Justificativa da Solução (Art. 14, IV)

### 1.5.1 Motivação da Escolha

Dentre as alternativas de solução de TIC vislumbradas a solução apresentada no item 1.3.1.1, **Solução 1** - Continuidade da prestação dos serviços de Serviços de Manutenção e Conservação (item 2) e dos Serviços de Suporte Técnico Especializado (item 3) da Solução de Inteligência Cibernética, por meio da prorrogação do Contrato nº 38/2019, tende a representar um investimento financeiro menor em relação à **Solução 2** estudada no item 1.3.1.2.

A **Solução 1** é aderente aos requisitos técnicos posto na presente análise, visto que contempla a prorrogação da prestação de **Serviços de Manutenção e Conservação (item 2)**, **Suporte Técnico Especializado (item 3)** da Solução de Inteligência Cibernética, garantindo, com isso, a manutenção da continuidade das rotinas de segurança às plataformas digitais do CNJ

A continuidade da prestação dos serviços é necessária não só para o CNJ, bem como para a sociedade com um todo. As diversas plataforma digitais, necessárias e importantes para a sociedade, e que possuem abrangência nacional na prestação de serviços à sociedade, em caso de um possível ataque cibernético contra esse sistema poderia gerar efeitos adversos, já apresentados no item 1.2 da contextualização desta análise.

É de suma importância para o CNJ a sequência desta prestação de serviços enquanto estratégia negocial, garantindo a perenidade da Manutenção e Conservação (item 2) e Suporte Técnico Especializado (item 3) da Solução de Inteligência Cibernética, já que utiliza-se de equipe técnica qualificada com base em *expertise* de

mercado, proporcionando, assim, maior qualidade e eficiência na prestação dos serviços.

A correta manutenção desta solução, adquirida por meio do contrato em estudo, traz uma forma de mitigar atuação reativa transformando-a em proativa, bem como centralizar as informações de eventos/*logs*/*flows* e tráfego de pacotes em repositórios centralizados, sendo assim uma solução de segurança cibernética que provê inteligência no processo de gestão de incidentes de segurança da informação, aumentando a eficiência e eficácia da Equipe de Resposta a Incidentes do CNJ (ETIR-CNJ).

Logo, à luz da Lei nº Lei nº 8.666/93[12] (artigo 57, inciso II) a vigência deste contrato **permite novas renovações** tal como a realizada no 2º termo aditivo de acordo

> *"II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a **sessenta meses;** " (grifo nosso)*

A **Solução 2** - Contratação dos Serviços de Manutenção e Conservação, Suporte Técnico Especializado para a Solução de Inteligência Cibernética, no momento não se mostra aderente às necessidades pontuais deste Conselho. Uma nova contratação poderia trazer descontinuidade na prestação dos serviços, tende a representar um investimento **financeiro maior** em relação às demais possibilidades de solução, conforme os valores apresentados na **Tabela 2**, item 1.4. Ainda podemos sondar perda e não garantiria a qualidade no serviço prestado, alto risco que não se faz necessário no momento tendo em vista que a contratação atual atende as pretensões do DTI e nos termos da lei, pode ser renovada.

**Uma vez que a alternativa de Solução 1 se trata da solução mais vantajosa para a administração, dado o forte preceito de economicidade, a equipe de**

[12] Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm>. Acessado em 14 de julho de 2020.

**planejamento da contratação a indica esta solução como a melhor alternativa para atender às necessidades apresentadas nesta Análise de Viabilidade.**

### 1.5.2 Descrição da Solução (Art. 14, IV, a)

**Prorrogação do** Contrato nº 38/2019 - **itens 2 e 3 do contrato 01/2019 - Grupo 1**, por um período de 20 (vinte) meses para a Solução de Inteligência Cibernética.

### 1.5.3 Alinhamento da Solução (Art. 14, IV, b)

Tendo em vista que serão mantidos os serviços de TIC ofertados no Contrato nº 38/2019 (itens 2 e 3), adverte-se que será preservado o alinhamento originário, em relação às necessidades de negócio e requisitos tecnológicos.

A demanda encontra-se em consonância com Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação do Conselho Nacional de Justiça para o período de 2016-2020 (aprovado pela Portaria CNJ n° 85/2016[13]), bem como com a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (Entic-Jud) (Resolução CNJ n° 211/2015[14]):

- **a) Art. 3°, IV, b**: Processos Internos: Objetivo 8 – Aprimorar a segurança da informação; e
- **b) Art. 12, II, b**: Macroprocesso de segurança da informação - Incidentes de Segurança.

Ademais, os requisitos técnicos estruturados no item 1.2 delimitam a forma como os diversos controles podem ser implementados, sem limitar as escolhas de alternativas de solução para atendimento dessa demanda.

### 1.5.4 Benefícios Esperados (Art. 14, IV, c)

A decisão pela prorrogação dos itens 2 e 3 Contrato nº 38/2019 atende à necessidade do CNJ em manter a disponibilidade dos serviços e sistemas essenciais de

[13] Disponível em < https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2321> Acessado em 23 de novembro de 2020.
[14] Disponível em <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/atos-normativos?documento=2227> Acessado em 23 de novembro de 2020.

TIC. Com isso, os benefícios esperados foram ser analisados à luz do art. 14, inciso IV, c da Resolução CNJ nº 182/2013[15] e são:

**a)** **Eficiência**: A solução escolhida atende a todas as necessidades/requisitos que definem a demanda, sendo necessário um investimento menor, ao mesmo tempo que não são necessários novos treinamentos ou adequações nos processos de trabalho ou na estrutura do CNJ;

**b)** **Eficácia**: Mostra-se eficaz por acolher todos os requisitos listados, efetivamente atendendo às necessidades identificadas pela área demandante;

**c)** **Economicidade**: A solução mostra-se mais econômica por atender todos os requisitos, sem perda de qualidade, de forma mais barata do que as alternativas e preservando os investimentos realizados anteriormente pelo CNJ; e

**d)** **Padronização**: Não foram identificados benefícios relativos à padronização, uma vez que não se aplica à solução escolhida.

Ademais, em relação aos aspectos técnicos/operacionais proporcionados pela manutenção dos serviços em estudo, elencamos:

**a)** Monitoramento contínuo e visibilidade em tempo real;

**b)** Rápida resposta aos incidentes de segurança;

**c)** Correlação de eventos de segurança de diferentes soluções de modo a transformar os dados em informação útil;

**d)** Correlação de eventos de tráfego de rede com os eventos de segurança de maneira a ampliar a visibilidade e entendimento da dinâmica de incidente de segurança da informação;

**e)** Aumento da consciência situacional do ambiente computacional o CNJ; e

[15] Disponível em <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/1874>. Acessado em 23 de novembro de 2020.

**f)** Diminuição das taxas de falsos positivo, decorrente das análises isoladas pelas soluções, as quais não possuem visão de todo do sistema. Eficiência: A solução em operação no CNJ atende a todas as

### 1.5.5 Relação entre a Demanda Prevista e a quantidade de bens/serviços Contratados (Art. 14, IV, d)

Prorrogação do contrato atual atendendo ao disposto nesta análise de viabilidade:

| Grupo | Item | Descrição | Unidade | Quantidade |
|---|---|---|---|---|
| 1 | 2 | Manutenção e Conservação da Solução de Inteligência Cibernética | mês | 20 (vinte) |
| | 3 | Prestação de serviços de Suporte Técnico Especializado da Solução de Inteligência Cibernética | mês | 20 (vinte) |

**Tabela 4 –** *Demanda prevista e quantidade necessária.*

## Anexo A – Contratações Públicas Similares

*Prorrogação dos item 2 e 3 do Contrato n. º 38/2019 – Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação (item 2) e Suporte Técnico Especializado (item 3) da Solução de Inteligência Cibernética*

JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

**PREGÃO (ELETRÔNICO) N. 69/2019**

**REGISTRO DE PREÇOS**

**ATENÇÃO**

No **Acórdão TCU n. 754-2015** – Plenário, houve expressa determinação para que a Administração Pública instaure processo com vistas à penalização das empresas que pratiquem, injustificadamente, ato ilegal tipificado no art. 7º da Lei 10.520/2002 tanto na licitação quanto no contrato.

Nesse contexto, alerta-se para que o licitante analise **detalhadamente** o edital (e anexos) para formular proposta/lance firme e possível de cumprimento.

A prática injustificada de atos tais como: não manter a proposta (ex. desistência, não envio de amostra, planilha, laudos) e deixar de enviar documentação exigida (ex. documentos de habilitação), sem prejuízo de outras infrações cometidas na licitação/contratação, sujeitará o licitante a sanções, apuradas em regular processo administrativo.

**Observação:** O Anexo IV do edital está disponível em formato ODT e para visualizá-lo é preciso que o computador possua instalado o software livre e
gratuito LibreOffice.

No caso de dúvidas técnicas, os licitantes podem entrar em contato com Seção de Orientação e Suporte em TI, pelo telefone 51-3294.8402 ou 3294-8407.

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL – TRE-RS, por intermédio de sua Seção de Licitações, tendo em vista os atos constantes no processo SEI n. **0004824-06.2019.6.21.8000**, emite o presente edital, aprovado pela autoridade competente, para a abertura de licitação na modalidade **Pregão, na forma eletrônica**, tipo "menor preço", para o **Sistema de Registro de Preços**, estabelecendo as respectivas normas para a participação das empresas interessadas no **eventual fornecimento de solução de software para gerenciamento de logs e eventos de segurança (SIEM - Security Information and Event Management)**. O procedimento licitatório será regido pela Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, pelos Decretos n. 5.450, de 31 de maio de 2005 e n. 7.892, de 23 de janeiro de 2013, subsidiariamente, pela Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como pelas regras e condições estabelecidas, no que couber, na Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, e na Lei n. 11.488, de 15 de junho de 2007.

A sessão pública do pregão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico Comprasnet, ocorrerá no dia **13 de novembro** do corrente ano, às **14 horas**, sendo conduzida na sala de reuniões da Coordenadoria de Licitações e Contratos, no 3º andar do prédio Anexo I do TRE-RS, sito na Av. Pe. Cacique, 96 – Porto Alegre-RS.

**1. DO OBJETO**

Escolha da melhor proposta de preço unitário, para Sistema de Registro de Preços, de solução de software para gerenciamento de logs e eventos de segurança (SIEM - Security Information and Event Management), conforme Anexo III e demais estipulações deste edital.

**2. DAS CONDIÇÕES**

2.1. O prazo de validade da ata de registro de preços será de **12 (doze) meses** a contar da publicação dos preços registrados na Imprensa Oficial.

2.2. A existência de preços registrados não obriga o TRE-RS a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

2.2.1. A quantidade constante no Anexo III deste edital é estimativa para eventual fornecimento durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços.

2.2.2. As aquisições ocorrerão em conformidade com as necessidades e conveniências do TRE-RS, facultada a aquisição parcial, total ou mesmo a não aquisição dos materiais licitados.

2.3. Os editais do TRE-RS não contemplam a permissão da utilização da ata de registro de preços por Órgão não participante, de acordo com o processo administrativo n. 1775/2018.

2.5. Os prazos e condições da execução do objeto constam no item 6.1 do Termo de Referência.

2.6. A forma de recebimento do objeto consta no item 7.4 do Termo de Referência.

2.7. O licitante, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar, em parte, o objeto da licitação, se for conveniente para a Administração, mediante prévia e escrita autorização deste TRE, não podendo transferir a terceiros a responsabilidade de que trata o item seguinte.

2.7.1. O licitante obriga-se a reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste contrato, quando verificarem-se vícios, defeitos ou incorreções.

2.8. Conforme disposições constantes na Resolução n. 7/2005 do Conselho Nacional de Justiça, é vedada a contratação de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

2.8.1. A vedação constante no item anterior se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização.

2.8.2. A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo Tribunal, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório.

2.9. O licitante vencedor deverá manter seus dados (endereço, responsável, telefones, e-mails) atualizados junto à Seção de Compras do TRE-RS, o que poderá ser feito por meio de mensagem enviada para os endereços compras@tre-rs.jus.br e/ou fornecimento@tre-rs.jus.br.

**3. DA PARTICIPAÇÃO**

3.1. Poderá participar da presente licitação todo interessado que comprove o atendimento dos requisitos estabelecidos neste edital, na legislação pertinente à respectiva espécie societária e esteja credenciado na Secretaria de Gestão (SEGES) do Ministério da Economia, a qual atuará como órgão provedor do sistema eletrônico Comprasnet.

3.2. O licitante deverá efetivar todas as declarações exigidas no âmbito do Sistema.

3.3. Não poderá participar do presente certame interessado:

a) suspenso de contratar com este TRE, nos termos do art. 87, III, da Lei n. 8.666/1993;

b) declarado inidôneo nos termos do art. 87, IV, da Lei n. 8.666/1993;

c) impedido de licitar e de contratar com a União nos termos do art. 7º da Lei n. 10.520/2002 e art. 28 do Decreto n. 5.450/2005;

d) suspenso, declarado inidôneo/impedido/proibido de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública ou União, em virtude de legislação, diferente da mencionada nas letras "a" a "c", que determine sanção restritiva.

e) cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

PREGÃO ELETRÔNICO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Superior Eleitoral
Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul

**Termo de Homologação do Pregão Eletrônico**
Nº 00069/2019 (SRP)

Às 13:37 horas do dia 18 de novembro de 2019, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Sr. JOSEMAR DOS SANTOS RIESGO, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 0004824-06.2019.6, Pregão nº 00069/2019.

**Resultado da Homologação**

**GRUPO 1**
**Tratamento Diferenciado:** -
**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não
**Valor Estimado:** R$ 2.744.374,2300
**Situação:** Homologado

**Adjudicado para:** TELETEX COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA **, pelo melhor lance de** R$ 1.696.000,0000 .

**Itens do grupo:**

- 1 - Licenciamento de Direitos Permanentes de Uso de Outros Softwares / Programas de Computador
- 2 - Licenciamento de Direitos Permanentes de Uso de Outros Softwares / Programas de Computador
- 3 - Contratos de Prestação de Serviços de Assistência Técnica eCientifica
- 4 - Contratos de Prestação de Serviços de Assistência Técnica eCientifica
- 5 - Serviços de Instalação, Transição e Configuração / Parametrização de Software
- 6 - Treinamento Informática - Sistema / Software

**Item: 1 - GRUPO 1**
**Descrição:** Licenciamento de Direitos Permanentes de Uso de Outros Softwares / Programas de Computador
**Descrição Complementar:** Licenciamento de direitos permanentes de uso de outros softwares , programas de computador
**Tratamento Diferenciado:** -
**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não
**Quantidade:** 1 **Unidade de fornecimento:** Unidade
**Valor Estimado:** R$ 760.701,3900 **Intervalo Mínimo entre Lances:** -
**Situação:** Homologado

**Adjudicado para:** TELETEX COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA **, pelo melhor lance de** R$ 299.000,0000 **e a quantidade de** 1 **Unidade** .

**Eventos do Item**

| Evento | Data | Nome | Observações |
|---|---|---|---|
| Adjudicado | 14/11/2019 15:54:51 | - | Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:TELETEX COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA, CNPJ/CPF:79.345.583/0004-95, Melhor lance : R$ 299.000,0000 |
| Homologado | 18/11/2019 13:37:18 | JOSEMAR DOS SANTOS RIESGO | |

**Item: 2 - GRUPO 1**
**Descrição:** Licenciamento de Direitos Permanentes de Uso de Outros Softwares / Programas de Computador
**Descrição Complementar:** Licenciamento de direitos permanentes de uso de outros softwares , programas de computador
**Tratamento Diferenciado:** -
**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não
**Quantidade:** 6 **Unidade de fornecimento:** Unidade
**Valor Estimado:** R$ 117.744,0200 **Intervalo Mínimo entre Lances:** -
**Situação:** Homologado

**Adjudicado para:** TELETEX COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA **, pelo melhor lance de** R$ 75.000,0000 **e a quantidade de** 6 **Unidade** .

**Eventos do Item**

| Evento | Data | Nome | Observações |
|---|---|---|---|
| Adjudicado | 14/11/2019 15:54:51 | - | Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:TELETEX COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA, CNPJ/CPF:79.345.583/0004-95, Melhor lance : R$ 75.000,0000 |
| Homologado | 18/11/2019 13:37:19 | JOSEMAR DOS SANTOS RIESGO | |

**Item: 3 - GRUPO 1**
**Descrição:** Contratos de Prestação de Serviços de Assistência Técnica eCientifica
**Descrição Complementar:** Contratos de prestação de serviços de assistência técnica ecientífica
**Tratamento Diferenciado:** -
**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não
**Quantidade:** 4 **Unidade de fornecimento:** Unidade
**Valor Estimado:** R$ 126.090,2200 **Intervalo Mínimo entre Lances:** -
**Situação:** Homologado

**Adjudicado para:** TELETEX COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA **, pelo melhor lance de** R$ 65.000,0000 **e a quantidade de** 4 **Unidade** .

**Eventos do Item**

| Evento | Data | Nome | Observações |
|---|---|---|---|
| Adjudicado | 14/11/2019 15:54:51 | - | Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:TELETEX COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA, CNPJ/CPF:79.345.583/0004-95, Melhor lance : R$ 65.000,0000 |
| Homologado | 18/11/2019 13:37:20 | JOSEMAR DOS SANTOS RIESGO | |

**Item: 4 - GRUPO 1**
**Descrição:** Contratos de Prestação de Serviços de Assistência Técnica eCientifica
**Descrição Complementar:** Contratos de prestação de serviços de assistência técnica ecientífica
**Tratamento Diferenciado:** -
**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não
**Quantidade:** 24 **Unidade de fornecimento:** Unidade
**Valor Estimado:** R$ 21.493,6600 **Intervalo Mínimo entre Lances:** -
**Situação:** Homologado

**Adjudicado para:** TELETEX COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA **, pelo melhor lance de** R$ 18.000,0000 **e a quantidade de** 24 **Unidade** .

**Eventos do Item**

| Evento | Data | Nome | Observações |
|---|---|---|---|
| Adjudicado | 14/11/2019 15:54:51 | - | Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:TELETEX COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA, CNPJ/CPF:79.345.583/0004-95, Melhor lance : R$ 18.000,0000 |
| Homologado | 18/11/2019 13:37:21 | JOSEMAR DOS SANTOS RIESGO | |

**Item: 5 - GRUPO 1**
**Descrição:** Serviços de Instalação, Transição e Configuração / Parametrização de Software
**Descrição Complementar:** Serviços de instalação, transição e configuração , parametrização de software
**Tratamento Diferenciado:** -
**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não
**Quantidade:** 1 **Unidade de fornecimento:** Und serviço técnico
**Valor Estimado:** R$ 189.000,0000 **Intervalo Mínimo entre Lances:** -
**Situação:** Homologado

**Adjudicado para:** TELETEX COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA **, pelo melhor lance de** R$ 188.000,0000 **e a quantidade de** 1 **Und serviço técnico** .

**Eventos do Item**

| Evento | Data | Nome | Observações |
|---|---|---|---|
| Adjudicado | 14/11/2019 | - | Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:TELETEX COMPUTADORES E SISTEMAS |

JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**PREGÃO N. 69/2019**
**PROCESSO N. 0004824-06.2019.6.21.8000**

**O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL**, órgão do Poder Judiciário Federal, sediado em Porto Alegre-RS, na Rua Duque de Caxias n. 350, inscrito no CNPJ sob o número 05.885.797/0001-75, neste ato representado por seu Diretor-Geral, com fundamento na Lei n. 8.666/1993 e no Decreto n. 7.892/2013, emite a presente Ata com o objetivo de formalizar o **Registro de Preços para eventual aquisição de solução de software para gerenciamento de logs e eventos de segurança (SIEM - Security Information and Event Management)**, em decorrência das propostas apresentadas no Pregão n. 69/2019 e em conformidade com o objeto descrito no item 1 do edital licitatório.

**1.** Os dados relativos ao fornecedor e aos itens registrados estão especificados nos quadros a seguir:

**1.1.** Dados referentes ao fornecedor:

| |
|---|
| Empresa: TELETEX COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA. |
| CNPJ: 79.345.583/0004-95 |
| Endereço: Av. Praia de Belas n. 1212, sala 1311, 13º andar, Porto Alegre-RS, CEP 90110-000 |
| E-mail: licitacao@teletex.com.br |
| Telefone da empresa: (41) 2169-7777 ou (51) 2103-1015 |
| Representante legal: Maria da Conceição Oliveira Silva |

**1.2.** Dados referentes aos itens registrados, em conformidade com a especificação técnica constante no Anexo III do edital (Termo de Referência) do edital licitatório:

| Item | Descrição | Quantidade estimada de aquisição | Valor unitário (em R$) |
|---|---|---|---|
| 1 | Software de gerenciamento de logs e eventos de segurança (SIEM), com licença perpétua, suporte e atualização para o primeiro ano de uso. | 01 | 299.000,00 |
| 2 | Pacote adicional para software de gerenciamento de logs e eventos de segurança (SIEM), com licença perpétua, suporte e atualização para o primeiro ano de uso. | 06 | 75.000,00 |
| 3 | Suporte anual para software de gerenciamento de logs e eventos de segurança (SIEM), para módulo principal, descrito no item 01, não incluindo o primeiro ano de uso. | 04 | 65.000,00 |
| 4 | Suporte anual para software de gerenciamento de logs e eventos de segurança (SIEM), para pacote adicional, descrito no item 02, não incluindo o primeiro ano de uso. | 24 | 18.000,00 |
| 5 | Instalação e configuração da solução de SIEM, realizada de forma presencial. | 01 | 188.000,00 |
| 6 | Treinamento técnico para solução de SIEM, com no mínimo 16h, para até 8 pessoas. | 01 | 67.000,00 |

**2.** O fornecedor deverá manter seus dados (endereço, responsável, telefones, e-mails) atualizados junto à Seção de Compras do **TRE-RS**, o que poderá ser feito por meio de mensagem enviada para os endereços compras@tre-rs.jus.br e/ou fornecimento@tre-rs.jus.br.

**3.** A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses**, a contar da publicação dos preços registrados na Imprensa Oficial.

**3.1.** Os editais do **TRE-RS** não contemplam a permissão da utilização da ata de registro de preços por Órgão não participante, de acordo com o processo administrativo n. 1775/2018.

**4.** A existência de preços registrados não obriga o **TRE-RS** a efetuar as aquisições, facultando-se a realização de licitação específica para as aquisições pretendidas. Nesse caso, o beneficiário do registro de preços terá preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

**5.** A quantidade dos materiais é estimativa para eventual fornecimento, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços.

**5.1.** As aquisições ocorrerão em conformidade com as necessidades e conveniências do **TRE-RS**, facultada a aquisição parcial, total ou mesmo a não aquisição dos materiais licitados.

**5.2.** O fornecedor deverá atender aos pedidos formalizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços, ainda que a entrega seja prevista para data posterior a sua vigência.

**5.3.** Os prazos e condições da execução do objeto constam no item 6.1 do Termo de Referência.

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – SEÇÃO DE LICITAÇÕES

LICITAÇÃO N.º 70/2018
(Pregão Eletrônico - Registro de Preços)
Protocolo n. º 13.317/2017

ABERTURA DA LICITAÇÃO
DIA 29/11/2018 às 14:00 HORAS

1 - O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, UASG (070019), por meio do Pregoeiro designado pela Portaria nº 103/2018 da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná - TRE/PR, torna público que fará realizar licitação, na **modalidade PREGÃO ELETRÔNICO sob a forma de REGISTRO DE PREÇOS, tipo menor preço POR LOTE,** regida pela Lei nº 10.520/02, pela Lei Complementar nº 123/06, pela Lei nº 11.488/2007, pelos Decretos n.º 5.450/05, nº 7.892/13 (alterado pelo Decreto nº 9.488/2018) e nº 8.538/2015, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93, e por outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, de acordo com o presente edital e seus anexos.

1.1 - No dia **29 (vinte e nove) de novembro de 2018, às 14:00 horas**, na Sala da Comissão Permanente de Licitação do prédio do TRE-PR, sito na Rua João Parolin nº 224, Bairro Prado Velho, Curitiba-PR, será feita a abertura do certame, exclusivamente por meio de sistema eletrônico do Governo Federal que promove a comunicação pela Internet (*Comprasnet* - www.comprasgovernamentais.gov.br).

1.2 - Integram este edital, independente de transcrição, **o Termo de Referência - Anexo I, a Proposta Detalhada – Anexo II e a Ata de Registro de Preços – Anexo III.**

## 2 - DO OBJETO

**2.1 -** A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa especializada para **a aquisição de solução de software para gerenciamento de logs e eventos de segurança (SIEM - *Security Information and Event Management*)**, visando atender às necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral, conforme especificações descritas no Termo de Referência - Anexo I.

## 3 - DO CREDENCIAMENTO ESPECÍFICO PARA O PREGÃO ELETRÔNICO

**3.1** – Poderão participar deste certame as empresas que atenderem às condições deste edital, inclusive quanto à documentação, e estiverem devidamente credenciadas no sistema *Comprasnet*, cujo gerenciamento (órgão provedor do sistema eletrônico) é feito pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

**3.1.1 -** A licitante deverá manter seus dados (*e-mail* e telefone para contato) rigorosamente atualizados.

**3.2 -** Somente poderão participar desta licitação pessoas jurídicas legalmente estabelecidas no País, cujo objeto social expresso no estatuto ou contrato social especifique atividade pertinente e compatível com o objeto da presente licitação e que atendam às condições deste edital, desde que não estejam cumprindo as sanções previstas nos seguintes dispositivos legais:

a) Art. 7º da Lei nº 10.520/02;

b) Inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93, quando aplicada por este Tribunal;

c) Inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

**3.2.1 -** As condições exigidas nos itens 3.2 serão verificadas pelo Pregoeiro em conjunto com a documentação de habilitação.

**3.3 -** Não poderão participar desta licitação empresas que tenham em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação (art. 2º, inc. VI, da Resolução nº 07, de 18/10/2005, incluído pela Resolução nº 229, de 22/06/2016, ambas do Conselho Nacional de Justiça).

**3.3.1 -** A proibição constante do item 3.3 se estende até 06 (seis) meses, contados da abertura da licitação, após a desincompatibilização do magistrado ou servidor gerador da incompatibilidade. (art. 2º, § 3º, da Resolução nº 07, de 18/10/2005, incluído pela Resolução nº 229, de 22/06/2016, ambas do Conselho Nacional de Justiça).

**3.4 -** É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal (art. 3º da Resolução nº 07, de 18/10/2005, com redação dada pela Resolução nº 09, de 06/12/2005, ambas do Conselho Nacional de Justiça).

**3.5 -** A licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação do presente edital, em campo próprio do

PREGÃO ELETRÔNICO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Superior Eleitoral
Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

**Termo de Homologação do Pregão Eletrônico**
Nº 00070/2018 (SRP)

Às 13:43 horas do dia 04 de dezembro de 2018, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Sr. SERGIO LUIZ MARANHAO RITZMANN, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 13317/2017, Pregão nº 00070/2018.

**Resultado da Homologação**

**GRUPO 1**
**Tratamento Diferenciado:** -
**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não
**Valor Estimado:** R$ 2.874.615,6900
**Situação:** Homologado

**Adjudicado para:** TELETEX COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA **, pelo melhor lance de** R$ 1.044.999,9900 .

**Itens do grupo:**

- 1 - PROGRAMA ( SOFTWARE ) - SEGURANCA
- 2 - PROGRAMA ( SOFTWARE ) - SEGURANCA
- 3 - Manutenção de Software (Corretiva, Preventiva, Adaptativa)
- 4 - Manutenção de Software (Corretiva, Preventiva, Adaptativa)
- 5 - Serviços de Instalação, Transição e Configuração / Parametrização de Software
- 6 - Treinamento Informática - Sistema / Software

**Item: 1 - GRUPO 1**
**Descrição:** PROGRAMA ( SOFTWARE ) - SEGURANCA
**Descrição Complementar:** Software de gerenciamento de logs e eventos de segurança (SIEM), com licença perpétua, suporte e atualização para o primeiro ano de uso.
**Tratamento Diferenciado:** -
**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não
**Quantidade:** 1
**Unidade de fornecimento:** Unidade
**Valor Estimado:** R$ 482.319,2600
**Intervalo Mínimo entre Lances:** -
**Situação:** Homologado

**Adjudicado para:** TELETEX COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA **, pelo melhor lance de** R$ 99.764,6000 **e a quantidade de** 1 **Unidade** .

**Eventos do Item**

| Evento | Data | Nome | Observações |
|---|---|---|---|
| Adjudicado | 30/11/2018 15:23:15 | - | Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:TELETEX COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA, CNPJ/CPF:79.345.583/0001-42, Melhor lance : R$ 99.764,6000 |
| Homologado | 04/12/2018 13:43:40 | SERGIO LUIZ MARANHAO RITZMANN | |

**Item: 2 - GRUPO 1**
**Descrição:** PROGRAMA ( SOFTWARE ) - SEGURANCA
**Descrição Complementar:** Pacote adicional para software de gerenciamento de logs e eventos de segurança (SIEM), com licença perpétua, suporte e atualização para o primeiro ano de uso.
**Tratamento Diferenciado:** -
**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não

**Quantidade:** 7
**Valor Estimado:** R$ 148.952,6600
**Situação:** Homologado
**Unidade de fornecimento:** Unidade
**Intervalo Mínimo entre Lances:** -

**Adjudicado para:** TELETEX COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA **, pelo melhor lance de** R$ 51.180,2000 **e a quantidade de** 7 **Unidade** .

**Eventos do Item**

| Evento | Data | Nome | Observações |
|---|---|---|---|
| Adjudicado | 30/11/2018 15:23:15 | - | Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:TELETEX COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA, CNPJ/CPF:79.345.583/0001-42, Melhor lance : R$ 51.180,2000 |
| Homologado | 04/12/2018 13:43:40 | SERGIO LUIZ MARANHAO RITZMANN | |

**Item: 3 - GRUPO 1**
**Descrição:** Manutenção de Software (Corretiva, Preventiva, Adaptativa)
**Descrição Complementar:** Suporte anual para software de gerenciamento de logs e eventos de segurança (SIEM), para módulo principal, descrito no item 01, não incluindo o primeiro ano de uso.
**Tratamento Diferenciado:** -
**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não
**Quantidade:** 4
**Valor Estimado:** R$ 88.259,5500
**Situação:** Homologado
**Unidade de fornecimento:** Unidade
**Intervalo Mínimo entre Lances:** -

**Adjudicado para:** TELETEX COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA **, pelo melhor lance de** R$ 22.415,3300 **e a quantidade de** 4 **Unidade** .

**Eventos do Item**

| Evento | Data | Nome | Observações |
|---|---|---|---|
| Adjudicado | 30/11/2018 15:23:15 | - | Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:TELETEX COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA, CNPJ/CPF:79.345.583/0001-42, Melhor lance : R$ 22.415,3300 |
| Homologado | 04/12/2018 13:43:40 | SERGIO LUIZ MARANHAO RITZMANN | |

**Item: 4 - GRUPO 1**
**Descrição:** Manutenção de Software (Corretiva, Preventiva, Adaptativa)
**Descrição Complementar:** Suporte anual para software de gerenciamento de logs e eventos de segurança (SIEM), para pacote adicional, descrito no item 02, não incluindo o primeiro ano de uso.
**Tratamento Diferenciado:** -
**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não
**Quantidade:** 28
**Valor Estimado:** R$ 27.753,2400
**Situação:** Homologado
**Unidade de fornecimento:** Unidade
**Intervalo Mínimo entre Lances:** -

**Adjudicado para:** TELETEX COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA **, pelo melhor lance de** R$ 11.624,4700 **e a quantidade de** 28 **Unidade** .

**Eventos do Item**

| Evento | Data | Nome | Observações |
|---|---|---|---|
| Adjudicado | 30/11/2018 15:23:15 | - | Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:TELETEX COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA, CNPJ/CPF:79.345.583/0001-42, Melhor lance : R$ 11.624,4700 |
| Homologado | 04/12/2018 13:43:40 | SERGIO LUIZ MARANHAO RITZMANN | |

**Item: 5 - GRUPO 1**
**Descrição:** Serviços de Instalação, Transição e Configuração / Parametrização de Software
**Descrição Complementar:** Instalação e configuração da solução de SIEM, realizada de forma presencial.
**Tratamento Diferenciado:** -
**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não
**Quantidade:** 1
**Valor Estimado:** R$ 127.241,9900
**Situação:** Homologado
**Unidade de fornecimento:** Unidade
**Intervalo Mínimo entre Lances:** -

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

O Tribunal Eleitoral do Paraná – Órgão Gerenciador, situado na Rua João Parolin nº 224 - Parolin, Curitiba-PR, inscrito no CNPJ sob o nº 03.985.113/0001-81, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Dr. Sérgio Luiz Maranhão Ritzmann, nos termos da Lei nº 8.666/93, da Lei nº 10.520/02, dos Decretos nº 5.450/05, nº 7.892/13 (com redação dada pelo Decreto nº 9.488/2018) e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no **Pregão Eletrônico nº 70/2018 (PAD 13317/2017)**, RESOLVE registrar o(s) preço(s) ofertado(s) pelo Fornecedor abaixo:

| |
|---|
| **Empresa: Teletex Computadores e Sistemas LTDA** |
| **CNPJ: 79.345.583/0001-42** |
| **Nome do representante legal: Maria da Conceição Oliveira Silva** |
| **RG nº 1.408.599 SSP/DF** |
| **CPF nº 665.006.301.06** |
| **Endereço completo: Rod. BR 116, 12.500 – Linha Verde – Parolin** |
| **CEP: 81.690-200** |
| **Inscrição Estadual/Municipal: IE: Estadual 10168223-41** |
| **Telefone: (41) 2169-7714** |
| **Fax: (41) 2169-7777** |
| **E-mail: licitacao@teletex.com.br; cristian@teletex.com.br** |
| **Banco: 001 – Banco do Brasil** |
| **Agência: 3406-1** |
| **Nº Conta Corrente: 20.335-1** |

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 05/12/2018 15:15:16
Por: ZILMAR DE SOUZA JUNIOR e outro
TRE/PR

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**

Conforme quadro a seguir:

| LOTE | ITEM | DESCRIÇÃO | QTDADE. | VALOR UNITÁRIO |
|---|---|---|---|---|
| 1 | 1 | Software de gerenciamento de logs e eventos de segurança (SIEM), com licença perpétua, suporte e atualização para o primeiro ano de uso. | 1 | R$ 99.764,60 |
| | 2 | Pacote adicional para software de gerenciamento de logs e eventos de segurança (SIEM), com licença perpétua, suporte e atualização para o primeiro ano de uso. | 7 | R$ 51.180,20 |
| | 3 | Suporte anual para software de gerenciamento de logs e eventos de segurança (SIEM), para módulo principal, descrito no **item 01**, não incluindo o primeiro ano de uso. | 4 | R$ 22.415,33 |
| | 4 | Suporte anual para software de gerenciamento de logs e eventos de segurança (SIEM), para pacote adicional, descrito no **item 02**, não incluindo o primeiro ano de uso. | 28 | R$ 11.624,47 |
| | 5 | Instalação e configuração da solução de SIEM, realizada de forma presencial. | 1 | R$ 110.636,21 |
| | 6 | Treinamento técnico para solução de SIEM, com no mínimo 16h. | 6 | R$ 10.198,55 |

## 1. DO OBJETO

**1.1 -** A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para **a aquisição de solução de software para gerenciamento de logs e eventos de segurança (SIEM - *Security Information and Event Management*)**, conforme o Edital, as especificações e condições do Termo de Referência e a proposta de preços apresentada, os quais, independentemente de transcrição, fazem parte deste instrumento, naquilo que não o contrarie.

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 05/12/2018 15:15:16
Por: ZILMAR DE SOUZA JUNIOR e outro
TRE/PR

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇAO – CA
DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS E INFRAESTRUTURA - DSI
CENTRO DE SUPRIMENTOS / NÚCLEO DE COMPRAS

**MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE BENS E A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - PARTICIPAÇÃO AMPLA**

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO NC n.º 40/2020**
**PROCESSO SFP n.º 23643-360786/2019**
**OFERTA DE COMPRA NC n.º 200189000012020OC00005**
**ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bec.sp.gov.br**
**DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 19/11/2020**
**DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 04/12/2020 – as 10h00min**

A SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO, por intermédio do Senhor Coordenador da Coordenadoria de Administração, usando a competência delegada pelos artigos 3° e 7°, inciso I, do Decreto Estadual n° 47.297, de 06 de novembro de 2002, torna público que se acha aberta, nesta unidade, situada a Av. Rangel Pestana, n.º 300, Centro, São Paulo - SP, licitação na modalidade **PREGÃO**, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo – Sistema BEC/SP", com utilização de recursos de tecnologia da informação, denominada **PREGÃO ELETRÔNICO**, objetivando a **AQUISIÇÃO DE LICENÇAS DE SOFTWARE, SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO, ATUALIZAÇÃO DE SOFTWARE E SERVIÇOS DE BANCO DE HORAS, PARA A SOLUÇÃO DE GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES E EVENTOS DE SEGURANÇA (Security Information and Event Management – SIEM),** sob o regime de empreitada por preço global, que será regida pela Lei Federal nº 10.520/2002, pelo Decreto Estadual n° 49.722/2005 e pelo regulamento anexo à Resolução CC-27, de 25 de maio de 2006, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993, do Decreto Estadual n° 47.297/2002, do regulamento anexo à Resolução CEGP-10, de 19 de novembro de 2002, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e ser encaminhadas por meio eletrônico após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo - CAUFESP.

A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br, no dia e hora mencionados no preâmbulo deste Edital, e será conduzida

2

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO**
**UGP - COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO - CA**
**Av. Rangel Pestana, 300 - 18º andar ala Sé - São Paulo - SP - CEP.: 01017-911**

**PROCESSO: 23643-360786-2019**
**PREGÃO ELETRÔNICO: NC nº 40/2020**
**CONTRATO: 31338-SAAC-00086-2020**

**TERMO DE CONTRATO** celebrado entre o **ESTADO DE SÃO PAULO**, por sua **SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO** e a empresa **TD SOLUÇÕES AVANÇADAS DE TECNOLOGIA BRASIL LTDA**, tendo por objeto a **AQUISIÇÃO DE LICENÇAS DE SOFTWARE, E A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO, ATUALIZAÇÃO DE SOFTWARE E SERVIÇOS DE BANCO DE HORAS PARA A SOLUÇÃO DE GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES E EVENTOS DE SEGURANÇA (Security Information and Event Management - SIEM).**

O **ESTADO DE SÃO PAULO**, por intermédio da **SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO**, por intermédio da **UNIDADE GESTORA DE PROJETOS DA COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO - UGP-CA**, inscrita no CNPJ sob o nº 46.377.222/0055-11, doravante designado "**CONTRATANTE**", neste ato representado pelo Senhor **CARLOS ALBERTO BARBOSA DE OLIVEIRA FILHO**, portador do RG nº 98002321433 e do CPF nº 964.398.233-53, **COORDENADOR DA COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO - CA**, no uso da competência conferida pelo Decreto-Lei Estadual nº 233, de 28 de abril de 1970, e empresa **TD SOLUÇÕES AVANÇADAS DE TECNOLOGIA BRASIL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 06.135.938/0001-03, com sede a Rua Doutor Rafael de Barros, 209 - 12º andar, Paraíso - São Paulo - SP - Cep.: 04003-041, a seguir denominada "**CONTRATADA**", neste ato representada pela Senhora **CARLA MARIA DE ALMEIDA CARVALHO**, portadora do RG nº 63.148.316-0 e do CPF nº 430.244.080-53, **DIRETORA PRESIDENTE**, em face da adjudicação efetuada no Pregão Eletrônico nº 40/2020, indicado em epígrafe, celebram o presente **TERMO DE CONTRATO**, sujeitando-se às disposições previstas na Lei Federal nº 10.520/2002, no Decreto Estadual n° 49.722/2005 e no regulamento anexo à Resolução CC-27, de 25 de maio de 2006, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993, do Decreto Estadual n° 47.297/2002, do regulamento anexo à Resolução CEGP-10, de 19 de novembro de 2002, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, mediante as seguintes cláusulas e condições que reciprocamente outorgam e aceitam:

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO**
**UGP - COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO - CA**
**Av. Rangel Pestana, 300 - 18º andar ala Sé - São Paulo - SP - CEP.: 01017-911**

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Constitui objeto do presente instrumento a **aquisição de licenças de software, e a prestação de serviços de suporte técnico, atualização de software e serviços de banco de horas para a solução de Gerenciamento de Informações e Eventos de Segurança (Security Information and Event Management - SIEM)**, conforme detalhamento e especificações técnicas constantes do, da proposta da CONTRATADA e demais documentos constantes do processo administrativo em epígrafe.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

O objeto contratual executado deverá atingir o fim a que se destina, com eficácia e qualidade requeridas.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

O regime de execução deste contrato é o de empreitada por preço global no que diz respeito à aquisição de licenças e a prestação de serviços contínuos de suporte técnico e atualização de software, e de empreitada por preço unitário no que diz respeito aos serviços de banco de horas.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

As licenças deverão ser entregues no prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir da assinatura do contrato, nos locais indicados no Memorial Descritivo, correndo por conta da CONTRATADA todas as despesas decorrentes e necessárias à sua plena e adequada execução, em especial as atinentes a seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DAS PRORROGAÇÕES DOS SERVIÇOS CONTÍNUOS**

Os serviços de suporte técnico e atualização de software, bem como o de banco de horas terão vigência de 15 (quinze) meses, **contados a partir da assinatura do contrato**.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

O prazo de vigência da prestação dos serviços contínuos poderá ser prorrogado por sucessivos períodos, iguais ou inferiores, a critério da CONTRATANTE, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos e condições permitidos pela legislação vigente.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

A CONTRATADA poderá se opor à prorrogação de que trata o parágrafo anterior, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo CONTRATANTE

2

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO**
**UGP - COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO - CA**
**Av. Rangel Pestana, 300 - 18º andar ala Sé - São Paulo - SP - CEP.: 01017-911**

III - efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido neste ajuste;

IV - expedir autorização de serviços, com antecedência mínima de 30 (trinta dias) dias úteis da data de início de sua execução.

V- permitir aos técnicos e profissionais da CONTRATADA acesso às áreas físicas envolvidas na execução deste contrato, observadas as normas de segurança;

**CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

O CONTRATANTE exercerá a fiscalização dos serviços contratados por intermédio do gestor do contrato de modo a assegurar o efetivo cumprimento das obrigações ajustadas.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

A fiscalização não exclui e nem reduz a integral responsabilidade da CONTRATADA, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades constatadas na prestação dos serviços, inclusive quando resultantes de utilização de pessoal inadequado ou sem a qualificação técnica necessária, inexistindo, em qualquer hipótese, corresponsabilidade por parte do CONTRATANTE.

**PARAGRAFO SEGUNDO**

A ausência de comunicação, por parte do CONTRATANTE, referente a irregularidades ou falhas, não exime a CONTRATADA do regular cumprimento das obrigações previstas neste contrato e no **Anexo I** do Edital.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PREÇOS E DO REAJUSTE**

A CONTRATADA obriga-se a fornecer as licenças de *software* e a executar os serviços de suporte técnico e atualização de software, e serviços de banco de horas, objeto deste contrato, pelo preço total estimado de **R$ 2.690.000,00** (dois milhões, seiscentos e noventa mil reais), mediante os seguintes valores:

I. Licenças de Software - Valor total **R$ 1.679.314,70** (um milhão, seiscentos e setenta e nove mil, trezentos e catorze reais a setenta centavos);

II. Serviços contínuos de suporte técnico e atualização de software - Preço mensal de **R$ 60.483,02** (sessenta mil, quatrocentos e oitenta e três reais e dois centavos), perfazendo o total para 15 (quinze) meses de **R$ 907.245,30** (novecentos e sete mil, duzentos e quarenta e cinco reais e trinta centavos);

7

## Anexo B – Propostas Comerciais

*Prorrogação dos item 2 e 3 do Contrato n. º 38/2019 – Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação (item 2) e Suporte Técnico Especializado (item 3) da Solução de Inteligência Cibernética*

*Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul – TRE-RS – PE nº 69/2019*

teletex IT Solutions

Porto Alegre, 14 de novembro de 2019

**ANEXO IV – DETALHAMENTO DA PROPOSTA**

Ao **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL**
Ref.: **PREGÃO (ELETRÔNICO) N. 69/2019**
**PROPOSTA COMERCIAL**

**1. OBJETO**

**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, DE SOLUÇÃO DE SOFTWARE PARA GERENCIAMENTO DE LOGS E EVENTOS DE SEGURANÇA *(SIEM - SECURITY INFORMATION AND EVENT MANAGEMENT)*, CONFORME ANEXO III E DEMAIS ESTIPULAÇÕES DESTE EDITAL.**

**2. IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE:**

Razão Social: **TELETEX COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA**
Endereço: **Av. PRAIA DE BELAS, 1212, SALA 1311 ANDAR 13 – BAIRRO PRAIA DE BELAS – PORTO ALEGRE/RS – CEP. 90.110-000**
CNPJ: **79.345.583/0004-95**
Telefone: **(41) 2169-7777 ou (51) 2103-1015**
Pessoa para contato: **MARIA DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA SILVA**
E-mail: licitacao@teletex.com.br; daniel@teletex.com.br

**3. ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS OFERTADOS:**

| ITEM | DESCRIÇÃO EDITAL | PN | DESCRICAO FABRICANTE | QTD | VALOR UNITÁRIO R$ | VALOR TOTAL R$ |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 01 | Software de gerenciamento de logs e eventos de segurança (SIEM), com licença perpétua, suporte e atualização para o primeiro ano de uso. | 01 (um) D1RNCLL<br>01 (um) D1S2JLL<br>01 (um) D1RP3LL | IBM QRadar Software Install License and software subscription & support 12 months included.<br>IBM QRadar Software Node Install License and software subscription & support 12 months included.<br>IBM QRadar Event Capacity 2.5K Events Per Second License and software subscription & support 12 months included. | 01 | R$ 299.000,00 | R$ 299.000,00 |

BR 116 - 12.500 - Linha Verde | Parolin | 81690-200 | Curitiba | PR | Brasil | +55 41 2169-7777 | TELETEX.COM.BR

teletex IT Solutions

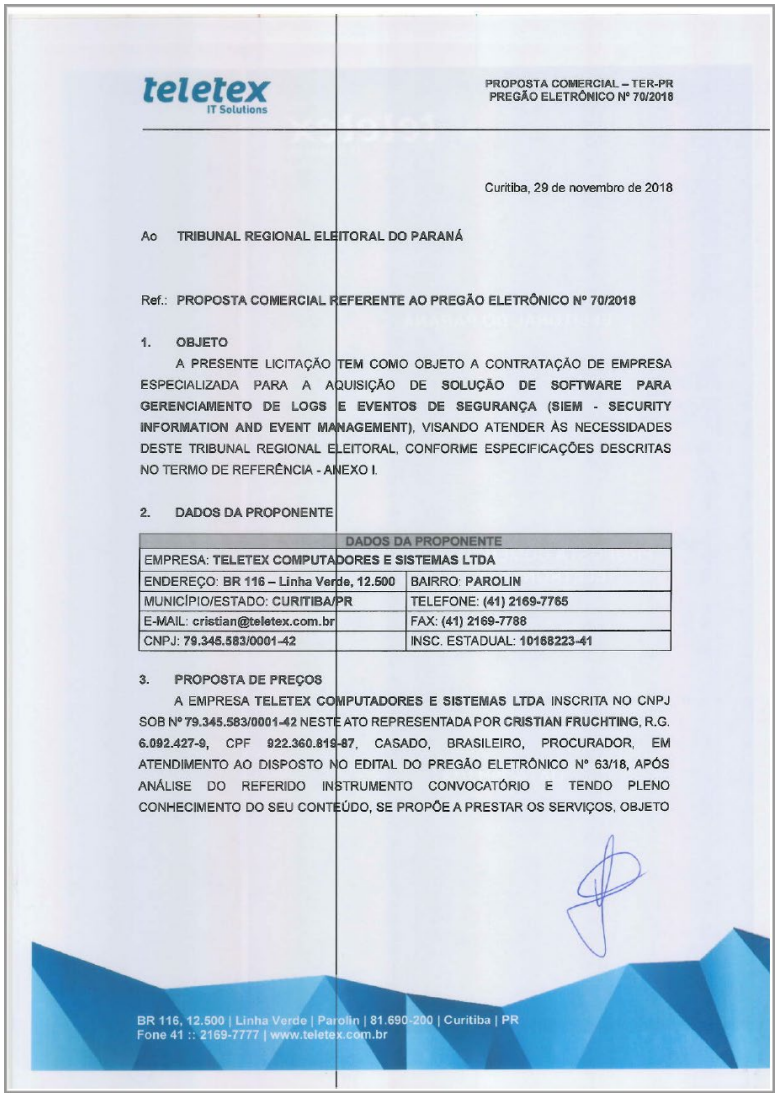
| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 02 | Pacote adicional para software de gerencia-mento de logs e eventos de segurança (SIEM), com licença perpétua, suporte e atualização para o primeiro ano de uso. | 01 (um) D1RNRLL | IBM QRadar Event Capacity 500 Events Per Second License and software subscription & support 12 months included; | 06 | R$ 75.000,00 | R$ 450.000,00 |
| 03 | Suporte anual para software de gerencia-mento de logs e eventos de segurança (SIEM), para módulo principal, descrito no item 01, não incluindo o primeiro ano de uso. | 01 (um) E0NBALL<br>01 (um) E0NEGLL<br>01 (um) E0NBILL | IBM QRadar Software Install, software subscription & support 12 months.<br>IBM QRadar Software Node Install, software subscription & support 12 months<br>IBM QRadar Event Capacity 2.5K Events Per Second, software subscription & support 12 months. | 04 | R$ 65.000,00 | R$ 260.000,00 |
| 04 | Suporte anual para software de gerencia-mento de logs e eventos de segurança (SIEM), para pacote adicional, descrito no item 02, não incluindo o primeiro ano de uso. | 01 (um) E0NBELL | IBM QRadar Event Capacity 500 Events Per Second, , software subscription & support 12 months. | 24 | R$ 18.000,00 | R$ 432.000,00 |
| 05 | Instalação e configuração da solução de SIEM, realizada de forma presencial. | - | Instalação e configuração da solução de SIEM, realizada de forma presencial. Prestada por profissionais capacitados e conforme exigências do edital. | 01 | R$ 188.000,00 | R$ 188.000,00 |
| 06 | Treinamento técnico para solução de SIEM, com no mínimo 16h, para até 8 pessoas | - | Treinamento técnico para solução de SIEM, com no mínimo 16h, para até 08 (oito) pessoas; Prestada por profissionais capacitados e conforme exigências do edital. | 01 | R$ 67.000,00 | R$ 67.000,00 |
| | | | | | **TOTAL** | **R$ 1.696.000,00** |

**4. COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS**

- Nos preços propostos estão incluídas todas as despesas, frete, tributos e demais encargos de qualquer natureza incidente sobre o objeto do Termo de Referência.

BR 116 - 12.500 - Linha Verde | Parolin | 81690-200 | Curitiba | PR | Brasil | +55 41 2169-7777 | TELETEX.COM.BR

*Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – TRE-PR – PE nº 70/2018*



teletex
IT Solutions

PROPOSTA COMERCIAL – TER-PR
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 70/2018

Curitiba, 29 de novembro de 2018

Ao TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

Ref.: PROPOSTA COMERCIAL REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 70/2018

1. OBJETO

A PRESENTE LICITAÇÃO TEM COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A AQUISIÇÃO DE **SOLUÇÃO DE SOFTWARE PARA GERENCIAMENTO DE LOGS E EVENTOS DE SEGURANÇA (SIEM - SECURITY INFORMATION AND EVENT MANAGEMENT)**, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DESTE TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I.

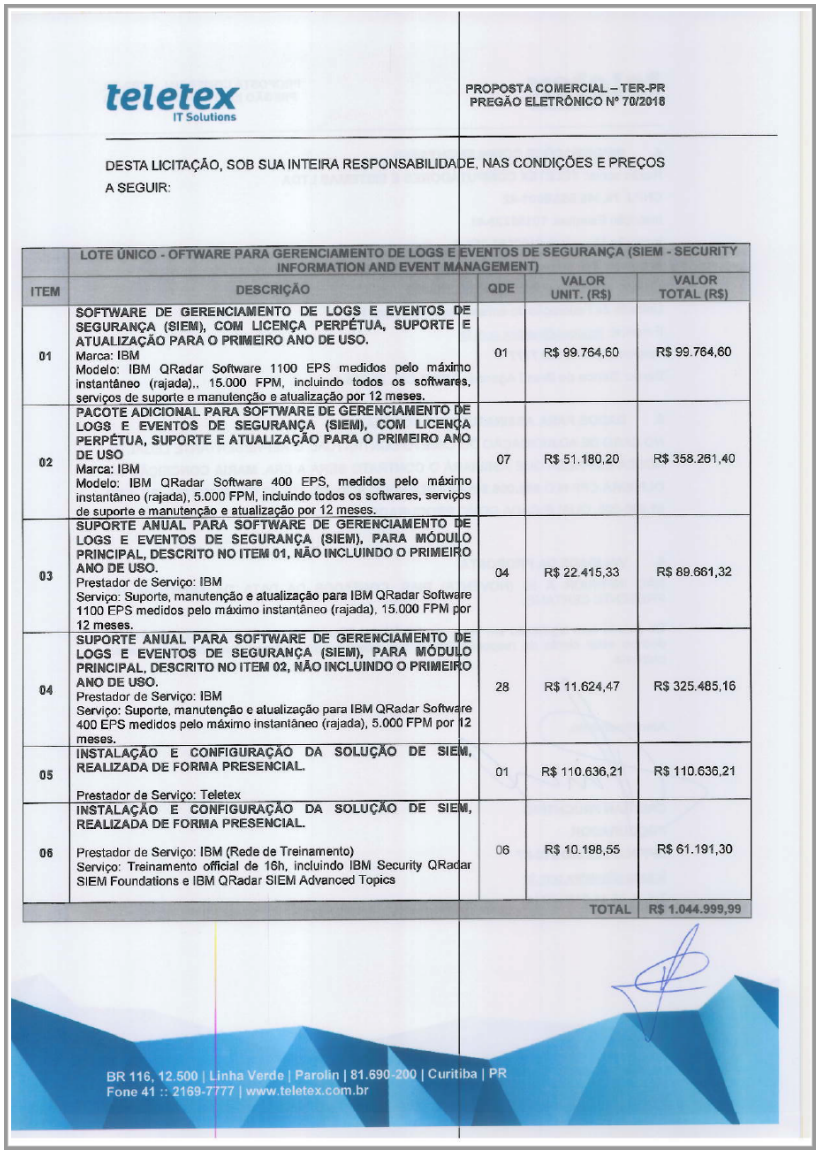
2. DADOS DA PROPONENTE

| DADOS DA PROPONENTE | |
|---|---|
| EMPRESA: **TELETEX COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA** | |
| ENDEREÇO: **BR 116 – Linha Verde, 12.500** | BAIRRO: **PAROLIN** |
| MUNICÍPIO/ESTADO: **CURITIBA/PR** | TELEFONE: **(41) 2169-7765** |
| E-MAIL: **cristian@teletex.com.br** | FAX: **(41) 2169-7788** |
| CNPJ: **79.345.583/0001-42** | INSC. ESTADUAL: **10168223-41** |

3. PROPOSTA DE PREÇOS

A EMPRESA **TELETEX COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA** INSCRITA NO CNPJ SOB Nº **79.345.583/0001-42** NESTE ATO REPRESENTADA POR **CRISTIAN FRUCHTING**, R.G. **6.092.427-9**, CPF **922.360.819-87**, CASADO, BRASILEIRO, PROCURADOR, EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº **63/18**, APÓS ANÁLISE DO REFERIDO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E TENDO PLENO CONHECIMENTO DO SEU CONTEÚDO, SE PROPÕE A PRESTAR OS SERVIÇOS, OBJETO

BR 116, 12.500 | Linha Verde | Parolin | 81.690-200 | Curitiba | PR
Fone 41 :: 2169-7777 | www.teletex.com.br



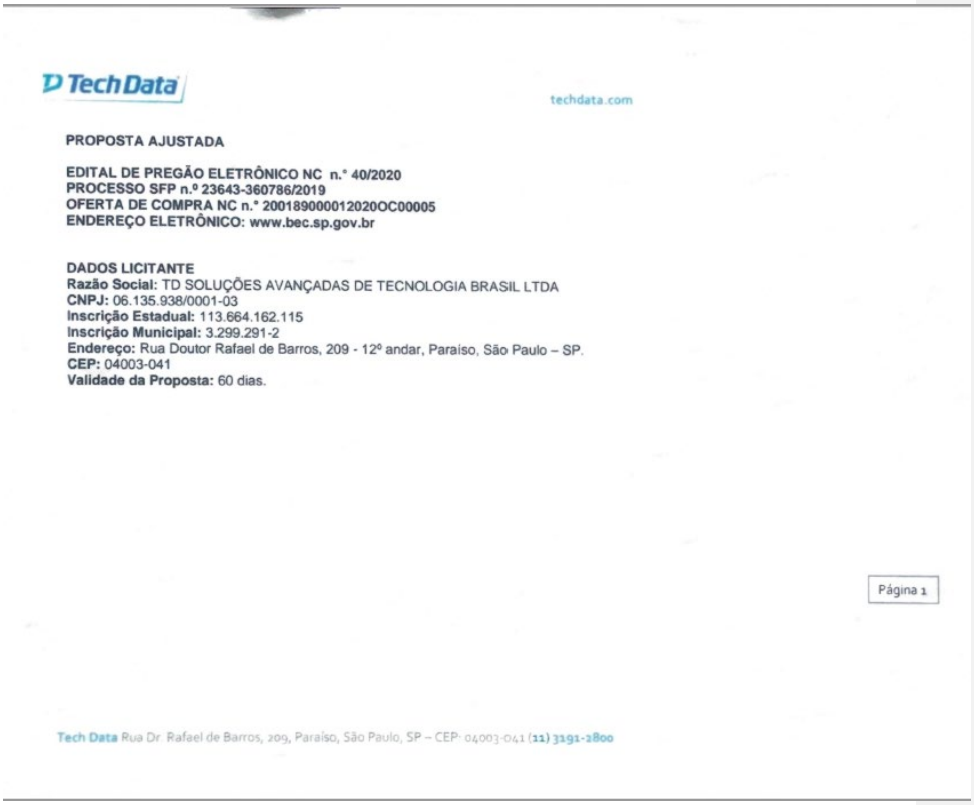
teletex
IT Solutions

PROPOSTA COMERCIAL – TER-PR
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 70/2018

DESTA LICITAÇÃO, SOB SUA INTEIRA RESPONSABILIDADE, NAS CONDIÇÕES E PREÇOS A SEGUIR:

| | LOTE ÚNICO - OFTWARE PARA GERENCIAMENTO DE LOGS E EVENTOS DE SEGURANÇA (SIEM - SECURITY INFORMATION AND EVENT MANAGEMENT) | | | |
|---|---|---|---|---|
| ITEM | DESCRIÇÃO | QDE | VALOR UNIT. (R$) | VALOR TOTAL (R$) |
| 01 | SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DE LOGS E EVENTOS DE SEGURANÇA (SIEM), COM LICENÇA PERPÉTUA, SUPORTE E ATUALIZAÇÃO PARA O PRIMEIRO ANO DE USO.<br>Marca: IBM<br>Modelo: IBM QRadar Software 1100 EPS medidos pelo máximo instantâneo (rajada),. 15.000 FPM, incluindo todos os softwares, serviços de suporte e manutenção e atualização por 12 meses. | 01 | R$ 99.764,60 | R$ 99.764,60 |
| 02 | PACOTE ADICIONAL PARA SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DE LOGS E EVENTOS DE SEGURANÇA (SIEM), COM LICENÇA PERPÉTUA, SUPORTE E ATUALIZAÇÃO PARA O PRIMEIRO ANO DE USO<br>Marca: IBM<br>Modelo: IBM QRadar Software 400 EPS, medidos pelo máximo instantâneo (rajada), 5.000 FPM, incluindo todos os softwares, serviços de suporte e manutenção e atualização por 12 meses. | 07 | R$ 51.180,20 | R$ 358.261,40 |
| 03 | SUPORTE ANUAL PARA SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DE LOGS E EVENTOS DE SEGURANÇA (SIEM), PARA MÓDULO PRINCIPAL, DESCRITO NO ITEM 01, NÃO INCLUINDO O PRIMEIRO ANO DE USO.<br>Prestador de Serviço: IBM<br>Serviço: Suporte, manutenção e atualização para IBM QRadar Software 1100 EPS medidos pelo máximo instantâneo (rajada), 15.000 FPM por 12 meses. | 04 | R$ 22.415,33 | R$ 89.661,32 |
| 04 | SUPORTE ANUAL PARA SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DE LOGS E EVENTOS DE SEGURANÇA (SIEM), PARA MÓDULO PRINCIPAL, DESCRITO NO ITEM 02, NÃO INCLUINDO O PRIMEIRO ANO DE USO.<br>Prestador de Serviço: IBM<br>Serviço: Suporte, manutenção e atualização para IBM QRadar Software 400 EPS medidos pelo máximo instantâneo (rajada), 5.000 FPM por 12 meses. | 28 | R$ 11.624,47 | R$ 325.485,16 |
| 05 | INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DA SOLUÇÃO DE SIEM, REALIZADA DE FORMA PRESENCIAL.<br>Prestador de Serviço: Teletex | 01 | R$ 110.636,21 | R$ 110.636,21 |
| 06 | INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DA SOLUÇÃO DE SIEM, REALIZADA DE FORMA PRESENCIAL.<br>Prestador de Serviço: IBM (Rede de Treinamento)<br>Serviço: Treinamento official de 16h, incluindo IBM Security QRadar SIEM Foundations e IBM QRadar SIEM Advanced Topics | 06 | R$ 10.198,55 | R$ 61.191,30 |
| | | | TOTAL | R$ 1.044.999,99 |

BR 116, 12.500 | Linha Verde | Parolin | 81.690-200 | Curitiba | PR
Fone 41 :: 2169-7777 | www.teletex.com.br



TechData

techdata.com

**PROPOSTA AJUSTADA**

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO NC n.° 40/2020**
**PROCESSO SFP n.º 23643-360786/2019**
**OFERTA DE COMPRA NC n.° 200189000012020OC00005**
**ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bec.sp.gov.br**

**DADOS LICITANTE**
**Razão Social:** TD SOLUÇÕES AVANÇADAS DE TECNOLOGIA BRASIL LTDA
**CNPJ:** 06.135.938/0001-03
**Inscrição Estadual:** 113.664.162.115
**Inscrição Municipal:** 3.299.291-2
**Endereço:** Rua Doutor Rafael de Barros, 209 - 12º andar, Paraíso, São Paulo – SP.
**CEP:** 04003-041
**Validade da Proposta:** 60 dias.

Página 1

Tech Data Rua Dr. Rafael de Barros, 209, Paraíso, São Paulo, SP – CEP: 04003-041 (11) 3191-2800

TechData techdata.com

Observações:

- Inclusão PN H7U75AAE - Resultado de migração do PN TF774AAE
- Inclusão PN H7U79AAE - Resultado de migração do PN TF716AAE
- Inclusão PNs H7P28AAE e H7P29AAE - Resultado de migração do PN TH480AAE
- Inclusão PNs H7P30AAE e H7P31AAE - Resultado de migração do PN TH488AAE

**SERVIÇOS DE BANCO DE HORAS PARA MELHORIAS NA SOLUÇÃO:**

| Detalhamento | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Part Number** | **Descrição** | **Quantidade** | **Valor Unitário (R$)** | **Valor total (R$)** |
| BH1 | Banco de Horas | 300 | 344,80 | 103.440,00 |
| | | | **Valor Total R$** | **103.440,00** |

***TOTAIS*:**

| DESCRIÇÃO | VALORES (R$) |
|---|---|
| AQUISIÇÃO DE NOVAS LICENÇAS | 1.679.314,67 |
| SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO E ATUALIZAÇÃO DE SOFTWARE PARA A SOLUÇÃO | 907.245,33 |
| SERVIÇOS DE BANCO DE HORAS PARA MELHORIAS NA SOLUÇÃO | 103.440,00 |
| **TOTAIS R$** | **2.690.000,00** |

Carla Maria de Almeida Carvalho
General Manager
TD Soluções
CPF: 430.244.385-53

Página 5

Tech Data Rua Dr. Rafael de Barros, 209, Paraíso, São Paulo, SP – CEP 04003-041 (11) 3191-2800

Poder Judiciário

*Conselho Nacional de Justiça*

**PORTARIA N.º 18, DE 31 DE JANEIRO DE 2020**

Institui o Código de Conduta para Fornecedores de Bens e de Serviços do Conselho Nacional de Justiça.

**O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

**CONSIDERANDO** o disposto na Constituição Federal de 1988, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, no Programa Nacional de Direitos Humanos e no Programa Nacional de Ações Afirmativas;

**CONSIDERANDO** a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável;

**CONSIDERANDO** o disposto no Pacto Federativo para Erradicação do Trabalho Escravo e no II Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo; e

**CONSIDERANDO** a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro,

**RESOLVE:**

Art. 1º Instituir o Código de Conduta para Fornecedores de Bens e de Serviços do Conselho Nacional de Justiça, conforme Anexo desta Portaria, com a finalidade de apresentar o que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) considera conduta ética, enfatizados o respeito aos Direitos Humanos, à Sustentabilidade e à Integridade Corporativa nas relações contratuais com empresas fornecedoras de bens e serviços e com instituições que desenvolvem parcerias com este órgão.

Parágrafo único. O Código também abrange as empresas e entidades que eventualmente prestem serviços e forneçam bens às empresas contratadas e parceiros institucionais.

Art. 2º É obrigatória a adoção dos princípios, diretrizes e responsabilidades contidos no Código por ocasião da publicação de editais e da inclusão de cláusulas nos contratos, convênios e instrumentos congêneres, a fim de orientar empresas e entidades quanto ao cumprimento das exigências nele previstas.

§ 1º Cada instrumento contratual e de parceria preverá requisitos para a adoção do Código pelas empresas e parceiros, observadas suas especificidades, tais como porte, número de empregados ou colaboradores, capacidade organizativa, entre outras.

§ 2º Os contratos e termos de parceria exigirão, nos procedimentos para eventual prorrogação, a apresentação, por parte dos contratados e parceiros, de relatório sobre a implementação do Código nas respectivas empresas ou entidades.

§ 3º A Seção de Gestão de Contratos do CNJ disponibilizará canais de comunicação para esclarecer dúvidas e receber sugestões ou denúncias relacionadas às disposições deste Código.

Art. 3º Além de aplicar este Código na gestão interna, o CNJ poderá promover a divulgação de seu conteúdo aos demais órgãos do Poder Judiciário.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor trinta dias após a data de sua publicação.

Ministro **DIAS TOFFOLI**

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

ANEXO DA PORTARIA Nº 18 DE 31 DE JANEIRO DE 2020.

# CÓDIGO DE CONDUTA PARA FORNECEDORES DE BENS E DE SERVIÇOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

## APRESENTAÇÃO

O presente Código de Conduta visa apresentar e promover os valores éticos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a empresas contratadas fornecedoras de bens e serviços e a instituições que firmem parcerias com este Conselho, organizando-se em três pilares básicos, quais sejam: respeito aos direitos humanos; sustentabilidade; e integridade corporativa, conforme apresentados na sequência.

A missão do CNJ é desenvolver políticas judiciárias que promovam a efetividade e a unidade do Poder Judiciário, orientadas para os valores de justiça e paz social. Para tanto, visa coordenar esforços de aperfeiçoamento da gestão do Poder Judiciário, a fim de que seus objetivos estratégicos sejam alcançados. Seus valores estão baseados na responsabilidade socioambiental, na integração, na transparência, no comprometimento, na valorização das pessoas e na coerência.

Este Código tem por referência fundamental a Constituição Federal. Nela, são estabelecidos os fundamentos da cidadania, são tratadas as garantias e os direitos fundamentais do cidadão e estabelecidos a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho. No decorrer da Carta, direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais dos cidadãos também são tratados e elevam o Brasil como um dos países com o mais completo ordenamento jurídico em relação aos direitos humanos. Além disso, ao discorrer acerca da defesa do meio ambiente, nossa Constituição também introduziu o conceito da sustentabilidade e trouxe um código de ética à administração pública, o que abriu um caminho mais amplo para o País ampliar o combate à corrupção.

O Código também se vale de marcos relevantes internacionais, como o Pacto Global, lançado oficialmente pela ONU em julho de 2000, com o objetivo de mobilizar a comunidade empresarial internacional para a adoção, em suas práticas de negócios, de valores internacionalmente aceitos na área de direitos humanos, de cuidados com o meio ambiente e de combate à corrupção.

A Administração Pública é responsável por um grande volume de compras de bens e de serviços e, por isso, as compras e contratações públicas são reconhecidas como um instrumento relevante na promoção da mudança de paradigmas no sentido de exigir o respeito integral aos direitos humanos, a consideração pela utilização mais sustentável dos recursos socioambientais e a atenção total aos normativos anticorrupção.

O Código foi elaborado para ser conhecido e observado pelas instituições e empresas com as quais o CNJ estabelece ou esteja interessado em estabelecer parcerias e contratos, com vistas à inclusão dos princípios e das orientações nele contidos, nas respectivas rotinas de planejamento e de trabalho.

O TERMO DE RESPONSABILIDADE E DE COMPROMISSO COM O CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES E COMPRADORES, anexo a este Código, é o instrumento por meio do qual essas instituições e empresas confirmarão, ao assiná-lo, o compromisso de conhecê-lo, bem como dar a seus fornecedores, parceiros, e toda cadeia produtiva, ainda que terceirizada, conhecimento a respeito do conteúdo do Termo.

## PILAR 1: RESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS

### INTRODUÇÃO

No campo dos direitos humanos, mencione-se que, decorridos mais de setenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, marcos institucionais, no Brasil e no exterior, foram consolidando direitos e deveres de estados,

pessoas e corporações, visando promover a dignidade da pessoa humana, a igualdade de direitos entre gêneros, além do progresso social e econômico com ampla liberdade. O CNJ compartilha o entendimento de que a proteção dos direitos humanos não é dever somente do Estado, mas de toda a sociedade, incluindo pessoas físicas e organizações públicas e privadas.

A Constituição Federal trata as garantias e os direitos fundamentais do cidadão nos seus artigos iniciais. No primeiro, são estabelecidos como fundamentos a cidadania, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho. No decorrer da Carta, direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais dos cidadãos também são tratados e elevam o Brasil como um dos países com o mais completo ordenamento jurídico em relação aos direitos humanos.

A partir da Constituição de 1988, iniciativas normativas reforçaram compromissos e responsabilidades das empresas em proteger e promover direitos, entre as quais citam-se: i) o Programa Nacional de Direitos Humanos, instituído desde 1996 por decretos, estando vigente o Decreto n.º 7.037, de 2009; ii) o Decreto n.º 4.228, de 2002, que consolidou o Programa Nacional de Ações Afirmativas; e iii) o Decreto n.º 9.427, de 2018, com a destinação aos negros de trinta por cento das vagas oferecidas nas seleções para estágio. Cabe ainda destacar a existência do Cadastro de Empregadores autuados pelo uso de trabalho análogo à escravidão, objeto da publicação regular da chamada "Lista Suja", bem como a consolidação do Pacto Federativo para Erradicação do Trabalho Escravo, instituído pela Portaria nº 110, de 2017, do Ministério da Justiça.

Entre os marcos internacionais relevantes, merece destaque a adoção pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU, em 2011, dos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos, estruturados em três pilares: i) o dever do Estado de proteger os cidadãos contra abusos de direitos humanos por parte de terceiros, incluindo

empresas; ii) a responsabilidade corporativa de respeitar os direitos humanos; e iii) o acesso das vítimas a recursos judiciais e não judiciais para remediar e reparar violações.

Os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos foram aprovados pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU em 2011 e adotados pelo Brasil no mesmo ano, com o objetivo de estabelecer obrigações para o Estado e para as empresas, a fim de se prevenir e reparar violações, bem como respeitar e promover os direitos humanos nos negócios.

Os Princípios Orientadores são estruturados em três fundamentos:

I) o dever dos estados de proteger os direitos humanos;

II) a obrigação das empresas de respeitar esses direitos;

III) o dever de ambos, estados e empresas, de garantir o acesso a remédios efetivos em caso de violação de direitos humanos.

Nesse sentido, as empresas são responsáveis por se absterem de violar direitos e enfrentarem os impactos negativos sobre os direitos humanos gerados por suas ações, inclusive ao longo de sua cadeia de produção e de consumo, seja em relação a clientes e fornecedores, seja tratando-se de prestadores de serviço vinculados à empresa.

As empresas que causam, direta ou indiretamente, impactos negativos sobre direitos humanos devem adotar as medidas necessárias para cessar, prevenir e reparar tal impacto na medida da sua contribuição, além de usar a sua influência sobre o causador do dano para, na medida do possível, mitigar o impacto restante.

Ademais, cabe tanto ao Estado quanto às empresas proporcionar mecanismos acessíveis e eficientes para captação de denúncias, apuração rápida e efetiva do fato e reparação de violações cometidas. Ao Estado, por meio de medidas apropriadas para garantir, pelas vias judiciais, administrativas, legislativas ou outras, que as vítimas

de violações cometidas por empresas tenham acesso a uma justa reparação. As empresas, por sua vez, devem estabelecer ou participar de mecanismos de denúncia eficazes, à disposição das pessoas e das comunidades que podem ser atingidas, além de reparar ou contribuir para a reparação das violações que tenham causado ou para as quais tenham contribuído.

Trata-se de um grande passo, no sentido de garantir que os direitos humanos, que já figuram nos principais tratados e pactos internacionais, sejam parâmetros também para os negócios, especialmente considerando-se a capacidade de as empresas, por meio de suas atividades e operações em cadeia, impactarem positivamente ou negativamente em uma série desses direitos.

Deve-se, ainda, ter especial atenção à Constituição Federal e às normas internas brasileiras, como as que dizem respeito especificamente ao tratamento digno, ao respeito aos direitos trabalhistas e à importância das ações afirmativas, envolvendo políticas públicas e privadas, voltadas à concretização e promoção do princípio constitucional da igualdade de oportunidades e ao combate à discriminação. No combate às formas de discriminação pode-se elencar as relativas a estereótipos de gênero, étnico-raciais, religiosos, de origem, idade, situação social, econômica e cultural, origem, nacionalidade, orientação sexual (LGBTI), assim como o combate à intolerância com grupos em situação de vulnerabilidade, a exemplo de pessoas com deficiência, população em situação de rua, povos indígenas, população em privação de liberdade, migrantes e refugiados, entre outros.

Também é necessário combater as manifestações flagrantes de discriminação, promovendo-se o respeito à diferença e à diversidade, incentivando-se a cultura do respeito ao outro e de igualdade de oportunidades, na efetivação da democracia, do desenvolvimento e da justiça social, e na consolidação de uma cultura de paz e não violência.

CONDUTAS E BOAS PRÁTICAS ESPERADAS

Desse modo, orienta-se, com base em normativa internacional de direitos humanos, na Constituição Federal e no ordenamento nacional, a exemplo do Decreto nº 4.228, de 2002, que instituiu, no âmbito da Administração Pública Federal, o Programa Nacional de Ações Afirmativas, que as empresas, bem como suas coligadas, controladas e subsidiárias, passem a cumprir as seguintes condutas:

1 adotar compromisso público de respeito aos direitos humanos, aprovado pela alta direção da empresa, trazendo as ações que realizará para evitar causar danos, assim como o que a empresa espera de seus parceiros comerciais e funcionários; buscar envolver-se e envolver seus parceiros, contratadas e fornecedores em iniciativas de promoção da conduta empresarial responsável e respeito aos direitos humanos, por meio, inclusive, da criação de incentivos;

2 agir de forma cautelosa e preventiva, em todos os seus ramos de atuação, inclusive em relação às atividades de suas eventuais subsidiárias, coligadas e controladas, de modo a não infringir os direitos de seus funcionários, colaboradores, terceiros, clientes, comunidade onde atuam e população em geral, respeitando, entre outros, o direito de reunião e de associação, assim como a liberdade de expressão, de consciência, de filiação partidária, de religião ou de locomoção no território nacional, direito à intimidade, à saúde, à alimentação adequada, e a todos os demais aspectos previstos no ordenamento jurídico;

3 evitar que suas próprias atividades causem, contribuam ou estejam diretamente relacionadas a impactos negativos sobre direitos humanos e a danos ambientais e sociais, bem como evitar impactos e danos decorrentes das atividades de suas subsidiárias, coligadas e controladas, quando houver. Caso ocorram danos ou impactos, remediar de modo integral as pessoas atingidas, incluindo compensações

monetárias e não monetárias. As pessoas atingidas podem ser membros de comunidades locais, colaboradores, funcionários, clientes ou outros terceiros;

4 respeitar plenamente a diversidade humana, em toda a sua amplitude, étnico-racial, sexual, de gênero, de origem, geracional, religiosa, de aparência física e de possíveis deficiências físicas, psicológicas ou sociais, nas diversas áreas e hierarquias da empresa, adotando políticas transparentes de metas percentuais crescentes de preenchimento de vagas e de promoção hierárquica de afrodescendentes, mulheres, pessoas com deficiência, idosos, migrantes e pessoas que se reconheçam como membros da comunidade LGBTI, contemplando a maior diversidade e pluralidade de pessoas possível, ainda que para o preenchimento dessas vagas seja necessário proporcionar cursos e treinamentos específicos;

5 resguardar a igualdade de salários e de benefícios para cargos e funções com atribuições semelhantes, independentemente de gênero, etnia, origem, orientação sexual e identidade religiosa;

6 manter ambientes e locais de trabalho sem restrições às pessoas com deficiência física ou sensorial, mesmo em áreas ou atividades em que não há atendimento ao público, a fim de que tais pessoas encontrem, no seu ambiente de trabalho, condições para o desenvolvimento pleno de suas atividades;

7 garantir ambiente de trabalho saudável e seguro, bem como estimular entre os fornecedores e terceiros envolvidos um convívio inclusivo e favorável à diversidade, ampliando ações de formação e capacitação de direitos humanos, de modo permanente aos profissionais da empresa;

8 respeitar a Constituição Federal e toda a legislação trabalhista, inclusive os direitos de seus colaboradores de se associar livremente, afiliar-se a sindicatos de trabalhadores, fazer parte dos conselhos de trabalho, envolver-se em negociações

coletivas, receber todos os benefícios previstos em lei, inclusive repouso entre turnos e semanal, além de não exceder a jornada de trabalho legal;

9 informar previamente o gestor do contrato sobre eventual intenção da empresa, quando contratada para prestar serviços por meio de alocação de postos de trabalho, de desligar sem justa causa empregado que preste serviço cotidiano no Conselho;

10 respeitar direitos de crianças e adolescentes, incluindo-os em seus planos de trabalho, assim como exigindo dos seus fornecedores, empresas coligadas, controladas, subsidiárias e parceiras ações preventivas e reparatórias para evitar riscos, impactos e violações a direitos de crianças e adolescentes. Combater, ainda, em todas as suas atividades, operações e relações comerciais a prática do trabalho infantil e análogo à escravidão e não manter relações comerciais (seja de subcontratação, seja de aquisição de bens e serviços) com empresas e pessoas listadas nos cadastros de responsabilidade socioambiental, como, por exemplo, o Cadastro de Empregadores que tenham Mantido Trabalhadores em Condições Análogas à de Escravo (conhecido como Lista Suja do Trabalho Escravo);

11 instituir mecanismos efetivos de denúncia, apuração e medidas corretivas, assegurando-se sigilo e anonimato aos denunciantes de boa-fé, de modo que tais instrumentos estejam acessíveis a colaboradores, fornecedores, parceiros e comunidade de entorno e sejam transparentes, imparciais e aptos a tratar de questões envolvendo ameaças a direitos humanos, sem prejuízo de ampla divulgação, tanto corporativa quanto na área de atuação, dos canais públicos de denúncias (entre eles, Disque 100 e Ligue 180);

12 consultar, quando possível, especialistas independentes de direitos humanos para avaliar e aprimorar suas ações de respeito a esses direitos, prestando contas com clareza, transparência e lealdade sobre as medidas adotadas, a partir de avaliação dos

riscos, impactos negativos e danos aos direitos humanos que tenham sido causados ou que tenham relação direta com suas operações, produtos ou serviços prestados por meio de suas relações comerciais; e

13 - Elaborar e dar publicidade a declarações anuais públicas, de fácil acesso e com uma linguagem clara, informando as medidas que adotaram no último ciclo para evitar e mitigar riscos e impactos negativos aos direitos humanos, com base no compromisso de respeito aos direitos humanos assumido pela empresa.

**PILAR 2: SUSTENTABILIDADE**

INTRODUÇÃO

A exigência de critérios de sustentabilidade nos procedimentos de contratação pública é uma obrigação imposta a todos os Poderes Públicos e decorre do dever de proteção socioambiental prescrito pelo art. 225 da Constituição Federal, bem como comando normativo explícito do art. 3º da Lei de Licitações (Lei n.º 8.666, de 1993).

Além de ser uma exigência no plano interno, o desenvolvimento sustentável constitui um princípio de direito internacional, de modo que sua persecução é um dever por parte dos Estados que contam com a imprescindível participação do setor privado na busca pelo alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

A implementação da Agenda 2030, destinada a promover a sustentabilidade, por meio de dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 175 metas nacionais, conta com a colaboração de empresas para a adoção de medidas criativas e inovadoras, visando ao enfrentamento dos desafios existentes para prevenir riscos e impactos ambientais, e para, complementarmente, evitar a violação de direitos humanos.

Ressalta-se, ainda, que não se pode mais pensar em desenvolvimento sustentável apenas na sua perspectiva ambiental, mas também na sua perspectiva social e econômica. O bem-estar social relaciona-se à efetivação de direitos sociais, como saúde, educação e segurança, entre outros, assim como à garantia dos direitos assegurados aos trabalhadores, tais como proibição do trabalho infantil, fixação de salário mínimo, medidas relacionadas à fixação da jornada de trabalho e medidas de proteção à segurança e saúde no ambiente do trabalho. Já o desenvolvimento econômico relaciona-se à geração e distribuição de riquezas.

Desse modo, a conservação do meio ambiente apresenta-se como um elo da corrente do desenvolvimento sustentável e impõe que tanto o bem-estar social quanto o desenvolvimento econômico sejam alcançados sem prejuízo do meio ambiente ecologicamente saudável, que deve ser mantido e preservado em benefício do presente e do futuro das gerações.

Assim, ao se pensar em seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, não se pode considerar apenas o menor preço, mas a proposta que atenda ao interesse público, considerando-se, de maneira conjunta, seus aspectos econômico, social e ambiental. Tal entendimento vem se consolidando, inclusive, em decisões do TCU com a aplicação do princípio da supremacia do interesse público.

## CONDUTAS E BOAS PRÁTICAS ESPERADAS

Observadas tais considerações, orienta-se que as empresas privadas, quando das contratações com o Poder Público, nos moldes preconizados pelas Leis n.º 6.938, de 1981, 12.187, de 2009, 12.305, de 2010, 12.349, de 2010 e Decretos n.º 9.178, de 2017 e 5.940, de 2006, entre outros atos normativos, adotem, ao menos, as seguintes condutas de responsabilidade social e ambiental, a serem observadas igualmente pelos

seus parceiros, prestadores de serviço e fornecedores (incluindo coligadas, controladas, subsidiárias):

1 ter conhecimento dos aspectos e impactos ambientais causados por suas atividades, produtos e serviços, bem como desenvolver programas com objetivos e ações de controle necessárias, suficientes para evitar os danos e causar menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água e utilizar, de forma sustentável, os recursos materiais;

2 assumir o compromisso de cumprir a legislação ambiental aplicável aos seus produtos e serviços;

3 atentar para utilização de bens e de serviços que não gerem resíduos, poluição ou contaminação, ou que gerem a menor quantidade de resíduos e efluentes possível, bem como priorizar fontes de energia limpa, sem prejuízo de controlar e reduzir o consumo de energia elétrica;

4 estabelecer programa de gestão de resíduos sólidos, socialmente inclusiva e participativa, que vise à não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final, além de considerar a substituição de materiais que resultem em resíduos mais agressivos para materiais ambientalmente mais adequados;

5 adotar medidas para maior eficiência das operações, buscando reduzir emissões de gases de efeito estufa, de modo a contribuir com a mitigação dos impactos das mudanças climáticas;

6 dar preferência a materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local biossustentáveis;

7 utilizar, sempre que possível, produtos recicláveis ou que tenham maior vida útil e menor custo de manutenção;

8 respeitar as singularidades de cada território e o aproveitamento sustentável das potencialidades e recursos locais e regionais;

9 incentivar fornecedores, trabalhadores e colaboradores a estabelecer o diálogo permanente com as comunidades locais, baseados em uma agenda comum positiva, voltada para o desenvolvimento local sustentável;

10 promover a plena efetividade dos direitos sociais, econômicos e culturais das comunidades locais, dos povos indígenas e tradicionais, respeitando sua identidade social e cultural e fonte de subsistência, assim como promoção de consulta prévia e criação de canal de comunicação para a manutenção de diálogo constante com a comunidade;

11 buscar meios de diminuir as diferenças socioeconômicas e a situação de vulnerabilidade dos colaboradores e da comunidade envolvida; e

12 relatar anualmente as ações realizadas para o respeito integral ao meio ambiente e controle de ações, prestando contas com clareza, transparência e fidedignidade.

## PILAR 3: INTEGRIDADE CORPORATIVA

INTRODUÇÃO

Quanto ao aspecto Integridade Corporativa, com o propósito de cobrar maior lisura nos procedimentos e ações das empresas privadas, a Lei n.º 12.846, de 2013, conhecida como Lei Anticorrupção ou Lei da Empresa Limpa, trouxe um novo olhar sobre a responsabilização objetiva, administrativa e civil das pessoas jurídicas, pela prática de atos lesivos que sejam cometidos em seu interesse ou benefício contra a Administração Pública.

Para além do seu caráter punitivo, tal lei atribui especial relevância às medidas anticorrupção adotadas por uma empresa, que podem ser reconhecidas como fator atenuante em um eventual processo de responsabilização. O conjunto dessas medidas constitui o chamado Programa de Integridade, imprescindível em qualquer empresa de médio e de grande porte.

O Decreto n.º 8.420, de 2015, definiu, no seu art. 41, o que é um programa de integridade:

"Programa de integridade consiste, no âmbito de uma pessoa jurídica, no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira."

## CONDUTAS E BOAS PRÁTICAS ESPERADAS

Orienta-se que as empresas, incluindo suas coligadas, controladas, subsidiárias, fornecedores e prestadoras de serviços, estabeleçam um Programa de Integridade, em conformidade com o previsto na Lei n.º 12.846, de 2013, Lei Anticorrupção, e seu respectivo ato de regulamentação, o Decreto n.º 8.420, de 2015, além das demais leis e normativas sobre o assunto, passando a adotar, pelo menos, as seguintes condutas:

1 conhecer amplamente os riscos e oportunidades da própria empresa, o perfil dos colaboradores, clientes e fornecedores, os produtos e serviços oferecidos e a realidade dos públicos e comunidades com os quais a empresa se relaciona;

2 estudar amplamente a legislação aplicável à empresa e as exigências e proibições legais em relação ao combate à corrupção, comportamentos antiéticos, assédio

moral, entre outros, igualmente no que tange às empresas coligadas, controladas, subsidiárias, parceiras e fornecedores;

3 fomentar uma cultura de ética e de respeito às leis, notadamente aquelas que dizem respeito à lisura do processo de contratação pública, por meio de declarações documentadas da alta administração aos seus empregados, colaboradores e parceiros, esclarecendo os padrões éticos da empresa;

4 criar e manter uma instância formal responsável pelo Programa de Integridade, dotada de autonomia, imparcialidade, recursos materiais, humanos e financeiros, com possibilidade de acesso direto ao maior nível decisório da empresa e com a atribuição de rever o programa periodicamente;

5 analisar previamente o grau dos riscos e dos impactos mediatos e imediatos de suas atividades e preparar-se para evitá-los; inclusive os potenciais riscos externos e internos de corrupção praticada por indivíduos em nome da empresa, como evasão fiscal, assédio, sonegação, suborno, ocorrência ou ocultação de acidentes, falsificação de documentos ou notícias, entre outros;

6 elaborar e atualizar periodicamente código de ética ou de conduta, clarificando os direitos e obrigações da alta administração da empresa, bem como de todos os empregados e colaboradores, inclusive proibindo qualquer ato de corrupção, de promoção de concorrência desleal, de formação de cartel ou, ainda, qualquer tipo de assédio moral, sexual, racial, político ou religioso;

7 monitorar continuamente as suas atividades por meio do estabelecimento de procedimentos de controle interno e de verificação de aplicabilidade do Programa de Integridade, inclusive com a apresentação de relatórios frequentes e publicação de demonstrações financeiras de maneira confiável;

8 utilizar diversos mecanismos de educação, conscientização e treinamento, para que todos os dirigentes, empregados, colaboradores, distribuidores, parceiros comerciais e terceiros conheçam os valores, normas e políticas da empresa, e tenham noção de seu papel para o sucesso do Programa de Integridade;

9 instituir mecanismos efetivos de denúncia, apuração e medidas corretivas, assegurando-se sigilo e anonimato aos denunciantes de boa-fé, de modo que tais instrumentos estejam acessíveis a colaboradores, fornecedores, parceiros e comunidade de entorno, e sejam transparentes, imparciais e aptos a tratar das questões envolvendo a integridade comparativa;

10 constituir processos internos que permitam investigações para atender prontamente às denúncias de comportamentos antiéticos. Tais processos devem garantir que os fatos sejam identificados e averiguados com credibilidade, de forma rigorosa, independente e analítica e que os culpados sejam devidamente responsabilizados, seja por meio de uma advertência ou, até mesmo, com demissão;

11 proceder à implementação, previamente à contratação com terceiros colaboradores, fornecedores ou prestadores de serviços, de processo de avaliação e averiguação quanto à atuação desses, sobretudo para se evitarem contratações com terceiros envolvidos em histórico de condutas antiéticas ou operações suspeitas, que possam envolver a empresa em negócios ilícitos ou suspeitas de qualquer ordem;

12 elaborar e dar publicidade a declarações anuais públicas, de fácil acesso e com uma linguagem clara, informando as ações realizadas para promoção da integridade e controle de corrupção;

13 não prometer, oferecer ou dar ajuda financeira, gratificação, comissão, doação, presente ou vantagem de qualquer natureza a servidor, magistrado ou membro do CNJ, ou mesmo para pessoa por eles eventualmente indicada;

14 não contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de membro, magistrado e ocupante de cargo em comissão ou função comissionada do CNJ;

15 manter a confidencialidade e o sigilo dos dados e informações que venha a ter acesso por qualquer meio ou forma, sendo vedada a utilização, inclusive por seus empregados em caráter pessoal, para qualquer outro fim que não o estrito desempenho de suas funções, mesmo após o fim do contrato, nos termos da Portaria CNJ n.º 47, de 2017, que instituiu a Política de Segurança da Informação; e

16 utilizar o patrimônio físico do Conselho Nacional de Justiça apenas quando autorizado expressamente no contrato, não devendo ser utilizado para obtenção de vantagens de qualquer natureza.

## CONCLUSÃO

O CNJ, por meio do presente Código de Conduta, busca atender às atuais demandas mundiais para a implementação de práticas éticas, sustentáveis e respeitosas aos direitos humanos em todas as dimensões da ação humana, constituindo-se, assim, no entender do Conselho, uma contribuição para o desenvolvimento social, econômico e ambiental do Brasil.

Todas as empresas, por menores que sejam, possuem a capacidade de gerar impactos internos e externos na sociedade, inclusive por meio das ações de seus colaboradores. Nesse sentido, as diretrizes apresentadas neste Código abordam princípios basilares de ética e de integridade a serem observados pelas empresas, assim como elementos essenciais para o pleno respeito aos direitos humanos, à diversidade, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e à proteção das futuras gerações, devendo cada empresa observar as necessidades de adaptação às suas características específicas.

O que se pretende é que cada empresa faça sua autoanálise e conheça suas necessidades e especificidades a fim de definir atos eficazes com fundamento nas orientações contidas neste Código.

Também é recomendável que as empresas elaborem relatórios e publiquem declarações anuais, de fácil acesso e com uma linguagem clara, informando as medidas que realizaram no último ciclo para cumprir as orientações contidas neste Código.

Cabe salientar, por fim, que essas diretrizes devem funcionar de forma conjunta e sistêmica, com envolvimento direto de toda a força de trabalho da empresa e cadeia de fornecimento, possibilitando o aperfeiçoamento contínuo da empresa e a diminuição de riscos sobre impactos negativos que ela pode causar na sociedade e no meio ambiente.

# ANEXO DO CÓDIGO DE CONDUTA PARA FORNECEDORES DE BENS E DE SERVIÇOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

## TERMO DE RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO COM O CÓDIGO DE CONDUTA DOS FORNECEDORES E COMPRADORES

_____, inscrita no CNPJ nº, neste ato representada por_____, inscrita no CPF nº_____, declaro:

Ter recebido, neste ato, cópia do Código de Conduta e Respeito aos Direitos Humanos;

Ter conhecimento do inteiro teor do referido Código e estar de pleno acordo com o seu conteúdo, que li e entendi, comprometendo-me a cumpri-lo fielmente durante toda a vigência de meu contrato e mesmo depois, no que for cabível;

Ter conhecimento de que, para fornecer serviços, bens e produtos ou estabelecer qualquer tipo de parceria com o Conselho Nacional de Justiça, é necessário respeitar fielmente o presente Código, cujas avaliações quanto ao cumprimento serão objeto de cláusula(s) contratual(ais);

Ter conhecimento de que as infrações a este Código, às políticas e normas do Conselho Nacional de Justiça serão analisadas, mediante a apresentação de relatórios, documentos, disponibilização de acesso a sistemas informatizados, vistorias, na forma que forem estabelecidas nas cláusulas citadas acima, estando sujeitas à não prorrogação dos contratos administrativos e às ações aplicáveis, sem prejuízo de encaminhamento aos órgãos responsáveis pela apuração dos fatos e aplicação das penalidades cabíveis.

_____, _____ de _____ de _____

_____

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

# TERMO

## TERMO DE RESPONSABILIDADE E COMPROMISSO COM O CÓDIGO DE CONDUTA PARA FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Eu, **Geovana Fernanda Fernandes Contaefer**, inscrita no CPF sob nº 725.822.191-34, neste ato representando a **ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 23.870.018/0001-40, declaro:

Ter recebido cópia do "Código de Conduta para Fornecedores de Bens e de Serviços do Conselho Nacional de Justiça";

Ter conhecimento do inteiro teor do referido Código e estar de pleno acordo com o seu conteúdo, que li e entendi, comprometendo-me a cumpri-lo fielmente durante toda a vigência de meu contrato e, após, no que for cabível;

Ter conhecimento de que para fornecer serviços, bens e produtos ou estabelecer qualquer tipo de parceria com o Conselho Nacional de Justiça é necessário respeitar fielmente o presente Código, cujas avaliações quanto ao cumprimento serão objeto de cláusula(s) contratual(ais).

Ter conhecimento de que as infrações a este Código, às políticas e normas do Conselho Nacional de Justiça serão analisadas, mediante a apresentação de relatórios, documentos, disponibilização de acesso a sistemas informatizados, vistorias, na forma que forem estabelecidas nas cláusulas contratuais, estando sujeitas à não prorrogação dos contratos administrativos e às ações aplicáveis, sem prejuízo de encaminhamento aos órgãos responsáveis pela apuração dos fatos e aplicação das penalidades cabíveis.

**Geovana Fernanda Fernandes Contaefer**

Representante Legal

---

Documento assinado eletronicamente por **Geovana Fernanda Fernandes Contaefer**, **Usuário Externo**, em 13/01/2021, às 14:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1016759** e o código CRC **FA4CB6C2**.

---

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 Blocos E e F - CEP 70070-600 - Brasília - DF
www.cnj.jus.br

# TERMO ADITIVO

**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 38/2019, DE AQUISIÇÃO DE SOLUÇÃO INTELIGÊNCIA CIBERNÉTICA, QUE CELEBRAM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, E A EMPRESA ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA. (Pregão Eletrônico n. 36/2019 - Processo Administrativo/CNJ n. 00414/2018).**

A **UNIÃO**, por intermédio do **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**, sediado no SAF/Sul, Quadra 02, Lotes 05 e 06, Blocos E e F, em Brasília - Distrito Federal, inscrito no CNPJ sob o n. 07.421.906/0001-29, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Diretor-Geral, **Johaness Eck**, RG n. 6.997.231-X SSP/SP e CPF n. 006.583.638-32, no uso das atribuições conferidas pela Portaria n. 89, de 13 de setembro de 2018, e pelo art. 3º, inciso XI, alínea "al", da Portaria n. 112, de 4 de junho de 2010, e a empresa **ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA.**, com sede no SHS, Quadra 06, Conjunto A, Bloco A, Sala 202, Edifício Brasil 21, Brasília/DF, CEP 70316-102, telefone (61) 3044-4702, inscrita no CNPJ sob o n. 23.870.018/0001-40, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por sua procuradora, **Geovana Fernanda Fernandes Contaefer**, RG n. 2.017.041 SSP/DF e CPF n. 725.822.191-34, celebram o presente Termo Aditivo com fundamento na Lei n. 8.666/93, observando-se o contido no Processo Administrativo SEI n. 00414/2018, e mediante as cláusulas a seguir enumeradas.

## DO OBJETO

**CLÁUSULA PRIMEIRA –** Constitui objeto do presente termo aditivo a prorrogação do prazo de vigência para os **serviços de suporte técnico e manutenção e conservação (itens 02 e 03)** do Contrato em epígrafe.

## DA PRORROGAÇÃO

**CLÁUSULA SEGUNDA –** O presente contrato fica prorrogado por **20 (vinte) meses**, a contar de **27 de julho de 2021**.

**Parágrafo único** – O contrato poderá ser rescindido antes do termo final estipulado no *caput*, mediante notificação prévia à **CONTRATADA** com antecedência de 30 (trinta) dias, em face da conclusão de procedimento licitatório contemplando idêntico objeto.

## DO VALOR

**CLÁUSULA TERCEIRA –** O valor total do Contrato passará de R$ **1.235.677,20 (um milhão, duzentos e trinta e cinco mil, seiscentos e setenta e sete reais e vinte centavos)** para **R$ 481.128,20** (quatrocentos e oitenta e um mil, cento e vinte e oito reais e vinte centavos), em decorrência da prorrogação dos **serviços de suporte técnico e manutenção e conservação (itens 02 e 03).**

## DA DESPESA

**CLÁUSULA QUARTA –** As despesas com este Termo Aditivo, no corrente exercício, estão alocadas à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, consignada à **CONTRATANTE**, na respectiva Lei Orçamentária Anual, Natureza de Despesa: 3.3.90.40 e Programa de Trabalho: 02.032.0033.21BH.0001.

**Parágrafo único –** A eficácia do presente termo aditivo quanto à prorrogação do prazo de vigência fica condicionada à efetiva disponibilidade orçamentária para atender a despesa no exercício de 2022.

## DA VIGÊNCIA

**CLÁUSULA QUINTA –** O presente Termo Aditivo tem vigência a contar de sua assinatura.

## DA RATIFICAÇÃO

**CLÁUSULA SEXTA –** Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato, no que não colidam com a presente disposição.

Assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento na forma eletrônica, nos termos da Lei n. 11.419/2006 e Instrução Normativa CNJ n. 67/2015.

Pelo **CONTRATANTE**

**Johaness Eck**

Diretor-Geral

Pela **CONTRATADA**

**Geovana Fernanda Fernandes Contaefer**

Procuradora

**ANEXO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N. 38/2019, DE AQUISIÇÃO DE SOLUÇÃO INTELIGÊNCIA CIBERNÉTICA, QUE CELEBRAM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, E A EMPRESA ZERUM RESEARCH AND TECHNOLOGY DO BRASIL LTDA. (Pregão Eletrônico n. 36/2019 - Processo Administrativo/CNJ n. 00414/2018).**

## VALOR DISCRIMINADO DO CONTRATO

**Vigente a partir de 27 de julho de 2021**

| **GRUPO** | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Item** | **Descrição** | **Un.** | **Qtd.** | **Valor Unitário (R$)** | **Valor Total (R$)** |
| 2 | Manutenção e conservação, de acordo com o item 5.2 | mês | 20 | 19.274,11 | 385.482,20 |
| 3 | Suporte Técnico especializado, de acordo com o item 5.3 | mês | 20 | 4.782,30 | 95.646,00 |
| **Valor Global** | | | | | **R$ 481.128,20** |

Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA CRISTINA GOMES COÊLHO MATIAS**, **ASSESSORA-CHEFE - ASSESSORIA JURÍDICA**, em 26/04/2021, às 15:08, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Geovana Fernanda Fernandes Contaefer**, **Usuário Externo**, em 26/04/2021, às 15:50, conforme art. 1º, §2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no portal do CNJ informando o código verificador **1076296** e o código CRC **B65A3C23**.

Poder Judiciário

**Conselho Nacional de Justiça**

**Departamento de Tecnologia da Informação**

# Análise de Viabilidade

*Prorrogação dos item 2 e 3 do Contrato n. º 38/2019 – Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação (item 2) e Suporte Técnico Especializado (item 3) da Solução de Inteligência Cibernética*

## SUMÁRIO

1 CAPÍTULO 1: ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (Art. 14) ..... 4
1.1 Contextualização ..... 4
1.2 Caracterização da Demanda ..... 7
1.2.1 Definição e Especificação de Requisitos (Art. 14, I) ..... 8
1.3 Atendimento da demanda ..... 10
1.3.1 Soluções de TIC (Art. 14, I, a) ..... 10
1.3.2 Contratações Públicas Similares (Art. 14, I, b) ..... 11
1.3.3 Soluções Similares em Outros Órgãos (Art. 14, II, a) ..... 12
1.3.4 Portal do *Software* Público Brasileiro (Art. 14, II, b) ..... 13
1.3.5 Capacidade e Alternativas do Mercado de TIC (Art. 14, II, c) ..... 13
1.4 Análise dos Custos Totais da Demanda (Art. 14, III) ..... 14
1.5 Escolha e Justificativa da Solução (Art. 14, IV) ..... 16
1.5.1 Motivação da Escolha ..... 16
1.5.2 Descrição da Solução (Art. 14, IV, a) ..... 18
1.5.3 Alinhamento da Solução (Art. 14, IV, b) ..... 18
1.5.4 Benefícios Esperados (Art. 14, IV, c) ..... 18
1.5.5 Relação entre a Demanda Prevista e a quantidade de bens/serviços Contratados (Art. 14, IV, d) ..... 20
1.5.6 Adequação do Ambiente do Órgão (Art. 14, V, a, b, c, d, e, f) ..... 20
1.5.7 Orçamento Estimado (Art. 14, II, g) ..... 20
2 CAPÍTULO 2: sustentação do contrato (Art. 15) ..... 21
2.1 Recursos Materiais e Humanos (Art. 15, I) ..... 21
2.2 Descontinuidade do Fornecimento (Art. 15, II) ..... 21
2.3 Transição Contratual (Art. 15, III, a, b, c, d, e) ..... 21
2.4 Estratégia de Independência Tecnológica (Art. 15, IV, a, b) ..... 21

3 CAPÍTULO 3: ESTRATÉGIA PARA A CONTRATAÇÃO (ART. 16) ..... 22
3.1 Natureza do Objeto (Art. 16, I) ..... 22
3.2 Parcelamento do Objeto (Art. 16, II) ..... 22
3.3 Adjudicação do Objeto (Art. 16, III) ..... 22
3.4 Modalidade e Tipo de Licitação (Art. 16, IV) ..... 23
3.5 Classificação e Indicação orçamentária (Art. 16, V) ..... 23
3.6 Vigência da Prestação de Serviço (Art. 16, VI) ..... 23
3.7 Equipe de Gestão da Contratação (Art. 16, VIII) ..... 23
4 análise de riscos ..... 24
Anexo A – Contratações Públicas Similares ..... 28
Anexo B – Propostas Comerciais ..... 49

# 1 CAPÍTULO 1: ANÁLISE DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (ART. 14)

## 1.1 Contextualização

No contexto atual vivemos mudanças, transformações e impactos advindos de avanços tecnológicos impulsionados pela difusão de diversas tecnologias que trouxeram à nossa sociedade diversos benefícios. Dentre eles citamos a otimização do tempo na realização das mais diversas tarefas e atividades, sejam elas no âmbito pessoal ou profissional. Conectar pessoas, empresas, proporcionar o acesso imediato às informações, quebrar fronteiras impostas pelas distâncias geográficas, reduzir o tempo dispendido, facilitar processos, rotinas, trabalho e simples atividades do nosso cotidiano, tais como a aquisição de bens de consumo, serviços, alimentos, acesso a contas bancárias, serviços públicos, dentre outros. É o instante em que a tecnologia e a informação passaram a ser essenciais a todo momento e para todas as pessoas, empresas, órgão. A este momento que estamos imersos da história, em meio a este turbilhão de informações e as mais diversas tecnologias, dá-se o nome de Era Digital, ou Era da Informação.

Estes avanços tecnológicos advindos desta revolução digital, como a computação em nuvem, a inteligência artificial, a *internet* das coisas, os avanços dos meios de telecomunicações, o aumento da capacidade de armazenamento e processamento de dados dos computadores, servidores e dos dispositivos móveis com *tablets* e *smartphones,* proporcionam o alicerce para sustentar toda este contexto.

Análogo a todo este bônus proporcionado pelos avanços da Era Digital têm-se o ônus. Os ataques cibernéticos, que consistem nas práticas de tentativas de invasões ou acessos não autorizados aos dispositivos eletrônicos que armazenam dados e aos sistemas da informação.

Estes ataques afetam o dia a dia dos cidadãos, de diversos órgãos públicos, instituições financeiras, empresas públicas e privadas dos mais diversos ramos de atividades, com a invasão aos seus computadores, servidores, sistemas corporativos, com a consequente interrupção na prestação de serviços aos cidadãos, clientes, com o roubo, exposição e destruição de informações e de dados protegidos por sigilo legal.

Afetam a disponibilidade de sistemas e serviços eletrônicos, comprometem a integridade, confidencialidade ou disponibilidade do alvo e as informações nele armazenadas, dificultam a execução de rotinas administrativas, operacionais, comerciais deste organizações e consequente trazem elevados prejuízos financeiros. Vale dar luz aos recentes ataques cibernéticos sofridos no ambiente computacional deste Conselho no início do mês de novembro de 2020, e ainda ao Superior Tribunal de Justiça, Ministério da Saúde e à Secretaria de Economia do Distrito Federal.

Esta prática criminosa trouxe os mais diversos transtornos aos órgãos e a sociedade como um todo, entre elas a suspensão e o cancelamento de todas as sessões de julgamento, virtuais ou por videoconferência, suspensão de prazos processuais, no caso das rotinas afetadas no STJ. No DataSUS, Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde, houve o bloqueio do acesso à *internet*, bem como às redes e aos sistemas de telefone, visando evitar a propagação do agente *malware* entre os computadores da pasta. Devido a estas medidas de segurança adotadas, foi observada lentidão nos sistemas do Ministério da Saúde. Na Secretaria de Economia do Distrito Federal, todos os servidores do ar foram retirados do ar, visando garantir a segurança e integridade dos dados. As rotinas dos órgãos foram restabelecidas 15 dias depois do ataque dos *hackers.*

No âmbito pessoal, as invasões aos *desktops*, *notebooks*, *tablets* e *smartphones*, dentre outros dispositivos tecnológicos, trazem diversos transtornos como a clonagem de seus acessos aos aplicativos de comunicação, roubo de senhas, invasões de contas bancárias, uso indevido de dados em fraudes e tentativos de golpes financeiros, dentre outros dissabores que estas práticas podem gerar.

De acordo com estudos realizados pela União Internacional de Telecomunicações[1] (ITU, na sigla em inglês), órgão da Organização das Nações Unidas (ONU) que coordena esforços nesta área, entre os anos de 2017 e 2018, os prejuízos advindos dos ataques cibernéticos no Brasil ultrapassaram US$ 20 bilhões.

[1] Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/09/05/brasil-e-2o-no-mundo-em-perdas-por-ataques-ciberneticos-aponta-audiencia> . Acessado em 14 de dezembro de 2020.

A segurança da informação vem sendo difundida como estratégia de contingência, principalmente neste ano de 2020, em que este cenário se tornou muito favorável para os criminosos cibernéticos com a prática do *home office*, em função da situação emergencial motivada pelos impactos da pandemia, ocasionada pelo vírus SARS-CoV-2, que resultou na atual situação de isolamento social e conseguinte regime de trabalho remoto.

Em estudo divulgado no mês de maio de 2020[2], realizado por meio de dados coletados pela empresa de segurança na rede Fortinet, através de sua plataforma que coleta e analisa incidentes de segurança cibernética, *Fortinet Threat Intelligence Insider Latin America*, indicam que no Brasil ocorreram mais de 1,6 bilhão de tentativas de ataques cibernéticos nos primeiros três meses deste ano de 2020, e um total de 9,7 bilhões em toda a América Latina.

A empresa de consultoria *Gartner*, em artigo divulgado em junho de 2020[3], apresentou nesta publicação que os gastos mundiais com segurança da informação para o ano de 2020 estavam estimados em US$ 123,8 bilhões. Relaciona-se este vulto financeiro ao mercado impulsionado a curto prazo pela pandemia do corona vírus. Podemos relacionar este crescimento à mudança do regime de trabalho presencial para o regime de trabalho remoto, uma vez que os funcionários/colaboradores estão em suas redes residências de acesso à internet, o que aumenta a vulnerabilidade quando há a interconexão destas redes doméstica com os circuitos corporativos.

Neste diapasão, faz-se mister lembrar que o CNJ dispõe de plataformas digitais de suma importância para a sociedade e que possuem alcance nacional. Desta forma, podemos citar o Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP), que na sua versão 2.0 tem por objetivo fazer um levantamento preciso da situação da população carcerária no país. Um ataque cibernético bem-sucedido contra esse sistema poderia

[2] Disponível em <https://www.telesintese.com.br/brasil-sofreu-mais-de-16-bilhao-de-ataques-ciberneticos-no-1o-tri/> Acessado em 14 de dezembro de 2020.
[3] Disponível em <https://www.gartner.com/en/newsroom/press-releases/2020-06-17-gartner-forecasts-worldwide-security-and-risk-managem>. Acessado em 14 de novembro de 2020.

gerar efeitos adversos, como a mudança da situação prisional de um custodiado de "privação de liberdade" para "liberdade" e vice-versa.

Nessa senda, o CNJ celebrou em novembro de 2019 com a *Zerum Research and Technology* do Brasil LTDA o Contrato nº 38/2019[4], Processo SEI nº 00414/2018, contratação oriunda do Pregão Eletrônico Nº 36/2019[5], que tem como objeto a aquisição de solução inteligência cibernética, com funcionalidades de *Security Information and Event Management* – SIEM e *Network traffic Analysis* - NTA, incluindo equipamentos, manutenção e conservação, suporte técnico especializado, instalação personalizada e treinamento. De acordo com as características do objeto adquirido/contratado, somente os itens 2 e 3 são passíveis de prorrogação, conforme ditame constante na Cláusula 22 do contrato celebrado e os termos da lei maior de licitações e contratos.

Com base no presente contexto explanados no parágrafos que abriram este documento, com a proximidade da extinção da vigência do instrumento contratual celebrado este DTI, com a perspectiva proativa de manter este Conselho com os serviços técnicos especializados já prestados por meio deste Contrato nº 38/2019, carece da prorrogação dos itens 2 e 3, necessários para a perenidade das rotinas de segurança às plataformas digitais do CNJ. Assim apresenta esta Análise de Viabilidade expondo aqui suas motivações, justificativas com o objetivo de proporcionar a manutenção dos padrões de qualidade e de atendimento atualmente em curso, resultante do processo de contratação SEI nº 00414/2018.

## 1.2 Caracterização da Demanda

Trata-se de prorrogação dos **itens 2 - Serviços de Manutenção e Conservação e 3 - Suporte Técnico Especializado** do Contrato nº 38/2019, que tem

[4] Disponível em <https://www.cnj.jus.br/ouvidoria-cnj/carta-de-servicos-ao-cidadao/licitacoes-e-contratos/contrato-n-38-2019-aquisicao-de-solucao-inteligencia-cibernetica-incluindo-equipamentos-manutencao-e-conservacao-suporte-tecnico-especializado-instalacao-personalizada-e-treinamento/>. Acessado em 14 de dezembro de 2020.

[5] Disponível em <http://comprasnet.gov.br/ConsultaLicitacoes/download/download_editais_detalhe.asp?coduasg=40003&modprp=5&numprp=362019>. Acessado em 21 de dezembro de 2020.

como objeto a aquisição de solução inteligência cibernética incluindo equipamentos, manutenção e conservação, suporte técnico especializado, instalação personalizada e treinamento.

### 1.2.1 Definição e Especificação de Requisitos (Art. 14, I)

Pretende-se, com a solução de Inteligência Cibernética, manter a visibilidade acerca da dinâmica dos incidentes cibernéticos no âmbito dos ativos computacionais do CNJ. Considerando se tratar de prorrogação de contratação de TIC, **itens 2 - Serviços de Manutenção e Conservação e 3 - Suporte Técnico Especializado** do Contrato nº 38/2019, onde não ocorrerão somatório/supressão no quantitativo das horas ou alterações de que interfiram em questões de vertentes técnicas, sendo mantidas as condições presentes na contratação inicial.

#### 1.2.1.1 *Necessidade* 1: Serviços de Manutenção e Conservação

1.2.1.1.1 ***Requisito 1.1:*** Manutenção e conservação de todo o equipamento, com supervisão e automação do fabricante da solução, sob demanda, de forma ininterrupta, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, inclusive feriados;

1.2.1.1.2 ***Requisito 1.2:*** As peças/equipamentos substituídos bem como as versões de *firmware*/*software* instaladas estarão de acordo com os termos de garantia limitada do fabricante;

1.2.1.1.3 ***Requisito 1.3*:** Serão mantidos os mesmos níveis de severidade e prazos de atendimento das ocorrências, pactuados na ocasião da contratação.

#### 1.2.1.2 *Necessidade* 2: Suporte técnico durante a garantia técnica da solução

1.2.1.2.1 ***Requisito 2.1:*** A solução deverá possuir suporte técnico durante a garantia técnica com atendimento remoto/presencial para solução de quaisquer problemas que impeçam o funcionamento adequado da solução.

1.2.1.2.2 ***Requisito 2.2:*** Deverá existir mecanismo adequado para abertura e acompanhamento de chamados de suporte técnico durante a garantia técnica, 24 horas por dia, 7 dias por semana.

1.2.1.2.3 ***Requisito 2.3:*** Os chamados de suporte técnico durante a garantia deverão ter seu atendimento iniciado no prazo máximo de 02 (duas) horas, após sua abertura.

#### 1.2.1.3 *Necessidade* 3: Manutenção do Sigilo das informações.

1.2.1.3.1 ***Requisito 3.1:*** As informações de dados/metadados de pacotes e eventos/*logs*/*flows* deverão ser mantidas sob sigilo, em ambiente controlado e de segurança, e com acesso exclusivo para servidores, detentores de cargo efetivo, do CNJ.

#### 1.2.1.4 *Necessidades Sócio Ambientais (art. 3° VI) – Desde que guardem pertinência e relevância para atendimento da demanda.*

Não se aplica dissertar sobre as Necessidades Sócio Ambientais, por se tratar de prorrogação do Contrato nº 38/2019, sendo mantidas as informações presentes na contratação inicial.

#### 1.2.1.5 *Aderência a padrões e modelos (Art. 14, II, d, e, f)*

Não se aplica ao contexto desta Análise de Viabilidade, por se tratar de prorrogação do Contrato nº 38/2019, sendo mantidas as informações presentes na contratação inicial.

#### 1.2.1.6 *Modelo Nacional de Interoperabilidade – MNI (Art. 14, II, d)*

Não se aplica ao contexto desta Análise de Viabilidade, por se tratar de prorrogação do Contrato nº 38/2019, sendo mantidas as informações presentes na contratação inicial.

#### 1.2.1.7 *Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil (Art. 14, II, e)*

Não se aplica ao contexto desta Análise de Viabilidade, por se tratar de prorrogação do Contrato nº 38/2019, sendo mantidas as informações presentes na contratação inicial.

#### 1.2.1.8 *Modelo de Requisitos Moreq-Jus (Art. 14, II, f)*

Não se aplica ao contexto desta Análise de Viabilidade, por se tratar de prorrogação do Contrato nº 38/2019, sendo mantidas as informações presentes na contratação inicial.

## 1.3 Atendimento da demanda

### 1.3.1 Soluções de TIC (Art. 14, I, a)

Considerando que serão mantidos os requisitos básicos e os padrões especificados da contratação inicial, visualiza-se no mercado de TIC as seguintes soluções capazes de atender a essa demanda:

- **Solução 1**: Continuidade da prestação dos serviços de Serviços de Manutenção e Conservação (item 2) e dos Serviços de Suporte Técnico Especializado (item 3) da Solução de Inteligência Cibernética, por meio da prorrogação do Contrato nº 38/2019;
- **Solução 2**: Contratação dos Serviços de Manutenção e Conservação, Suporte Técnico Especializado para a Solução de Inteligência Cibernética.

#### 1.3.1.1 *Solução 1: Prorrogação do Contrato nº 38/2019 – Itens 2 e 3*

Prorrogação dos **itens 2** e **3** da contratação atual, uma vez que os serviços prestados e os termos acordados neste instrumento formalizado atendem ao que está disposto nos requisitos constantes do item 1.2.1 e nos Estudos Técnicos Preliminares da contratação vigente.

#### 1.3.1.2 *Solução 2: Contratação de dos Serviços de Manutenção e Conservação, Suporte Técnico Especializado para a Solução de Inteligência Cibernética*

Nessa alternativa de solução, a contratação seria pautada em nova contratação, de forma a atender os requisitos listados no item 1.2.1 e nos Estudos Técnicos Preliminares da contratação vigente.

### 1.3.2 Contratações Públicas Similares (Art. 14, I, b)

Abaixo temos os órgãos da Administração Pública com contratos vigentes similares ao Contrato nº 38/2019 (itens 2 e 3):

#### 1.3.2.1 Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul - TRE-RS

**Pregão Eletrônico**: nº 69/2019[6]

**Ata de Registro de Preço**: Processo nº 0004824-06.2019.6.21.8000[7]

**Objeto:** O TRE-RS (UASG 70021) registrou preço para aquisição de solução de software para gerenciamento de logs e eventos de segurança (SIEM - *Security Information and Event Management*). Os item 3 e 4 - Serviço de Suporte anual para software de gerenciamento de logs e eventos de segurança (SIEM), diz respeito as alternativas levantadas no item 1.3.1.

#### 1.3.2.2 Tribunal Regional Eleitoral - TRE-PR

**Pregão Eletrônico:** nº 70/2018[8]

**Ata de Registro de Preço:** PAD 13317/17[9]

---

[6] Disponível em <http://www.comprasnet.gov.br/consultalicitacoes/download/download_editais_detalhe.asp?coduasg=70021&modprp=5&numprp=692019>. Acessado em 11 de janeiro de 2021.
[7] Disponível em <https://www.tre-rs.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes-contratacoes/precos-registrados/solucao-de-software-siem>. Acessado em 11 de janeiro de 2021.
[8] Disponível em <http://comprasnet.gov.br/ConsultaLicitacoes/download/download_editais_detalhe.asp?coduasg=70019&modprp=5&numprp=702018>. Acessado em 11 de janeiro de 2021.
[9] Disponível em <https://www.tre-pr.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-das-aquisicoes-e-contratacoes/atas-de-registro-de-precos/licencas-software>. Acessado em 11 de janeiro de 2021.

**Objeto:** Registro de Preços para a aquisição de solução de software para gerenciamento de logs e eventos de segurança (SIEM - *Security Information and Event Management*), de acordo com as especificações e condições descritas neste Termo de Referência.

O TRE-PR (UASG 070019), realizou a contratação dos Serviços Gerenciamento de Segurança da Informação. Os item 3 e 4 - Serviço de Suporte anual para *software* de gerenciamento de *logs* e eventos de segurança (SIEM), diz respeito as alternativas levantadas no item 1.3.1.

#### 1.3.2.3 Secretaria de Fazendo e Planejamento do Estado de São Paulo – SEFAZ-SP

**Pregão Eletrônico:** nº 40/2020[10]

**Contrato:** 31338-SAAC-00086-2020[11]

**Objeto:** aquisição de licenças de *software*, serviços de suporte técnico, atualização de *software* e serviços de banco de horas, para a solução de gerenciamento de informações e eventos de segurança (*Security Information and Event Management* – SIEM).

A SEFAZ-SP (BEC Ordem de Compra nº 200189000012020OC00005) realizou a contratação de serviços contínuos de suporte técnico e atualização de *software*. O item II - diz respeito as alternativas levantadas no item 1.3.1.

### 1.3.3 Soluções Similares em Outros Órgãos (Art. 14, II, a)

As soluções similares aos itens renováveis do Contrato nº 38/2019 serão apresentadas a seguir no item 1.4 a seguir.

[10] Disponível em <http://www.comprasnet.gov.br/consultalicitacoes/ConsLicitacao_Relacao.asp>. Acessado em 11 de janeiro de 2021.
[11] Disponível em <https://www.imprensaoficial.com.br/ENegocios/MostraDetalhesLicitacao_14_3.aspx?IdLicitacao=1458837#11/01/2021>. Acessado em 11 de janeiro de 2021.

### 1.3.4 Portal do *Software* Público Brasileiro (Art. 14, II, b)

Não se aplica ao contexto desta Análise de Viabilidade, por se tratar de prorrogação do Contrato nº 38/2019, sendo mantidas as informações presentes na contratação inicial.

### 1.3.5 Capacidade e Alternativas do Mercado de TIC (Art. 14, II, c)

Não se aplica ao contexto desta Análise de Viabilidade, por se tratar de prorrogação do Contrato nº 38/2019, sendo mantidas as informações presentes na contratação inicial.

## 1.4 Análise dos Custos Totais da Demanda (Art. 14, III)

A **Tabela 1** apresenta os valores praticados nas Contratações Públicas Similares apresentadas no item 1.3.2.

| Órgão/Pregão Eletrônico | Especificação | Unid. | Quant. (A) | Valor Unitário (B) (R$) | Valor Anual (C) = A x B (R$) | Valor 20 meses (D) = C x 20 (R$) |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **Tribunal Regional Eleitoral - TRE-RS PE nº 69/2019** | **Item 3** - Suporte anual para *software* de gerenciamento de logs e eventos de segurança (SIEM), para módulo principal, descrito no item 01, não incluindo o primeiro ano de uso. | *cluster* e anualidade | 1 | 65.000,00 | 65.000,00 | 108.333,33 |
| | **Item 4** - Suporte anual para *software* de gerenciamento de logs e eventos de segurança (SIEM), para pacote adicional, descrito no item 02, não incluindo o primeiro ano de uso. | *cluster* e anualidade | 6 | 18.000,00 | 72.000,00 | 120.000,00 |
| | **Valor médio dos itens** | | | **41.500,00** | - | **228.333,33** |
| **Tribunal Regional Eleitoral - TRE-PR PE nº 70/2018** | **Item 3** - Suporte anual para software de gerenciamento de logs e eventos de segurança (SIEM), para módulo principal, descrito no item 01, não incluindo o primeiro ano de uso. | *cluster* e anualidade | 1 | 22.415,33 | 22.415,33 | 37.358,88 |
| | **Item 4** - Suporte anual para software de gerenciamento de logs e eventos de segurança (SIEM), para pacote adicional, descrito no item 02, não incluindo o primeiro ano de uso. | *cluster* e anualidade | 7 | 11.624,47 | 81.371,29 | 135.618,82 |
| | **Valor médio dos itens** | | | **34.039,80** | - | **172.977,70** |
| **SEFAZ-SP** | **Item II** - Serviços contínuos de suporte técnico e atualização de *software* | mês | 15 | 60.483,02 | 907.245,30 | 1.512.075,50 |
| **Valores Médios (R$)** | | | | **45.340,94** | **544.091,28** | **637.795,51** |

**Tabela 1 –** *Contratações Públicas Similares*

Vale indicar que nas pesquisas efetuadas em busca da aquisições similares aos itens renováveis do Contrato nº 38/2019, observou-se que na composição de preços os serviços de Manutenção e Conservação e de Suporte Técnico foram contratados em um único item. Com isso há de se considerar que os valores acima tratam-se da junção dos dois itens renováveis (itens 2 e 3) do contrato em análise. Ademais, é importante levar em consideração que as soluções adquiridas nessas contratações possuem características similares, mas não idênticas à solução de Inteligência Cibernética de propriedade do CNJ.

A **Tabela 2** compara os custos de aquisição dos suporte técnico, realizada pelo Contrato nº 38/2019, e os custos da contratação do serviço de manutenção e suporte técnico similares em outros órgãos da administração pública.

| Processo | Descrição | Valor Mensal (R$) | Valor para 20 meses (R$) |
|---|---|---|---|
| Contrato CNJ 38/2019 - 1º TA | Item 2 - Manutenção e conservação, de acordo com o item 1.2 | 19.274,11 | 385.482,20 |
| | Item 3 – Suporte Técnico Especializado, de acordo com o item 1.2 | 4.782,30 | 95.646,00 |
| **Valor Total dos Itens Renováveis do Contrato CNJ 38/2019 - 1º TA** | | **24.056,41** | **481.128,20** |
| **Valores Médios Contratações Públicas Similares** | | **45.340,94** | **637.795,51** |

**Tabela 2 –** *1º TA Contrato nº 38/2019 versus Contratações Públicas Similares*

Com a **Tabela 2** é possível observar que mesmo se tratando de soluções de SIEM - *Security Information and Event Management* similares a adquirida por meio do Contrato nº 38/2019, a proposta de prorrogação do contrato em análise possui elevado indício de economicidade. Efetuando a projeção dos valores unitários das contratações similares para a vigência de 20 (vinte) meses, temos como produto o valor de **R$687.795,51 (seiscentos e oitenta e sete mil, setecentos e noventa e cinco reais e cinquenta e um centavos)**. Quando comparado a soma dos dois itens renováveis do Contrato nº 38/2019, **R$481.128,20 (quatrocentos e oitenta e um mil, cento e vinte e oito reais e vinte centavo)**, a média dos contratações públicas é **32,56% superior** aos

valores praticados na contratação em análise, uma **diferença nos valores de mais de R$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)** ao longo dos 20 (vinte) meses de contrato.

Dessa forma, sugere-se, pelo princípio da economicidade, que a prorrogação do Contrato nº 38/2019 (**itens 2 e 3**) deva ser efetuada, pois os valores nesse contrato estão abaixo dos praticados em outros contratos com a administração pública.

## 1.5 Escolha e Justificativa da Solução (Art. 14, IV)

### 1.5.1 Motivação da Escolha

Dentre as alternativas de solução de TIC vislumbradas a solução apresentada no item 1.3.1.1, **Solução 1** - Continuidade da prestação dos serviços de Serviços de Manutenção e Conservação (item 2) e dos Serviços de Suporte Técnico Especializado (item 3) da Solução de Inteligência Cibernética, por meio da prorrogação do Contrato nº 38/2019, tende a representar um investimento financeiro menor em relação à **Solução 2** estudada no item 1.3.1.2.

A **Solução 1** é aderente aos requisitos técnicos posto na presente análise, visto que contempla a prorrogação da prestação de **Serviços de Manutenção e Conservação (item 2)**, **Suporte Técnico Especializado (item 3)** da Solução de Inteligência Cibernética, garantindo, com isso, a manutenção da continuidade das rotinas de segurança às plataformas digitais do CNJ

A continuidade da prestação dos serviços é necessária não só para o CNJ, bem como para a sociedade com um todo. As diversas plataforma digitais, necessárias e importantes para a sociedade, e que possuem abrangência nacional na prestação de serviços à sociedade, em caso de um possível ataque cibernético contra esse sistema poderia gerar efeitos adversos, já apresentados no item 1.2 da contextualização desta análise.

É de suma importância para o CNJ a sequência desta prestação de serviços enquanto estratégia negocial, garantindo a perenidade da Manutenção e Conservação (item 2) e Suporte Técnico Especializado (item 3) da Solução de Inteligência Cibernética, já que utiliza-se de equipe técnica qualificada com base em *expertise* de

mercado, proporcionando, assim, maior qualidade e eficiência na prestação dos serviços.

A correta manutenção desta solução, adquirida por meio do contrato em estudo, traz uma forma de mitigar atuação reativa transformando-a em proativa, bem como centralizar as informações de eventos/*logs*/*flows* e tráfego de pacotes em repositórios centralizados, sendo assim uma solução de segurança cibernética que provê inteligência no processo de gestão de incidentes de segurança da informação, aumentando a eficiência e eficácia da Equipe de Resposta a Incidentes do CNJ (ETIR-CNJ).

Logo, à luz da Lei nº Lei nº 8.666/93[12] (artigo 57, inciso II) a vigência deste contrato **permite novas renovações** tal como a realizada no 2º termo aditivo de acordo

> *"II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a **sessenta meses;** " (grifo nosso)*

A **Solução 2** - Contratação dos Serviços de Manutenção e Conservação, Suporte Técnico Especializado para a Solução de Inteligência Cibernética, no momento não se mostra aderente às necessidades pontuais deste Conselho. Uma nova contratação poderia trazer descontinuidade na prestação dos serviços, tende a representar um investimento **financeiro maior** em relação às demais possibilidades de solução, conforme os valores apresentados na **Tabela 2**, item 1.4. Ainda podemos sondar perda e não garantiria a qualidade no serviço prestado, alto risco que não se faz necessário no momento tendo em vista que a contratação atual atende as pretensões do DTI e nos termos da lei, pode ser renovada.

**Uma vez que a alternativa de Solução 1 se trata da solução mais vantajosa para a administração, dado o forte preceito de economicidade, a equipe de**

[12] Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm>. Acessado em 14 de julho de 2020.

**planejamento da contratação a indica esta solução como a melhor alternativa para atender às necessidades apresentadas nesta Análise de Viabilidade.**

### 1.5.2 Descrição da Solução (Art. 14, IV, a)

**Prorrogação do** Contrato nº 38/2019 - **itens 2 e 3 do contrato 01/2019 - Grupo 1**, por um período de 20 (vinte) meses para a Solução de Inteligência Cibernética.

### 1.5.3 Alinhamento da Solução (Art. 14, IV, b)

Tendo em vista que serão mantidos os serviços de TIC ofertados no Contrato nº 38/2019 (itens 2 e 3), adverte-se que será preservado o alinhamento originário, em relação às necessidades de negócio e requisitos tecnológicos.

A demanda encontra-se em consonância com Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação do Conselho Nacional de Justiça para o período de 2016-2020 (aprovado pela Portaria CNJ n° 85/2016[13]), bem como com a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (Entic-Jud) (Resolução CNJ n° 211/2015[14]):

a) **Art. 3°, IV, b**: Processos Internos: Objetivo 8 – Aprimorar a segurança da informação; e

b) **Art. 12, II, b**: Macroprocesso de segurança da informação - Incidentes de Segurança.

Ademais, os requisitos técnicos estruturados no item 1.2 delimitam a forma como os diversos controles podem ser implementados, sem limitar as escolhas de alternativas de solução para atendimento dessa demanda.

### 1.5.4 Benefícios Esperados (Art. 14, IV, c)

A decisão pela prorrogação dos itens 2 e 3 Contrato nº 38/2019 atende à necessidade do CNJ em manter a disponibilidade dos serviços e sistemas essenciais de

[13] Disponível em < https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2321> Acessado em 23 de novembro de 2020.
[14] Disponível em <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/atos-normativos?documento=2227> Acessado em 23 de novembro de 2020.

TIC. Com isso, os benefícios esperados foram ser analisados à luz do art. 14, inciso IV, c da Resolução CNJ nº 182/2013[15] e são:

**a)** **Eficiência**: A solução escolhida atende a todas as necessidades/requisitos que definem a demanda, sendo necessário um investimento menor, ao mesmo tempo que não são necessários novos treinamentos ou adequações nos processos de trabalho ou na estrutura do CNJ;

**b)** **Eficácia**: Mostra-se eficaz por acolher todos os requisitos listados, efetivamente atendendo às necessidades identificadas pela área demandante;

**c)** **Economicidade**: A solução mostra-se mais econômica por atender todos os requisitos, sem perda de qualidade, de forma mais barata do que as alternativas e preservando os investimentos realizados anteriormente pelo CNJ; e

**d)** **Padronização**: Não foram identificados benefícios relativos à padronização, uma vez que não se aplica à solução escolhida.

Ademais, em relação aos aspectos técnicos/operacionais proporcionados pela manutenção dos serviços em estudo, elencamos:

**a)** Monitoramento contínuo e visibilidade em tempo real;

**b)** Rápida resposta aos incidentes de segurança;

**c)** Correlação de eventos de segurança de diferentes soluções de modo a transformar os dados em informação útil;

**d)** Correlação de eventos de tráfego de rede com os eventos de segurança de maneira a ampliar a visibilidade e entendimento da dinâmica de incidente de segurança da informação;

**e)** Aumento da consciência situacional do ambiente computacional o CNJ; e

[15] Disponível em <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/1874>. Acessado em 23 de novembro de 2020.

**f)** Diminuição das taxas de falsos positivo, decorrente das análises isoladas pelas soluções, as quais não possuem visão de todo do sistema.

### 1.5.5 Relação entre a Demanda Prevista e a quantidade de bens/serviços Contratados (Art. 14, IV, d)

Prorrogação do contrato atual atendendo ao disposto nesta análise de viabilidade:

| Grupo | Item | Descrição | Unidade | Quantidade |
|---|---|---|---|---|
| 1 | 2 | Manutenção e Conservação da Solução de Inteligência Cibernética | mês | 20 (vinte) |
| | 3 | Prestação de serviços de Suporte Técnico Especializado da Solução de Inteligência Cibernética | mês | 20 (vinte) |

**Tabela 4 –** *Demanda prevista e quantidade necessária.*

### 1.5.6 Adequação do Ambiente do Órgão (Art. 14, V, a, b, c, d, e, f)

Não serão necessários ajustes do ambiente computacional do CNJ que venha a gerar algum impacto financeiro ou de pessoal.

### 1.5.7 Orçamento Estimado (Art. 14, II, g)

Com base na análise de custos totais da demanda, presente na Tabela 2 constante do item 1.4, chegou-se à estimativa de orçamento total:

| Descrição da Solução | Orçamento estimado (R$) |
|---|---|
| Prorrogação dos itens 2 e 3 do Contrato CNJ 38/2019 – 1 º TA | 481.128,20 |

**Tabela 5 –** *Orçamento Total Estimado.*

# 2 CAPÍTULO 2: SUSTENTAÇÃO DO CONTRATO (ART. 15)

## 2.1 Recursos Materiais e Humanos (Art. 15, I)

Em relação aos recursos humanos, o objeto a ser contratado não impõe necessidades especiais de pessoal, além dos já disponíveis no CNJ.

Os recursos materiais necessários para o pleno funcionamento da solução pretendida já foram fornecidos pela Contratada, conforme itens 1, 4 e 5 do Contrato n. º 38/2019.

## 2.2 Descontinuidade do Fornecimento (Art. 15, II)

Em caso de descontinuidade da prestação dos serviços durante a vigência da garantia contratada, poder-se-á aplicar as cláusulas de penalidade estipuladas para este caso, e proceder com nova contratação junto a outro fornecedor.

## 2.3 Transição Contratual (Art. 15, III, a, b, c, d, e)

Não existe necessidade de previsão de transição contratual, uma vez que não há impacto de operação da solução instalada após o término da garantia contratada. O fiscal técnico deverá proceder a atualização de toda solução 30 (trinta) dias antes do encerramento da garantia.

Poderá ser procedida nova contratação, com foco em atualização tecnológica ou renovação dos serviços de garantia e suporte técnico da solução já instalada. A decisão deverá ser tomada, após conclusão de um novo Estudo Preliminar a ser realizado 180 (cento e oitenta) dias antes do fim da garantia da solução adquirida.

## 2.4 Estratégia de Independência Tecnológica (Art. 15, IV, a, b)

O CNJ adquiriu licenças de uso perpétuo dos softwares que compõe a solução, não sendo detentor de propriedade intelectual dos mesmos. Ressalte-se que os direitos autorais dos fabricantes dos softwares utilizados na solução são resguardados e garantidos por legislação nacional e internacional.

# 3 CAPÍTULO 3: ESTRATÉGIA PARA A CONTRATAÇÃO (ART. 16)

## 3.1 Natureza do Objeto (Art. 16, I)

O objeto a ser contratado possui características comuns e usuais encontradas atualmente no mercado de TIC, cujos padrões de desempenho e de qualidade podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência.

## 3.2 Parcelamento do Objeto (Art. 16, II)

No contexto da solução apontada pela equipe de planejamento da contratação e de acordo com as necessidades e requisitos levantados no item 1.2 deste Estudo Preliminar, recomenda-se que o objeto seja dividido nos itens a seguir:

a) Item 2: A garantia deverá ser prestada sob demanda por um período de 20 (vinte) meses;

b) Item 3: O suporte técnico deverá ser prestado sob demanda, por um período de 20 (vinte) meses.

## 3.3 Adjudicação do Objeto (Art. 16, III)

Ainda no contexto da solução recomendada, como todos os itens do objeto se relacionam de maneira intrínseca, ou seja, não é possível dissocia-los sem causar risco ao perfeito funcionamento da solução, recomenda-se que todos os itens sejam agrupados em um único Grupo 1 (itens 2 e 3) e adjudicados a um único fornecedor.

| Grupo | Item | Descrição |
|---|---|---|
| 1 | 2 | Manutenção e Conservação da Solução de Inteligência Cibernética |
| | 3 | Prestação de serviços de Suporte Técnico Especializado da Solução de Inteligência Cibernética |

**Tabela 6 –** *Agrupamento do objeto*

## 3.4 Modalidade e Tipo de Licitação (Art. 16, IV)

Por se tratar de renovação do Contrato Contrato nº 38/2019, Processo SEI nº 00414/2018, contratação oriunda do Pregão Eletrônico Nº 36/2019, de acordo com as características do objeto adquirido/contratado, os itens 2 e 3 são passíveis de prorrogação, conforme ditame constante na Cláusula 22 do contrato celebrado e os termos da lei maior de licitações e contratos.

## 3.5 Classificação e Indicação orçamentária (Art. 16, V)

Entende-se que a classificação do objeto se insere em despesas correntes de custeio, por não contribuir para a formação ou aquisição de um bem de capital.

## 3.6 Vigência da Prestação de Serviço (Art. 16, VI)

A garantia e o suporte técnico deverão ser prestados por um período de 20 (vinte) meses.

## 3.7 Equipe de Gestão da Contratação (Art. 16, VIII)

Para a composição da Equipe de Gestão da Contratação, o DTI faz as seguintes indicações:

| **Equipe de Gestão da Contratação** |
|---|
| **Gestor do Contrato:** |
| Nome: Márcio Moreira de Sousa<br>E-mail: marcio.sousa@cnj.jus.br<br>Telefone: (61) 2326-5437 |
| **Fiscal Técnico:** |
| Nome: Edilberto Magalhães Silva<br>E-mail: Edilberto.silva@cnj.jus.br<br>Telefone: (61) 2326-5388 |

**Tabela 7** – *Equipe de Gestão da Contratação*

## 4 ANÁLISE DE RISCOS

Considerando o histórico de contratações do Departamento de Tecnologia da Informação, mais especificamente o histórico da Coordenadoria de Atendimento e Infraestrutura, foi possível identificar os riscos abaixo:

| **Risco 01** | **Interrupção da execução ou rescisão do contrato** | |
|---|---|---|
| **Probabilidade** | Média | |
| **Id.** | **Dano** | **Impacto** |
| 1. | Não realização das atividades de investigação de incidentes cibernéticos | Alto |
| **Id.** | **Ação Preventiva** | **Responsável** |
| 1. | Avaliar se os serviços prestados estão atendendo as expectativas da contratação | Fiscal Técnico e Gestor do Contrato |
| 2. | Garantir que o conhecimento seja repassado continuamente para a equipe de fiscalização técnica. | Fiscal Técnico e Gestor do Contrato |
| **Id.** | **Ação de Contingência** | **Responsável** |
| 1. | Iniciar novo processo de contratação, utilizando os artefatos de planejamento produzidos, com as atualizações baseadas na Infraestrutura e experiência adquirida no processo de gestão e fiscalização. | DTI |

| **Risco 02** | **Prestação de serviço por profissionais inexperientes ou sem conhecimento técnico adequado** |
|---|---|

| **Probabilidade** | Alta | |
|---|---|---|
| **Id.** | **Dano** | **Impacto** |
| 1. | Baixa qualidade nas entregas dos serviços. | Alto |
| 2. | Atraso na entrega dos serviços. | Médio |
| 3. | Indisponibilidade de serviços críticos. | Alto |
| 4. | Descumprimento dos requisitos contratuais. | Alto |
| **Id.** | **Ação Preventiva** | **Responsável** |
| 1. | Prever requisitos de qualificação técnica e experiência profissional de acordo com complexidade de cada tipo de serviço. | Equipe de Planejamento da Contratação |
| 2. | Realizar a fiscalização do cumprimento dos requisitos de qualificação técnica e experiência profissional exigidos. | Fiscal Técnico e Administrativo |
| **Id.** | **Ação de Contingência** | **Responsável** |
| 1. | Notificar formalmente a Contratada quando os requisitos do contrato não forem cumpridos. | Fiscal Administrativo, Fiscal Técnico e Gestor do Contrato |
| 2. | Aplicar glosas e penalidades previstas no instrumento convocatório, de forma a coibir a reincidência. | Fiscal Administrativo, Fiscal Técnico e Gestor do Contrato |

| **Risco 03** | **Não atendimento dos Níveis Mínimos de Serviços** | |
|---|---|---|
| **Probabilidade** | Média | |
| **Id.** | **Dano** | **Impacto** |

| | | |
|---|---|---|
| 1. | Não atendimento aos requisitos de negócio. | Alto |
| 2. | Ineficiência e não efetividade da contratação. | Alto |
| **Id.** | **Ação Preventiva** | **Responsável** |
| 1. | Prever sanções pelo descumprimento dos Níveis Mínimos de Serviços. | Equipe de Planejamento da Contratação |
| 2. | Estabelecer meios de monitoração e controle proativos da qualidade dos serviços. | Equipe de Planejamento da Contratação |
| 3. | Atuar proativamente e continuamente na aferição da qualidade dos serviços executados intervindo nos desvios de qualidade. | Fiscal Técnico e Gestor do Contrato |
| **Id.** | **Ação de Contingência** | **Responsável** |
| 1. | Realizar as intervenções que forem necessárias para o reestabelecimento imediato do atendimento e dos serviços. | COAI, Fiscal Técnico e Gestor do Contrato |
| 2. | Notificar formalmente a Contratada quando cláusulas do contrato forem descumpridas ou violadas. | Fiscal Administrativo, Fiscal Técnico e Gestor do Contrato |
| 3. | Aplicar glosas e penalidades previstas no instrumento convocatório, de forma a coibir a reincidência. | Fiscal Administrativo, Fiscal Técnico e Gestor do Contrato |

| **Risco 04** | **Descumprimento de cláusulas contratuais pela Contratada** |
|---|---|
| **Probabilidade** | Alta |

| Id. | Dano | Impacto |
|---|---|---|
| 1. | Não entrega dos serviços. | Alto |
| 2. | Atraso na entrega dos serviços. | Alto |
| 3. | Baixa qualidade dos serviços entregues. | Alto |
| 4. | Descontinuidade dos serviços. | Alto |
| 5. | Falta de efetividade da contratação. | Alto |
| **Id.** | **Ação Preventiva** | **Responsável** |
| 1. | Acompanhar a execução dos serviços aferindo se os requisitos exigidos no contrato estão sento cumpridos de acordo com a qualidade exigida. | Fiscal Técnico e Fiscal Administrativo |
| 2. | Intensificação no processo de fiscalização e gestão contratual | Fiscal Técnico e Gestor do Contrato |
| **Id.** | **Ação de Contingência** | **Responsável** |
| 1. | Notificar formalmente a Contratada quando cláusulas do contrato forem descumpridas. | Fiscal Administrativo, Fiscal Técnico e Gestor do Contrato |
| 2. | Aplicar glosas e penalidades previstas no instrumento convocatório, de forma a coibir a reincidência. | Fiscal Administrativo, Fiscal Técnico e Gestor do Contrato |
| 3. | Instituir nova equipe de planejamento da contratação e promover uma nova contratação para evitar o comprometimento da continuidade dos serviços do CNJ, em caso de dificuldade de resolução das inconformidades. | COAI |

## Anexo A – Contratações Públicas Similares

*Prorrogação dos item 2 e 3 do Contrato n. º 38/2019 – Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação (item 2) e Suporte Técnico Especializado (item 3) da Solução de Inteligência Cibernética*

JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

**PREGÃO (ELETRÔNICO) N. 69/2019**

**REGISTRO DE PREÇOS**

**ATENÇÃO**

No **Acórdão TCU n. 754-2015** – Plenário, houve expressa determinação para que a Administração Pública instaure processo com vistas à penalização das empresas que pratiquem, injustificadamente, ato ilegal tipificado no art. 7º da Lei 10.520/2002 tanto na licitação quanto no contrato.

Nesse contexto, alerta-se para que o licitante analise **detalhadamente** o edital (e anexos) para formular proposta/lance firme e possível de cumprimento.

A prática injustificada de atos tais como: não manter a proposta (ex. desistência, não envio de amostra, planilha, laudos) e deixar de enviar documentação exigida (ex. documentos de habilitação), sem prejuízo de outras infrações cometidas na licitação/contratação, sujeitará o licitante a sanções, apuradas em regular processo administrativo.

**Observação:** O Anexo IV do edital está disponível em formato ODT e para visualizá-lo é preciso que o computador possua instalado o software livre e
gratuito LibreOffice.

No caso de dúvidas técnicas, os licitantes podem entrar em contato com Seção de Orientação e Suporte em TI, pelo telefone 51-3294.8402 ou 3294-8407.

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL – TRE-RS, por intermédio de sua Seção de Licitações, tendo em vista os atos constantes no processo SEI n. **0004824-06.2019.6.21.8000**, emite o presente edital, aprovado pela autoridade competente, para a abertura de licitação na modalidade **Pregão, na forma eletrônica**, tipo "menor preço", para o **Sistema de Registro de Preços**, estabelecendo as respectivas normas para a participação das empresas interessadas no **eventual fornecimento de solução de software para gerenciamento de logs e eventos de segurança (SIEM - Security Information and Event Management)**. O procedimento licitatório será regido pela Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002, pelos Decretos n. 5.450, de 31 de maio de 2005 e n. 7.892, de 23 de janeiro de 2013, subsidiariamente, pela Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como pelas regras e condições estabelecidas, no que couber, na Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, e na Lei n. 11.488, de 15 de junho de 2007.

A sessão pública do pregão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico Comprasnet, ocorrerá no dia **13 de novembro** do corrente ano, às **14 horas**, sendo conduzida na sala de reuniões da Coordenadoria de Licitações e Contratos, no 3º andar do prédio Anexo I do TRE-RS, sito na Av. Pe. Cacique, 96 – Porto Alegre-RS.

**1. DO OBJETO**

Escolha da melhor proposta de preço unitário, para Sistema de Registro de Preços, de solução de software para gerenciamento de logs e eventos de segurança (SIEM - Security Information and Event Management), conforme Anexo III e demais estipulações deste edital.

**2. DAS CONDIÇÕES**

2.1. O prazo de validade da ata de registro de preços será de **12 (doze) meses** a contar da publicação dos preços registrados na Imprensa Oficial.

2.2. A existência de preços registrados não obriga o TRE-RS a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

2.2.1. A quantidade constante no Anexo III deste edital é estimativa para eventual fornecimento durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços.

2.2.2. As aquisições ocorrerão em conformidade com as necessidades e conveniências do TRE-RS, facultada a aquisição parcial, total ou mesmo a não aquisição dos materiais licitados.

2.3. Os editais do TRE-RS não contemplam a permissão da utilização da ata de registro de preços por Órgão não participante, de acordo com o processo administrativo n. 1775/2018.

2.5. Os prazos e condições da execução do objeto constam no item 6.1 do Termo de Referência.

2.6. A forma de recebimento do objeto consta no item 7.4 do Termo de Referência.

2.7. O licitante, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar, em parte, o objeto da licitação, se for conveniente para a Administração, mediante prévia e escrita autorização deste TRE, não podendo transferir a terceiros a responsabilidade de que trata o item seguinte.

2.7.1. O licitante obriga-se a reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste contrato, quando verificarem-se vícios, defeitos ou incorreções.

2.8. Conforme disposições constantes na Resolução n. 7/2005 do Conselho Nacional de Justiça, é vedada a contratação de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

2.8.1. A vedação constante no item anterior se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização.

2.8.2. A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo Tribunal, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório.

2.9. O licitante vencedor deverá manter seus dados (endereço, responsável, telefones, e-mails) atualizados junto à Seção de Compras do TRE-RS, o que poderá ser feito por meio de mensagem enviada para os endereços compras@tre-rs.jus.br e/ou fornecimento@tre-rs.jus.br.

**3. DA PARTICIPAÇÃO**

3.1. Poderá participar da presente licitação todo interessado que comprove o atendimento dos requisitos estabelecidos neste edital, na legislação pertinente à respectiva espécie societária e esteja credenciado na Secretaria de Gestão (SEGES) do Ministério da Economia, a qual atuará como órgão provedor do sistema eletrônico Comprasnet.

3.2. O licitante deverá efetivar todas as declarações exigidas no âmbito do Sistema.

3.3. Não poderá participar do presente certame interessado:

a) suspenso de contratar com este TRE, nos termos do art. 87, III, da Lei n. 8.666/1993;

b) declarado inidôneo nos termos do art. 87, IV, da Lei n. 8.666/1993;

c) impedido de licitar e de contratar com a União nos termos do art. 7º da Lei n. 10.520/2002 e art. 28 do Decreto n. 5.450/2005;

d) suspenso, declarado inidôneo/impedido/proibido de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública ou União, em virtude de legislação, diferente da mencionada nas letras "a" a "c", que determine sanção restritiva.

e) cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

PREGÃO ELETRÔNICO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Superior Eleitoral
Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul

**Termo de Homologação do Pregão Eletrônico**
Nº 00069/2019 (SRP)

Às 13:37 horas do dia 18 de novembro de 2019, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Sr. JOSEMAR DOS SANTOS RIESGO, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 0004824-06.2019.6, Pregão nº 00069/2019.

**Resultado da Homologação**

**GRUPO 1**
**Tratamento Diferenciado:** -
**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não
**Valor Estimado:** R$ 2.744.374,2300
**Situação:** Homologado

**Adjudicado para:** TELETEX COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA , **pelo melhor lance de** R$ 1.696.000,0000 .

**Itens do grupo:**

- 1 - Licenciamento de Direitos Permanentes de Uso de Outros Softwares / Programas de Computador
- 2 - Licenciamento de Direitos Permanentes de Uso de Outros Softwares / Programas de Computador
- 3 - Contratos de Prestação de Serviços de Assistência Técnica eCientífica
- 4 - Contratos de Prestação de Serviços de Assistência Técnica eCientífica
- 5 - Serviços de Instalação, Transição e Configuração / Parametrização de Software
- 6 - Treinamento Informática - Sistema / Software

**Item: 1 - GRUPO 1**
**Descrição:** Licenciamento de Direitos Permanentes de Uso de Outros Softwares / Programas de Computador
**Descrição Complementar:** Licenciamento de direitos permanentes de uso de outros softwares , programas de computador
**Tratamento Diferenciado:** -
**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não
**Quantidade:** 1
**Unidade de fornecimento:** Unidade
**Valor Estimado:** R$ 760.701,3900
**Intervalo Mínimo entre Lances:** -
**Situação:** Homologado

**Adjudicado para:** TELETEX COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA , **pelo melhor lance de** R$ 299.000,0000 **e a quantidade de** 1 **Unidade** .

**Eventos do Item**

| Evento | Data | Nome | Observações |
|---|---|---|---|
| Adjudicado | 14/11/2019 15:54:51 | - | Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:TELETEX COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA, CNPJ/CPF:79.345.583/0004-95, Melhor lance : R$ 299.000,0000 |
| Homologado | 18/11/2019 13:37:18 | JOSEMAR DOS SANTOS RIESGO | |

**Item: 2 - GRUPO 1**
**Descrição:** Licenciamento de Direitos Permanentes de Uso de Outros Softwares / Programas de Computador
**Descrição Complementar:** Licenciamento de direitos permanentes de uso de outros softwares , programas de computador
**Tratamento Diferenciado:** -
**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não
**Quantidade:** 6
**Unidade de fornecimento:** Unidade
**Valor Estimado:** R$ 117.744,0200
**Intervalo Mínimo entre Lances:** -
**Situação:** Homologado

**Adjudicado para:** TELETEX COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA **, pelo melhor lance de** R$ 75.000,0000 **e a quantidade de** 6 **Unidade** .

**Eventos do Item**

| Evento | Data | Nome | Observações |
|---|---|---|---|
| Adjudicado | 14/11/2019 15:54:51 | - | Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:TELETEX COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA, CNPJ/CPF:79.345.583/0004-95, Melhor lance : R$ 75.000,0000 |
| Homologado | 18/11/2019 13:37:19 | JOSEMAR DOS SANTOS RIESGO | |

**Item: 3 - GRUPO 1**
**Descrição:** Contratos de Prestação de Serviços de Assistência Técnica eCientífica
**Descrição Complementar:** Contratos de prestação de serviços de assistência técnica ecientífica
**Tratamento Diferenciado:** -
**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não
**Quantidade:** 4
**Unidade de fornecimento:** Unidade
**Valor Estimado:** R$ 126.090,2200
**Intervalo Mínimo entre Lances:** -
**Situação:** Homologado

**Adjudicado para:** TELETEX COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA **, pelo melhor lance de** R$ 65.000,0000 **e a quantidade de** 4 **Unidade** .

**Eventos do Item**

| Evento | Data | Nome | Observações |
|---|---|---|---|
| Adjudicado | 14/11/2019 15:54:51 | - | Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:TELETEX COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA, CNPJ/CPF:79.345.583/0004-95, Melhor lance : R$ 65.000,0000 |
| Homologado | 18/11/2019 13:37:20 | JOSEMAR DOS SANTOS RIESGO | |

**Item: 4 - GRUPO 1**
**Descrição:** Contratos de Prestação de Serviços de Assistência Técnica eCientífica
**Descrição Complementar:** Contratos de prestação de serviços de assistência técnica ecientífica
**Tratamento Diferenciado:** -
**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não
**Quantidade:** 24
**Unidade de fornecimento:** Unidade
**Valor Estimado:** R$ 21.493,6600
**Intervalo Mínimo entre Lances:** -
**Situação:** Homologado

**Adjudicado para:** TELETEX COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA **, pelo melhor lance de** R$ 18.000,0000 **e a quantidade de** 24 **Unidade** .

**Eventos do Item**

| Evento | Data | Nome | Observações |
|---|---|---|---|
| Adjudicado | 14/11/2019 15:54:51 | - | Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:TELETEX COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA, CNPJ/CPF:79.345.583/0004-95, Melhor lance : R$ 18.000,0000 |
| Homologado | 18/11/2019 13:37:21 | JOSEMAR DOS SANTOS RIESGO | |

**Item: 5 - GRUPO 1**
**Descrição:** Serviços de Instalação, Transição e Configuração / Parametrização de Software
**Descrição Complementar:** Serviços de instalação, transição e configuração , parametrização de software
**Tratamento Diferenciado:** -
**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não
**Quantidade:** 1
**Unidade de fornecimento:** Und serviço técnico
**Valor Estimado:** R$ 189.000,0000
**Intervalo Mínimo entre Lances:** -
**Situação:** Homologado

**Adjudicado para:** TELETEX COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA **, pelo melhor lance de** R$ 188.000,0000 **e a quantidade de** 1 **Und serviço técnico** .

**Eventos do Item**

| Evento | Data | Nome | Observações |
|---|---|---|---|
| Adjudicado | 14/11/2019 | - | Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:TELETEX COMPUTADORES E SISTEMAS |

JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**PREGÃO N. 69/2019**
**PROCESSO N. 0004824-06.2019.6.21.8000**

**O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL**, órgão do Poder Judiciário Federal, sediado em Porto Alegre-RS, na Rua Duque de Caxias n. 350, inscrito no CNPJ sob o número 05.885.797/0001-75, neste ato representado por seu Diretor-Geral, com fundamento na Lei n. 8.666/1993 e no Decreto n. 7.892/2013, emite a presente Ata com o objetivo de formalizar o **Registro de Preços para eventual aquisição de solução de software para gerenciamento de logs e eventos de segurança (SIEM - Security Information and Event Management)**, em decorrência das propostas apresentadas no Pregão n. 69/2019 e em conformidade com o objeto descrito no item 1 do edital licitatório.

**1.** Os dados relativos ao fornecedor e aos itens registrados estão especificados nos quadros a seguir:

**1.1.** Dados referentes ao fornecedor:

| |
|---|
| Empresa: TELETEX COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA. |
| CNPJ: 79.345.583/0004-95 |
| Endereço: Av. Praia de Belas n. 1212, sala 1311, 13º andar, Porto Alegre-RS, CEP 90110-000 |
| E-mail: licitacao@teletex.com.br |
| Telefone da empresa: (41) 2169-7777 ou (51) 2103-1015 |
| Representante legal: Maria da Conceição Oliveira Silva |

**1.2.** Dados referentes aos itens registrados, em conformidade com a especificação técnica constante no Anexo III do edital (Termo de Referência) do edital licitatório:

| Item | Descrição | Quantidade estimada de aquisição | Valor unitário (em R$) |
|---|---|---|---|
| 1 | Software de gerenciamento de logs e eventos de segurança (SIEM), com licença perpétua, suporte e atualização para o primeiro ano de uso. | 01 | 299.000,00 |
| 2 | Pacote adicional para software de gerenciamento de logs e eventos de segurança (SIEM), com licença perpétua, suporte e atualização para o primeiro ano de uso. | 06 | 75.000,00 |
| 3 | Suporte anual para software de gerenciamento de logs e eventos de segurança (SIEM), para módulo principal, descrito no item 01, não incluindo o primeiro ano de uso. | 04 | 65.000,00 |
| 4 | Suporte anual para software de gerenciamento de logs e eventos de segurança (SIEM), para pacote adicional, descrito no item 02, não incluindo o primeiro ano de uso. | 24 | 18.000,00 |
| 5 | Instalação e configuração da solução de SIEM, realizada de forma presencial. | 01 | 188.000,00 |
| 6 | Treinamento técnico para solução de SIEM, com no mínimo 16h, para até 8 pessoas. | 01 | 67.000,00 |

**2.** O fornecedor deverá manter seus dados (endereço, responsável, telefones, e-mails) atualizados junto à Seção de Compras do **TRE-RS**, o que poderá ser feito por meio de mensagem enviada para os endereços compras@tre-rs.jus.br e/ou fornecimento@tre-rs.jus.br.

**3.** A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses**, a contar da publicação dos preços registrados na Imprensa Oficial.

**3.1.** Os editais do **TRE-RS** não contemplam a permissão da utilização da ata de registro de preços por Órgão não participante, de acordo com o processo administrativo n. 1775/2018.

**4.** A existência de preços registrados não obriga o **TRE-RS** a efetuar as aquisições, facultando-se a realização de licitação específica para as aquisições pretendidas. Nesse caso, o beneficiário do registro de preços terá preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

**5.** A quantidade dos materiais é estimativa para eventual fornecimento, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços.

**5.1.** As aquisições ocorrerão em conformidade com as necessidades e conveniências do **TRE-RS**, facultada a aquisição parcial, total ou mesmo a não aquisição dos materiais licitados.

**5.2.** O fornecedor deverá atender aos pedidos formalizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços, ainda que a entrega seja prevista para data posterior a sua vigência.

**5.3.** Os prazos e condições da execução do objeto constam no item 6.1 do Termo de Referência.

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – COORDENADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – SEÇÃO DE LICITAÇÕES

LICITAÇÃO N.º 70/2018
(Pregão Eletrônico - Registro de Preços)
Protocolo n. º 13.317/2017

ABERTURA DA LICITAÇÃO
DIA 29/11/2018 às 14:00 HORAS

1 - O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, UASG (070019), por meio do Pregoeiro designado pela Portaria nº 103/2018 da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná - TRE/PR, torna público que fará realizar licitação, na **modalidade PREGÃO ELETRÔNICO sob a forma de REGISTRO DE PREÇOS, tipo menor preço POR LOTE,** regida pela Lei nº 10.520/02, pela Lei Complementar nº 123/06, pela Lei nº 11.488/2007, pelos Decretos n.º 5.450/05, nº 7.892/13 (alterado pelo Decreto nº 9.488/2018) e nº 8.538/2015, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93, e por outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, de acordo com o presente edital e seus anexos.

1.1 - No dia **29 (vinte e nove) de novembro de 2018, às 14:00 horas**, na Sala da Comissão Permanente de Licitação do prédio do TRE-PR, sito na Rua João Parolin nº 224, Bairro Prado Velho, Curitiba-PR, será feita a abertura do certame, exclusivamente por meio de sistema eletrônico do Governo Federal que promove a comunicação pela Internet (*Comprasnet* - www.comprasgovernamentais.gov.br).

1.2 - Integram este edital, independente de transcrição, **o Termo de Referência - Anexo I, a Proposta Detalhada – Anexo II e a Ata de Registro de Preços – Anexo III.**

## 2 - DO OBJETO

**2.1 -** A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa especializada para **a aquisição de solução de software para gerenciamento de logs e eventos de segurança (SIEM - *Security Information and Event Management*)**, visando atender às necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral, conforme especificações descritas no Termo de Referência - Anexo I.

## 3 - DO CREDENCIAMENTO ESPECÍFICO PARA O PREGÃO ELETRÔNICO

**3.1** – Poderão participar deste certame as empresas que atenderem às condições deste edital, inclusive quanto à documentação, e estiverem devidamente credenciadas no sistema *Comprasnet*, cujo gerenciamento (órgão provedor do sistema eletrônico) é feito pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

**3.1.1 -** A licitante deverá manter seus dados (*e-mail* e telefone para contato) rigorosamente atualizados.

**3.2** - Somente poderão participar desta licitação pessoas jurídicas legalmente estabelecidas no País, cujo objeto social expresso no estatuto ou contrato social especifique atividade pertinente e compatível com o objeto da presente licitação e que atendam às condições deste edital, desde que não estejam cumprindo as sanções previstas nos seguintes dispositivos legais:

a) Art. 7º da Lei nº 10.520/02;

b) Inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93, quando aplicada por este Tribunal;

c) Inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

**3.2.1 -** As condições exigidas nos itens 3.2 serão verificadas pelo Pregoeiro em conjunto com a documentação de habilitação.

**3.3 -** Não poderão participar desta licitação empresas que tenham em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação (art. 2º, inc. VI, da Resolução nº 07, de 18/10/2005, incluído pela Resolução nº 229, de 22/06/2016, ambas do Conselho Nacional de Justiça).

**3.3.1 -** A proibição constante do item 3.3 se estende até 06 (seis) meses, contados da abertura da licitação, após a desincompatibilização do magistrado ou servidor gerador da incompatibilidade. (art. 2º, § 3º, da Resolução nº 07, de 18/10/2005, incluído pela Resolução nº 229, de 22/06/2016, ambas do Conselho Nacional de Justiça).

**3.4 -** É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal (art. 3º da Resolução nº 07, de 18/10/2005, com redação dada pela Resolução nº 09, de 06/12/2005, ambas do Conselho Nacional de Justiça).

**3.5 -** A licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação do presente edital, em campo próprio do

Elaboração: SEÇÃO DE LICITAÇÕES – Maria Carolina Marques Gomes 2

PREGÃO ELETRÔNICO

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Superior Eleitoral
Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

**Termo de Homologação do Pregão Eletrônico**
Nº 00070/2018 (SRP)

Às 13:43 horas do dia 04 de dezembro de 2018, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Sr. SERGIO LUIZ MARANHAO RITZMANN, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 13317/2017, Pregão nº 00070/2018.

**Resultado da Homologação**

**GRUPO 1**
**Tratamento Diferenciado:** -
**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não
**Valor Estimado:** R$ 2.874.615,6900
**Situação:** Homologado

**Adjudicado para:** TELETEX COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA **, pelo melhor lance de** R$ 1.044.999,9900 .

**Itens do grupo:**

- 1 - PROGRAMA ( SOFTWARE ) - SEGURANCA
- 2 - PROGRAMA ( SOFTWARE ) - SEGURANCA
- 3 - Manutenção de Software (Corretiva, Preventiva, Adaptativa)
- 4 - Manutenção de Software (Corretiva, Preventiva, Adaptativa)
- 5 - Serviços de Instalação, Transição e Configuração / Parametrização de Software
- 6 - Treinamento Informática - Sistema / Software

**Item: 1 - GRUPO 1**
**Descrição:** PROGRAMA ( SOFTWARE ) - SEGURANCA
**Descrição Complementar:** Software de gerenciamento de logs e eventos de segurança (SIEM), com licença perpétua, suporte e atualização para o primeiro ano de uso.
**Tratamento Diferenciado:** -
**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não
**Quantidade:** 1
**Unidade de fornecimento:** Unidade
**Valor Estimado:** R$ 482.319,2600
**Intervalo Mínimo entre Lances:** -
**Situação:** Homologado

**Adjudicado para:** TELETEX COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA **, pelo melhor lance de** R$ 99.764,6000 **e a quantidade de** 1 **Unidade** .

**Eventos do Item**

| Evento | Data | Nome | Observações |
|---|---|---|---|
| Adjudicado | 30/11/2018 15:23:15 | - | Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:TELETEX COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA, CNPJ/CPF:79.345.583/0001-42, Melhor lance : R$ 99.764,6000 |
| Homologado | 04/12/2018 13:43:40 | SERGIO LUIZ MARANHAO RITZMANN | |

**Item: 2 - GRUPO 1**
**Descrição:** PROGRAMA ( SOFTWARE ) - SEGURANCA
**Descrição Complementar:** Pacote adicional para software de gerenciamento de logs e eventos de segurança (SIEM), com licença perpétua, suporte e atualização para o primeiro ano de uso.
**Tratamento Diferenciado:** -
**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não

**Quantidade:** 7
**Valor Estimado:** R$ 148.952,6600
**Situação:** Homologado

**Unidade de fornecimento:** Unidade
**Intervalo Mínimo entre Lances:** -

**Adjudicado para:** TELETEX COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA **, pelo melhor lance de** R$ 51.180,2000 **e a quantidade de** 7 **Unidade** .

**Eventos do Item**

| Evento | Data | Nome | Observações |
|---|---|---|---|
| Adjudicado | 30/11/2018 15:23:15 | - | Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:TELETEX COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA, CNPJ/CPF:79.345.583/0001-42, Melhor lance : R$ 51.180,2000 |
| Homologado | 04/12/2018 13:43:40 | SERGIO LUIZ MARANHAO RITZMANN | |

**Item: 3 - GRUPO 1**
**Descrição:** Manutenção de Software (Corretiva, Preventiva, Adaptativa)
**Descrição Complementar:** Suporte anual para software de gerenciamento de logs e eventos de segurança (SIEM), para módulo principal, descrito no item 01, não incluindo o primeiro ano de uso.
**Tratamento Diferenciado:** -
**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não
**Quantidade:** 4
**Valor Estimado:** R$ 88.259,5500
**Situação:** Homologado

**Unidade de fornecimento:** Unidade
**Intervalo Mínimo entre Lances:** -

**Adjudicado para:** TELETEX COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA **, pelo melhor lance de** R$ 22.415,3300 **e a quantidade de** 4 **Unidade** .

**Eventos do Item**

| Evento | Data | Nome | Observações |
|---|---|---|---|
| Adjudicado | 30/11/2018 15:23:15 | - | Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:TELETEX COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA, CNPJ/CPF:79.345.583/0001-42, Melhor lance : R$ 22.415,3300 |
| Homologado | 04/12/2018 13:43:40 | SERGIO LUIZ MARANHAO RITZMANN | |

**Item: 4 - GRUPO 1**
**Descrição:** Manutenção de Software (Corretiva, Preventiva, Adaptativa)
**Descrição Complementar:** Suporte anual para software de gerenciamento de logs e eventos de segurança (SIEM), para pacote adicional, descrito no item 02, não incluindo o primeiro ano de uso.
**Tratamento Diferenciado:** -
**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não
**Quantidade:** 28
**Valor Estimado:** R$ 27.753,2400
**Situação:** Homologado

**Unidade de fornecimento:** Unidade
**Intervalo Mínimo entre Lances:** -

**Adjudicado para:** TELETEX COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA **, pelo melhor lance de** R$ 11.624,4700 **e a quantidade de** 28 **Unidade** .

**Eventos do Item**

| Evento | Data | Nome | Observações |
|---|---|---|---|
| Adjudicado | 30/11/2018 15:23:15 | - | Adjudicação individual da proposta. Fornecedor:TELETEX COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA, CNPJ/CPF:79.345.583/0001-42, Melhor lance : R$ 11.624,4700 |
| Homologado | 04/12/2018 13:43:40 | SERGIO LUIZ MARANHAO RITZMANN | |

**Item: 5 - GRUPO 1**
**Descrição:** Serviços de Instalação, Transição e Configuração / Parametrização de Software
**Descrição Complementar:** Instalação e configuração da solução de SIEM, realizada de forma presencial.
**Tratamento Diferenciado:** -
**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não
**Quantidade:** 1
**Valor Estimado:** R$ 127.241,9900
**Situação:** Homologado

**Unidade de fornecimento:** Unidade
**Intervalo Mínimo entre Lances:** -

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

O Tribunal Eleitoral do Paraná – Órgão Gerenciador, situado na Rua João Parolin nº 224 - Parolin, Curitiba-PR, inscrito no CNPJ sob o nº 03.985.113/0001-81, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Dr. Sérgio Luiz Maranhão Ritzmann, nos termos da Lei nº 8.666/93, da Lei nº 10.520/02, dos Decretos nº 5.450/05, nº 7.892/13 (com redação dada pelo Decreto nº 9.488/2018) e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no **Pregão Eletrônico nº 70/2018 (PAD 13317/2017)**, RESOLVE registrar o(s) preço(s) ofertado(s) pelo Fornecedor abaixo:

| |
|---|
| **Empresa: Teletex Computadores e Sistemas LTDA** |
| **CNPJ: 79.345.583/0001-42** |
| **Nome do representante legal: Maria da Conceição Oliveira Silva** |
| **RG nº 1.408.599 SSP/DF** |
| **CPF nº 665.006.301.06** |
| **Endereço completo: Rod. BR 116, 12.500 – Linha Verde – Parolin** |
| **CEP: 81.690-200** |
| **Inscrição Estadual/Municipal: IE: Estadual 10168223-41** |
| **Telefone: (41) 2169-7714** |
| **Fax: (41) 2169-7777** |
| **E-mail: licitacao@teletex.com.br; cristian@teletex.com.br** |
| **Banco: 001 – Banco do Brasil** |
| **Agência: 3406-1** |
| **Nº Conta Corrente: 20.335-1** |

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 05/12/2018 15:15:16
Por: ZILMAR DE SOUZA JUNIOR e outro
TRE/PR

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**

Conforme quadro a seguir:

| LOTE | ITEM | DESCRIÇÃO | QTDADE. | VALOR UNITÁRIO |
|---|---|---|---|---|
| 1 | 1 | Software de gerenciamento de logs e eventos de segurança (SIEM), com licença perpétua, suporte e atualização para o primeiro ano de uso. | 1 | R$ 99.764,60 |
| | 2 | Pacote adicional para software de gerenciamento de logs e eventos de segurança (SIEM), com licença perpétua, suporte e atualização para o primeiro ano de uso. | 7 | R$ 51.180.20 |
| | 3 | Suporte anual para software de gerenciamento de logs e eventos de segurança (SIEM), para módulo principal, descrito no **item 01**, não incluindo o primeiro ano de uso. | 4 | R$ 22.415,33 |
| | 4 | Suporte anual para software de gerenciamento de logs e eventos de segurança (SIEM), para pacote adicional, descrito no **item 02**, não incluindo o primeiro ano de uso. | 28 | R$ 11.624,47 |
| | 5 | Instalação e configuração da solução de SIEM, realizada de forma presencial. | 1 | R$ 110.636,21 |
| | 6 | Treinamento técnico para solução de SIEM, com no mínimo 16h. | 6 | R$ 10.198,55 |

## 1. DO OBJETO

**1.1 -** A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços **para a aquisição de solução de software para gerenciamento de logs e eventos de segurança (SIEM - *Security Information and Event Management*)**, conforme o Edital, as especificações e condições do Termo de Referência e a proposta de preços apresentada, os quais, independentemente de transcrição, fazem parte deste instrumento, naquilo que não o contrarie.

Assinado eletronicamente conforme Lei 11.419/2006
Em: 05/12/2018 15:15:16
Por: ZILMAR DE SOUZA JUNIOR e outro
TRE/PR

***Secretaria de Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo – SEFAZ-SP – PE nº 40/2020***

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇAO – CA
DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS E INFRAESTRUTURA - DSI
CENTRO DE SUPRIMENTOS / NÚCLEO DE COMPRAS

**MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO OBJETIVANDO A AQUISIÇÃO DE BENS E A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - PARTICIPAÇÃO AMPLA**

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO NC n.º 40/2020**
**PROCESSO SFP n.º 23643-360786/2019**
**OFERTA DE COMPRA NC n.º 200189000012020OC00005**
**ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bec.sp.gov.br**
**DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 19/11/2020**
**DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 04/12/2020 – as 10h00min**

A SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO, por intermédio do Senhor Coordenador da Coordenadoria de Administração, usando a competência delegada pelos artigos 3º e 7º, inciso I, do Decreto Estadual nº 47.297, de 06 de novembro de 2002, torna público que se acha aberta, nesta unidade, situada a Av. Rangel Pestana, n.º 300, Centro, São Paulo - SP, licitação na modalidade **PREGÃO**, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo – Sistema BEC/SP", com utilização de recursos de tecnologia da informação, denominada **PREGÃO ELETRÔNICO**, objetivando a **AQUISIÇÃO DE LICENÇAS DE SOFTWARE, SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO, ATUALIZAÇÃO DE SOFTWARE E SERVIÇOS DE BANCO DE HORAS, PARA A SOLUÇÃO DE GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES E EVENTOS DE SEGURANÇA (Security Information and Event Management – SIEM),** sob o regime de empreitada por preço global, que será regida pela Lei Federal nº 10.520/2002, pelo Decreto Estadual nº 49.722/2005 e pelo regulamento anexo à Resolução CC-27, de 25 de maio de 2006, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993, do Decreto Estadual nº 47.297/2002, do regulamento anexo à Resolução CEGP-10, de 19 de novembro de 2002, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e ser encaminhadas por meio eletrônico após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo - CAUFESP.

A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.bec.sp.gov.br, no dia e hora mencionados no preâmbulo deste Edital, e será conduzida

2

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO**
**UGP - COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO - CA**
**Av. Rangel Pestana, 300 - 18º andar ala Sé - São Paulo - SP - CEP.: 01017-911**

**PROCESSO: 23643-360786-2019**
**PREGÃO ELETRÔNICO: NC nº 40/2020**
**CONTRATO: 31338-SAAC-00086-2020**

**TERMO DE CONTRATO** celebrado entre o **ESTADO DE SÃO PAULO**, por sua **SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO** e a empresa **TD SOLUÇÕES AVANÇADAS DE TECNOLOGIA BRASIL LTDA**, tendo por objeto a **AQUISIÇÃO DE LICENÇAS DE SOFTWARE, E A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO, ATUALIZAÇÃO DE SOFTWARE E SERVIÇOS DE BANCO DE HORAS PARA A SOLUÇÃO DE GERENCIAMENTO DE INFORMAÇÕES E EVENTOS DE SEGURANÇA (Security Information and Event Management - SIEM).**

O **ESTADO DE SÃO PAULO**, por intermédio da **SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO**, por intermédio da **UNIDADE GESTORA DE PROJETOS DA COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO - UGP-CA**, inscrita no CNPJ sob o nº 46.377.222/0055-11, doravante designado "**CONTRATANTE**", neste ato representado pelo Senhor **CARLOS ALBERTO BARBOSA DE OLIVEIRA FILHO**, portador do RG nº 98002321433 e do CPF nº 964.398.233-53, **COORDENADOR DA COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO - CA**, no uso da competência conferida pelo Decreto-Lei Estadual nº 233, de 28 de abril de 1970, e empresa **TD SOLUÇÕES AVANÇADAS DE TECNOLOGIA BRASIL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 06.135.938/0001-03, com sede a Rua Doutor Rafael de Barros, 209 - 12º andar, Paraíso - São Paulo - SP - Cep.: 04003-041, a seguir denominada "**CONTRATADA**", neste ato representada pela Senhora **CARLA MARIA DE ALMEIDA CARVALHO**, portadora do RG nº 63.148.316-0 e do CPF nº 430.244.080-53, **DIRETORA PRESIDENTE**, em face da adjudicação efetuada no Pregão Eletrônico nº 40/2020, indicado em epígrafe, celebram o presente **TERMO DE CONTRATO**, sujeitando-se às disposições previstas na Lei Federal nº 10.520/2002, no Decreto Estadual n° 49.722/2005 e no regulamento anexo à Resolução CC-27, de 25 de maio de 2006, aplicando-se, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993, do Decreto Estadual n° 47.297/2002, do regulamento anexo à Resolução CEGP-10, de 19 de novembro de 2002, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, mediante as seguintes cláusulas e condições que reciprocamente outorgam e aceitam:

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO**
**UGP - COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO - CA**
**Av. Rangel Pestana, 300 - 18º andar ala Sé - São Paulo - SP - CEP.: 01017-911**

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Constitui objeto do presente instrumento a **aquisição de licenças de software, e a prestação de serviços de suporte técnico, atualização de software e serviços de banco de horas para a solução de Gerenciamento de Informações e Eventos de Segurança (Security Information and Event Management - SIEM)**, conforme detalhamento e especificações técnicas constantes do, da proposta da CONTRATADA e demais documentos constantes do processo administrativo em epígrafe.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

O objeto contratual executado deverá atingir o fim a que se destina, com eficácia e qualidade requeridas.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

O regime de execução deste contrato é o de empreitada por preço global no que diz respeito à aquisição de licenças e a prestação de serviços contínuos de suporte técnico e atualização de software, e de empreitada por preço unitário no que diz respeito aos serviços de banco de horas.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

As licenças deverão ser entregues no prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir da assinatura do contrato, nos locais indicados no Memorial Descritivo, correndo por conta da CONTRATADA todas as despesas decorrentes e necessárias à sua plena e adequada execução, em especial as atinentes a seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DAS PRORROGAÇÕES DOS SERVIÇOS CONTÍNUOS**

Os serviços de suporte técnico e atualização de software, bem como o de banco de horas terão vigência de 15 (quinze) meses**, contados a partir da assinatura do contrato**.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

O prazo de vigência da prestação dos serviços contínuos poderá ser prorrogado por sucessivos períodos, iguais ou inferiores, a critério da CONTRATANTE, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos e condições permitidos pela legislação vigente.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

A CONTRATADA poderá se opor à prorrogação de que trata o parágrafo anterior, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo CONTRATANTE

2

**GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO**
**UGP - COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO - CA**
**Av. Rangel Pestana, 300 - 18º andar ala Sé - São Paulo - SP - CEP.: 01017-911**

III - efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido neste ajuste;

IV - expedir autorização de serviços, com antecedência mínima de 30 (trinta dias) dias úteis da data de início de sua execução.

V- permitir aos técnicos e profissionais da CONTRATADA acesso às áreas físicas envolvidas na execução deste contrato, observadas as normas de segurança;

**CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

O CONTRATANTE exercerá a fiscalização dos serviços contratados por intermédio do gestor do contrato de modo a assegurar o efetivo cumprimento das obrigações ajustadas.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

A fiscalização não exclui e nem reduz a integral responsabilidade da CONTRATADA, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades constatadas na prestação dos serviços, inclusive quando resultantes de utilização de pessoal inadequado ou sem a qualificação técnica necessária, inexistindo, em qualquer hipótese, corresponsabilidade por parte do CONTRATANTE.

**PARAGRAFO SEGUNDO**

A ausência de comunicação, por parte do CONTRATANTE, referente a irregularidades ou falhas, não exime a CONTRATADA do regular cumprimento das obrigações previstas neste contrato e no **Anexo I** do Edital.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PREÇOS E DO REAJUSTE**

A CONTRATADA obriga-se a fornecer as licenças de *software* e a executar os serviços de suporte técnico e atualização de software, e serviços de banco de horas, objeto deste contrato, pelo preço total estimado de **R$ 2.690.000,00** (dois milhões, seiscentos e noventa mil reais), mediante os seguintes valores:

I. Licenças de Software - Valor total **R$ 1.679.314,70** (um milhão, seiscentos e setenta e nove mil, trezentos e catorze reais a setenta centavos);

II. Serviços contínuos de suporte técnico e atualização de software - Preço mensal de **R$ 60.483,02** (sessenta mil, quatrocentos e oitenta e três reais e dois centavos), perfazendo o total para 15 (quinze) meses de **R$ 907.245,30** (novecentos e sete mil, duzentos e quarenta e cinco reais e trinta centavos);

7

# Anexo B – Propostas Comerciais

*Prorrogação dos item 2 e 3 do Contrato n. º 38/2019 – Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação (item 2) e Suporte Técnico Especializado (item 3) da Solução de Inteligência Cibernética*

Porto Alegre, 14 de novembro de 2019

**ANEXO IV – DETALHAMENTO DA PROPOSTA**

Ao **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL**
Ref.: **PREGÃO (ELETRÔNICO) N. 69/2019**
**PROPOSTA COMERCIAL**

**1. OBJETO**

**SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, DE SOLUÇÃO DE SOFTWARE PARA GERENCIAMENTO DE LOGS E EVENTOS DE SEGURANÇA *(SIEM - SECURITY INFORMATION AND EVENT MANAGEMENT)*, CONFORME ANEXO III E DEMAIS ESTIPULAÇÕES DESTE EDITAL.**

**2. IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE:**

Razão Social: **TELETEX COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA**
Endereço: **Av. PRAIA DE BELAS, 1212, SALA 1311 ANDAR 13 – BAIRRO PRAIA DE BELAS – PORTO ALEGRE/RS – CEP. 90.110-000**
CNPJ: **79.345.583/0004-95**
Telefone: **(41) 2169-7777 ou (51) 2103-1015**
Pessoa para contato: **MARIA DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA SILVA**
E-mail: licitacao@teletex.com.br; daniel@teletex.com.br

**3. ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS OFERTADOS:**

| ITEM | DESCRIÇÃO EDITAL | PN | DESCRICAO FABRICANTE | QTD | VALOR UNITÁRIO R$ | VALOR TOTAL R$ |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 01 | Software de gerencia-mento de logs e eventos de segurança (SIEM), com licença perpétua, suporte e atualização para o primeiro ano de uso. | 01 (um) D1RNCLL<br><br>01 (um) D1S2JLL<br><br>01 (um) D1RP3LL | IBM QRadar Software Install License and software subscription & support 12 months included.<br><br>IBM QRadar Software Node Install License and software subscription & support 12 months included.<br><br>IBM QRadar Event Capacity 2.5K Events Per Second License and software subscription & support 12 months included. | 01 | R$ 299.000,00 | R$ 299.000,00 |

BR 116 - 12.500 - Linha Verde | Parolin | 81690-200 | Curitiba | PR | Brasil | +55 41 2169-7777 | TELETEX.COM.BR

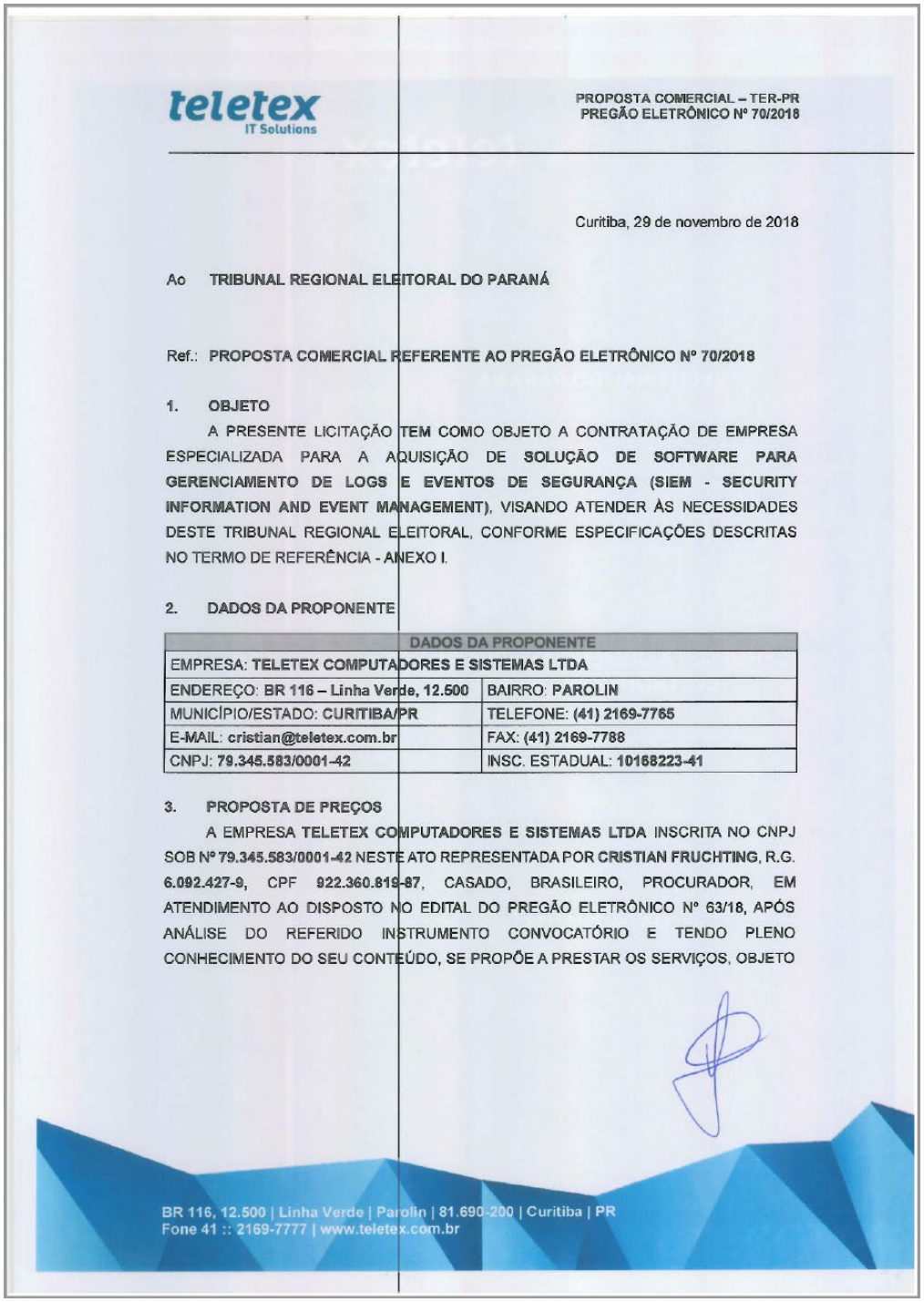
| | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 02 | Pacote adicional para software de gerencia-mento de logs e eventos de segurança (SIEM), com licença perpétua, suporte e atualização para o primeiro ano de uso. | 01 (um) D1RNRLL | IBM QRadar Event Capacity 500 Events Per Second License and software subscription & support 12 months included; | 06 | R$ 75.000,00 | R$ 450.000,00 |
| 03 | Suporte anual para software de gerencia-mento de logs e eventos de segurança (SIEM), para módulo principal, descrito no item 01, não incluindo o primeiro ano de uso. | 01 (um) E0NBALL<br><br>01 (um) E0NEGLL<br><br>01 (um) E0NBILL | IBM QRadar Software Install, software subscription & support 12 months.<br><br>IBM QRadar Software Node Install, software subscription & support 12 months<br><br>IBM QRadar Event Capacity 2.5K Events Per Second, software subscription & support 12 months. | 04 | R$ 65.000,00 | R$ 260.000,00 |
| 04 | Suporte anual para software de gerencia-mento de logs e eventos de segurança (SIEM), para pacote adicional, descrito no item 02, não incluindo o primeiro ano de uso. | 01 (um) E0NBELL | IBM QRadar Event Capacity 500 Events Per Second, , software subscription & support 12 months. | 24 | R$ 18.000,00 | R$ 432.000,00 |
| 05 | Instalação e configuração da solução de SIEM, realizada de forma presencial. | - | Instalação e configuração da solução de SIEM, realizada de forma presencial. Prestada por profissionais capacitados e conforme exigências do edital. | 01 | R$ 188.000,00 | R$ 188.000,00 |
| 06 | Treinamento técnico para solução de SIEM, com no mínimo 16h, para até 8 pessoas | - | Treinamento técnico para solução de SIEM, com no mínimo 16h, para até 08 (oito) pessoas; Prestada por profissionais capacitados e conforme exigências do edital. | 01 | R$ 67.000,00 | R$ 67.000,00 |
| | | | | | **TOTAL** | **R$ 1.696.000,00** |

**4. COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS**

- Nos preços propostos estão incluídas todas as despesas, frete, tributos e demais encargos de qualquer natureza incidente sobre o objeto do Termo de Referência.

BR 116 - 12.500 - Linha Verde | Parolin | 81690-200 | Curitiba | PR | Brasil | +55 41 2169-7777 | TELETEX.COM.BR

## *Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – TRE-PR – PE nº 70/2018*



teletex
IT Solutions

PROPOSTA COMERCIAL – TER-PR
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 70/2018

Curitiba, 29 de novembro de 2018

Ao TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

Ref.: PROPOSTA COMERCIAL REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 70/2018

1. OBJETO

A PRESENTE LICITAÇÃO TEM COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A AQUISIÇÃO DE **SOLUÇÃO DE SOFTWARE PARA GERENCIAMENTO DE LOGS E EVENTOS DE SEGURANÇA (SIEM - SECURITY INFORMATION AND EVENT MANAGEMENT)**, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DESTE TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I.

2. DADOS DA PROPONENTE

| DADOS DA PROPONENTE | |
|---|---|
| EMPRESA: **TELETEX COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA** | |
| ENDEREÇO: **BR 116 – Linha Verde, 12.500** | BAIRRO: **PAROLIN** |
| MUNICÍPIO/ESTADO: **CURITIBA/PR** | TELEFONE: **(41) 2169-7765** |
| E-MAIL: **cristian@teletex.com.br** | FAX: **(41) 2169-7788** |
| CNPJ: **79.345.583/0001-42** | INSC. ESTADUAL: **10168223-41** |

3. PROPOSTA DE PREÇOS

A EMPRESA **TELETEX COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA** INSCRITA NO CNPJ SOB Nº **79.345.583/0001-42** NESTE ATO REPRESENTADA POR **CRISTIAN FRUCHTING**, R.G. **6.092.427-9**, CPF **922.360.819-87**, CASADO, BRASILEIRO, PROCURADOR, EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/18, APÓS ANÁLISE DO REFERIDO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E TENDO PLENO CONHECIMENTO DO SEU CONTEÚDO, SE PROPÕE A PRESTAR OS SERVIÇOS, OBJETO

BR 116, 12.500 | Linha Verde | Parolin | 81.690-200 | Curitiba | PR
Fone 41 :: 2169-7777 | www.teletex.com.br

teletex
IT Solutions

PROPOSTA COMERCIAL – TER-PR
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 70/2018

DESTA LICITAÇÃO, SOB SUA INTEIRA RESPONSABILIDADE, NAS CONDIÇÕES E PREÇOS A SEGUIR:

| | LOTE ÚNICO - OFTWARE PARA GERENCIAMENTO DE LOGS E EVENTOS DE SEGURANÇA (SIEM - SECURITY INFORMATION AND EVENT MANAGEMENT) | | | |
|---|---|---|---|---|
| ITEM | DESCRIÇÃO | QDE | VALOR UNIT. (R$) | VALOR TOTAL (R$) |
| 01 | **SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DE LOGS E EVENTOS DE SEGURANÇA (SIEM), COM LICENÇA PERPÉTUA, SUPORTE E ATUALIZAÇÃO PARA O PRIMEIRO ANO DE USO.**<br>Marca: IBM<br>Modelo: IBM QRadar Software 1100 EPS medidos pelo máximo instantâneo (rajada),. 15.000 FPM, incluindo todos os softwares, serviços de suporte e manutenção e atualização por 12 meses. | 01 | R$ 99.764,60 | R$ 99.764,60 |
| 02 | **PACOTE ADICIONAL PARA SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DE LOGS E EVENTOS DE SEGURANÇA (SIEM), COM LICENÇA PERPÉTUA, SUPORTE E ATUALIZAÇÃO PARA O PRIMEIRO ANO DE USO**<br>Marca: IBM<br>Modelo: IBM QRadar Software 400 EPS, medidos pelo máximo instantâneo (rajada), 5.000 FPM, incluindo todos os softwares, serviços de suporte e manutenção e atualização por 12 meses. | 07 | R$ 51.180,20 | R$ 358.261,40 |
| 03 | **SUPORTE ANUAL PARA SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DE LOGS E EVENTOS DE SEGURANÇA (SIEM), PARA MÓDULO PRINCIPAL, DESCRITO NO ITEM 01, NÃO INCLUINDO O PRIMEIRO ANO DE USO.**<br>Prestador de Serviço: IBM<br>Serviço: Suporte, manutenção e atualização para IBM QRadar Software 1100 EPS medidos pelo máximo instantâneo (rajada), 15.000 FPM por 12 meses. | 04 | R$ 22.415,33 | R$ 89.661,32 |
| 04 | **SUPORTE ANUAL PARA SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DE LOGS E EVENTOS DE SEGURANÇA (SIEM), PARA MÓDULO PRINCIPAL, DESCRITO NO ITEM 02, NÃO INCLUINDO O PRIMEIRO ANO DE USO.**<br>Prestador de Serviço: IBM<br>Serviço: Suporte, manutenção e atualização para IBM QRadar Software 400 EPS medidos pelo máximo instantâneo (rajada), 5.000 FPM por 12 meses. | 28 | R$ 11.624,47 | R$ 325.485,16 |
| 05 | **INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DA SOLUÇÃO DE SIEM, REALIZADA DE FORMA PRESENCIAL.**<br><br>Prestador de Serviço: Teletex | 01 | R$ 110.636,21 | R$ 110.636,21 |
| 06 | **INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DA SOLUÇÃO DE SIEM, REALIZADA DE FORMA PRESENCIAL.**<br><br>Prestador de Serviço: IBM (Rede de Treinamento)<br>Serviço: Treinamento official de 16h, incluindo IBM Security QRadar SIEM Foundations e IBM QRadar SIEM Advanced Topics | 06 | R$ 10.198,55 | R$ 61.191,30 |
| | | | TOTAL | R$ 1.044.999,99 |

BR 116, 12.500 | Linha Verde | Parolin | 81.690-200 | Curitiba | PR
Fone 41 :: 2169-7777 | www.teletex.com.br

TechData techdata.com

**PROPOSTA AJUSTADA**

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO NC n.° 40/2020**
**PROCESSO SFP n.º 23643-360786/2019**
**OFERTA DE COMPRA NC n.° 200189000012020OC00005**
**ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bec.sp.gov.br**

**DADOS LICITANTE**
**Razão Social:** TD SOLUÇÕES AVANÇADAS DE TECNOLOGIA BRASIL LTDA
**CNPJ:** 06.135.938/0001-03
**Inscrição Estadual:** 113.664.162.115
**Inscrição Municipal:** 3.299.291-2
**Endereço:** Rua Doutor Rafael de Barros, 209 - 12º andar, Paraíso, São Paulo – SP.
**CEP:** 04003-041
**Validade da Proposta:** 60 dias.

Página 1

Tech Data Rua Dr. Rafael de Barros, 209, Paraíso, São Paulo, SP – CEP: 04003-041 (11) 3191-1800

TechData techdata.com

Observações:

- Inclusão PN H7U75AAE - Resultado de migração do PN TF774AAE
- Inclusão PN H7U79AAE - Resultado de migração do PN TF716AAE
- Inclusão PNs H7P28AAE e H7P29AAE - Resultado de migração do PN TH480AAE
- Inclusão PNs H7P30AAE e H7P31AAE - Resultado de migração do PN TH488AAE

**SERVIÇOS DE BANCO DE HORAS PARA MELHORIAS NA SOLUÇÃO:**

| Detalhamento | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **Part Number** | **Descrição** | **Quantidade** | **Valor Unitário (R$)** | **Valor total (R$)** |
| BH1 | Banco de Horas | 300 | 344,80 | 103.440,00 |
| | | | **Valor Total R$** | **103.440,00** |

***TOTAIS***:

| DESCRIÇÃO | VALORES (R$) |
|---|---|
| AQUISIÇÃO DE NOVAS LICENÇAS | 1.679.314,67 |
| SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO E ATUALIZAÇÃO DE SOFTWARE PARA A SOLUÇÃO | 907.245,33 |
| SERVIÇOS DE BANCO DE HORAS PARA MELHORIAS NA SOLUÇÃO | 103.440,00 |
| **TOTAIS R$** | **2.690.000,00** |

Carla Maria de Almeida Carvalho
General Manager
TD Soluções
CPF: 428.244.380-53

Página 5

Tech Data Rua Dr. Rafael de Barros, 209, Paraíso, São Paulo, SP – CEP 04003-041 (11) 3191-2800